



SENADO
FEDERAL



O PAÍS DAS
AMAZONAS

*Barão de Santa
Anna Nery*

EDIÇÕES DO
SENADO FEDERAL

Volume 246

EDIÇÕES DO SENADO FEDERAL

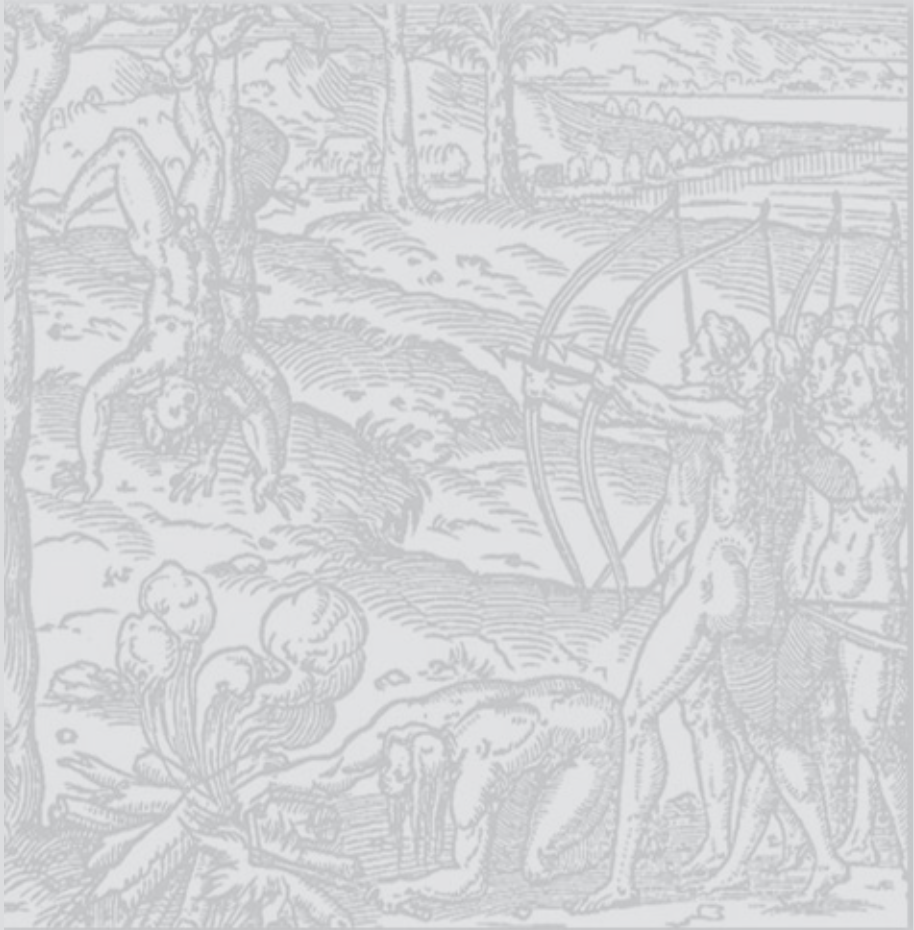
Viagens pelo Amazonas e rio Negro, de Alfred Russel Wallace, viajante e naturalista inglês nascido em 1823. No dia 1º de julho de 1858, Wallace apresentou, na Sociedade Lineana de Londres, suas ideias sobre a seleção natural das espécies. Na tarde do mesmo dia, na mesma Sociedade, Darwin leu o manuscrito sobre *A origem das espécies pela seleção natural*. Ambos os trabalhos foram aceitos, pois constituíam pesquisas desenvolvidas simultaneamente, sem contato entre seus autores. Esta obra é o resultado de quatro anos de experiência na bacia do Amazonas, viagem realizada às expensas do naturalista inglês, em que relata suas excursões e impressões. A primeira e a última parte do livro foram extraídas de seu diário de viagem, posto que parte do material que recolheu extraviou-se. Suas observações não se limitam à geografia dos trópicos, à flora e à fauna da região amazônica; alcançam também os costumes e a vida social de índios e portugueses que habitavam a Amazônia.

Na planície amazônica, livro escrito há mais de 70 anos por Raimundo Morais, um comandante de “gaiolas” que, durante 30 anos, percorreu os rios do maior sistema hidrográfico do mundo. É uma descrição viva da paisagem física e humana de uma das regiões que mais têm atraído a atenção nos últimos tempos.

EDIÇÕES DO SENADO FEDERAL

História do Brasil, de João Armitage. A visão do Brasil por um historiador estrangeiro traz dois traços de interessante perspectiva analítica: o primeiro corresponde ao fato de o estrangeiro trazer uma bagagem distinta do cabedal do intelectual nativo e, o segundo, diz respeito à avaliação distanciada de compromissos imediatos com as experiências circunstanciais. É, portanto, a partir desses dois prismas que a obra do inglês João Armitage surge e se diferencia. O livro estuda o período que cobre a chegada de D. João VI ao Brasil em 1808 até a abdicação de D. Pedro I e sua partida para Portugal, em 1831. Publicado em 1836, em inglês, pela casa Smith, Elder e Cia, em Londres, em dois volumes, o livro tornou-se durante bom tempo alvo de especulação sobre sua autoria. Uns acreditavam tratar-se de um brasileiro que o escreveu e publicou sob pseudônimo. Uma consulta ao jornal britânico P.C. pôde estabelecer que seu autor era, sim, João Armitage.

História do Brasil, de Robert Southey. O autor é um dos grandes poetas ingleses do romantismo junto com seus cunhados Coleridge e Lovell. Ao mesmo tempo também é um dos grandes historiadores de sua época. A primeira edição desta obra apareceu, em inglês, entre os anos de 1810 a 1817. E, por fim, em 1862, a Livraria Garnier lança a primeira edição brasileira, em 6 volumes. Southey valeu-se das pesquisas de documentos do nosso passado colonial feitas na Torre do Tombo e ainda aproveitou estudos do seu tio Herbert Hill, que pesquisou durante trinta anos em Portugal e ofereceu ao sobrinho acesso a documentos fundamentais da nossa História. É a primeira História do Brasil a cobrir um período tão extenso e aprofundar os estudos dos séculos anteriores.



As amazonas em gravura de Jean Cousin

.....

O PAÍS DAS AMAZONAS



Mesa Diretora

Biênio 2017/2018

Senador Eunício Oliveira
Presidente

Senador Cássio Cunha Lima
1º Vice-Presidente

Senador João Alberto Souza
2º Vice-Presidente

Senador José Pimentel
1º Secretário

Senador Gladson Cameli
2º Secretário

Senador Antônio Carlos Valadares
3º Secretário

Senador Zeze Perrella
4º Secretário

Suplentes de Secretário

Senador Eduardo Amorim
Senador Sérgio Petecão

Senador Davi Alcolumbre
Senador Cidinho Santos

Conselho Editorial

Senador Edison Lobão
Presidente

Joaquim Campelo Marques
Vice-presidente

Conselheiros

Carlos Henrique Cardim

Wilson Roberto Theodoro

Ewandro de Carvalho Sobrinho

.....
Edições do Senado Federal – Vol. 246

O PAÍS DAS AMAZONAS

3ª edição

*Tradução de
Ana Mazur Spira*

Barão de Santa-Anna Nery



Brasília – 2018

EDIÇÕES DO
SENADO FEDERAL
Vol. 246

O Conselho Editorial do Senado Federal, criado pela Mesa Diretora em 31 de janeiro de 1997, buscará editar, sempre, obras de valor histórico e cultural e de importância relevante para a compreensão da história política, econômica e social do Brasil e reflexão sobre os destinos do país, e também obras da história mundial.

Título do original, francês: *Le pays des amazones*
Editado por Librairie Guillaumim et Cie.

Projeto gráfico: Achilles Milan Neto
© Senado Federal, 2018
Congresso Nacional
Praça dos Três Poderes s/nº – CEP 70165-900 – DF
CEDIT@senado.gov.br
[Http://www.senado.gov.br/publicacoes/conselho](http://www.senado.gov.br/publicacoes/conselho)
Todos os direitos reservados
ISBN: 978-85-7018-937-0

.....

Nery, Frederico José de Santa-Anna, Barão de Santa-Anna, 1848-1901.

O país das Amazonas / Barão de Santa-Anna Nery ; tradução de Ana Mazur Spira. – 3. ed. – Brasília : Senado Federal, Conselho Editorial, 2018.

396 p. : il. – (Edições do Senado Federal ; v. 246)

1. Amazônia, descrição. 2. Usos e costumes, Amazônia. 3. Índios, Amazônia. 4. Rio Amazonas. I. Título. II. Série.

CDD 918.11

.....

.....

Sumário

PREFÁCIO DA PRIMEIRA EDIÇÃO

pág. 11

PREFÁCIO DA PRESENTE EDIÇÃO

pág. 15

INTRODUÇÃO

pág. 23

PRIMEIRA PARTE – A NATUREZA DA REGIÃO

CAPÍTULO PRIMEIRO

pág. 47

CAPÍTULO II

pág. 63

CAPÍTULO III

pág. 73

CAPÍTULO IV

pág. 86

CAPÍTULO V

pág. 100

CAPÍTULO VI

pág. 118

CAPÍTULO VII

pág. 138

SEGUNDA PARTE – O HABITANTE

CAPÍTULO PRIMEIRO

pág. 149

CAPÍTULO II
pág. 161

CAPÍTULO III
pág. 172

CAPÍTULO IV
pág. 184

CAPÍTULO V
pág. 197

CAPÍTULO VI
pág. 205

CAPÍTULO VII
pág. 228

CAPÍTULO VIII
pág. 251

CAPÍTULO IX
pág. 266

CAPÍTULO X
pág. 273

TERCEIRA PARTE

CAPÍTULO I
pág. 287

CAPÍTULO II
pág. 304

CAPÍTULO III
pág. 314

CAPÍTULO IV
pág. 330

CAPÍTULO V
pág. 339

CAPÍTULO VI
pág. 361

CAPÍTULO VII
pág. 377

ÍNDICE ONOMÁSTICO
pág. 387

.....
Prefácio da primeira edição

MUITO SE ESCREVEU sobre o rei dos rios do mundo e sobre a rainha das províncias do Brasil. Novo estudo sobre essas regiões poderia parecer supérfluo. Entretanto, este não é o caso, e vamos tentar mostrar a utilidade deste trabalho.

Renan pretende que, para falar convenientemente da religião, é necessário ter acreditado e não mais acreditar. Nós afirmamos que, para descrever como se deve a terra encantada das Amazonas, é preciso tê-la visto muito e a ter deixado desde certo tempo.

Sim, não é demasiado ter sido o filho dessas sublimes solidões, de ter nutrido seus jovens anos da seiva dessa terra, de ter gravado em sua alma os esplendores dessa natureza para possuir em si mesmo bastantes imagens, bastantes lembranças e bastante cor, a fim de reproduzir com amor e com fidelidade as maravilhas do solo natal.

Descrever ou cantar sua pátria, é tirar de si mesmo, é descer ao fundo de seu próprio ser e escavar até suas próprias raízes. E, quando o acaso do destino nos afastou de nossa terra natal, com que intensidade de deslumbramento revemos nossos passos através do tempo e do espaço, os lugares e os homens que cercaram nossa infância! Com que poder de emoção sentimos a necessidade de reproduzir as cenas do passado, as grandes visões de outrora!

Os viajantes que se limitam a atravessar um país, não gozam destas vantagens. Permanecem frios ou incompletos. Se se apaixonam, é antes através da imaginação que do coração. Falseiam então a realidade, seja diminuindo-a, seja aumentando-a além de toda a medida. Alguns aspectos que os impressionaram, absorvem todas as suas preferências.

A maior parte dos autores que escreveram sobre a Amazônia, encontram-se neste caso. O naturalista só registra certas particularidades da flora e da fauna; o geógrafo só anota dados geográficos; o comerciante apenas se atém aos fenômenos da produção; o homem de letras se contenta em explorar o pitoresco, visando suas descrições. Nenhum deles estuda a região na sua totalidade, na sua harmoniosa unidade.

Depois de ler esses livros, alguns dos quais são assinados por mestres ilustres, nós nos perguntamos se não restava algo a fazer. Foi então que nos veio à ideia, recolher nossas lembranças e transcrever em algumas páginas os documentos mais exatos, fornecidos por estrangeiros e pelos mais competentes dos nossos compatriotas.

Acreditamos que é um meio de dar a conhecer à Europa esta Província das Amazonas, que pessoas de nosso conhecimento ainda consideram uma terra fantástica, e que confundem facilmen-

te com a antiga e misteriosa região, onde mulheres guerreiras cavalgam cavalos tártaros às margens do Tânaís.*

Desejamos que se saiba na Europa, onde moramos, o que somos e em que empregamos nossa inteligência e nossos braços. Queremos ensinar a nossos amigos de França o que se passa nas fronteiras de sua Guiana, que tesouros se oferecem ao seu trabalho e à sua atividade, se consentissem em unir suas forças às nossas, seus capitais aos nossos para explorar o solo amazônico e partilhar conosco o “clima glorioso” de que fala com inveja o inglês Bates.

Após La Condamine e Humboldt, após Castelnau e Agassiz, após Coutinho e Barbosa Rodrigues, após Crevaux, Wiener e tantos outros, resta-nos dizer em um único volume o que eles disseram em muitos; resta-nos suscitar energias, inflamar coragens; resta-nos imprimir a resolução de ver e colonizar a mais bela, a mais rica, a mais fértil região do mundo, “a terra da borracha, o El-Dourado legendário”, as terras virgens que esperam a semente da civilização.

Eis o que desejaríamos realizar.

Este livro é um apelo, ao mesmo tempo que uma homenagem de nossa gratidão para com a província que houve por bem nos confiar oficialmente a missão de dar a conhecer à Europa seus admiráveis recursos.

É a ela, à sua Assembleia Legislativa, onde contamos tantos amigos, que dedicamos este livro.

F. J. DE SANTA-ANNA NERY
Paris, 5 de setembro de 1884

* Atualmente chamado rio Don. (Nota desta edição.)

.....

Prefácio da presente edição

*Q*UANDO ESTE LIVRO FOI PUBLICADO, durante o inverno de 1884-1885, dois membros do Instituto de França se dignaram a apresentá-lo ao público: o conde de Hübner, membro associado estrangeiro da Academia de Ciências Morais e Políticas, antigo embaixador de sua Majestade Apostólica junto ao Imperador Napoleão III, já falecido; Émile Levasseur, decano da mesma Academia, professor do Colégio de França, continua a honrar a ciência com seus trabalhos, e tem seu nome conhecido no Brasil.

O senhor de Hübner nos escrevia de Pest, aos 18 de novembro de 1884: “Vosso livro intitulado *O país das amazonas*, que, graças a vossa amabilidade li em primeira mão, interessou-me vivamente.”

“Filho das regiões privilegiadas que descreveis tão bem, acumulastes em vossa obra grande número de informações preciosas, que coordenais e expondes com grande lucidez.”

“Certamente, encontramos muitas das preferências do patriota; mas, a afeição ao vosso solo natal não prejudica de modo algum a liberdade de vosso julgamento.”

“Trata-se de um livro muito bem feito e que tem o mérito da oportunidade, já que aparece em uma época em que o Brasil, em troca de imensos recursos que oferece à Europa, procura os braços, o espírito empreendedor e os capitais do velho continente, e em que a Europa, por seu lado, procura, para seus filhos que a deixam, novos campos de atividade.

“Colocando sob os olhos do público dos dois hemisférios um quadro tão bem traçado da magnífica Bacia do Amazonas, prestais serviço a todo mundo, e adquiris títulos especiais à gratidão de vossos compatriotas.

“Minha curta estada no Brasil deixou-me longas e encantadoras lembranças. Todas as vezes que a ele volto pelo pensamento, surpreendo-me pela imensidão dos tesouros que uma natureza pródiga nele reuniu...”

Por sua vez, Émile Levasseur nos escrevia aos 14 de dezembro de 1884:

“Li com vivo interesse as provas de vossa obra sobre O país das amazonas que me enviastes.

“O patriotismo vos inspirou de maneira feliz.

“Quisestes consagrar um monumento ao país de que sois originário, e o livro que compusestes não será apenas agradável a vossos compatriotas, mas proveitoso à fortuna do país cujos recursos dais a conhecer, e à dos estrangeiros, franceses e outros, que saberão tirar partido de vossos ensinamentos.

“Pelo poder de sua vegetação e pela imensa extensão de suas vias navegáveis que penetram por todo o continente, até aos pés da Cordilheira, a Bacia do Amazonas é uma das regiões do mundo

para com as quais a natureza parece ter sido mais liberal. Apenas a Bacia do Congo se encontra em situação análoga e, por mais autorizados que sejam os esforços feitos desse lado, tendes razão em dizer que, no estado atual das coisas, o Amazonas promete ao comércio sucessos mais fáceis e mais imediatos.

“O caminho está aberto. O governo brasileiro praticou um ato de sábia política comercial ao permitir o acesso da região às marinhas estrangeiras, e as províncias compreenderam tão bem o interesse que têm em atribuir pela exploração um valor comercial às riquezas naturais de seu solo, que subvencionaram companhias estrangeiras, a fim de obter o benefício das comunicações rápidas.

“O vapor, modificando as condições do transporte por mar e por terra, produziu uma das maiores e mais fecundas revoluções econômicas de que a História guarda a lembrança, e da qual a segunda metade do século XIX já colheu, em parte, os proveitos. Foi ele que, encurtando as viagens, aproximou os continentes, e que, fazendo penetrar os barcos até pontos extremos da navegação fluvial, ou incentivando a construção de vias férreas no interior das terras, tornou acessíveis à colonização, à cultura, à exploração mineral ou florestal, aquelas regiões que a enormidade das despesas de transporte não permitia até então ao homem, utilizar.

“Fora da Europa, os Estados Unidos, o Canadá, o México, na América do Norte; as colônias australianas, na Oceania; a Índia, na Ásia; as duas extremidades da África, a banhada pelo Mediterrâneo, e a contígua ao cabo da Boa Esperança; os Estados do Prata e o Chile, no sul do continente americano, compreenderam que o vapor é hoje necessário à valorização do solo. Esses países construíram estradas de ferro, que serviram não apenas ao escoamento de seus produtos, mas também à imigração, o que é ainda mais útil, de colonos que fecundaram as terras com seu trabalho.

“O Brasil não podia se descuidar dessa condição de progresso econômico em nosso século.

“Ele sabe quais as instituições, quais os hábitos de trabalho e de economia, quais costumes políticos e sociais são favoráveis ao desenvolvimento pacífico de uma grande nação.

“Há treze anos, não temeu decretar, por um ato de liberalidade espontânea, que era ao mesmo tempo um ato de previsão, a supressão gradual da escravatura, que só foi obtida em outros lugares pela vontade de uma metrópole ou como consequência de lutas terríveis, e faz, desde essa época, esforços generosos para apressar o momento da libertação definitiva.

“Ele abateu, em vastos espaços, as florestas de suas serras vizinhas da costa, para plantar cafezais. Apesar das crises agrícolas e das dificuldades da concorrência comercial, que, às vezes, desencorajaram seu ardor, conseguiu, em meio século, decuplicar as cifras de suas colheitas e de sua exportação de café.

“Não ignora que, se tomou o primeiro lugar no comércio desse produto, deve em grande parte esse resultado às facilidades que a navegação aperfeiçoada lhe proporcionou para levar seus produtos até os mercados da Europa e dos Estados Unidos; o alargamento dos mercados estimulou a produção, e a abundância da mercadoria oferecida contribuiu, por sua vez, para ampliar ainda mais esse mercado.

“É importante para a grandeza futura, assim como para a fortuna presente do Brasil, que se aumentem essas facilidades de comunicação às quais já deve muito.

“É um dos maiores estados do inundo pela extensão de seu território; mas, a parte setentrional desse território é a única dotada pela natureza de uma rede natural de vias navegáveis. Nas outras partes, é necessário que as estradas de ferro suplementem a insuficiência dos cursos de água, que subam aos planaltos, que levem, para

além das corredeiras, aos vales férteis, vivificando as grandes regiões agrícolas ou minerais do interior, ligando-as aos mercados populosos da zona costeira e aos portos que dão acesso ao mundo inteiro.

“O Brasil assim o compreendeu, e pôs-se energicamente à obra; é justo que o felicite e o encoraje a continuar com perseverança uma empresa que se encontra, por assim dizer, em seu início, apesar dos 5.500 quilômetros hoje explorados, mas que é preciso conduzir com prudência, na medida dos capitais de que se pode dispor, ou que se pode remunerar. Continuando essas linhas de penetração no grande maciço brasileiro, o Brasil fará por suas províncias interiores aquilo que fizeram os Estados Unidos para o seu oeste longínquo ou a Nova Gales do Sul para a bacia do Darling: atrairá a população, propagará sua civilização para regiões que só esperam a mão do homem para se tornarem ricas em gado e mesmo em cereais, e onde o próprio homem só espera, talvez, para se pôr a trabalhar a terra, a certeza de encontrar um mercado onde possa vender seus produtos e viver honradamente de seu trabalho em plena segurança, sem renunciar às suas relações com o resto do mundo civilizado.

“Entre a nação francesa e a nação brasileira, existem estreitas e antigas relações de comércio e laços de simpatia. É bom que sejam mantidas e estreitadas no interesse de ambos. É por essa razão que o felicito por terdes escrito vossa bela obra em francês, e senti tanto mais prazer em lê-lo, quanto, nos conselhos que dais, em nome de vossa experiência, a vossos concidadãos do Amazonas, a respeito da povoação da província e da exploração de suas vias navegáveis, encontrei a confirmação das idéias que eu próprio havia concebido sobre os meios de desenvolver a riqueza do Brasil.”

À mesma época, críticos eminentes – Auguste Vacquerie, Jules Claretie, Émile Bergerat, – sábios tais como os doutores François Franck e Richet, endossaram esses elogios imerecidos, e nos im-

puseram, conseqüentemente, o dever de perseverar em nossa propaganda em favor desse canto da terra brasileira.

Mais de catorze anos se passaram desde então.

A primeira edição deste livro, prontamente esgotada, devia ser quase inteiramente refeita, uma vez que vários acontecimentos modificaram inteiramente a situação do país que nos propusemos estudar.

Primeiramente, desde 15 de novembro de 1889, a República substituiu no Brasil o Império que existia há sessenta e sete anos, sem conseguir se enraizar definitivamente neste canto da América. A nova forma de governo, transformando as antigas províncias do Império em estados autônomos, deu-lhes, ao mesmo tempo, os meios de se administrarem segundo sua vontade, e principalmente, de dispor, eles próprios, de suas rendas, em vez de consumir a maior parte de seus recursos em alimentar o poder central sediado no Rio de Janeiro.

Em seguida, graças à federação, o Estado do Amazonas pôde organizar sua vida a seu modo, desenvolvendo suas trocas com o estrangeiro de modo extraordinário, conquistando assim, no conjunto dos vinte Estados da União brasileira, um lugar de primeira ordem.

Finalmente, a própria evolução industrial contribuiu grandemente ao progresso da Terra da Borracha, aumentando consideravelmente o consumo do produto, cujas aplicações se multiplicam a cada dia.

Há quinze anos, a Província do Amazonas era uma criança que tentava andar, apesar dos entraves administrativos; uma única linha de navios a ligava à Europa, uma vez por mês, e ousados exploradores partiam para essa terra longínqua, como se fossem à sua descoberta.

Hoje, o Estado do Amazonas é um jovem emancipado, que gera seus negócios interiores sem tutela, e que soube empregar sua fortuna utilmente: quatro linhas regulares de navios ligam-no

diretamente à Europa e à América do Norte, e dista apenas cerca de vinte dias do Havre.

O Estado do Amazonas tem as seguintes duas originalidades: uma produção de borracha representando 370 francos por habitante, e não apresentar dívida de nenhuma espécie.

Seus progressos em todos os níveis são reais, e, lendo este livro, composto a partir de dados oficiais, rigorosamente controlados durante as três viagens que fizemos desde a publicação da primeira edição – a última viagem data de apenas alguns meses –, constatar-se-á que o tempo não desmentiu nenhuma de nossas previsões.

*Castelo de Vouzau, perto de Bourges (Cher),
abril de 1889*

SANTA ANNA NERY

.....

Introdução

O BRASIL É UM PRESENTE DO século XVI, oferecido ao futuro pelo acaso.

Enquanto o movimento da Renascença levava os letrados à descoberta da Antiguidade, um pequeno povo, impelido por outras aspirações, alargava no espaço terrestre o domínio do homem. Enquanto as velhas universidades da Itália, da França, da Espanha e da Alemanha estendiam sua ação pela aparelhagem aperfeiçoada da imprensa e popularizavam as obras-primas da Grécia e de Roma, a Academia Náutica de Sagres, sob o impulso do Infante D. Henrique, aplicava seus instrumentos de precisão à pesquisa das ilhas e dos continentes perdidos para além dos mares: “Jacet extra sidera Tellus, extra anui solis que vias.”

Antes da descoberta de Gutenberg e de Fausto, os sábios gastavam suas vidas passando penosamente de um manuscrito a outro. Antes do emprego da caravela, da bússola e do astrolábio, os marinheiros se agarravam às costas, navegavam de cabo a cabo, temendo as grandes vagas do mar. Todos andavam lentamente. O

homem do barco e o homem manuscrito morriam antes de percorrer muito caminho. Para fazer a volta ao mundo e a volta à História, para navegar com segurança e ao largo, outros recursos se faziam necessários. Foram encontrados: a imprensa e a bússola conquistaram o universo.

Os portugueses sonhavam desde muito em se servir de recentes descobertas para navegar sobre o mar tenebroso e aportar às Índias Orientais por um novo caminho. Enquanto se preparavam para esse empreendimento, que Luís de Camões deveria immortalizar, souberam em 6 de março de 1493 que um piloto ligúrio, cujos serviços não quiseram utilizar, os havia ultrapassado e voltava do Catai (China) e das ilhas de Zipangri (Japão).

Com efeito, Cristóvão Colombo estava convencido de ter chegado às Índias; oitenta pessoas de sua equipagem o afirmavam, aliás, sob juramento. Na realidade, ele tinha descoberto a América, sem saber.

Isabel de Castilha e Fernando de Aragão proporcionaram-lhe os meios de efetuar nova viagem, e, quando tornou a partir, aos 27 de setembro de 1493, Colombo levava cartas para o grande Cã de Tartária.

Enquanto Colombo se enganava assim, dando um novo mundo à civilização, o português Vasco da Gama voltava das verdadeiras Índias, aos 29 de agosto de 1499, após ter dobrado o cabo das Tormentas.

Não tinham transcorrido cinco meses após a volta de Vasco da Gama, quando um dos antigos companheiros de Cristóvão Colombo, um espanhol, cujo brilhante papel tem sido esquecido, Vicente Yáñez Pinzón, começou a fazer o reconhecimento, desde 26 de janeiro de 1500, de toda a costa setentrional do Brasil, e

descobriu a embocadura desse mar de água doce-Mar-Dulce que se chamou mais tarde o rio das Amazonas.

Foi somente três meses após a passagem de Pinzón que um outro português, Pedro Álvares Cabral, velejando em direção às Índias Orientais, foi impelido para as costas do Brasil (22 de abril de 1500).

A notícia desta feliz descoberta foi levada ao rei D. Manuel de Portugal por duas cartas¹: uma, de Pero Vaz de Caminha; a outra, do bacharel Mestre João, médico e cirurgião de Sua Alteza, o rei de Portugal, ambas escritas em Porto Seguro, na “Ilha de Vera Cruz”, nome primitivo do Brasil, em 1º de maio de 1500. Mas bastava ler a carta do astrônomo da expedição, para ter a certeza de que o Brasil, que se acreditava ser uma ilha, já se encontrava assinalado num mapa-múndi conhecido na época e relativamente antigo².

De qualquer modo, é a Pedro Álvares Cabral e aos portugueses que cabe a honra da primeira tomada de posse do novo país.

Entretanto, a febre das conquistas aventureiras tinha-se apoderado de todos os espíritos na Europa. Como foi dito com originalidade, “todos, até os alfaiates, queriam ir descobrir novas terras”. A discórdia ameaçava nascer, já que cada nação do Velho Continente cobiçava a maior parte. Segundo os costumes do tempo, apelou-se ao Papa, e concordou-se em acatar sua arbitragem.

1 “Alguns documentos do Arquivo Nacional da Torre do Tombo acerca da navegação e conquistas portuguesas”, Lisboa, 1892, págs. 108 e 121.

2 “Quanto, señor, al sytyo desta tierra, mande Vosa Alteza traer un mapamundy que tiene Pero Vaaz Bisagudo, e por ay podrá ver Vosa Alteza el sytyo desta tierra; en pero, quel mapamundy non çertyfica esta tierra ser habytada, o no. Es mapamundy antiguo; e ally fallara Vosa Alteza escripta tambyen la Mina. Ayer casy entendyimos por aseños que esta era ysla, e que eram quatro, e que de otra ysla vyenen aqui almayas a peleyar com ellos, e os llevan captyvos.” *Ibid.*, pág.122.

Alexandre VI, Rodrigo Bórgia, tentou conciliar Portugal e Espanha através da célebre bula “Inter Coetera”, de 4 de maio de 1493. Ele traçou de um polo ao outro uma linha de demarcação imaginária passando pelos Açores e pelas ilhas do Cabo Verde. Ficou estabelecido que tudo que se encontrasse a leste desse meridiano, pertenceria aos portugueses, e que todas as terras a oeste seriam reservadas aos espanhóis. Se essa linha tivesse sido respeitada, apenas uma parte muito pequena do Brasil se tornaria possessão portuguesa.

Mais tarde, a linha de demarcação foi levada a trezentas e setenta léguas para o ocidente, pelo Tratado das Tordesilhas, de 7 de junho de 1494, aprovado pela bula de Júlio II, na data de 24 de janeiro de 1506. Uma boa parte do Brasil passou assim, pontificalmente, às mãos dos portugueses.

Mas estes últimos estavam demasiadamente ocupados na Ásia e na África para se preocuparem seriamente com a nova descoberta de um dos seus almirantes.

Com efeito, o movimento das longínquas conquistas não diminuía. Nessa época, os portugueses estavam em toda parte no Oriente. Possuíam cinco mil léguas de costas, e, como disse Voltaire, “tudo o que a natureza produz de útil, de raro, de agradável, foi levado pelos portugueses para a Europa a custo bem menor que Veneza podia oferecer. A rota do Ganges ao Tejo tornava-se frequentada; Sião e Portugal se aliaram”.

O rei de Portugal contentou-se pois em dividir sua nova possessão de além-mar em doze capitânias, que doou a vassallos que era preciso recompensar (1532-35). A Amazônia não fazia parte dessas liberalidades. Foi apenas cento e trinta anos mais tarde, que D. Afonso a doou a um fidalgo de sua casa, Antônio de Sousa de

Macedo, com o nome de Capitania da Ilha de Joanes³, que hoje chamamos Ilha de Marajó (Carta de 23 de dezembro de 1665).

Temendo, entretanto, que o domínio sul-americano prejudicasse de algum modo as ricas colônias das Índias, os soberanos portugueses apressaram-se em tomar medidas. Até os meados do século XVII,⁴ era proibido cultivar no Brasil as especiarias produzidas pelas possessões portuguesas da Ásia, que alimentavam então o comércio de Lisboa, vasto entreposto onde a Europa inteira se ia abastecer. Até os fins do século XVIII, uma carta real proibia a criação de mulas e jumentos⁵ e um édito proibia o estabelecimento de toda espécie de fábricas e manufaturas, com exceção das que se destinavam à confecção de grosseiros tecidos de algodão⁶.

O Brasil não tinha o direito de efetuar trocas comerciais a não ser por intermédio dos portos da metrópole e por meio de navios portugueses, que partiam em épocas fixas do ano, formando um comboio escoltado por barcos de guerra. Nenhum estrangeiro podia se tornar proprietário na colônia; mais ainda, nenhum estrangeiro podia estabelecer residência no Brasil. Era tão grande o rigor neste aspecto que, por ocasião da viagem de Alexandre de Humboldt, certo ministro, que deixou, entretanto a reputação de homem superior enviou ordens para que se prendesse “certo barão de Humboldt”.

Às barreiras comerciais e industriais, impostas pelos costumes do tempo, acrescentavam-se as barreiras intelectuais.

3 *Anais da Biblioteca do Pará*, T. I. 1897 (?), Pará: excelente publicação sob a direção de M. Bertino de Miranda Lima.

4 Decisão do Conselho de além-mar, na data de 20 de abril de 1642, permitindo aos habitantes do Brasil cultivar apenas o gengibre e o anil nas terras que não se prestassem à cultura da cana-de-açúcar. (L. 4, de Prov., Fol. 211. Torre do Tombo.)

5 Carta real de 19 de julho de 1761. Publ. pela Acad. Real das Ciências de Lisboa.

6 Alvará de 5 de janeiro de 1785, *ibid.*

A metrópole cuidou de isolar a colônia de todo contato civilizador. Os jesuítas, enviados ao Brasil a partir de 1549, tinham fundado algumas classes de gramática e de latim. Mas os senhores da colônia tinham como suspeitas quaisquer tentativas de instrução.

No fim do século XVIII, alguns letrados resolveram fundar no Rio uma “associação filosófica”. O conde de Resende, que se tornou vice-rei em 1790, apressou-se em pôr fim às sessões desse areópago anódino, mandando prender e processar os principais membros da sociedade nascente.

Antes dele, um dos governadores portugueses, Gomes Freire de Andrada, tinha autorizado a fundação de uma imprensa na mesma cidade (1707). Quando a notícia chegou a Lisboa, as autoridades superiores deram ordens para que a imprensa fosse fechada, e proibiu-se expressamente que outras fossem abertas.

Jamais outro povo estabeleceu em torno de uma colônia semelhantes muralhas. A Inglaterra permitia às suas colônias da América possuírem imprensas e jornais; a própria Espanha deixava publicar jornais em Buenos Aires e fundava estabelecimento de instrução superior em Lima, Caracas, Santiago, Santa Fé e México.

Somente em 1808, quando o regente d. João, veio se estabelecer no Brasil, foi fundada uma imprensa no Rio de Janeiro. Assim mesmo, só se publicava um jornal que aparecia duas vezes por semana em formato pequeno e não continha senão os atos oficiais e algumas notícias do estrangeiro, submetidas previamente a severa censura.

Em 1821, ano que precedeu à proclamação da independência do Brasil, existiam na colônia apenas três pequenos jornais.

Apesar de todas as precauções, os estrangeiros penetraram no Brasil.

A nacionalidade portuguesa tinha desmoronado no campo de batalha de Alcácer-Quibir, onde pereceu D. Sebastião (1580).

Os espanhóis tornaram-se senhores de Portugal e de suas colônias. O sombrio Filipe II passou a reinar sobre essa nação cavaleheiresca.

Os holandeses, em guerra com a Espanha, lançaram-se sobre suas colônias, dirigindo-se ao Brasil. Conseguiram, não sem enfrentar dificuldades, estabelecer seu domínio desde o rio São Francisco até o Maranhão (1624-1654).

Os franceses os haviam precedido e deviam segui-los. A colonização francesa se implantou ao norte e ao sul do Brasil, no Maranhão e no Rio de Janeiro. Os marujos de Dieppe pretendem ter conhecido as costas setentrionais desde o ano de 1524, e é certo que traficavam com os índios a partir de 1504, e que, desde 1550, uma carta de Pierre Desceliers⁷, descoberta em Pádua em 1847 pelo Sr. de Challaaeye e que pertence ao Museu Britânico, denota a “Baye Brasille” e o rio das Amazonas.

Entretanto, os franceses só tentaram se estabelecer no Brasil muito mais tarde. Jacques Riffault e Charles des Vaux, primeiramente, em seguida Daniel de la Touche, senhor de La Ravardière, o almirante de Razilli e seu irmão, os senhores de Harlay-de-Sancy, du Prat, Louis de Pezieux, e ainda outros que fundaram a cidade de São Luís do Maranhão, tentaram descer até o Amazonas e permaneceram muitos anos até serem expulsos à força pelos portugueses (1594-1615).

Alguns anos antes, em 1553, o cavaleiro Nicolas Durand de Villegaignon, apoiado por Henrique II, foi ao Rio de Janeiro, desembarcou na ilha de Sery-Gipe⁸ que hoje tem seu nome, construindo aí a Fortaleza de Coligny com a intenção de fundar a cidade de Henriville. Permaneceu como senhor do local durante cinco anos.

7 Biblioteca Lindesiana, Collations and Notes, n°. IV. “Facsimilis of three Mappemondes”, Londres, 1898.— Pierre Desceliers era natural de Arques, burgo do Sena Inferior, perto de Dieppe.

8 “Sery-Gipe – Serv hy”, água de caranguejos, em língua tupi.

Em 1710, no reinado de Luís XIV, o capitão de Marinha François du Clerc tentou apoderar-se do Rio, e Duguay-Trouin o conseguiu no ano seguinte.

Mas todas essas conquistas foram efêmeras. O Brasil permaneceu sempre português, e Portugal sempre encontrou entre os nativos do país colonos fiéis, que lutavam contra todos que não fossem portugueses, fossem eles franceses, holandeses ou espanhóis.

Essa leal fidelidade dos colonos basta para provar que, se os portugueses daquela época guardavam zelosamente o Brasil e o separavam de todas as instituições que nossas ideias modernas consideram como base e instrumentos da vida dos povos civilizados, pelo menos souberam conquistar a afeição dos nativos e interessar seus próprios colonos pela existência do Brasil, como domínio da coroa portuguesa.

É necessário que se diga também que pouco a pouco a metrópole foi levada a tratar com mais cuidado de sua grande possessão sul-americana. Seus belos dias de glória se tinham escoado. Suas colônias iam-se uma a uma, arrancadas por rivais poderosos. Fazia-se mister compensar o déficit criado por sua perda.

Em 1640, quando a revolução nacional conseguiu expulsar do solo português os espanhóis estabelecidos desde 1580, e a fazer subir ao trono a dinastia de Bragança, os portugueses se despojaram de seu rigor para com a colônia. Progressivamente, permitiram que se cultivassem as especiarias e as plantas que lhes vinham antes, exclusivamente de suas possessões asiáticas. O algodão, açúcar de cana, as madeiras corantes começaram a ser exportados do Brasil. A descoberta das minas de ouro, a partir de 1663, valorizou mais ainda a colônia. Quando foram encontradas minas de diamantes, em 1727, o entusiasmo da metrópole tornou-se ilimitado, e o acontecimento foi festejado por te-déuns e procissões de ação de graças.

Uma nuvem de aventureiros caiu então sobre o Brasil, cujo interior passou a ser explorado por esses ousados “bandeirantes” que ficaram célebres na história do país.

Ainda outras causas contribuíram para povoar a colônia portuguesa da América do Sul.

O elemento português já tinha se espalhado no litoral. O elemento representado pelos indígenas, logo forneceu seu precioso contingente. No início, os portugueses só viam nesses selvagens animais de carga que podiam ser utilizados com vantagem para trabalhar.

Eram arrebanhados e reduzidos a escravos. Se se revoltavam, eram massacrados. Uma carta real, datada de 20 de abril de 1704, ordenava, após algumas incursões contra certas aldeias indígenas, que lhes fizessem uma guerra sem piedade: os que resistissem deviam ser mortos, e vendidos como escravos os prisioneiros, sendo que o produto da venda se destinava a cobrir as despesas das expedições; o saldo era destinado à distribuição entre os chefes das expedições, os oficiais e os soldados⁹.

Paulo III tinha sido obrigado, em 1537, a declarar, em duas bulas¹⁰, que esses índios eram homens, feitos à imagem de Deus. Um século mais tarde,¹¹ Urbano VIII devia ainda escrever um Breve em favor de sua liberdade.

Entretanto, os colonos portugueses evitavam cuidadosamente toda união regular com as índias, e foi somente em meados do século XVIII que um édito real, escrito sob a instigação do marquês de Pombal, fez saber que o casamento entre brancos e índias

9 Publ. pela Acad. Real das Ciências de Lisboa.

10 A primeira bula é de 23 de maio de 1537: “Pastorale officium erga oves nobis coelitus creditas.” A segunda é de 2 de junho do mesmo ano: “Veritas ipsa, quae nec falli...”

11 Breve de 20 de abril de 1639.

não seria mais considerado coisa infame, e que os maridos de nacionalidade portuguesa, apesar desses casamentos, conservariam sua posição e sua nobreza.

Não sendo o índio suficiente para suprir todas as necessidades, e não podendo fornecer braços a todas as explorações e remos a todas as embarcações encarregadas de explorar o interior, recorreu-se ao africano, importado do continente negro; foi o que valeu ao Brasil a escravatura que se estabeleceu legalmente até 1888 e que tanto retardou os progressos econômicos do país.

No começo do século XIX, os acontecimentos resultantes das guerras de Napoleão I mudaram os destinos do Brasil.

Portugal tinha hesitado entre a aliança britânica e as solicitações do poderoso imperador. A vingança não se fez esperar. A 27 de outubro de 1807, a França e a Espanha assinavam o Tratado de Fontainebleau contra Portugal, e Junot era imediatamente enviado à frente de uma divisão, para ocupar o pequeno país recalcitrante.

Em 25 de novembro de 1807, soube-se em Lisboa que o general francês havia passado a noite em Abrantes, a vinte e duas léguas da capital. D. João, o Rei, desde o dia 10 de fevereiro de 1794 ficara desnordeado. Cedendo menos ao medo que aos conselhos de Lord Strangford, representante da Grã-Bretanha, decidiu abandonar seu posto de combate. Dona Maria I, louca desde muito tempo, o príncipe regente e toda a sua família, a corte, os fidalgos, os altos funcionários, os burgueses ricos, cerca de quinze mil pessoas fugiram para a América do Sul, escoltados por alguns navios ingleses, abandonando a heroica nação à sua própria sorte.

Os nobres imigrantes desembarcaram solenemente no Rio de Janeiro, aos 8 de março de 1808, ao som de salvas de artilharia.

O Brasil dava, assim, asilo ao soberano da mãe-pátria, e o Rio de Janeiro tornava-se a sede do governo fugitivo. A bem dizer, Portugal descia ao nível de colônia do Brasil.

Esta situação imprevista impunha o estabelecimento de instituições políticas elementares na capital improvisada. Passou-se imediatamente à ação. O custeio da multidão de parasitas aristocráticos que a corte havia arrastado consigo, e que se engrossava a cada dia por frequentes chegadas, exigia uma transformação completa no regime econômico do país. Foi então que o Brasil entrou seriamente na fase agrícola e industrial, na qual tem perseverado com grandes vantagens.

Foram dispensados incentivos a todos os que se lançassem à cultura de especiarias. Os estrangeiros puderam obter concessões de terras e começar trabalhos de plantação. Não demorou que se percebesse que a superfície do solo era tão fértil quanto suas entranhas são ricas. Semeou-se a terra com ardor anteriormente consagrado a escavá-la e explorá-la.

Ao mesmo tempo, os portos do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Maranhão e Pará se abriam às nações amigas. Os direitos alfandegários foram abaixados; suprimiu-se em grande parte as barreiras que impediam as transações. Centros de produção foram sendo criados aos poucos. A atividade surgia onde até então reinava a inércia. Criou-se um banco de depósitos, de desconto e de circulação na capital. O comércio se desenvolveu. Em poucos anos a colônia havia tomado novo aspecto.

Enquanto isso, a Inglaterra enviava tropas a Portugal a fim de expulsar os invasores franceses. O general Wellesley, mais tarde duque de Wellington, derrotava Junot em Vimieiro, e obrigava Kellermann a assinar a convenção de Cintra (23 de agosto de 1808).

Quando o marechal Soult retornou pouco após, sofreu a mesma sorte que Junot e experimentou o valor de Wellesley. Massena tentou em vão, numa terceira campanha, retomar Portugal com a ajuda de Drout; teve que bater em retirada diante das forças inglesas.

Os acontecimentos se precipitavam. A estrela de Napoleão empalidecia a cada dia para ressurgir do lado dos mares. Luís XVIII substituíra Bonaparte no trono da França.

A queda do César de capote cinza foi festejada no Rio de Janeiro com luminárias e solenes ações de graças. Mas o regente de Portugal fez mais do que reconhecer Luís XVIII: abriu todos os portos do Brasil ao comércio do mundo inteiro, mesmo ao comércio francês (18 de novembro de 1814). Portugal foi admitido ao Congresso de Viena entre as grandes nações aliadas (18 de junho de 1814), e forneceu seu contingente aos exércitos beligerantes para derrotar de vez Napoleão, após a volta deste da ilha de Elba.

O Brasil se beneficiou dos serviços prestados à causa da Europa por Portugal. Aos 16 de dezembro de 1815, era elevado a reino e reconhecido por todas as potências.

Enquanto isso, a corte portuguesa permanecia em seus Estados de além-mar. A pobre rainha-mãe exilada, Dona Maria I, morreu no Rio de Janeiro em 16 de março de 1818. O príncipe regente sucedeu-lhe aos 20 de março. No mesmo ano, casou duas de suas filhas: uma, com Fernando VII da Espanha; a outra, com D. Carlos, irmão deste último.

No ano seguinte, seu filho mais velho e herdeiro presuntivo, D. Pedro de Alcântara (mais tarde D. Pedro I do Brasil), desposou a arquiduquesa de Áustria, Maria Leopoldina, filha de Francisco II (23 de maio de 1817). Em 6 de fevereiro de 1818, o príncipe regente era solenemente coroado no Rio de Janeiro, com o nome de d. João VI, rei do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

Depois das guerras e do despotismo do primeiro Império, o espírito de liberdade, o grande alento da Revolução Francesa, começaram a percorrer o mundo.

Portugal se sublevou, e exigiu uma Constituição, um parlamento, e direitos mais amplos.

Mesmo no Brasil, Pernambuco tomou armas e proclamou a República (1817). O Pará e a Bahia se revoltaram por sua vez. Era tempo de tomar uma decisão. Seria necessário reagir ou se submeter às reivindicações populares. D. João VI seguiu o caminho das almas fracas: absteve-se de tomar partido. Em 26 de abril de 1821, embarcou no Rio de Janeiro, após uma estada de treze anos, e, no dia 3 de julho voltava a Lisboa, a velha capital portuguesa. Seu filho mais velho, d. Pedro de Alcântara, ficava no Brasil na qualidade de regente.

As Cortes portuguesas não compreenderam tudo o que tinha acontecido no Brasil a partir de 1808. Conceberam o sonho insensato de recolocar o reino americano em seu antigo estado de simples colônia, dependente da metrópole; ordenaram ao príncipe regente que voltasse à Europa (10 de dezembro de 1821), e esperaram assim reconquistar a supremacia sobre um povo jovem, que tinha suficiente força para lhes impor sua vontade. D. Pedro se dispunha a obedecer, quando a agitação, dominando todo o país, o impediu de fazê-lo. Todos os brasileiros, de nascimento ou de adoção se uniram, e, antes de chegar à resistência aberta, declararam energicamente às Cortes, por intermédio do senado da Câmara do Rio de Janeiro, que seu país “desejava ser tratado como irmão e não como filho de Portugal, como soberano e não como súdito”.

Diante desta firmeza e dessas justas reivindicações do país, o príncipe regente não mais hesitou em abraçar a causa do povo entre o qual tinha crescido. Em 9 de janeiro de 1822, na presença de uma

multidão reunida para conhecer sua resolução, pronunciou estas palavras, que se tornaram célebres: “Se é para o bem de todos e para a felicidade geral da nação, estou pronto, diga ao povo que fico.”

Ele não faltou à sua palavra. d. Pedro sacrificou à pátria adotiva todos os laços de família. Se a ambição figurou em suas determinações, é preciso convir que ela salvou seu país de imensos desastres.

Aos 7 de setembro de 1822, d. Pedro, proclamando a independência do Brasil, anunciava ao mesmo tempo uma era de prosperidade para seu povo. Fazendo ouvir às margens do Ipiranga – riacho da Província de São Paulo – as palavras de libertação, “Independência ou morte!”, assegurou por muito tempo a liberdade e a vida de um dos maiores impérios do mundo.

Desde então, o Brasil só fez crescer. Sua administração interior se desenvolveu: suas relações exteriores se estenderam; sua instrução pública, sua agricultura, seu comércio, suas finanças, seus meios de comunicação não cessaram de progredir.

Com efeito, que era o Brasil em 1822? O que é hoje? Vamos indicá-lo sumariamente.

Os primeiros anos do reino de d. Pedro I foram inquietos. Proclamado Imperador constitucional e defensor perpétuo do Brasil, coroado como tal a 1º de dezembro de 1822, o novo soberano encontrou o país em momento de dolorosa evolução. Numerosas facções o dividiam. As províncias do Pará, Maranhão, Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Sul, a Cisplatina, tomada aos espanhóis, estavam em luta, e se recusavam, na maioria, reconhecer a nova ordem de coisas. Mesmo no Rio de Janeiro, a agitação era extrema e as paixões dos partidos estavam exacerbadas. Sem a extrema prudência do novo governante, sem o patriotismo dos “patriarcas” de

nossa independência, o Brasil cairia na anarquia mais completa e suas províncias se desagregariam em governos sem base e sem futuro.

Após dois anos de um governo sábio e firme, d. Pedro I conseguiu impor sua autoridade em todos os pontos de seu imenso império e fazer voltar os espíritos à tranquilidade e ao respeito das leis.

No ano seguinte, em 1825, após esta pacificação, a independência do Brasil foi reconhecida pelas grandes potências, e aceita também por Portugal, graças à mediação da Inglaterra.

O jovem império tinha conquistado seu lugar ao sol. Mas teve que pagar com alguns sacrifícios o favor que lhe tinha sido feito. A Inglaterra, em primeiro lugar, impôs-lhe convenções muito onerosas pelos tratados de 18 de outubro de 1825, que tornavam a fazer vigorar as cláusulas de 1810, tão favoráveis ao comércio britânico. A França, por sua vez, mostrou-se exigente. Em 8 de janeiro de 1826, aproveitando-se das dificuldades do novo império, conseguiu assinar um tratado de comércio ruinoso para o Brasil.

Durante essas negociações a guerra irrompia no Prata. O Brasil viu-se obrigado a lutar para defender a Província Cisplatina. Não conseguiu conservá-la, apesar de todos os esforços. Pela convenção de 27 de agosto de 1828, a Província Cisplatina constituiu-se em estado independente, que forma hoje a República Oriental do Uruguai.

D. Pedro I, herdava uma situação não menos deplorável no que diz respeito aos serviços administrativos do Estado. A instrução pública, que nunca tinha sido objeto das preocupações da metrópole, encontrava-se em estado rudimentar. Na época em que a Corte de D. João VI acampava no Rio de Janeiro, foram introduzidas algumas artes na capital. Um grupo de artistas franceses foi encarregado de organizar uma Academia de Belas-Artes (1816) em um país de analfabetos. Uma escola de marinha também foi fundada. Mas, quando o rei voltou ao seu trono europeu, chamou a

Lisboa os professores de Arte Naval e os mestres da Pintura Oficial. Quanto à imprensa, já vimos em que situação esta se encontrava. O jornal só floresce onde se cultiva o alfabeto.

A cultura do solo tinha dado alguns resultados. Em 1820, tinha-se conseguido exportar do Rio 15 milhões de libras de café, 100.000 caixas de açúcar de quinze quintais e 150.000 fardos de algodão de um quintal e meio. O porto da capital tinha visto entrar e sair 3.400 navios de todas as nacionalidades, incluindo a navegação de cabotagem. Contavam-se algumas casas estrangeiras no país.

Em três séculos, a população desse vasto território tinha aumentado de modo pouco significativo. Segundo um quadro publicado em 1820, o número de habitantes se elevava à insignificante cifra de 3.797.900, repartidos da seguinte maneira:

Branços.	1.043.000
Índios domesticados (“mansos”)	259.400
Negros libertos	505.500
Escravos de origem africana.	1.728.000
Escravos mestiços	262.000

Assim como os meios de instrução faltavam aos espíritos e faltavam braços à agricultura e à indústria, as finanças governamentais eram insuficientes para sustentar grandes empreendimentos.

Quando o rei d. João VI deixou o Brasil, o banco fez falência parcial e foi obrigado a reduzir o valor de suas notas. A dívida do Estado se elevava a uma grande soma, e não só os funcionários não recebiam mais seus salários, mas as tropas não recebiam seus soldos fazia mais de dois anos¹³. O orçamento anual das despesas se elevava a 14 milhões de cruzados, e as receitas do Tesouro não che-

13 Castro Carreira: *História financeira do Império do Brasil*, Rio, 1889, págs. 62 e 63.

gavam a 7 milhões. O déficit era esmagador. O isolamento em que viviam as províncias, por falta de linhas de navegação e de grandes vias de acesso, contribuíam ainda para aumentar as dificuldades da produção e das trocas, tornando mais aguda ainda a crise econômica.

Tal era o estado do Brasil no momento em que emergia da servidão colonial, no fim do ano de 1822.

Tudo mudou, desde então.

Hoje, após setenta e seis anos de independência e de vida autônoma, a antiga possessão de Portugal tornou-se a primeira nação da América Latina, pela riqueza, pelo poderio político, pelo desenvolvimento crescente da população e pelo progresso que realiza a cada dia no domínio das ciências e das letras. Governado a princípio por um monarca, o filho de D. Pedro I, destronado a 15 de novembro de 1889 por uma revolução pacífica; adotando, em seguida, sem protestos sangrentos, a forma republicana federativa; gozando de uma paz profunda, perturbada temporariamente apenas por movimentos parciais, devidos à crise de crescimento natural de todas as transformações políticas radicais; tranquilo no interior; não alimentando nenhum desejo de conquista nem de aumento territorial; atento a todos os aperfeiçoamentos que acontecem nos dois mundos para aumentar o bem-estar moral e material de sua população, – o Brasil colhe os frutos de sua sabedoria, e, pela abolição gradual da escravatura, realizada em meio de aclamações universais, e de modo definitivo em 13 de maio de 1888, bem como pela valorização de suas riquezas naturais por meio do trabalho livre, o Brasil prepara um futuro de grandezas e de prosperidade que espantará o mundo em alguns séculos.

Em menos de oitenta anos, o número de habitantes foi mais que quadruplicado. Eleva-se no momento a cerca de 16 milhões de almas.

A receita da União Federal, para o ano de 1898, foi estimada em 342.653 contos de réis. A receita proveniente da alfândega rendeu, para importação, em 1897, a soma de 244.000 contos, seja, ao câmbio de 8 pences por 1.000 réis, 3.066.666 libras esterlinas.

As exportações não pararam de seguir em marcha progressiva e regular. Em 1895, apenas os dois portos do Rio de Janeiro e de Santos exportaram 6.300.000 sacas de café, ou seja, 378.000.000 quilos. Ao longo deste livro, veremos os progressos realizados pela produção da borracha, que, desde a publicação da primeira edição, aumentou consideravelmente.

Deve-se atribuir o desenvolvimento maravilhoso dos recursos do Brasil ao estabelecimento de meios de comunicação mais rápidos por terra e por água.

A primeira estrada de ferro construída no Brasil data de 1854. Hoje, a rede de vias férreas se estende sobre um percurso de 9.000 quilômetros aproximadamente.

O serviço telegráfico compreende uma extensão de 35.000 quilômetros de fios elétricos. Vai de Belém, capital do Estado do Pará, e chega a Jaguarão, no Estado do Rio Grande do Sul, ramificando-se até Mato Grosso. O Brasil é ligado por telégrafo, desde 1874, à Europa, aos Estados Unidos, às Repúblicas do Prata e ao Chile, na costa do Pacífico. O telégrafo submarino liga igualmente o resto do mundo ao Brasil por cabos cujas estações se encontram em Fernando de Noronha, no Estado de Pernambuco, e em Vizeu, no Estado do Pará, sem falar de um cabo subfluvial entre Belém e Manaus.

A navegação a vapor percorre todo o litoral do país e penetra nos principais rios. Vapores com destino ao Brasil partem regu-

larmente dos portos do Havre, de Pauillac, de La Pallice, de Marselha, de Gênova, de Nápoles, de Trieste, de Bremen, de Hamburgo, de Liverpool, de Southampton, de Nova York, etc. Companhias, algumas das quais subvencionadas, exploram a navegação fluvial. A mais poderosa dessas companhias é a do Amazonas (*Amazon Steam Navigation Company Limited*) que dispõe de 34 barcos, percorrendo 320.000 milhas por ano.

A costa marítima do Brasil, num percurso de 6.000 quilômetros desde o Oiapoque até o Xuí tem a presença de grande número de faróis e fanais.

O progresso da instrução pública avança de par com os melhoramentos materiais. A instrução primária, a cargo das municipalidades e dos Estados autônomos, é gratuita em todo o país, e, frequentemente, obrigatória. Segundo as últimas informações estatísticas, o número de escolas públicas de instrução elementar é de mais de 7.800, às quais se faz mister acrescentar cerca de mil escolas primárias particulares. Essas escolas são frequentadas por mais de 250.000 alunos. Liceus e colégios de ensino secundário existem em todas as capitais dos diversos Estados da União, e, no Rio de Janeiro, o Ginásio Nacional é uma verdadeira Faculdade de Letras. Vários estabelecimentos de ensino superior ou técnico foram fundados tanto no Distrito Federal quanto nos Estados. No Rio de Janeiro se encontra uma Escola Politécnica, compreendendo cursos de ciências físicas e naturais, de ciências físicas e matemáticas, cursos para engenheiros, geógrafos, engenheiros civis, de minas, de artes e manufaturas, sem falar de uma faculdade de Medicina, de duas faculdades Livre de Direito e de uma Escola Militar que ministra cursos superiores, como a Escola Naval. Na Bahia, há uma Faculdade de Medicina; no Recife e em São Paulo, faculdades de Direito, e, na primeira dessas cidades, uma Escola de Engenharia; em Ouro Preto, uma Escola

de Minas e um Curso de Farmácia; no Pará, uma escola de Pilotos, etc. O Liceu de Artes e Ofícios do Rio e o Liceu Literário Português da mesma cidade, são estabelecimentos sem rivais. Um Instituto de Agricultura, ao qual se anexa um Jardim Botânico; um Museu Nacional que possui uma vasta biblioteca e coleções preciosas; uma Biblioteca Nacional que possui uma grande biblioteca e coleções preciosas, contando com cerca de 150.000 volumes, 7.900 manuscritos e mais de 20.000 estampas, – e outras instituições, que seria tedioso enumerar, entre as quais figura o Instituto de História, de Geografia e de Etnografia, cuja Revista é regularmente publicada desde 1839, completam a organização científica e literária do país.

Administrativamente, o Brasil está dividido em vinte Estados autônomos, tendo cada um seu presidente ou governador, e, segundo o caso, uma ou duas Assembleias Legislativas – Senado e Câmara, ou apenas Câmara, com o nome de Congresso do Estado – suas leis, sua milícia, seu orçamento. A cidade do Rio de Janeiro e seus subúrbios formam um território especial, o Distrito Federal, independente de qualquer Estado. O presidente da República é eleito por quatro anos.

Os dois Estados do Pará e do Amazonas, que serão o objeto particular de nosso estudo, e que, juntamente, são frequentemente designados sob o novo nome de Amazônia, estão situados no extremo norte do Brasil, e ocupam uma superfície de 3.046.732 quilômetros quadrados. São quase seis vezes maiores que a França continental, cuja superfície é de 520.076 quilômetros quadrados.

Essas generalidades nos pareceram necessárias para introduzir o leitor europeu nos desenvolvimentos que faremos no prosseguimento deste trabalho.

Para estudar em todos seus detalhes o “país das Amazonas”, o Amazonas, e dar uma ordem lógica aos numerosos documentos que

possuímos, adotamos um método de classificação que abrange todas as informações colhidas por nós sobre a natureza da região, sobre o habitante e sobre o estrangeiro em suas relações com o habitante.

Dividiremos, pois nosso trabalho em três partes bem distintas:

1 – a natureza da região;

2 – o habitante;

3 – o estrangeiro e suas relações com o habitante.

Se, segundo a opinião de um autor antigo, cada livro tem seu destino, desejamos a este, não que volte aos amados lugares que o inspiraram, mas que suscite, em todos os que o lerem, o desejo de levar seus esforços ao “país das Amazonas”.

PRIMEIRA PARTE
A NATUREZA DA REGIÃO

.....

Capítulo Primeiro

NOÇÕES GERAIS: – ORIGEM DO NOME DAS AMAZONAS. – COMO ESSE NOME FOI INVENTADO E SE PROPAGOU. – UMA PÁGINA DE HERÓDOTO TRANSPOSTA. – AS AMAZONAS EXISTIRAM NA REALIDADE? – UMA NOVA EXPLICAÇÃO DA LENDA. – PRIMEIROS VIAJANTES NO RIO DAS AMAZONAS: COUSIN, ORELLANA, PINZON, DIEGO DE LEPE, ORDAZ, AGUIRRE, QUESADA, BERRIO, PALACIOS, PEDRO TEIXEIRA, ETC. – VIAJANTES MODERNOS E CONTEMPORÂNEOS. – UM BISMARCK NA AMAZÔNIA.

É

CONHECIDO O CONTO DE HOFFMANN em que um ingênuo original se diverte construindo uma casa. O processo por ele empregado é de um idealismo por demais transcendente para resultar em uma obra comum de simples alvenaria. O homem, um Balzac qualquer das margens do Reno, se põe a recortar o ar em todos os sentidos, a medir um prado, e a evocar, por aqui e por ali, muros, portas, janelas, torres, tudo o que é necessário para realizar um castelo na Espanha e nele alojar uma pura imaginação de poeta.

Não seguiremos este exemplo, edificando nas nuvens. Traçamos as grandes linhas de nosso plano. O material está reunido. Começemos pelos alicerces, escavemos o passado destas terras.

A primeira pergunta que se faz no início de um trabalho desse gênero, é a da etimologia.

– De onde vem o nome de Amazonas?

Um helenista, amigo nosso, nos forneceu explicações sobre este curioso assunto de linguística:

Os gramáticos, nos disse ele, estão divididos sobre a palavra grega “*Amazon: grammatici certant*”. Uns se baseiam no relato de Diodoro da Sicília sobre as amazonas asiáticas, que com a idade de dezoito anos, se submetiam à ablação do seio direito para não serem impedidas de usar suas armas, e fazem derivar seu nome do prefixo *a*, privativo, e de *mazos*, seio. Esta opinião não pode ser sustentada, a não ser que se tome a expressão “sem seio” no sentido figurado, designando mulheres que tenham sacrificado as funções naturais de seu sexo. Com efeito, todas as figuras de amazonas que possuímos, representadas em vasos antigos, assim como os baixos-relevos do sarcófago do Museu do Capitólio, representam as guerreiras sármatas sem qualquer mutilação. Seu busto nada deixa a invejar ao das outras mulheres; bem pelo contrário. Ele se espalha à vontade sob a clâmide, e o escudo o cobre com dificuldade. As rainhas: Pentesileia, que socorreu os troianos em suas dificuldades; Antíope, mãe de Hipólito, que atacou Teseu, rei de Atenas; Talestris, que visitou Alexandre; Tomiris, que matou Ciro, e tantas outras, que foram as mais belas e as mais corajosas, não eram incomodadas por seu duplo fardo. Manejavam o arco, a espada, a lança, o machado de dois gumes tão galhardamente quanto Joana D’Arc ou Joana Hachette. Devemos pois descartar esta versão e procurar outras fontes...

Certos historiadores pretendem que, bem antes das heroínas da Capadócia que habitavam às margens do Termodon –, por conseguinte, bem antes do ano 1600 a. C. – floresciam na África mulheres conquistadoras, combatendo duas a duas, unidas por cintos e por juramento. Essas amazonas negras subjugarão os númidas, os etíopes e os atlantas africanos, americanos ou oceânicos. São chamadas amazonas, ou seja *unidas, ligadas*, do grego *ama*, denotando união, e *zona*, cinto. O cinto que usavam era também guardião de seu voto de virgindade. Foi essa tira de fazenda que criou sua reputação na história... Prefiro esta explicação à outra, já que tem a vantagem de melhor nos revelar os costumes primitivos dessas mulheres que os citas chamavam “oiorpata”, matadoras de homens... No meu entender, a Amazônia deve sua denominação às amazonas africanas que a invadiram e povoaram nas épocas pré-históricas, a não ser que lhe venha

simplesmente de seu grande rio, que se desenrola como o *zona* (cinto) dos helenos.

Por mais sábia que parecesse, essa explicação não nos satisfaz inteiramente, e continuamos nossa pesquisa.

No século XVI, o maravilhoso ainda reinava. O sobrenatural imbuía todas as imaginações. Sonhava-se em toda a cristandade. A miséria da época forçava as almas a se refugiarem nas Tebaidas povoadas de delícias. A feitiçaria tinha invadido tudo. A alucinação era geral e se misturava ao gênio. Foi o que nos valeu as admiráveis descobertas do Renascimento. Assim como a alquimia incentivou a ciência da matéria, o sonho impeliu os homens, através de uma espécie de sonambulismo, a tomar pé em continentes vagamente entrevistos desde a época de Platão.

Nesse tempo, nas palhoças, contavam-se histórias maravilhosas. Sem sair de perto da lareira, empreendiam-se viagens fantásticas. O camponês se comprazia em lembrar as loucas campanhas das cruzadas. Entre seu boi e seu burro, o mundo lhe parecia uma remota terra prometida.

Havia, além dos mares, no país da Etiópia, um reino banhado de sol. Aí viviam, entre montes de ouro e vagas de púrpura, um amigo de Deus, um pontífice tão poderoso quanto Davi, tão rodeado de glória quanto Salomão. Este homem extraordinário era o padre João, um batizado, que devia espalhar o cristianismo em todo o universo. Este Papa *in partibus* tinha como vizinho um grande soberano no catecúmeno, que ardia por abraçar a doutrina do Evangelho. Tratava-se do grande Cã na Tartária, forte como Carlos Magno.

Essas narrativas eram aceitas como artigos de fé. Colombo, como sabemos, entusiasmou-se por elas. Com a cabeça cheia dessas quimeras substituindo a geografia, quis ver essas “terras ocultas”. Seu itinerário era tão racional quanto um argumento escolástico.

Ele iria, pelas terras de Verágua, aos estados do misterioso monarca. Em seguida, voltaria de Cuba por terra, tomando a rota da Etiópia, de Jerusalém e de Jafa. O esquema não apresentava maiores dificuldades.

A América se encontrava em seu caminho e assim foi descoberta.

Soubes-se bem cedo que padre João era um pobre-diabo de rei sem maior importância.

O consolo passou a vir de outras lendas.

Existia, em algum lugar, um país atravessado por um “mar branco”, cujas vagas rolavam em areias de ouro e calhaus de diamantes. Sua capital, Manoa (note-se, de passagem, a identidade com o nome da tribo índia Manau ou Manoa, que deu seu nome à atual capital do Estado do Amazonas), era uma grande cidade cheia de palácios. Alguns eram construídos de pedras ligadas por prata; os tetos de outros eram feitos de lâminas de ouro. Pisava-se sobre os metais mais preciosos. Manoa era o depósito de todas as riquezas da Terra. Nela reinava um homem, a quem se dava o nome “le Doré”, ou seja “El-Dorado” em espanhol, porque seu corpo era coberto de faíscas de ouro, assim como o céu é cravejado de estrelas.

A loucura da riqueza se apoderava da Europa e substituía as histórias místicas. Essa nova corrente carregou consigo muita gente.

Gonzalo Pizarro,¹⁴ irmão do conquistador do Peru, Alonso Pizarro, deixou-se tentar. Em 1539, pôs-se à frente de um bando de aventureiros armados até os dentes, amplamente munidos de provisões, e partiu do Peru à conquista dos escudos e das couraças de ouro, usadas, segundo a tradição, pelos guerreiros de El-Dorado. A caminho, a uma centena de léguas de Quito (hoje capital da República do Equador), alistou um soldado da fortuna, do qual fez, por infelicidade, seu tenente. Esse homem chamava-se Francisco de Orellana.

Caminharam dia e noite, através de florestas e de grandes rios. Alimentavam-se como podiam, de ervas e de frutos selvagens. O cansaço, as febres, as privações dizimaram os ávidos exploradores. Após muitos meses de lutas e de sofrimentos inauditos, Pizarro e seus companheiros não tinham conseguido descobrir a cidade encantada com o seu velo de ouro. Tiveram de se contentar em descobrir algumas pepitas do precioso metal ao longo de sua rota (alguns pretendem que foram encontrados 50.000 quilos de ouro). Orellana é encarregado da guarda do tesouro. Ele o carrega num pequeno barco, leva consigo cerca de cinquenta homens e parte.

14 *Levini Apolloni*: “De Periviae, regionis inter Novi Orbis provincias celeberrimae, inventionione et rebus in eadem gestis libri V. – Antverpiae 1. Bellerus, 1567.

Desce, ao acaso, um rio, o Coca¹⁵, que o conduz a um grande rio. Sem nenhuma dúvida, estava navegando no mar branco de ondas prateadas do reino de El-Dorado.

Seu plano estava pronto. Nosso tesoureiro infiel se considera desde então como o legítimo proprietário de sua carga de ouro. Só se preocupa em ganhar velocidade e se afastar cada vez mais de seu chefe. O rio era rápido: abandona sem escrúpulos o navio à correnteza. Dois de seus companheiros lhe observam que talvez estejam navegando rapidamente demais, e que Pizarro não poderá segui-los. Orellana se desfaz desses homens, incapazes de compreendê-lo. Ele os deixa sobre a margem, sem armas nem provisões, em plena floresta virgem. Um desses infelizes era um dominicano, Gaspard de Carvajal; o outro, um fidalgo de Badajoz, Hernando Sánchez de Vargas.

Porém outros obstáculos se apresentam. As tribos ribeirinhas o atormentam sem cessar com flechadas. Orellana consegue passar incólume. Enfim, a 26 de agosto de 1541, deixa o Mar Doce, a que dá o seu nome, e que depois foi chamado de rio das Amazonas.

Enquanto o confiante Pizarro, privado de seu ouro, retornava a Quito de mãos vazias, seu associado, mais feliz, conseguia fazer chegar seus tesouros à Espanha. Fez acreditar a seus compatriotas que tinha sido atacado por mulheres selvagens, uma espécie de amazonas louras, que o tinham emboscado a caminho. Contou-lhes a esse respeito histórias mitológicas, que deram a volta à península.

O germe da lenda estava lançado, e, semeado em bom terreno, ia produzir frutos.

Orellana tornou a partir de Espanha a 11 de maio de 1544, em direção ao Novo Mundo. Foi menos bem-sucedido dessa vez. Como era de justiça, morreu.

15 “O Napo, outrora denominado Naapo, alimentado pelas neves do Antisana e do Cotopaxi, tem dois grandes afluentes equatorianos: ao norte o Coca, ao sul o Curará; a julgar pela orientação do vale principal, do noroeste ao sudeste, o Coca deveria ser considerado como o verdadeiro rio. Mas o Napo tomou o nome até o Amazonas, graças à vizinhança com Quito. Elisée Reclus: *Nouvelle Géographie Universelle*, t. XVIII, pág. 431.

A Inglaterra de Jacques I (1603-1625) acreditou nessas lendas, como sabe acreditar em tudo o que não perturba por demais o equilíbrio de seus interesses, e Raleigh apoiou essas crenças.

Foi durante o reinado de Elisabeth (1558-1603) que Sir Walter Raleigh¹⁶ começou a ficar famoso. É por demais conhecida a aventura que lhe atraiu as boas graças da soberana o seu brilhante papel na América do Norte, onde fundou os primeiros estabelecimentos da Virgínia, e de onde levou para a Inglaterra, pela primeira vez, o tabaco e a batata. Durante o reinado de Jacques I, envolveu-se em uma conspiração com Lord Grey e Lord Cobham, conspiração essa que ficou célebre com o nome de “The Main”. Seus dois companheiros foram executados; Sir Walter Raleigh foi processado e, apesar de toda sua eloquência e da brilhante resistência ao promotor-geral Edwards Coke, foi declarado culpado de traição e igualmente condenado à morte. Foi preso na Torre de Londres, onde permaneceu durante 13 anos, empregando seus lazes de prisioneiro de Estado a escrever sua *História do Mundo*. O duque de Buckingham tentou obter-lhe o perdão. Em 1617, conseguiu do rei que Raleigh fosse posto em liberdade: este se comprometia a equipar uma expedição às suas custas e ir descobrir os tesouros do El-Dorado em proveito do rei; mas devia respeitar os estabelecimentos espanhóis, já que na ocasião se negociava o casamento de Charles, príncipe de Gales (filho de Jacques I e da princesa Anne, da Dinamarca), com a Infanta da Espanha. Raleigh partiu para a América do Sul. Não descobriu o El-Dorado, mas em compensação, desentendeu-se com os espanhóis, e apoderou-se de São Tomás; após a revolta de seus homens, voltou inteiramente despojado à Inglaterra. O embaixador da Espanha exigiu sua punição. Jacques I fez vigorar a antiga condenação à pena capital, e, a 29 de outubro de 1618, Raleigh subia ao cadafalso e morria como homem de coragem e espírito, lançando ao carrasco epigramas semelhantes aos que havia dirigido outrora ao promotor-geral.

Mas ele também, para justificar sua falha e salvar a cabeça, havia falado dos batalhões de amazonas que guardavam seus tesouros.

16 *Descriptio Itinerum Francisci Draken, Thomae Condisch, Gualtheri Raleigh*. – Francofurti e Oppenheimii, De Bry et Merian, 1599-1625.

Todos aqueles que, desde então, nutriram a fantasia de ver por si mesmos, Jean de Léry¹⁷ e Gandavo¹⁸ particularmente, não ousaram lançar dúvidas sobre a existência das terríveis guerreiras. Esses viajantes deviam mentir muito, para dar a aparência de terem ido muito longe. Não hesitaram em enxertar suas próprias fantasias romanescas em simples dados fornecidos por seus antecessores.

Gandavo, que tinha alguns conhecimentos da História Antiga, assim traduzia Diodoro de Sicília:

“Existem, entre as tribos indígenas, algumas índias que fazem votos de permanecer castas. Não têm nenhum contato com os homens, e preferem morrer a romper seu celibato. Abandonam todos os ofícios femininos e se entregam a ocupações viris. Usam os cabelos cortados como homens; vão à guerra e à caça com arcos e flechas. *Cada uma tem uma mulher que a serve, com a qual se diz casada.* Esses pares mantêm entre si relações íntimas como as que existem entre marido e mulher...”

Trata-se certamente das criaturas inseparáveis da África, unidas por um mesmo cinto que nada tem de casto, as *amazonas*, em resumo.

Como resistir a tais testemunhos? Evidentemente, pormenores tão precisos não são inventados. É demasiadamente inverossímil para deixar de ser verdade.

Entretanto, todos esses rumores fantásticos talvez caíssem no esquecimento, se um autorizado historiador não lhes acrescentasse a autoridade de seu testemunho. O padre Pedro Cristóvão de Acuña, reitor de Cuenca¹⁹ que acompanhou o capitão Pedro Teixeira na volta de sua grande exploração do Amazonas, e do qual falaremos mais tarde, fez-se o verdadeiro disseminador da lenda. Sua boa-fé enganou os mais incrédulos; sua ingenuidade pareceu isenta de toda segunda intenção e de intuito de

17 Lerii, *Historia navigationis in Brasiliam, quae et America dicitur*. Genevae, E. Vignon, 1594.

18 *Coleção de opúsculos reimpressos relativos à história das navegações dos portugueses*. Publ. pela Academia das Ciências. Tomo I. 3 vol., Magalhães de Gandavo. – Lisboa, 1844-1858.

19 Agugna: *Voyages into South America, up the Amazon to Quito*, 1698.

enganar. Ora, tendo realizado uma pesquisa “de veracitate facti”, eis o que relata, com a maior seriedade do mundo, em seu *Nuevo Descubrimiento*:

“A trinta e seis léguas abaixo da última aldeia dos tupinambás²⁰, descendo o rio Amazonas, encontra-se ao norte, um rio que vem da província do mesmo nome e que é conhecido pelos habitantes da região pelo nome de Cunuris²¹. Esse rio recebe seu nome das tribos de índios que habitam perto de sua embocadura. Acima destes se encontram os apotos, que falam a “língua geral” (o tupi-guarani). Depois deles se acham os tagaris, depois os guacaris, a tribo bem-aventurada que goza dos favores das valentes Amazonas. Os guacaris construíram sua aldeia em montanhas de altura prodigiosa (as cordilheiras da Guiana). Entre elas se encontra um monte, chamado Tacamiaba, cujo cume se eleva muito acima dos outros, e que é estéril, porque é incessantemente batido pelos ventos. Aí, habitam as amazonas.

“Essas mulheres vivem sozinhas e se protegem sem a ajuda dos homens. Apenas, em certas épocas determinadas, recebem a visita de seus vizinhos, os guacaris. Quando estes chegam, elas correm às armas, temerosas de serem surpreendidas. Mas, logo que reconhecem seus amigos, precipitam-se em direção aos barcos dos recém-chegados. Cada uma pega uma “itamaca” (rede) e vai armá-la em sua casa, esperando os homens. Ao fim de alguns dias, os hóspedes das amazonas voltam à sua aldeia, não deixando nunca de retornar na próxima estação. As filhas que nascem dessas uniões são criadas por suas mães. Ensinam-lhes a trabalhar e a manejar armas. Quanto aos meninos, não se sabe ao certo qual o seu destino. Ouvi dizer por um índio que, quando jovem, tinha ido com seu pai a um desses encontros, que as amazonas entregam ao pai, no ano seguinte, o menino nascido da união. Mas acredita-se geralmente, que esses meninos são mortos. Eu não saberia dar a resposta certa.

20 Tupinambás, Toupinambours, Tououpinambaultios, Toucoupinambahults. Seu nome provém, segundo Batista Caetano, de “Tupinambae”, os que estão firmes na terra, derivado de “ambae” participio, significando “aquele que está de pé”; de onde “T-ibi-ri-ambue - tubini-ambae - tupi-nambae”.

21 Cunuris - “cunáh-r-y”, rio das mulheres, em língua tupi. O Cunuris é o atual Jamundá.

“De qualquer forma, essas mulheres possuem tesouros capazes de enriquecer o mundo inteiro. A barra do rio em cujas margens habitam as amazonas se encontra a 2 graus e meio de latitude meridional.”²²

O bom padre de Acuria escrevia história a seu modo, entremendo-a de algumas de suas evocações clássicas. É preciso compulsar Heródoto para encontrar a chave dessa fértil imaginação. Eis o que escreve o historiador de Helicarnasso²³ que batizou, sem saber, o maior estado do Brasil:

“Por volta do meio-dia, as amazonas se afastavam do acampamento, sozinhas ou duas a duas... Os eitas se aperceberam e fizeram o mesmo. Um deles se aproximou de uma dessas amazonas isoladas e esta, longe de afastá-lo, concedeu-lhe seus favores... O jovem eita, de volta ao acampamento, contou sua aventura, e no dia seguinte voltou com um companheiro ao mesmo lugar, onde encontrou a amazona que o esperava com uma companheira. Os outros jovens, informados do fato, conquistaram assim as outras amazonas, e, reunindo em seguida os dois acampamentos, permaneceram juntos, e cada um tomou como mulher aquela que primeiro lhe concedera seus favores... Daí provém que as mulheres sauromatas conservaram seus antigos costumes: elas montam e vão à caça, ora sós ora com seus maridos. Elas os acompanham à guerra e usam as mesmas roupas que eles...”

Foi portanto a lenda grega que serviu a Orellana, a Raleigh e ao padre de Acuria para construir sua lenda amazônica.

Essas fábulas tinham-se espalhado entre os habitantes da Amazônia, e de La Condamine²⁴ propagou-as por toda a Europa no século XVIII.

Hoje, parece fora de dúvida que as amazonas do Brasil jamais existiram da forma que foram descritas por esses antigos viajantes. O que pôde dar lugar às amplificações de Francisco Orellana e dos que o seguiram, foi o hábito que grande número de índias conservou de acompanhar os homens à guerra, de excitá-los ao combate mesmo de tomar parte nos

22 Cónego Bernardino de Sousa: *Pará e Amazonas*.

23 Meldoméne, *Histoire d'Hérodote*, livro IV, pág. 321. Edição Charpentier. Pág. 11-28.

24 De La Condamine: *Relation d'un voyage dans l'intérieur de l'Amérique méridionale en descendant la Rivière des Amazone*. – Paris, 1743-1744.

ataques dirigidos contra povos rivais. Esses costumes índios nos ajudam a compreender melhor o que eram outrora as mulheres do Termodon.

Já em 1774, Ribeiro de Sampaio observava que os tuturicus, então em franca hostilidade contra os centros de população fundados no Tocantins, levam suas mulheres à guerra, e que estas, não só lhes fornecem flechas durante o combate, mas suportam muito bem o fogo dos brancos. Os otomacas também assim faziam, com a diferença que suas mulheres apanhavam as flechas inimigas, envenenavam-nas imediatamente, e as entregavam aos maridos para que as lançassem contra o inimigo. Acrescentava, espirituosamente, que esta fábula convinha ao espírito dos espanhóis, tão inclinados aos contos maravilhosos.

Entretanto, como a história procura sempre explicar a lenda, sustenta-se com seriedade, ainda hoje, que as amazonas realmente existiram, e tenta-se justificar sua existência antiga por meio de inscrições lapídeas e da máscara de Jurupari.

O Jurupari, hoje considerado pelos índios como um gênio mau, a personificação do Diabo, teria sido, nos tempos pré-históricos, um guerreiro estrangeiro, proveniente, sem dúvida, das Antilhas para o Amazonas. Na embocadura do rio, teria começado a ter choques com bandos de mulheres guerreiras, com elas combatendo ao longo do rio. As inscrições que se pode ver ainda hoje em pedras e rochedos, na época em que as águas baixam, principalmente na embocadura do Oiapoque ou rio de Vicente Pinzón²⁵, em Itacoatiara e no rio Negro, são o relato, até hoje não decifrado, de suas vitórias e da derrota das amazonas. Em seu curso triunfante, o Jurupari chegou ao alto rio Negro, após ter completamente destruído as amazonas. Os descendentes destas adotaram como símbolo de sua terrível derrota a couraça do vencedor, que, por uma lenta mudança, transformou-se na máscara sagrada, que nenhuma mulher índia pode ver, sob pena de

25 Termo de vistoria que mandou fazer o capitão-comandante Diogo Pinto da Gaia, das pedras (esculpidas) do Monte d'Arjan (as montanhas de prata) que se acha na boca do Rio de Vicente Pinzón, 1728; (Man. com estamp., da Biblioteca Nacional do Rio).

morte. É por isso que, ainda hoje, elas se afastam e se refugiam nas profundezas das florestas quando se exhibe o antigo instrumento de sua derrota.²⁶

Eis o que explica o nome. Passemos adiante.

Quem foi o feliz mortal que, pela primeira vez, tentou em frágil barco, subir ou descer o rio das Amazonas? Quem foi esse audacioso, impellido pelo amor à aventura e pela sede do ouro, que, aventurando-se a penetrar nesse reduto de selvagens canibais, como então se acreditava, descobriu o maior rio da Terra? Os anais da Geografia não registraram seu nome.

Bem antes de Francisco de Orellana (1540), era conhecida de maneira certa, conforme já dissemos a existência do mar doce amazônico.

Os franceses reivindicam a glória dessa bela descoberta.²⁷

Dizem eles que Cousin partiu de Dieppe no início do ano de 1488. Desceliers²⁸, que desempenhou junto a Cousin o mesmo papel que o florentino Paolo Toscanelli desempenhou junto ao genovês Cristóvão Colombo, tinha-lhe recomendado, afirma-se, de não navegar junto às costas, conforme haviam feito todos seus antecessores, e de se lançar ousadamente através do oceano. Tendo chegado ao Atlântico, Cousin teria seguido esse conselho, e teria sido logo arrastado pela corrente equatorial, que, como se sabe, leva ao oeste. Após dois meses de navegação, teria abordado uma terra desconhecida, perto da embocadura de um rio imenso. As memórias de Dieppe não hesitam em afirmar que esta terra desconhecida era a América

26 F. J. de Santa Anna Nery: *Folk-Lorrio Brésilien*, Paris, 1889, Livraria Acadêmica Didier, pág. 243 e seguintes.

27 Desmarquets: *Mémoires chronologiques pour servir à l'histoire de Dieppe* – Paris, 1785, I vol. in-12. – Estancelin: *Recherches sur les voyages et découvertes des navigateurs normands* – Paris, 1832, I vol. in 8? – Paul Gaffarel: *Histoire du Brésil Français*, Paris, 1878, I vol. in-8°, etc.

28 Os escritores franceses escrevem sempre *Descalliers*, e L. Vitet nos fornece um resumo da biografia desse sábio padre do século XVI. Sabemos hoje, após a publicação, em fac-símile, dos mapas-múndi de Lord Crawford e do British Museum, que ele se chamava, na realidade, Pierre *Desceliers*. O segundo mapa-múndi traz, com efeito, a seguinte inscrição: “Faictes à Arques par Pierre Desceliers, presb. 1546.” (“Biblioteca Lindesiana”, *Collations and Notes*, n9 IV. Fac-similes of Three Mappemondes, Londres, 1898). Já nos referimos às indicações de dois desses mapa-múndi.

do Sul, e que o rio imenso era o rio das Amazonas, ao qual Cousin teria dado o nome de Maranhão.²⁹

O que há de certo é que a honra da primeira descoberta autêntica dessas regiões cabe a um espanhol, Vicente Yáñez Pinzón, um dos três irmãos que tão poderosamente ajudaram Colombo a organizar sua primeira viagem, e que foram seus companheiros na grande empresa. Vicente Yáñez Pinzón teve o mérito inesquecível, não só de reconhecer, pela primeira vez, a embocadura do grande rio e as costas em volta, mas ainda de aportar no Brasil antes mesmo que a esquadra portuguesa, destinada às Índias e colocada sob o comando de Pedro Álvares Cabral, tivesse deixado o porto de Lisboa (9 de março de 1500). Vicente Pinzón, que havia participado da descoberta da América, percorreu toda a costa setentrional do Brasil, desde o cabo a que deu o nome de Santa María de Consolación, hoje Cabo de Santo Agostinho (26 de janeiro de 1500), até o cabo que designou com seu próprio nome – Cabo São Vicente – o qual teve o nome mudado, por triste fantasia, para Cabo Orange, na margem direita do rio Oiapoque. Ele fez o reconhecimento na ocasião das bocas do Amazonas, que batizou com o nome tão bem achado de mar Doce (Mar Dulce) e navegou ao longo do litoral sul-americano até o golfo de Pária, na Venezuela. Esse acontecimento causou tal sensação na época, que, pouco após, a família Pinzón obtinha foros de nobreza e armas (três caravelas singrando o oceano e um braço estendido em direção de uma ilha desconhecida – com a famosa divisa, já tomada por Colombo:

*A Castilla y a León
Nuevo Mundo dió Pinzón*

No mesmo ano de 1500, um outro espanhol, Diego de Lepe, chegava igualmente ao cabo de Santo Agostinho, visitava a costa brasileira até o rio San Giano, que se supõe ser o rio das Contas, e tornava a percorrer a rota de seu compatriota Pinzón, descendo para o norte, isto é, em direção do Amazonas.

Pouco depois, Diego de Ordaz (1531), a quem Carlos V tinha concedido o direito de explorar o legendário país do El-Dourado; López de

29 L. Vitet: *Histoire des anciennes villes de France*, primeira série: Haute Normandie, Dieppe, Paris, 1833, 2 vol. in-12, t. segundo, págs. 56-57.

Aguirre (1560), o matador de Pedro de Ursua; Gonzalo Jiménez de Quesada (1569), governador de Santa Marta, na Colômbia, que deu a essas antigas possessões espanholas o nome de Nova Granada, em recordação de sua terra de origem; Antonio de Berrio (1591), e outros ainda, percorreram alguns dos afluentes do Amazonas, sem entrar no próprio rio.

Um desses exploradores merece menção especial: trata-se de um mineiro português, que, em 1567, descobriu em Huancavelica, no Peru, um tesouro inesperado, jazidas de mercúrio, das quais se extraiu uma soma no montante de perto de meio bilhão. A cidade, denominada quando de sua fundação Vila Rica de Oropesa, está situada a 3.798 metros de altitude, “não longe das cristas da Cordilheira³⁰ que separa as duas vertentes: de um lado o rio da Chíncha, descendo para o Pacífico, e de outro, as torrentes que, pelo Mantaro e o Ucaiali vão ao Amazonas”.

Um século mais tarde, Juan de Palacios desceu de Quito até o confluente do Napo. Nesse lugar, foi abandonado por uma parte de seu bando, e navegou no Amazonas, acompanhado apenas por dois irmãos leigos e uma pequena escolta. Chegando ao rio Negro, foi massacrado por nativos da região. Seus companheiros salvaram-se e foram bastante afortunados para descer até a embocadura do Amazonas, em Belém. O capitão-geral, Francisco Coelho de Carvalho, e o provedor das finanças reais, Jácome Raimundo de Noronha, os acolheram com bondade, e resolveram organizar uma expedição para reconhecer todo o curso do Amazonas.

Antes do fim do mesmo século, Samuel Fritz e tantos outros missionários, jesuítas, carmelitas e franciscanos, visitaram todas as tribos, seguiram todos os rios, utilizaram todos os desembarcadouros, sem que a vasta rede desses itinerários tenha ficado registrada, e seus passos se apagaram como a esteira dos navios no oceano, na feliz expressão de Reclus.

O fracasso de Juan de Palacios, cujos companheiros, sobreviventes como vimos, tinham chegado a Belém, teve ao menos uma vantagem: decidiu a famosa viagem do capitão Pedro Teixeira, viagem que constitui uma data gloriosa nos fastos das descobertas geográficas, e que se deveu aos inteligentes esforços de Coelho de Carvalho e de Raimundo de Noronha.

30 Elísée Reclus: *Nouvelle Géographie Universelle*, tomo XVIII, pág 597.

Os dois funcionários portugueses de nada descuidaram a fim de levar a empresa a bom término. Desdobraram-se com a atividade que caracterizava então esse povo admirável. Quando tudo estava pronto, Pedro Teixeira escolheu seus colaboradores. Conseguiu a adesão de Pedro Baião de Abreu, Pedro da Costa Favela, Bento Rodrigues de Oliveira e Bento de Matos Cutrim, todos exímios na arte da navegação e de uma coragem a toda prova. A escolta se compunha de 70 soldados e de 900 índios domesticados.

A 8 de outubro de 1637, esses mil argonautas partiram de Cametá, cidade da Província do Pará.

Após aventuras épicas, que fazem descorar os relatos mais fantasistas de nossos pseudoviajantes modernos, atingiram Paiamina, de onde partiram por terra com destino a Quito. Aí chegaram a 20 de outubro de 1638, após mais de um ano de viagem. Tinham atravessado a América do Sul de este a oeste, do Atlântico ao Pacífico.

Nessa época, Portugal se encontrava sob domínio espanhol. Assim, esses heroicos portugueses foram acolhidos em Quito com as maiores honras, apesar de serem súditos do sogro de Luís XIV. O vice-rei do país, conde de Chinchón, cuja mulher teve a glória de ligar seu nome ao da quinina, recebeu-os de braços abertos, como verdadeiros compatriotas.

Pedro Teixeira tornou a partir logo para Belém, levando com ele dois sábios religiosos: o reitor de Cuenca, Cristóvão de Acuña, o qual, como acabamos de ver, foi o historiador da viagem, e André d'Artieda, professor de Teologia em Quito.

Chegando à embocadura do Napo, Teixeira fez erguer um monumento de madeira em memória de sua passagem. A expedição estava de volta a Belém aos 12 de dezembro de 1639. Tinha durado 26 meses.

Teixeira fez êmulos.

Aventureiros de todos os países procuraram penetrar, depois dele, nas regiões misteriosas de onde se saía da terra como que por magia, segundo a tradição.

Da Espanha viu-se chegar, com três navios, Pedro da Silva e Serpa. Ambos pereceram na embocadura do Orenoco, antes de tocar a terra sonhada. Seu fracasso não desencorajou aqueles que buscavam o El-Dourado, assim como as desventuras de Raleigh não impediram os em-

preedimentos dos ávidos europeus. Raleigh, após ter procurado, em vão durante longos anos, fortuna na Amazônia, perdeu a cabeça para a justiça espanhola, que a tinha exigido e obtido de Jacques I da Inglaterra. Antes havia perdido o filho, na mesma tentativa.

No século XVII, os holandeses por sua vez, entraram em cena. Em 1625, tinham estabelecido uma cidade fortificada, Marinuaçu, a “grande cidade”, como a chamavam os índios, entre os rios Peri e Acaixi, afluentes do Xingu, que se lança no estuário do Amazonas. Essa situação lhes permitia empreender excursões no Amazonas. O padre Roch Hunderpfundt subiu ao Amazonas pelo Xingu, em meados do século XVII. Em 1741, Hortsmann partiu de Paramaribo, na Guiana Holandesa, e chegou pelo rio Branco até Belém do Pará.

Essas viagens parciais tinham pelo menos a vantagem de fazer conhecer alguns dos grandes afluentes do Amazonas. Portugal tornou-se logo o guardião zeloso de seu belo rio e de seu rico território. Proibiu a navegação do rio a todos os povos. Foi somente em 1867, que o Brasil, após brilhante campanha dirigida por Tavares Bastos, abriu o Amazonas a todas as nações amigas.

No momento em que se publicou a nossa primeira edição, terminávamos este rápido desfecho relativo às viagens de pesquisas do Amazonas, não nos esquecendo de ressaltar a excursão ao Xingu, em 1842-1843, do príncipe Adalberto da Prússia com o conde Oriola e o conde de Bismarck. Dando crença à opinião corrente no Brasil, de que se fez eco o sr. Severiano da Fonseca em sua *Viagem ao redor do Brasil*,³¹ dissemos que o jovem companheiro do príncipe prussiano era o futuro Chanceler de Ferro, em pessoa.

Desde então, lendo o relato de viagem do Príncipe Adalberto,³² traduzido para o inglês por Sir Robert H. Schomburgk e John Edward

31 Dr. João Severiano da Fonseca: *Viagem ao redor do Brasil*, Rio de Janeiro 1880, 10 vol., pág. 83.

32 “Travels of His Royal Highness Prince Adalbert of Prussia”, in the *South of Europe and in Brazil, with a voyage up the Amazon and the Xingu*, translated by sir Robert H. Schomburgk and John Edward Taylor”, 2 vol., Londres, David Bogue, 1849.

Taylor podemos afirmar que o viajante de 1842-1843 não era o grande Bismarck, mas um de seus parentes.

Consideramos inútil relembrar aqui as viagens e os trabalhos do conde de Pagan (1655), do padre Manuel Rodríguez (1684), do padre Samuel Fritz (1717) de D. Juan de Ulloa (1752), de Humboldt (1799), de Spix e Martius (1817-20), de L. Mawe (1828), de E. Poeppig (1823), de W. Smyth] et F. Lowe (1835), de W. H. Edwards (1846), de G. Osculati (1847-48), de A. R. Wallace (1848-49), de H. W. Bates (1848-59), de Paul Marcoy (1848-60), do conde de Castelnau (1850-1851), de R. Avé-Lallemant (1859), de Morrize-Barras (1864), de Louis Agassiz (1866-67), de W. Chandlee (1866-70); de J. Orton (1867) de Keller-Leuzinger (1874), de Rafael Reyes (1876), de Charles Xiéner (1879-82), de Jules Crevaux (1878-80), do padre illuminato Giuseppe Coppi (1885), de Henri Coudreau (1883-85), de E. Stradelli (1889) e de Sua Alteza Real, a princesa Teresa da Baviera, membro honorário da Academia de Ciências de Munique, cuja viagem, em 1888, constitui um relato científico do mais alto interesse. Ao longo deste livro, os resultados dessas viagens serão apreciados.

Porém, desde já, fazemos questão de afirmar que, sempre e por toda parte, esses viajantes foram precedidos e esclarecidos por grande número de brasileiros e de portugueses, e, se tantos estrangeiros compartilham da honra, é bom que não se esqueça antes deles, os nossos contribuíram com seu trabalho.

.....

Capítulo II

SITUAÇÃO GEOGRÁFICA: – EXTENSÃO, LIMITES, CONFIGURAÇÃO. – VANTAGENS GERAIS DA SITUAÇÃO GEOGRÁFICA. – COMO SE CHEGA AO ESTADO DO AMAZONAS. VIAGEM DE BELÉM A MANAUS. – NOVOS CÉUS, NOVAS TERRAS. – PARINTINS E ITACOATIARA. – O RIO NEGRO. – CHEGADA A MANAUS.

HÁ ALGUM TEMPO, costumava-se dar o nome de Amazônia à região setentrional e oriental do Brasil, banhada pelo rio das Amazonas, e formada pelos dois estados; do Pará, capital Belém, e do Amazonas, capital Manaus.

A Amazônia é limitada pelo oceano Atlântico, pelas três Guianas – Holandesa, Britânica e Francesa – pela Venezuela e Colômbia, pelas repúblicas do Equador, do Peru e da Bolívia.

Assim cercada por cinco estados independentes e pelas três Guianas, a Amazônia mede 3.044.732 quilômetros quadrados. É quase seis vezes tão vasta quanto a França (528.876 km²) quanto o império da Alemanha (540.483 km²), e o pequeno reino da Bélgica (29.457 km²) caberia 183 vezes em seu interior. É quase igual a um terço do continente europeu, cuja extensão é, como se sabe, de 10 milhões de quilômetros quadrados.

O Estado do Amazonas é o mais vasto dos vinte estados que compõem a União brasileira. Estende-se, ao norte, até 5°10 latitude, e, ao

sul, atinge o paralelo 10. Começa, a leste, no meridiano 59 e chega, a oeste, no 75. Mede, pois, 360 léguas de norte ao sul, e 300 de leste a oeste. Sua superfície total é de 1.897.920 quilômetros quadrados. É, por conseguinte, três vezes e meio maior que a França, e constitui, por si só, mais de um quinto da superfície total do Brasil.

Tem a forma de um pentágono irregular.

O Estado do Amazonas é limitado: ao norte pela Guiana Britânica, pela Venezuela e pela Colômbia; ao sul, pela Bolívia e pelo Estado Brasileiro de Mato Grosso; a leste, pelo estado brasileiro do Pará e pela Guiana Holandesa; a oeste, pelas Repúblicas do Equador e do Peru.

Esta situação privilegiada faz do Estado do Amazonas como que um centro natural de comunicações entre o resto do Brasil e a maior parte dos estados neoespanhóis da América do Sul.

Pelo Estado brasileiro do Mato Grosso, o Amazonas se liga à grande bacia do Prata, já que, perto de Vila Bela, as nascentes do Guaporé, braço principal do Madeira, estão afastadas de apenas algumas centenas de metros dos riachos Aguapé e Estiva, que se lançam no Jauru, braço considerável do Paraguai, de modo que, por meio de um pequeno canal, que os portugueses tentaram abrir no século XVII, embarcações leves de fundo chato poderiam passar de um ao outro, realizando assim a mais surpreendente das viagens, da embocadura do Prata à do Amazonas, pelo interior³³.

Através do Equador e do Peru, o Estado do Amazonas entra em contato com o oceano Pacífico.

Através da Colômbia, encontra-se em comunicação com o istmo do Panamá.

Pelo Caciquire, pode chegar perto do mar das Antilhas, após ter percorrido o Orenoco.

Enfim, por meio do belo rio que o atravessa, há uma saída para o lado do oceano Atlântico.

Lembrar tudo isso é lembrar ao mesmo tempo o futuro desta região excepcional que só aguarda o comércio e a indústria do mundo

33 *Le Brésil en 1889*, pág. 107.

inteiro para se tornar aquilo que sonharam os antigos: o El-Dourado onde correm rios de ouro.

Quando se sobe, de sul a norte, os 6.600 quilômetros do litoral marítimo do Brasil, encontra-se na extremidade da curva traçada por essas costas: quase sob o Equador, uma depressão profunda, uma espécie de solução de continuidade no litoral. Trata-se do grande estuário do Amazonas. “Deu-se o nome de rio Pará a esse enorme estuário, que se estende desde a baía de Marajó até o oceano Atlântico, em um espaço de 330 quilômetros, e que é formado pelo Tocantins, engrossado pelas águas dos rios Moju e Guajará.”

Penetremos no Estado do Amazonas, subindo o belo rio que lhe deu com seu nome, a inesgotável fertilidade de seu solo.

É indiferente que partamos de Liverpool, do Havre, de Gênova, de Marselha ou de Barcelona, já que as linhas inglesas que têm seu porto de partida em Liverpool fazem escala no Havre, em Lisboa e em Madeira, e a linha italiana, que parte de Gênova, faz escala em Marselha, no Marrocos, em Lisboa e nos Açores. Sem deixar nosso barco, poderíamos ir até Manaus. Mas nosso intento é travar conhecimento amplo com a região: queremos gozar do pitoresco dessas terras maravilhosas, e, chegados a Belém, capital do Estado do Pará, abandonamos nosso vapor europeu para poder fazer escala em todos os pequenos portos que se alinham sobre as margens do rio das Amazonas.

Depois de ter embarcado em um dos numerosos navios do Amazon Steam Navigation Company, Limited, instalamo-nos a bordo da forma mais confortável possível. Como o calor é intenso, todos abandonam as cabines, onde se sufocaria sem nada ver, e armam suas redes no convés ou na ponte, onde tudo está preparado para suspendê-las facilmente. Estamos no mês de março, em pleno inverno dos trópicos. Só temos que suportar 28 graus centígrados, temperados, aliás, por frescas brisas que provêm das florestas ou do mar, tornando a temperatura deliciosa durante a noite e às primeiras horas da manhã.

O rio se encontra em todo o seu esplendor; suas águas engrossadas o fazem parecer com imenso lago. Sem temer a oportunidade dos mosquitos, que quase não atacam nesta estação, podemos nos abandonar, em

um lazer encantador, à contemplação tranquila do maravilhoso espetáculo que se desenrola sob nossos olhos.

O navio nos leva por deslumbramentos de que a Europa não faz a menor ideia. Parece-nos penetrar nos mistérios da natureza, e que novas terras, tão belas quanto os céus, se revelam a cada instante. A nosso despeito, repetimos as palavras escritas por Américo Vespúcio em 1504: “E, se existe um paraíso terrestre neste baixo mundo, sem dúvida nenhuma deve estar situado não longe deste lugar”³⁴.

Profundas florestas se estendem ao longe; palmeiras, ora isoladas, ora grupadas em grande número, salpicam com suas folhagens sombrias a ardente serenidade do céu azul. As margens são cobertas por uma poderosa vegetação que emoldura de negro a massa cinzenta das águas. Aqui e ali, em uma clareira, uma construção rústica atrai o olhar: é o *sítio do sertão* amazônico, a morada perdida de homens que se entregam à cultura do cacau e da cana-de-açúcar, ou que se dedicam à exploração das essências da floresta. Grande número dessas habitações não estão mais cobertas de palha miserável como outrora: seus tetos de telhas vermelhas brilham ao sol; algumas são cobertas de zinco. A alguns passos dessas casas, bandos de crianças, nuas ou simplesmente vestidas de longa camisa de tecido grosseiro, brincam nas praias de areia resplandecente e fina. Algumas *montarias* e algumas *igarités*, embarcações destas paragens, estão ancoradas em uma dobra do rio.

Passamos, sem parar, à vista de algumas aldeias; deixamos Boa Vista e Curralinho à nossa direita. Após treze horas de navegação ininterrupta, ancoramos em frente à ilha de Breves, a 150 milhas do nosso ponto de partida. Breves parece hoje um pobre povoado em decadência. Outrora, os nativos da região se entregavam a uma indústria bastante lucrativa e muito curiosa: sua cerâmica, de forma e ornamentação muito originais, era prezada por todos os amadores, e a civilização nada ensinou, com respeito à cerâmica, a esses hábeis operários, que, pelo contrário, não conseguem mais fazer vasos tão perfeitos, como os que fabricavam outrora.

Depois do tempo suficiente ao reabastecimento, retomamos nossa rota. O barco a vapor navega agora por um estreito braço do Amazo-

34 *Le Brésil en 1889*, pág. 107.

nas. À esquerda do rio e, portanto, à direita do turista que o sobe, as ilhas se sucedem com admirável variedade. Passa-se perto das ilhas de Atúria, de Mucujubim, de Jabiru, de Boioçu, de Monsarás, de Mutumquara, de Limão, de Itaquara, de Juruti e de Pucuruí. Ao fim de doze horas de travessia, chegamos a Gurupé, antigamente Mariocaí, a 102 milhas de Breves, à margem direita do grande rio.

Entramos agora no verdadeiro braço do Amazonas, e nos encontramos na confluência do Xingu. Este rio, que o príncipe Adalberto da Prússia, acompanhado pelos condes Oriola e Bismarck, explorou em parte, e que três viajantes alemães³⁵ estudaram recentemente com todo o cuidado, recebe em sua margem direita 14 afluentes e 16 na margem esquerda. “O Xingu”, diz Ferreira Pena, “nasce a 15° de latitude sul. Seu principal afluente ou confluente (já que todos os relatos o representam como igual ao Xingu, é o Iriri. Corre do sul ao norte; alarga-se frequentemente em seu curso superior e no seu curso médio, assemelhando-se a um lago salpicado de numerosas ilhas. Quando recebe o Iriri, muda rapidamente de curso, formando assim uma grande curva. No começo deste percurso, o Xingu se dobra por assim dizer sobre si mesmo, voltando-se para o sudeste, formando um lago tão largo que o príncipe Adalberto o comparou ao mar. Em seguida muda de curso para o norte e para o oeste até o momento em que atinge quase sua longitude primitiva, prosseguindo seu caminho para o Amazonas.”

Entramos no Xingu para ver Porto de Mós, situado na margem direita, a 12 milhas da embocadura; mas fazemos escala em Prainha, bonita aldeia à esquerda do Amazonas, a 123 milhas de Gurupá. Seu clima é excelente e a localização das mais agradáveis. Mas se encontra em decadência, porque seus habitantes preferem se embrenhar nas matas à procura de produtos florestais.

Depois de Prainha, o panorama se transforma. O Amazonas não demora em tomar um curso regular. Estende-se a perder de vista sob os olhos maravilhados do viajante. Estamos em viagem há menos de três dias e chegamos a Monte Alegre, que na verdade merece o nome. A aldeia se eleva a 300 metros acima do nível da água, e se espalha pela vertente de

35 Charles e Guillaime von den Steinen e Othon Clauss, cujas obras apareceram em 1886, e 1894, na Casa Brockhaus, em Leipzig, e Hoefler, em Berlim.

uma colina. Não longe se eleva a serra do Ereré e se encontram o lago Macuru e o rio Gurupatuba. Monte Alegre é um dos lugares mais salubres e pitorescos desta região.

Logo percebemos o Tapajós, cujo nome é, como se diz, uma corruptela das palavras “tapayu-paraná” dos índios locais, ou de “tapanhon-hu”, dos índios mundurucus. Alguns nativos destas paragens o chamam ainda Paraná-pixuna, o rio Negro, devido à cor de suas águas. Na realidade, essa cor não muito mais escura que uma infusão de chá, mas as profundidades das águas fazem-nas parecer muito escuras. Nada é mais curioso que o espetáculo da luta dessas águas contra o Amazonas. Depois de encontrar as águas cinzentas do grande rio, seu longo rastro negro não se mistura às águas de seu suserano, e não desaparece completamente a não ser vários quilômetros depois da embocadura.

O Tapajós é formado da junção do Arinos e do Juruema e tem suas nascentes nos campos dos Parecis, em Mato Grosso. Seu curso é de 1.300 quilômetros, mas é interrompido por numerosas cachoeiras. Apesar de sua largura ser de 16 a 20 quilômetros, no momento em que o vemos em Santarém, tem apenas dois quilômetros e meio de largura.

A cerca de 60 milhas de Monte Alegre, encontramos, na margem direita do Tapajós, Santarém, antiga aldeia dos índios tapajós. A cidade data do começo do século XVII. Ela nos aparece, elegante e bonita, com sua bela praia prateada, que lhe empresta, de longe, o aspecto de uma estação balneária. Conta de 5.000 a 6.000 habitantes, se bem que estes números não sejam confirmados. Seu clima é bom e as terras férteis. As florestas que a cercam fornecem com abundância a castanha-do-pará (*Bertholletia excelsa*), óleo de copaíba, baunilha e outros produtos florestais preciosos: Seu comércio é bastante amplo. Consiste principalmente de peixe, de gado e de cacau. É a cidade mais importante do Estado do Pará, depois da capital, Belém. Santarém dá ares de cidade grande; sua civilização é bastante avançada; nela se leem jornais políticos.

Deixamos Santarém, passando por duas ilhas, uma delas considerável, à nossa direita. O rio se estreita. Continuamos nossa viagem passando perto da embocadura do grande lago de Vila Franca, considerado como o mais profundo do Amazonas. As aldeias se tornam menos raras; sucedem-se a intervalos mais próximos. Nota-se um certo número de casas

rústicas construídas sobre pilastras, por precaução contra as grandes enchentes do rio. São as palafitas da região.

Dez horas após a nossa partida de Santarém, chegamos a Óbidos, a 1.400 quilômetros de Belém. A essa distância do mar, a maré ainda se faz sentir. Óbidos é uma antiga aldeia dos índios epauches ou epauaches, que os brasileiros hoje chamam pauxis ou pauchis³⁶. Data do século XVII. É agora uma cidadezinha sem movimento, assentada num promontório escarpado da margem esquerda do Amazonas. Na extremidade desse escapamento se eleva a fortaleza, que deveria constituir a chave do curso superior do Amazonas, mas que, no estado atual, de nada serve.

A cidade de Óbidos é a última do Estado do Pará, que deixamos agora para entrar no território do Estado do Amazonas. É aqui que o Amazonas é mais estreito 1.892 metros – embora ainda muito profundo, 75 metros.

Depois de ter passado perto do rio Jamundá ou Nhamundá – o Cunuriz ou rio das Mulheres, mencionado por C. de Acuña, onde Francisco Orellana pretende ter visto as amazonas, e que hoje serve de fronteira entre os dois grandes Estados da Amazônia, deixamos ao longe a serra de Parintins e chegamos à cidade do mesmo nome. Parintins é o primeiro centro de população pertencente ao Estado do Amazonas, e que se encontra subindo o rio. Na época da dominação portuguesa, essa aldeia, (vila, como se diz em português), chamava-se pomposamente Vila Nova da Rainha. Após a independência do Brasil, tomou o nome ainda mais solene de Vila Bela da Imperatriz; e finalmente o nome pelo qual a designamos atualmente.

Parintins é uma grande aldeia, cheia de graça, situada na margem direita do Amazonas e na esquerda do Maués, que deriva do grande rio Madeira. Nos fins do século XVIII, em 1796, o capitão José Pedro Cordovil fundou neste lugar um acampamento de índios das tribos dos maués e dos sapopés. Alguns anos mais tarde, um carmelita, padre José das

36 O dr. von Martius, pretende, entretanto, que esse nome não é tupi, e que não existiu tribo com esse nome. A apelação proviria do nome de um pássaro da região (*Crax tuberosa*), do gênero mutum (*hocco*).

Chagas, veio em missão e converteu as tribos submissas, às quais, logo se juntaram colonos brancos.

Por sua posição geográfica, Parintins está destinada a tornar-se centro comercial de grande importância. Com efeito, suas comunicações são muito favoráveis, seja com outras aldeias e vilas das margens do Amazonas, seja com o Madeira e com a Vila de Maués (antiga Lusea), situada na ilha de Tupinambarana. Os habitantes de Parintins se dedicam ao comércio do cacau, do tabaco, de qualidade excepcional, do guaraná, do urucu, do óleo de copas, do pirarucu seco, sem falar da borracha. Durante o exercício de 1895-96, a Mesa de Rendas de Parintins registrou uma exportação de: 504.228 quilos de cacau, de valor oficial de 424 contos; 169.782 quilos de pirarucu seco, de valor oficial de 146 contos; 4.086 quilos de guaraná, no valor de 40 contos, e outros produtos, sendo o todo de valor oficial de mais de 635 contos ou milhões de réis³⁷. Todas essas riquezas se multiplicariam rapidamente, se braços em número bastante grande viessem explorá-las e se os capitais aparecessem para fazê-las frutificar.

Algumas horas de Parintins, mas na outra margem do rio, encontra-se Urucurituba, pequena aldeia onde os “seringueiros”, homens que extraem o látex, e os plantadores de cacau dos arredores vêm se reabastecer. O nome de Urucurituba (*urucuri*, a palmeira *Attalea* sp; *tuba*, lugar abundante: lugar dos urucuris) era o de uma grande ilha que existiu neste lugar, no meio do rio, e que submergiu por volta de 1840; em 1850, já não mais existia. É um fenômeno que se produz frequentemente nestas regiões: ilhas surgem e desaparecem como por encanto. O rio, como o personagem de fábula, devora seus filhos.

À medida que avançamos para o alto Amazonas, aumenta o interesse, a natureza grandiosa se eleva. As ciperáceas de longos rizomas se multiplicam e enlaçam suas raízes como serpentes, enquanto lorantáceas e cuscutas descem dos altos galhos das árvores como uma cabeleira flutuante. Os canaranas e os muris invadem o rio, se espalham como mantos de verdura até o meio das águas, e, sobre essas frágeis ilhas flutuantes, desenvolvem-

37 O valor do papel-moeda brasileiro é determinado pelo câmbio, que varia constantemente. Ao par, o mil-réis vale 27 pences ingleses, e 1 franco vale 350 réis. Por conseguinte, ao câmbio par, o conto ou milhão de réis vale um pouco mais de 2.875 francos.

-se arbustos cujas sementes foram trazidas pelos ventos. Árvores gigantes, bignoniáceas, mimosas, gutíferas, mirtáceas, aristolochiáceas, apocináceas, pendem sobre o rio, ou abrigam entre seus galhos ninhos de japis ou de xexéus (*Oriolus*), que se assemelham a bolsas que podem atingir até um metro de comprimento. Uma infinidade de pássaros de plumagem mais brilhante – araras, papagaios de toda espécie, cujubis (*Panelope cumanensis*), inambus (*Crypturus*), aracuãs (*Ortalia motmot*), mutuns (*Crax*), tucanos (*Rhamphastos discolorus*), – exibem seu vivo colorido no meio da sombria folhagem da floresta, enquanto que nas praias o maguari (*Ardea maguari*), o socó (*Ardea brasiliensis*), a ema (*Rhea americana*), o íbis rosado (*Ibis rubra*) nos olham espantados, e o carará (*Colymbus ludovicianus*) e o paturi (*Anas brasiliensis*) mergulham ao lado da aguapeaçoca (*Parra-jaçana*) que corre sobre as ninfeáceas em companhia da saracura (*Gallinula plumbea*). As ciganas (*Opisthocomus*) soltam seus gritos estridentes nas profundidades da solidão, e o unicórnio (*Palamedea comuta*) voa em bando no horizonte longínquo.

Não paramos em Silves, antiga aldeia de Saracá, situada vantajosamente numa ilha deste lago. Também não visitamos Borba, antiga povoação do Trocano, situada na margem oriental do Madeira de águas cinzentas, e que foi por muito tempo o centro de um comércio firme com Mato Grosso. Vamos ancorar em Itacoatiara, na margem esquerda do Amazonas, a 130 milhas de Parintins, fundada em meados do século XVIII em 1759. A vila, composta de restos da aldeia dos índios abacaxis, oriundos da margem oriental do Madeira, chamou-se a princípio Itacoatiara, significando “pedra pintada”; esse nome tem origem nos rochedos, visíveis na época da baixa das águas, sobre os quais estão traçados hieróglifos atribuídos aos primitivos habitantes dessa região, talvez aos guerreiros do Jurupari, dos quais já falamos. Mais tarde, o nome indígena de Itacoatiara foi substituído pelo nome português de Serpa, e foi bom que o nome primitivo fosse novamente adotado.

Itacoatiara deve se tornar sítio comercial de primeira grandeza, graças à sua situação em frente à embocadura do Madeira, e a pouca distância da confluência do rio Negro com o Amazonas. No dia em que a estrada de ferro Madeira-Mamoré, há tanto tempo sonhada, for finalmente construída, Itacoatiara será escala obrigatória de todos os navios provenientes do ponto de partida dessa estrada.

Em 1895-96, Itacoatiara exportou produtos no valor oficial de perto de 371 contos de réis, ou seja: 137.234 quilos de cacau, no valor de 109 contos; 12.733 quilos de borracha, no valor de 77 contos e outros produtos (óleo de copaú, guaraná, peles de veados, salsaparrilha, etc.), no valor de 105 contos ou milhões de réis.

Um pouco acima desta localidade, subindo o rio, um americano do norte, Mr. Stone, estabeleceu-se há cerca de vinte anos como que para demonstrar o que a energia e a atividade podem fazer nessas regiões tão pouco conhecidas, que nada mais esperam que a cultura. A casa construída por esse rude pioneiro é rodeada de belas árvores; o gado pasta nos campos, e plantações variadas fornecem ao proprietário uma bela fonte de renda.

Toda a região, aliás, é de uma fecundidade sem igual, e se presta admiravelmente à cultura do algodão, do café, do anil, da mandioca, do cacau, e à extração das essências e das resinas e bálsamos que se encontram em estado selvagem nas florestas vizinhas.

A dez horas de Itacoatiara aparece a embocadura do rio Negro, cujas águas são ainda mais escuras que as do Tapajós. A partir deste lugar, o Amazonas perde seu nome, tomando o de Solimões, de uma antiga tribo de índios – os solimões – que habitavam outrora em suas margens, e de que alguns sobreviventes remanesciam ainda em Alvelos em 1744, por ocasião da viagem do ouvidor Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio. Nada é mais curioso que o espetáculo da luta das águas escuras do rio Negro com as águas barrentas do Amazonas.

Logo após, desembarcamos em Manaus, capital do Estado do Amazonas. Nossa travessia de Belém a Manaus demorou seis dias (sendo que os transatlânticos vindos da Europa levam quatro dias), percorremos quase mil milhas – ou, mais exatamente, 927 –, navegando no maior e mais belo rio do mundo.

Agora que o leitor foi introduzido no vale do Amazonas, vamos descrever suas particularidades geográficas, geológicas e climáticas.

.....

Capítulo III

A BACIA DO AMAZONAS: – SEU DESENVOLVIMENTO, SUA MASSA DE ÁGUAS. SUAS NASCENTES. SEUS AFLUENTES. – A NAVEGABILIDADE DO AMAZONAS. – SEUS PRINCIPAIS AFLUENTES: O MADEIRA E SEU VALE; O RIO NEGRO. – O ALTO AMAZONAS OU SOLIMÓES. O PURUS E SEUS AFLUENTES; O JURUÁ; O JUTAÍ E O JAVALI. – OS PORTUGUESES NO RIO NEGRO E NO CACIQUIARE; O RIO BRANCO; O IÇÁ. – O AMAZONAS E OS ANDES.

O VALE DO AMAZONAS CONTÉM a mais vasta bacia fluvial do mundo. Sua superfície estava estimada, com bases muito pouco precisas, em 4 milhões de quilômetros quadrados. Maury avaliou sua extensão em 2.048.480 milhas quadradas, e E. Reclus em 5.594,000 quilômetros quadrados. O doutor Alois Bludau, impressionado pela diferença dos números até agora apresentados, empreendeu novos cálculos. Segundo ele, a Bacia do Amazonas juntamente com o Tocantins – porém excluindo-se o Cuiuni, o Essequibo, o Corentine, o Marconi e o Oiapoque, que formam uma área de 190.500 milhas quadradas – tem uma superfície de 2.722.000 milhas quadradas.

Esses números serão tanto mais significativos se os compararmos aos relativos às mais importantes bacias da América, segundo o doutor A. Bludau:

Bacia do Amazonas, apenas com o Tocantins.	2.722.000m ²
Bacia do Mississípi, com o Ohio, o Saint Louis, a do Missouri., o Arcansas, etc.	1.253.000
Bacia do Prata, com o Uruguai.	1.198.000
Bacia do Orenoco.	364.000

A bacia do Amazonas é, pois, por si só, sensivelmente igual à do Mississípi, do Prata e do Orenoco reunidas.

A massa de suas águas é extraordinariamente considerável. Martius estimou que a água que escorre por seus rios pode ser calculada em 499.584 pés cúbicos por segundo, e que, em sua embocadura – de largura de 158 milhas – despeja no Atlântico, em uma hora, 250 milhões de metros cúbicos de água, com uma velocidade de 3 milhas. O Mississípi, diz E. Reclus, carrega de quatro a cinco vezes menos água e lama; e, segundo o mesmo geógrafo, nenhum rio carrega tanto aluvião para o oceano, podendo-se calcular a enorme quantidade de detritos carregados em uma superfície de 100 km² por uma altura de 10 metros.

Por mais considerável que seja a massa de suas águas, as enchentes anuais elevam-na a um valor muito maior. Pode-se, pois, com razão, considerar o Amazonas como um verdadeiro oceano de água doce (o Rio-mar dos brasileiros, o Mar Doce de Pinzón), semeado de ilhotas flutuantes e de imensas ilhas, como a de Marajó, na embocadura do rio, que tem 5.328 quilômetros quadrados de superfície, e é incomparavelmente maior que os Açores, Madeira, Heligoland e Malta reunidos. A ilha de Tupinambarana, que tem 2.453 quilômetros quadrados de extensão, é quase tão grande quanto o Grão-ducado do Luxemburgo (2.587km²).

Vamos ver agora onde nasce esse gigante.

Encontramo-nos nas altas regiões do Peru, esse decepçante Biru das lendas de ouro, entre os Andes e a Cordilheira.

Os Andes – como já o explicava Elisée Reclus³⁸ – constituem a saliência *oriental* do grande planalto, entre Pasto, ao sul da Colômbia, e Cochabamba, na Bolívia meridional. A elevação *ocidental* constitui mais especialmente a Cordilheira, cadeia que os espanhóis, vindos do mar, de-

38 Elisée Reclus: *Nouvelle Géographie Universelle*, tomo XVIII.

signaram por essa expressão, significando como que o “cordão” que rodeia o continente de norte a sul.

É aí que se forma um circo.

No fundo desse circo, dominado, como que por espectadores imóveis, por escarpamentos xistosos, estende-se um lago de cerca de 5 quilômetros de largura. É o antigo lago *Yauri-Cocha* hoje chamado *Lauri-Cocha*.

Aí nasce o prodigioso Amazonas.

Ainda não leva seu nome sonoro. É conhecido pelo nome espanhol de alto Maranhão. Outrora, era chamado Tunguráguia.

A princípio, modesto riacho, desce humildemente as encostas montanhosas, desaparecendo aqui e ali para reaparecer mais adiante, já reforçado por outros riachos sem nome, que saem, por sua vez, de todas as gargantas laterais. Pouco a pouco em seu caminho, recebe, à direita e à esquerda, riachos mais ou menos abundantes, e, por eles engrossado, atravessa “pingos” ou “portas”, das quais o mais célebre é o Pongo de Manseriche. Desses cursos de água, um único merece menção, já que parece destinado a se tornar o principal caminho entre a baía de Guaiaquil e as margens do Amazonas, em futuro talvez mais próximo do que se pensa. Trata-se do Pauta, Santiago ou Canusa-Yaco.

“Que a estrada de ferro transponha as montanhas do Equador meridional, da costa do Pacífico às cabeceiras do Paute ou do Zamora, e poder-se-á em uma semana atravessar o continente de lado a lado, descendo o Amazonas”.

O rio, saindo dos Andes peruanos, atravessa a América meridiana de oeste a este, numa extensão de perto de 6.000 quilômetros, dos quais cerca de 4.000 em território brasileiro, banhando os Estados do Amazonas e do Pará. Engrossado ao longo de seu percurso por afluentes muito numerosos, que têm por sua vez afluentes e subafluentes, dividido em *furos*, em *paraná-mirins*, em *igarapés*, reúne-se enfim, ao Tocantins, que, segundo Ortón, corre “sobre um leito de diamantes, de rubis, de safiras, de topázios? De opalas e de petróleo”, e, perto da cidade de Belém, acima do Equador, lança-se, enfim, ao Atlântico. Suas águas cinzas penetram no oceano com violência, formando um largo mar de água doce que mede mais de 100 quilômetros.

A profundidade e a largura de seu curso variam muito, segundo os lugares e as condições do solo. A profundidade vai de 75 a 100 metros, e

chega a mais de 500 metros em certos lugares. Quanto à largura, ela atinge proporções fabulosas na parte inferior do rio. Há um lugar, salpicado de ilhas, onde pelo menos 100 quilômetros separam as duas margens. Em Jaen de Bracamoros, onde o rio se chama ainda Tunguráguá, só tem 400 metros; após receber o Huallaga, já mede 600 metros; em seu curso inferior, sua menor largura é de 1.892 metros, em Óbidos.

A navegação é fácil, mesmo para os maiores vapores, em quase todo seu percurso; podem subir até cerca de 250 quilômetros acima do Huallaga. Os únicos obstáculos encontrados, e que podem ser facilmente ultrapassados são os rápidos de Guzmán e de Achial, de cerca de 3 quilômetros; em seguida, a porta do rio, o famoso “pongo” de Mamseriche, desfiladeiro aberto na Cordilheira andina, pelo qual o rio, apertado e muito profundo, desce precipitadamente em um canal de 8 a 9 quilômetros de comprimento, margeado de escarpas.

Todo o sistema fluvial do Amazonas, incluindo seus afluentes e subafluentes, presta-se a uma navegação livre em todas as estações, em um percurso estimado em mais de 50.000 quilômetros. Durante as enchentes periódicas, esse número pode ser dobrado. Conta-se em milhares de quilômetros, efetivamente, o desenvolvimento da navegação no Purus, rio Negro, Madeira, Japurá, Acre, Juruá, Javali, Jutai, o rio Branco, e nos diversos braços que os ligam.

O regime das águas é tal que no momento em que os afluentes de uma das margens do Amazonas sobem, os tributários da outra margem baixam gradualmente, de modo que se pode subir o rio até as mais distantes paragens do interior quase que em todas as estações.

Seria fastidioso enumerar aqui toda a longa lista dos tributários do Amazonas. Contentar-nos-emos em citar os afluentes ou subafluentes que oferecem algum interesse, seja do ponto de vista histórico, seja de transações comerciais.

Em seu curso inferior, antes da confluência do rio Negro, onde toma o nome de Solimões, o Amazonas recebe: na margem esquerda, o Jamundá³⁹, Yamundá ou Nhamundá, o Cunuriz, rio das mulheres, segundo C. de Acuña; o Uatumá, no qual derramam suas águas, entre outros, o

39 J. Barbosa Rodrigues: *Exploração do rio Jamundá*, Rio, 1875.

Cupuaçu e o Jatapu⁴⁰; o Aniba; o Urubu⁴¹ e o Matari; na margem direita: o Tupinambarana⁴², o Andirá, o Maçari, os dois Maués, o Maué-mirim e o Maué-açu, o Apauquiribó, o Ramos, o Abacaxis⁴³; Canumá, cujo curso é enriquecido pelo Sucundari e pelo Mamiá; o Madeira e o Autaz.

O Madeira⁴⁴, cujo nome primitivo era Caiari (rio branco), transformado erroneamente em Ucaiali, deve sua denominação portuguesa de Madeira à enorme quantidade de troncos e de árvores desenraizadas que carrega em sua correnteza. Quando as águas estão baixas, essas árvores, encaham em bancos, acumulam-se em grandes montes, e formam por vezes verdadeiras ilhotas de madeira, bastante fortes para lutar contra a violência das águas. Este rio, inteiramente brasileiro, é formado pela

40 J. Barbosa Rodrigues: *Exploração dos rios Urubu e Jatapu*, Rio, 1875.

41 Teodósio Constantino de Chermont e Inácio de Moraes Bitancourt: *Diário da Navegação do Rio Urubu*, 1787: Manuscrito da Bibl. Nac. do Rio. (O subtenente Bitancourt, diretor da aldeia de Silves, fez a viagem, e o engenheiro de Chermont foi o redator, por ordem do capitão-geral João Pereira Caldas, comissário português.)

42 J. Miguel Ribeiro Lisboa: “Exploração do furo de Tupinambaranas, do Ramos, e rios Saracá e Atrenã”, Rio, 1870. (Relat. do Minist. da Agric.)

43 João Rodrigues de Medeiros: “Relatório sobre a exploração do Rio Abacaxis”, Pará, 1853 (Fala do Cons. H. F. Pena, pres. do Amaz.). – W. Chandless: “Exploração dos rios Juruá, Maué-açu e Abacaxis”, Rio, 1870, (Relat. do Min. da Agric.)

44 . “Notícia abreviada (mas verdadeira) que se dá do rio Madeira,” etc. Man. do Inst. Hist. e Geogr. do Rio, sem data e sem nome de autor. – “Descrição dos rios Madeira e Tapajós”: Man. do fim do século XVIII: Inst. Hist. e Geogr. do Rio. – José Gonçalves da Fonseca: “Navegação do Rio Madeira, principiada em 25 de setembro de 1749”: Man. do Inst. Hist. e Geogr. do Rio. – Alexandre Rodrigues Ferreira: “Memória para em seu lugar se inserir quando se ordenar o Tit. da antiguidade do rio Madeira”: Man. de 1786, col. de D. Antônio R. de Carvalho. – Francisco José de Lacerda e Almeida e Antônio Pires da Silva Pontes: “Informações sobre as latitudes geográficas da foz do rio Madeira”, 1789: Man. da Bibl. Nac. do Rio. – Charles Wilkes: “Exploring Expedition during the years 1838-1842,: Madeira-Brasil”..., New-York, 1858. – J. M. da Silva Coutinho: “O rio Madeira”, Manaus, 1861. - Quintino Quevedo: “O rio Madeira”, Rio, 1861. - J. M. da Silva Coutinho: “Relatório da exploração do rio Madeira”, Rio, 1865 (Relat. do Minist. da Agric.). – J. e F. Keller: “Relatório da Exploração do rio Madeira”, Rio, 1869 (Relat. do Minist. da Agric.). – Abade Durant: “O Madeira e sua bacia”, Paris, 1875, Bul. da Soc. de Geogr. 6ª s., X.

união do Beni⁴⁵ com o Mamoré. As numerosas quedas d'água que obstruem uma parte de seu curso superior, tornam a navegação muito difícil num trajeto de 400 quilômetros, cheios de cataratas que são tão pitorescas quanto perigosas. Para remediar a esse inconveniente, tentou-se, por várias vezes, construir uma estrada de ferro, da qual teremos ocasião de falar mais tarde. O vale do Madeira, talvez o mais belo dos afluentes do Amazonas, é um dos mais extensos do mundo; começa nas escarpas dos Andes e vai se confundir com o vale do Amazonas; em seu curso, cerca de 5.000 quilômetros, mais de 1.000 são navegáveis por barcos de bastante calado. O Madeira já era conhecido pelos portugueses na época de exploração de Pedro Teixeira (1637-39). Em 1716, o capitão João de Barros Guerra empreendeu uma expedição contra os índios torás, e o sargento-mor Francisco de Melo Palheta estudou inteiramente o rio em 1725. De La Condamine⁴⁶ viu sua embocadura no mês de agosto de 1743. Em nossos dias, este rio foi explorado por grande número de brasileiros e por alguns estrangeiros, tais como o coronel Earl Church, Pinkas e Keller-Leuzinger. O Madeira recebe, nas duas margens, grande número de afluentes, entre os quais citaremos: o Carapanatuba (lugar abundante em mosquitos), o Capaná, o Baetas, o Aripuaná, o Araras, o Manicoré, o Marmelos, o Machado ou Jiparaná (rio do machado), o Jacaré, o Tucunaré (rio do peixe do mesmo nome, *Erythrini sp. major*), o Jamari (rio das grandes cabaças), o Mutum, etc. Um dos seus afluentes, o Abuná (rio dos negros), tomou desde há pouco tempo uma grande importância, graças às suas terras ricas em seringueiras. O Beni e o Mamoré – este último recebe o Guaporé⁴⁷ – formam o Madeira tal como vimos. Mas, depois de se juntar ao Mamoré, o Guaporé perde seu nome e é o Mamoré que, unido ao Beni, torna-se o poderoso rio da Madeira.

Após ter recebido o rio Negro perto da cidade de Manaus, o Amazonas muda o nome, e passa a denominar-se Solimões ou alto Ama-

45 Alexandre Rodrigues Ferreira: “Descrição de vários rios (Beni, Mamoré, etc.)”: Man. da col. de D. Antônio R. de Carvalho.

46 De La Condamine: Relation Abrégée d'un voyage dans l'intérieur de L'Amerique Meridionale..., Paris, 1745, p. 132.

47 Alex. Rodrigues Ferreira “Rio Guaporé”: Man. de 1786, col. de D.A.R. de Carvalho.

zonas⁴⁸. Um canal, o Uuquiri, saindo do grande rio um pouco abaixo do local onde este recebe o rio Negro, desemboca novamente no Madeira, enquanto que outro canal, o Guariba (macaco gritador), estabelece igualmente a comunicação entre o Solimões e o rio Negro.

Com seu nome de Solimões, o alto Amazonas recebe numerosos afluentes. À esquerda, quando se sobe, partindo de Manaus, encontramos: o Manacapuru (rio dos mais belos habitantes), o Jurupari-Pindá (rio do anzol do diabo-índio), o Codajás, o Japurá, o Copeá, o Tocantins, o Itaquí, o Maniátuba, o Tabatinga, etc.; à direita: o Purus, o Mamiá, o Coari, o Urucuparaná (o rio de urucu), o Taruá, o Giticaparaná, o Caiaimé, o Tefé, o Juruá, o Jutaí, o Jundiátuba, o Comatiá, o Jurupari-Tapera, o Capacete, o Javalí, o Curuçá, o Xiquirana, engrossado pelo rio Preto, e muitos outros.

O Japurá, Iapuru ou Uiuapurá⁴⁹ serve de fronteira entre o Brasil e a Colômbia: o igarapé⁵⁰ de Avatiparaná ou Austiparaná (rio do milho) que une este rio ao Amazonas, demarca a linha de separação política, prolongada por uma linha ideal, que vai do Japurá ao Negro. Um de seus braços, que vai ao Guaviare ou Guaibero, comunica-o com o Orenoco. Foi por essa passagem natural que Felipe D'Utre chegou ao Orenoco, em 1541, à procura do ilusório El-Dourado. Grande parte do curso do Japurá, cujo comprimento é de 2.800 quilômetros, é obstruída por corredeiras, o que impede a navegação em uma extensão de 1.500 quilômetros pelo menos. Conta grande número de afluentes: mais de 30 podem ser citados.

48 Keller-Leuzinger: *Voyage d'Exploration sur l'Amazone*, Paris, 1874, *Tour du Monde*, Abade Durand: *Le Solimões ou haut Amazone*, Paris, 1873, Bul. da Soc. de Geogr. 6^a. s., v.

49 Henrique João Wilkens: "Diário da Viagem que fez... ao antecipado exame do rio Japurá, partindo da vila de Ega no dia 23 de fevereiro de 1781": Man. do Inst. Hist. e Geogr. do Rio. – Raimundo Maurício: "Participação em forma de itinerário... acerca da diligência que fizera para descobrir comunicação pelos rios Capori e Piquiá para o Japurá... 1787: Man. da Bibl. Nac. do Rio. – J. M. da Silva Coutinho: "Exploração do rio Uiuapurá", Rio, 1865 (Relat. do Minst. da Agric.)

50 *Igara*, barco pequeno, canoa; pé, caminho: caminho de barcos pequenos; o igarapé amazonense é o *bayou* dos americanos-do-norte.

O Purus⁵¹, também chamado Pacajá ou Pacaiá pelos índios Canameris, e Beni, Inim ou Uaini pelos índios pamaris, tem uma extensão de 3.650 quilômetros; sua embocadura é de 2.000 metros de largura. Explorado principalmente por um brasileiro, o coronel Labre, tomou um desenvolvimento considerável, devido às suas riquezas em seringueiras, aos seus numerosos afluentes e à facilidade de sua navegação em todas as estações, já que, mesmo na época da baixa das águas pode-se navegar rio acima num percurso de 1.500 quilômetros. Canutama e Lábrea, cujos nomes nem eram conhecidos há um quarto de século, tornaram-se importantes centros de comércio. Entre os afluentes do Purus, pode-se citar: na margem esquerda, o Macaú, engrossado pelo Tapanhá, que, por sua vez, recebe o Cainanhã; os dois Mamária, mirim e açu (pequeno e grande), de extensões respectivas de 870 e 745 milhas; o Pauini, que mede 978 milhas; o Inauini, cujo curso é de 1.073 milhas; na margem direita, o Jacaré, com 360 milhas; o Mucuím, 590 milhas; o Maré, 653 milhas, o Passiá, o Ituxi, 692 milhas, que recebe o Aputatri; o Sepatini, 762 milhas; o Anima; o Turuã; o Aquiri⁵² ou Acre, o Seariã; e no alto Purus, o Iacu, o Macapá, o Paissandu e o Bom Jardim.

O Juruá, de 2.000 quilômetros de extensão, já era conhecido em meados do século XVI: foi por ele que Pedro de Ursúa desceu em 1560, por ordem do marquês de Castanhete, vice-rei do Peru, e foi aí também que perdeu a vida, assassinado por dois de seus oficiais, interessados não só em saqueá-lo, mas também por sua mulher, a bela e infeliz Inês. Este rio tinha sido abandonado há cerca de 30 anos; desde então, tornou-se um dos mais prósperos, e veremos, mais tarde, que é servido por linhas regulares de vapores, em um percurso de 1.500 quilômetros.

51 Serafim da Silva Salgado: “Relatório sobre a exploração do rio Purus”, Manaus, 1853 (Fala do Cons. H. F. Pena, pres. do Amaz.). – J. M. da Silva Coutinho: “Relatório da exploração do rio Purus”, Rio, 1862. (Relat. do Minist. da Agric.) – W. Chandless: “Notes on the River Purus”, Londres, 1866, Journ. of the R. G. S. XXXVI. – A. R. P. Labre: “Rio Purus”, Maranhão, 1872. – Lopo Gonçalves Bastos Neto: “Rio Purus”, Rio, 1897. (Relat. do Minist. das Relaç. Ext.).

52 W. Chandless: “Apontamentos sobre o rio Aquire”, Rio, 1866. (Relat. do Minist. da Agric.).

Seus afluentes – o Andirá, o Taraucá, o Gregório, o Moa ou Mu – são muito frequentados.

O Jutai, outro afluente do Solimões, de 650 quilômetros de extensão, também se desenvolveu notavelmente. É igualmente sulcado por vapores que fazem um serviço regular, num trajeto de 500 quilômetros. Entre seus afluentes, cita-se o Maçará, o rio Preto, o Maruás e muitos outros.

O Javali, Iavara ou Iauari, cuja extensão é de 945 quilômetros, forma a fronteira entre o Brasil e o Peru, que possui uma de suas margens: este rio é um dos grandes centros de produção da borracha.

O rio Negro⁵³, que banha Manaus, também chamado Quiari, Guriguá-Curu, Uruna e Guaraná-Guasama no seu curso inferior, enquanto que seu curso superior, acima dos rápidos, levava o nome de Uineia ou Ueneacu – é um dos principais tributários do rio-mar, do mesmo modo que é um dos rios mais largos desta bacia tão rica em rios. Sua extensão não é inferior a 1.700 quilômetros.

Reúne-se ao Amazonas, a pouca distância de Manaus, por meio de quatro barras, sendo que a principal não mede menos de 2 quilômetros. Suas águas, em grande quantidade, parecem negras como tinta; colhidas num copo, não são mais escuras que uma forte infusão de chá. O primeiro navegador do rio Negro parece ter sido Pedro da Costa Favela, em 1668-69. Este para lá se dirigiu, em companhia do padre Teodósio, da Ordem da Graça ou da Redenção, entrou em contato com os índios tarumás, por intermédio dos aruaquis, e, com sua ajuda, fundou a primeira povoação do rio. Pedro Teixeira, em sua viagem de 1637-39, tinha explorado a barra do rio Negro. O general do Estado do Pará, Antônio de Albuquerque Coelho, mandou construir a fortaleza da Barra, por Francisco da Mota Falcão, cujo primeiro comandante foi Angélico de Barros. Um dos sargentos da guarni-

53 Ignácio Semartoni: “Sequentes notícias do Rio Negro”, Man. do fim do séc. XVII, Bibl. Nac. do Rio. – “Sinopse de algumas notícias geográficas...”, Barcelos, 1764; Man. da Bibl. Nac. do Rio. – “Segunda parte da história dos rios...”, Man. do fim do séc. XVIII, Bibl. Nac. de Antônio Pires da Silva Pontes e Francisco José de Lacerda e Almeida: “Catálogo de algumas das observações astronômicas feitas nos lugares do rio Negro”, 1780, Man. da Bibl. Nac. do Rio. - Alfred R. Wallace: “On the Rio Negro”, 1853, Journ. of the R. G. S., XXIII. – Abade Durand: “Le Rio Negro et son basin”, Paris, 1872. Bul. da Soc. de Geogr., 6ª série III.

ção da fortaleza, Guilherme Valente, teve a coragem de subir o rio e de estabelecer contato amigável com numerosas tribos índias, caburicenas, caraiais e manaus, depois de ter desposado a filha de um “tuxauá” ou cacique dos Manaus. Os carmelitas, mais tarde, estabeleceram missões entre esses indígenas. De 1725 a 1743, expedições portuguesas, chamadas tropas de resgate, percorrem o rio Negro e seus afluentes, indo até o Iauitá, “que se lança acima das altas nascentes do rio Negro, a vinte dias de viagem (em canoa) além da embocadura do Caciquire”, até os rios Iauitá e Iniridá. Em 1744, Francisco Xavier de Moraes, à frente de uma tropa de portugueses, entrou no Caciquire e descobriu o Pauauá. Perto do Orenoco, encontrou um jesuíta espanhol, padre Manuel Roman, superior das missões castelhanas no Orenoco; F. X. de Moraes trouxe o jesuíta ao rio Negro, até então desconhecido para os espanhóis⁵⁴ e foi esse missionário que lhes revelou a existência do Caciquire canal natural que comunica o rio Negro com o Orenoco, e cuja existência havia sido negada pelo jesuíta espanhol Gumilla⁵⁵, nesses tempos soberbos: “Nem eu nem nenhum dos missionários que continuamente navegam costeando o Orenoco, vimos entrar ou sair o tal rio Negro.” É pois impossível afirmar, sem cometer grave injustiça, o que disse E. Reclus⁵⁶: “Os missionários espanhóis já conheciam o Caciquire, e barcas de São Carlos, na vertente amazônica, tinham frequentemente penetrado no Orenoco pela junção das duas correntes.” Na verdade, como acabamos de ver, os espanhóis só conheceram o Caciquire através dos portugueses, em 1744, e só se estabeleceram em São Carlos, em território luso-brasileiro, após 1759, na época em que d. José de Iturriaga, comissário de Sua Majestade Católica para a delimitação da América entre Portugal e Espanha, enviou ao rio Negro, sob pretexto de preparar a demarcação, o subtenente Domingo Simón López e o sargento Francisco Fernando Bobadilla⁵⁷.

54 F. X. Ribeiro de Sampaio: *Diário de Viagem...*, Lisboa, 1852, págs. 88-95.

55 Gumilla: *Orenoco Ilustrado*, 1ª. parte, cap. 2, pág. 17.

56 Elisée Reclus: *Nouvelle Geogr. Univ.*, t. XVIII, pág. 125.

57 Carta oficial do governador e capitão-geral do Estado do Pará, Manuel Bernardo de Melo de Castro, de 26 de agosto de 1763, a D. José de Iturriaga, reproduzida por F. X. Ribeiro de Sampaio, na obra citada.

Quando, pois, no começo do século, Alexandre de Humboldt anunciou a descoberta do Caciquiare, recebendo por esse feito os aplausos dos sábios, não fez mais que emprestar a notoriedade de seu grande nome à divulgação de uma descoberta portuguesa que já datava de um século.

Contam-se, entre os principais afluentes do rio Negro: na margem esquerda, o Guieiras, o Ana Vilhena, o Canamaúo, Cureué, o Mapauás, o Uariú, o Jauperi⁵⁸, rio Branco, o Amajaú, o Buibuí, o Patarari, o Uaracá, o Ureré que recebe o Xuriuni e que se liga ao Atai, o Padauri, que recebe o Mariri, o Hiiáá, o Caboboroí, o Uriú, o Ineú e muitos outros; na margem direita, o Timbira ou Tombira, o Jaú, o Unini, o Cabori, o Uatamari, o Baruri, o Quiini, o Uarirá, o Xibaru, o Uanaené ou Anauene, o Uenenexi, o Xiuara, o Mariá, o Uaupés, que é alimentado por outros rios, entre os quais o Tiquié, etc.

O Jauperi ou Iaupiri, que passa perto da aldeia de Moura, é ainda hoje habitado pelos índios jauperis ou crixanás, que permanecem intratáveis, embora Barbosa Rodrigues tenha anunciado, há mais de quinze anos⁵⁹ sua entrada na vida normal. Dessa catequese leiga, nem restam as cruzes de madeira plantadas pelo distinto naturalista para marcar a localização das futuras cidades, que ele tinha batizado antecipadamente com nomes de consonâncias gregas, tais como Teodoretópolis.

Dos afluentes do rio Negro, o mais notável, sem dúvida, é o rio Branco⁶⁰, também chamado Queceuene, Paraviana ou Paravilhava, do nome de uma tribo de índios que habita em suas margens. Em seu

58 Pedro Afonso Gato: "Descrição. Notícia secular que dou dos rios Jauaperi, e Cureru, e do rio Aranacuá...", 1787: Man. da Bibl. Nac. do Rio.

59 J. Barbosa Rodrigues: "Rio Jauaperi. Pacificação dos crixanás", Rio, 1885. Nota 60. Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio: "Relação Geográfico-histórica do rio Branco...", 1775, *Rev. Trim. do Inst. Hist. e Geogr.*, 2ª. S., vol. IV, Rio, 1850. – Antônio Pires da Silva Pontes e Francisco de Almeida Serra: "Breve diário ou memória do rio Branco...", 1781, *Rev. Trim. do Inst. de Hist. e Geogr.* vol. VI, Rio, 1844. – Manuel da Gama Lobo de Almada: "Descrição relativa do rio Branco e seu território", 1787, *Rev. Trim. do Inst. de Hist. e Geogr.*, vol. XXIV, Rio 1861. Págs. 48-49.

curso bastante extenso, interceptado em parte, infelizmente, por corredeiras, e servido hoje por uma linha regular de navegação a vapor, é alimentado por grande número de rios, entre os quais os principais são: na margem esquerda, o Água Boa, o Curiacu, o Uricurá, o Cautitamaú, o Unauau e o Tacutu, que recebe, entre outros, o Mao, alimentado pelo Pirara; na margem direita: o Quareni, o Cairimani, o Mocajaí, o Cauamé, o Urariquara ou Uraricuera, no qual se lança o Párimé ou Parimé, engrossado por meia dúzia de outros rios. O rio Urariquara, de prados magníficos, era explorado pelos portugueses desde a primeira metade do século XVIII. Era na margem do Párimé que se elevava a cidade feérica, a tão procurada e nunca encontrada Manoa do El-Dorado, cuja suntuosidade quimérica atraiu espanhóis, ingleses, franceses, holandeses e belgas, até os fins do século XVIII. Em 1773, Ribeiro de Sampaio, ouvidor da capitania do nosso rio Negro, encontrou ainda, em Cametá, no Estado do Pará, um holandês, Nicolas Horstman, que, em 1741, tinha percorrido o Essequibo e o rio Branco à procura do El-Dorado; e, em março de 1775, encontrou em Barcelos que era então o centro de sua capitania, um pobre belga de Liège, Gervais Leclerc, que tinha desertado da Guiana holandesa, a cuja guarnição pertencia, sem dúvida com o mesmo propósito.

O Hiaá, que corre acima da Santa Isabel, foi o local preferido do famoso tuxaua dos índios Manaus, Ajuricaba, cujo nome ficou célebre devido à sua coragem e sua morte heroica.

O rio Içá, o Putumaio das repúblicas vizinhas⁶¹, tem numerosos afluentes, pode-se citar cerca de trinta, – e dois canais naturais o comunicam com o Japurá. Sua extensão é de 1.645 quilômetros, dos quais 1.500 são percorridos regularmente por vapores. É o caminho natural entre o Amazonas e a República do Equador.

Finalmente, o rio Acre tornou-se, em época relativamente recente, um dos centros mais ativos de produção desse ouro vegetal que é a borracha.

Devemos nos limitar. Acabamos de citar cerca de 130 afluentes e subafluentes do Amazonas, que, como um fidalgo espanhol, tem três no-

61 Francisco Xavier Rodrigues de Sousa: “Do Pará à Colômbia ou apontamentos sobre o rio Içá ou Putumaio”, Maranhão, 1880.

mes em seu imenso percurso: Maranhão, Solimões e Amazonas. Estamos muito longe de esgotar a lista, que se tornaria aborrecida.

Se juntássemos a esses rios uma infinidade de outros de menor importância, que, na Europa, ainda passariam por rios respeitáveis, teríamos apenas uma tênue ideia dessa rede fenomenal, cuja imensidão perturba a imaginação.

O Amazonas é filho dos Andes. Ora, como já se observou antes de nós, essas magníficas montanhas e esse rei dos rios têm quase a mesma extensão.

.....

Capítulo IV

NOÇÕES GERAIS: – A GRANDE PLANÍCIE DO AMAZONAS. – SEU ASPECTO. – SUA ESTRUTURA GEOLÓGICA. – O ETERNO VERÃO DO AMAZONAS. – SISTEMA OROGRÁFICO. – CONDIÇÕES CLIMÁTICAS. – OPINIÕES DE VIAJANTES ESTRANGEIROS SOBRE O CLIMA DO AMAZONAS. – AS OBSERVAÇÕES METEOROLÓGICAS. – DADOS DEMOGRÁFICOS. – PORQUE O CLIMA É SAUDÁVEL.

A GRANDE PLANÍCIE DO AMAZONAS, uma das quatro grandes planícies do platô brasileiro, de camadas horizontais ou quase horizontais – as três outras são as das bacias do Paraná, do São Francisco e do Parnaíba⁶² – não contém apenas uma parte do Estado do Amazonas: abrange a maior parte dos Estados do Mato Grosso, do Pará e mesmo do Maranhão. O Tocantins-Araguaia, o Xingu, o Tapajós e o baixo Madeira, com seu afluente, o Guaporé, descem todos desse platô, por uma série de corredeiras, a 160 ou 200 milhas do Amazonas. Seu bordo meridional é uma escarpa de 800 a 1.000 metros acima do nível do mar, em face da depressão do Paraguai e

62 *Le Brésil en 1889*, onde se encontram resumidos os estudos de Orville Derby sobre todos esses pontos

do Guaporé. Esta escarpa, onde se encontra o *divortium aquarum* de que acabamos de falar, tomou o nome de serra dos Parecis.

A grande planície do Parnaíba, que ocupa todo o Estado do Piauí, parte do sul do Estado do Maranhão e uma parte do oeste do Estado do Ceará, talvez forme um todo ininterrupto com a grande Planície Amazônica, ao longo da linha de divisão de águas, entre o Tocantins e o Parnaíba.

Por outro lado, embora só se conheça de modo bastante incompleto a parte brasileira do planalto das Guianas, sabe-se, entretanto, que, ao longo da linha de divisão de águas entre os rios que correm para o mar das Antilhas e para o Amazonas, existem montanhas cujos pontos culminantes se elevam a 2.000 metros e mesmo mais, e que essas montanhas se encontram bem perto do rio, em mais de um ponto, entre a embocadura do rio Negro e o oceano Atlântico. Essa região é banhada pelo rio Negro, que passa por Manaus, por seu tributário, o rio Branco, e por grande número de outros rios, entre os quais o Jamundá, que serve de fronteira entre os Estados do Amazonas e do Pará.

A grande depressão do Amazonas é relativamente estreita na parte inferior do rio, acima da embocadura do rio Negro, na parte que chamamos de baixo Amazonas; nesta parte, a largura média é de 100 a 200 milhas. Na parte superior, pelo contrário, entre o rio Negro, o Madeira e os contrafortes dos Andes, ele se alarga consideravelmente, tomando a forma de um vaso florentino.

Em geral, o rio é cercado por baixas planícies aluvionais, por vezes bastante largas, sujeitas a inundações por ocasião de subida periódica das águas – igapós⁶³, e são encontrados muitos lagos profundos e canais laterais (igarapés, furos⁶⁴, etc).

Os terrenos mais elevados são de duas espécies: alguns são planícies que não contam mais de 900 metros de elevação, formadas por depósitos particulares à depressão; outros são os contrafortes ou os cumes arredondados e desnudos dos bordos dos grandes planaltos orientais dos dois lados, ou do planalto andino no começo da bacia.

63 Lugar inundado: *igapó*, em nheengatu ou tupi amazônico.

64 Canal lateral; literalmente, furo.

A maior parte da região é recoberta de florestas gigantescas⁶⁵: na margem direita, essas florestas penetram mais no centro, a 120 léguas, interrompidas somente por algumas planícies de pouca extensão. Depois da floresta, vem a região dos campos. Na margem esquerda, a zona das florestas que margeia o rio não é tão larga, e a região aos campos é mais próxima. Além disso, tanto no Amazonas quanto em seus afluentes, encontra-se um grande número de lagos que se comunicam. A subida das águas durante a estação das chuvas no inverno é extraordinária mesmo durante os anos normais. Elas sobem de 11 a 17 metros. As margens dos diferentes rios, a começar pelas do Amazonas, são então submersas. A estação das chuvas começa em dezembro, mais ou menos, quando o sol se encontra no trópico do Sul, e se estende até o mês de julho. Durante essa estação são frequentes as tempestades, por vezes muito fortes, e a eletricidade desce quase sempre até a terra.

Do ponto de vista da estrutura geológica, a Planície Amazônica do planalto brasileiro se compõe, na maior parte das vezes, segundo Orville Derby de grés e de xistos argilosos, apoiados em rochas metamórficas que aparecem no vale dos rios. Não se conhece a idade geológica desses estratos, porque ainda não foram encontrados fósseis na região. Alcide d'Orbigny relacionou a idade carbonífera às camadas adjacentes à barra do Guaporé, aparentemente porque essas se parecem com as camadas carboníferas da Bolívia oriental onde foram encontrados fósseis.

Tanto a formação devoniana quanto a formação carbonífera estão representadas ao longo das bordas amazônicas do planalto. É muito provável que essas camadas se estendam através do planalto e constituam uma planície que é o objeto do nosso estudo. A semelhança aparente das planícies do Amazonas e do Panamá favorece esta interpretação. Por outro lado, pode-se supor que os estratos da idade secundária das bacias do Parnaíba e do São Francisco se estendem através da linha da separação das águas do Tocantins e formem uma parte da zona amazônica.

O pouco que se sabe sobre a porção brasileira do planalto da Guiana leva a pensar que, quanto à estrutura geológica, esta não difere muito, provavelmente, do planalto brasileiro propriamente dito. As rochas fundamentais são laurencianas e huronianas, e as montanhas mais elevadas

65 Silva Coutinho: *As epidemias no vale do Amazonas*, Manaus, 1861.

são cobertas de um grande manto de grés de idade desconhecida. Ao longo da borda meridional do planalto as camadas da depressão amazônica se estendem sobre rochas cristalinas; mas não se sabe ainda até onde elas se prolongam nas terras mais elevadas do planalto.

Na depressão amazônica, as formações silurianas superior, devoniana e carbonífera – cada uma com seus fósseis característicos, muito abundantes e variados nas duas últimas – encontram-se na parte estreita do vale que fica acima da barra do rio Negro. Compõem-se de grés e de xistos argilosos, aos quais se ajunta o calcário de formação carbonífera. Uma parte do xisto argiloso é aluminífero. As barreiras de diorito são numerosas e consideráveis. As camadas dessas três formações são um pouco desiguais, e apresentam em geral uma inclinação suave de cada lado, em direção da linha central do vale.

Cobrindo essas formações mais antigas, encontram-se camadas horizontais de grés mole e de argila brilhante, de cores diferentes, formando colinas achatadas de cerca de 300 metros de elevação, que parecem pertencer à época terciária. As planícies baixas adjacentes à embocadura são provavelmente formações mais modernas da mesma época.

Na região do alto Amazonas⁶⁶, vê-se aparecer a formação cretácica, com répteis fósseis característicos no Purus; e depósitos terciários, com lignitos e muitos moluscos – fósseis do tipo dos moluscos de água salgada ocupam uma área considerável ao longo do Amazonas, de ambos os lados da fronteira peruana.

Finalmente, as vastas áreas de terras baixas da depressão amazônica são formadas por depósitos da época quaternária e talvez, das últimas épocas terciárias; elas mal se elevam a alguns metros acima do nível do rio e são sujeitas em grande parte a inundações periódicas.

Um eminente astrônomo do Observatório de Paris, que se consagrou a longos estudos no Brasil⁶⁷ passa a nos relatar agora sobre o clima de semelhante região.

66 C. Barrington Brown: “Tertiary Deposit of the Solimões and Javary Rivers, in Brazil...”, *Quarterly Journ. of the Geolog. Soc.*, Fev., 1879.

67 Emmanuel Liais, astrônomo do Observatório de Paris: “l’Espace Celeste et La Nature Tropicale...”, Paris, (sem data), pág. 85 e seguintes.

“A quantidade de raios solares que atingem em dado momento a mesma extensão da superfície terrestre é muito diversa segundo os pontos tomados em consideração, estejam no centro do hemisfério iluminado ou nas bordas do mesmo hemisfério... Ora, apesar da rotação da Terra, as regiões polares não podem nunca atingir esse centro; estão sempre perto das bordas, de modo que, durante a metade do ano em que o sol as ilumina, estas são aquecidas fracamente... As regiões situadas perto do Equador, pelo contrário, passam cada dia no centro do hemisfério iluminado ou em sua proximidade, e recebem os raios do sol em uma incidência próxima da perpendicular. Nessas regiões, goza-se de um eterno verão, sob cuja influência, nas duas regiões orgânicas, as forças vitais se mostram no máximo de ação. O termo verão eterno que acabo de empregar não significa, entretanto, que as estações não sejam marcadas na zona intertropical. Longe disso, elas são em geral muito distintas e muito pronunciadas; mas, como na totalidade do ano, e mesmo no período que corresponde ao inverno, a temperatura permanece alta, pode-se dizer que todas as estações são estivais.

“A intensidade máxima do calor na zona intertropical também depende muito da natureza do solo. É nos desertos áridos, como os da África, que a temperatura atinge sua maior intensidade durante o dia. No oceano ela se eleva menos, mas é mais constante. *O solo americano, coberto de vegetação, fica no meio entre os dois extremos.* A evaporação é abundante, e o vapor retira o excesso de calor. É grande a distância do aspecto dessas esplêndidas paisagens tropicais, no momento da mais intensa ação solar, do espetáculo da vida que, sob mil formas diversas anima a ideia dos antigos a respeito das regiões equatoriais, consideradas por eles como queimada pelos raios do sol. Dessa ideia bizarra, veio a denominação de *tórrida*, dada à zona terrestre compreendida entre os trópicos. Mas, em toda parte onde existe umidade na atmosfera, os raios do sol, longe de destruir, são geradores de fenômenos vitais.

“Digamos, para dar uma ideia nítida das estações sob os trópicos, que a temperatura do inverno é a do verão na França, descontando alguns dias abafados que acontecem acidentalmente. A temperatura do verão se diferencia pela presença de grandes calores, muito mais prolonga-

dos que na França. É a estação das tempestades, que moderam, de vez em quando, a temperatura elevada.”

A ciência considera como muito provável a existência de um mar interior no centro da América do Sul. Por um desses cataclismas frequentes em épocas anteriores à nossa, esse mar teria sido deslocado pelo levantamento das altas montanhas do solo americano. É provável que o Madeira tenha sido uma das vias pelas quais esse Mediterrâneo veio se derramar no oceano Atlântico, abrindo essas escavações profundas que hoje servem de leito aos afluentes do Amazonas. Esses leitões teriam continuado a ser alimentados pelas águas fluviais a que acabamos de nos referir. Fica, pois, quase estabelecido, que o vale amazônico foi, em certa época, um fundo de mar, um imenso golfo do Atlântico. Nesse ponto, De La Condamine, Humboldt, Agassiz, Silva Coutinho, Fred. Hartt, Orville Derby, estão mais ou menos de acordo. As revelações da própria natureza confirmam a cada dia essas asserções. As presenças de inumeráveis foraminíferas, especialmente numolitas e outros geradores de mundos nas rochas sedimentares, determinam para esse mar interior uma época que não parece ser levada além do período cretáceo secundário. É de se supor que mais de uma comoção telúrica fez-se sentir, desde essa época, nessa região. Em último lugar, a formação da cadeia dos Andes parece ter determinado o aspecto atual do continente. Coincide com certas depressões produzidas pela decomposição do gnaiss observadas por Agassiz e Coutinho.

Além do mais, tendo notado que os flancos das serras de Paracaráima e de Tumucumaque, em face da Bacia Amazônica, são áridas e desprovidas de árvores, enquanto que as vertentes do norte e do oeste são cobertas por bela vegetação, Agassiz concluiu que o vale do Amazonas foi, não um braço de mar, não um golfo como o do México mas simplesmente um lago formado pelas águas do degelo de um inverno cósmico, em uma época em que a Amazônia se estendia até o meio do Atlântico, e onde os rios que hoje se lançam no mar, desde o Parnaíba, iam se precipitar na corrente do Amazonas.

Esta opinião pessoal do ilustre sábio, e que faz parte de seu sistema da formação glacial dos continentes, não poderia ser aceita sem sérias

restrições. A ausência quase completa de rochas errantes no vale do Amazonas, parece negá-la.

Quanto à raridade de vestígios de origem marinha nas encostas do Tumucumaque, pode ser explicada pela existência de águas salobras que provavelmente se estagnaram nos locais onde estiveram as águas salgadas do golfo amazônico, e pela erosão terrível das torrentes e das chuvas. A segunda parte da hipótese de Agassiz é perfeitamente sustentável. Com efeito, é possível que a Amazônia se estendesse de este a oeste, formando aquela famosa Atlântida dos antigos, que permaneceu cercada de eterno mistério.

Muito recentemente⁶⁸, o coronel Georges Earl Church, cujo nome ficou ligado à primeira tentativa séria para a construção da via férrea Madeira-Mamoré, sustentou, com extraordinária abundância de observações e de fatos, uma tese nova. Pretende que, num período geológico não muito longínquo, a bacia do Prata ocupava uma superfície muito mais considerável que em nossos dias, e que, quase todos os rios que hoje se unem para formar o Madeira, corriam então em direção de um mar nos pampas e regavam as terras hoje ocupadas pela República Argentina.

Mas tudo isso importa pouco para o nosso estudo.

Estudemos, de preferência, em seus pormenores, o sistema orográfico desta região, que acabamos de descrever em suas grandes linhas e em seus contornos gerais.

O vale do Amazonas é, como dissemos, muito pouco acidentado. As poucas montanhas que contém se elevam entre o rio Negro e o Oceano. Em toda a vasta zona situada a oeste desse rio, os cartógrafos não registram nenhum acidente de terreno notável. Entretanto, nas margens do Amazonas, estendem-se as encantadoras colinas de São Paulo d'Olivença; na embocadura do Japurá correm as cadeias do Cupati; nos limites da antiga Nova Granada destaca-se uma pequena serra da Cordilheira Aracuara, chamada Apaporis, não ultrapassando 270 me-

68 "Presidential Address to the geographical Section of The British association". Bristol, September, 1898, in the *Geographical Journal*, vol. XII, ri' 4, Oct. 1898, pág. 386 e seguintes.

tros de elevação. Entre as elevações que se encontram entre o rio Negro e o Atlântico, a principal é a de Parintins, que se prolonga à direita do Jamundá, nos confins dos Estados do Amazonas e do Pará. Vêm, em segundo lugar, o Acaraí, simples contraforte do Tumucumaque, entre a Guiana e o Pará; em seguida, as cadeias e as pequenas elevações que se encontram a leste do rio Branco.

Entretanto, o vale do Amazonas, propriamente dito, pode ser considerado como um verdadeiro horizonte geognóstico de primeira grandeza, cujo aspecto característico se encontra nos terrenos cretáceos em exposição nas falésias dos rios. Rochas mais ou menos friáveis e sujeitas à decomposição, argilas diversas, *puddings*, brechas, granulações, xistos argilosos e talcosos marcam a idade geológica dessa região. O fundo pouco pronunciado dos vales é cortado por sedimentos e por matérias do *drift*, espécie de dilúvio vermelho que resulta da trituração das rochas cristalinas e das rochas de transporte. Pode-se afirmar que a base do terreno amazônico é um terreno secundário, e que a argila e o *drift*⁶⁹ rico em húmus são as principais partes constitutivas do solo.

Essas terras ricas, misturadas de detritos vegetais e de desagregados minerais são aptas a todas as culturas, e engendram esta poderosa vegetação que caracteriza a região amazônica.

As condições climáticas do Estado do Amazonas resultam do que ficou dito. A situação geográfica dessa região, que se estende em latitudes tropicais, a orientação dos vales, a abundância de águas, o regime orográfico, a extensão das florestas, aí estão os fatores que agem sobre o clima desse imenso território. A umidade das terras baixas, a fermentação devida a uma vegetação rápida e luxuriante, e a carência de braços empregados para sanear o solo através da cultura poderiam fazer crer, no primeiro momento, que a região amazônica não goza de grande salubridade. Entretanto é o contrário, à parte, há algumas exceções fáceis de serem assinaladas.

As febres intermitentes só são endêmicas no estuário norte do grande delta do rio. Elas aparecem também, por vezes, pelo fim do verão,

69 Argila avermelhada, homogênea, batizada com esse nome por Agassiz, que o atribuiu aos depósitos das geleiras descidas dos Andes.

que é a estação seca, em alguns dos afluentes do Amazonas. Mas pode-se louvar a bondade desse clima, que é perfeitamente saudável e de temperatura muito mais moderada do que se supõe geralmente, como disse Agassiz.

O fator que mais contribuiu para esta espécie de abandono em que o elemento europeu que emigra deixou a Amazônia, foi o preconceito geralmente espalhado por este lado do oceano, que considera essas belas regiões como inabitáveis, ou pelo menos como muito perigosas para os estrangeiros. A ignorância atribuiu-lhes uma temperatura insuportável e uma atmosfera carregada de miasmas palúdicos.

É verdade que certos pântanos da bacia Amazônica, que alguns recantos de floresta, impenetráveis ao sol, não são muito mais atraentes que certos lugares da campanha romana. O que ocasionou todos esses erros, foi o hábito de só fazer entrar na avaliação da temperatura dessas regiões, um único fator: a posição geográfica próxima ao Equador. Foram desprezados outros fatores muito apreciáveis que perturbam os cálculos dos que só contam a latitude e as zonas matemáticas.

Nas margens do Amazonas correm continuamente brisas marítimas levadas por correntes aéreas. Elas trazem uma espécie de alívio ao peso do clima. Lavallée fez notar⁷⁰ que a Europa, exposta aos frios do polo, seria dificilmente habitável se os ventos que sopram da África não derramassem sobre o continente europeu, por cima do Mediterrâneo, o calor acumulado nesse grande reservatório que é o Saara. Um fenômeno contrário se produz nas regiões amazônicas, e Maury já explicou a maneira pela qual, graças às correntes atmosféricas, “o clima da Amazônia é um dos mais notáveis do mundo”.

Como ninguém é profeta quando fala de seu país, principalmente quando está distante, cedemos a palavra a dois homens que não podem ser suspeitos de parcialidade interessada.

O tenente Herndon⁷¹, falando do clima dessa região, exprimiu-se nos seguintes termos: “Sempre fui muito reservado sobre a salubridade desta região; apesar disso, receio que grande número de pessoas

70 *Harmonie des continents et des mers.*

71 *Exploration of the Valley of the Amazon*, Washington, 1854.

ache exagerados os poucos elogios que fiz. Essas pessoas deviam tomar conhecimento do que relata um naturalista inglês, M. Wallace, que se encontrava na região ao mesmo tempo que eu: “O clima”, escreve ele, “tal como o sentimos ainda, é delicioso. O termômetro nunca se eleva acima de 87° Fahrenheit (30°, 56°C) durante a tarde. Desce até 74° Fahrenheit (24,3°C) durante a noite. As manhãs e as noites eram agradavelmente frescas, e, geralmente, tínhamos uma chuva e uma brisa leve, no correr da tarde, que refrescavam muito e purificavam o ar. Ele fala também da “maravilhosa frescura e da transparência da atmosfera, da doçura balsâmica das noites”, acrescentando “que estas não têm igual em nenhum dos países que visitou, e que se pode trabalhar aí como nos meses mais quentes na Inglaterra.”

De acordo com as observações meteorológicas fornecidas ao Centro de Estatística, pela Comissão de Saneamento de Manaus⁷², a temperatura média de Manaus é de 27° 37' centígrados. O mês mais temperado é o de dezembro, com uma média de 26°7' e o mais quente, agosto, com uma média de 27°38'. A temperatura mais elevada nunca ultrapassou 31°75', e foi observada igualmente no mês de agosto; a mais baixa foi de 22°25', no mês de setembro. As observações foram feitas às 7 horas da manhã, às 2 da tarde e às 9 da noite.

“Consideram-se muito prontamente, disse um viajante francês⁷³, todas as regiões quentes unidas numa insalubridade que se acredita geral... Vemos uma terra vizinha, a Guiana francesa, onde empreendimentos imbecis da mais rotineira, da mais formalista, da mais incapaz e da mais convencida de todas as administrações custaram a vida a vários milhares de colonos europeus. Mas, na Amazônia, o mesmo não acontece. Nem a administração portuguesa, nem a administração brasileira se tornaram culpadas de tais inépcias criminosas. A iniciativa individual foi aí tão hábil e feliz quanto foi desajeitada e infeliz na pequena colônia vizinha. Todos os colonos brancos introduzidos em Caiena morreram; todos os introduzidos na Amazônia se aclimataram, prosperaram e ficaram. Caiena é uma região de má fama, sinistra e maldita, da qual se foge. A Amazônia, de clima e

72 “Relatórios” das repartições de estatística e “Arquivo Público do Amazonas”, 1898.

73 Henri A. Coudreau: *La France Equinoziale*, t. 1. págs. 355-56, Paris, 1886.

meio idênticos, é um vasto mundo que respira apenas riqueza e felicidade, e que será dentro em pouco um dos centros de atração dos emigrantes da Europa.”

Após testemunhos tão incisivos, nenhuma dúvida pode substituir a respeito do clima amazônico, e pensamos que este nunca teria sido tão incriminado se não tivesse sido tão frequentemente confundido com o clima das Guianas.

A estatística da mortalidade vem também reforçar nossa tese.

Em Paris, o número de mortes anuais ultrapassava 30 por 1.000 habitantes, no reinado de Luís Filipe. Mais tarde, durante o período transcorrido entre 1855 a 1865, por ocasião dos grandes trabalhos empreendidos no Império, para fazer circular em Paris o ar, a água e a luz, o número de mortes anuais caiu para 27 por 1.000 habitantes. Desde 1882, segundo o *Anuário Estatístico da Cidade de Paris*, é de 26,2 mortes por 1.000 habitantes na grande capital.

O ano de 1897 foi um ano de mortalidade excepcional para Manaus, porque a cidade foi atingida ao mesmo tempo por uma epidemia de varíola, trazida por um vapor, e por uma recrudescência da malária, devida principalmente a movimentos de terra que se fizeram necessários pelos grandes trabalhos empreendidos. Apesar disso tudo, o relatório apresentado pelo diretor da higiene, o dr. Gouveia⁷⁴, é ainda tranquilizador. O número de mortes durante o ano elevou-se a 1.323, em uma população que não é inferior a 45.000 almas. A proporção foi de 29,40 mortes por 1.000 habitantes. Mas, nesse número, contam-se 232 mortes devidas à varíola. Se os descontarmos, teremos uma proporção de apenas 24, 25 por 1.000 habitantes, proporção que representa exatamente a mortalidade média anual da capital. A média de mortes por mês foi, em 1897, de 110,25. Os meses de menor mortalidade foram janeiro e maio (87 mortes, cada); os de maior mortalidade foram setembro (158) e agosto (162). No hospital português, estiveram, durante o mesmo ano, 576 doentes em tratamento, e ocorreram apenas 39 mortes, ou seja, menos de 6,6%. Entre esses doentes, contavam-se, entretanto, indivíduos de todas as nacionalidades, ainda

74 “Relatórios” já citados.

pouco aclimatados: portugueses, franceses, italianos, espanhóis, peruanos, venezuelanos, árabes, etc.

– Mas quanto ao interior?, poderão perguntar.

Mais uma vez, deixamos, primeiramente, que os fatos falem.

Em janeiro de 1883, José Paranaguá, que administrava então o Amazonas com tanto zelo quanto inteligência, enviou o dr. Aprígio de Meneses ao Purus, onde se esboçava uma situação ameaçadora. O médico dirigiu ao presidente da província um relatório, do qual apresentamos alguns excertos: “Durante o último período de preparação da borracha, o rio Purus e seus afluentes não sofreram nenhuma epidemia, contrariamente ao que se propaga. A afecção que reinou era a febre intermitente palúdica benigna, doença endêmica na região.

“De meu conhecimento, nenhum caso pernicioso dessa febre se declarou: é tão somente à imprevidência, à falta de cuidados, à excessiva ambição dos habitantes que se devem atribuir os casos mortais que se registraram, em número de mais de quinhentos, nos rios Acre, Inauini, Pauinu e Tapanhá, afluentes do Purus; este último não foi atingido. Nos outros lugares, os seringueiros, por falta de conselhos médicos relativos ao seu estado, continuaram, entretanto, a extrair o látex, em vez de combater, desde o início, o mal de que sofriam. Daí a repetição dos acessos; daí a gravidade das afecções do fígado e as hidropisias das quais morreram.”

A despeito dessas constatações, o presidente da província afirmava, em relatório por ele apresentado a 25 de março de 1883 à Assembleia Legislativa provincial, que, durante o ano de 1882, o número de mortes, numa população de 50.000 almas nas margens do Purus e de seus afluentes, não tinha atingido a proporção de 20%. Ainda mais, no rio Pauini, durante os dois anos precedentes, morreram apenas 21 pessoas, e, entretanto, mais de 1.000 indivíduos empregaram-se em tempo integral na preparação da borracha.

É preciso que se atribua esses bons resultados à conformação do terreno.

A ausência quase completa de montanhas torna a ventilação muito fácil, contínua e benfazeja em quase todas as ramificações do rio. As constantes correntes de ventos, que circulam nessas largas bacias des-

cobertas, carregam e dispersam todas as emanções prejudiciais em suspensão na atmosfera. Além disso, a profusão de grandes rios que banham a região dissolve e carrega para longe os detritos vegetais, neutralizam esses laboratórios de doenças e anulam as causas de infecção. Por outro lado, as florestas imensas e profundas compensam o mal que causam impedindo a livre circulação das correntes aéreas, por uma grande produção de oxigênio e por uma absorção completa do dióxido de carbono que a atmosfera carrega.

O sábio Maury nos fornece, sobre o assunto, excelentes informações, e confirma as noções que acabamos de relatar segundo o dr. J. Severiano da Fonseca: “Em todas as regiões intertropicais”, escreve ele, “na Índia, na África ocidental, na Nova Holanda, na Polinésia, reinam duas estações. Durante a estação seca, há pouca ou nenhuma chuva: as fontes e as nascentes secam, o gado morre e os cadáveres contaminam o ar. É então que se vê eclodir nessas plagas o terrível mal da peste. O mesmo não acontece no vale do Amazonas. Nesse vale, as chuvas, se bem que abundantes, não caem apenas durante poucos meses; elas também não são acompanhadas daqueles terríveis furacões e turbilhões que se elevam na Índia, a cada mudança de estação. Na América, chuvas mansas e vivificantes caem durante todos os meses do ano, e os ventos são raramente fortes. Um grande número de pessoas crê que esta região, situada sob os trópicos, deve ter um clima análogo ao dos outros países tropicais como a Índia, por exemplo; mas, pelas razões acima expostas: não existe maior semelhança entre o clima da Índia e o do Amazonas do que entre os de Roma e de Boston; aquele que acreditar que o clima é idêntico em Roma e em Boston porque as duas cidades se encontram nas mesmas latitudes, não incidiria em erro menos grosseiro que a pessoa que confundisse os climas da Índia e do Amazonas, sob o pretexto que todas as duas são regiões tropicais. Qual deve ser a condição de uma região intertropical cujo solo é regado por chuvas frequentes e onde não se sofre da menor seca durante a extremidade de um perpétuo verão? Evidentemente, essa região deve ser fértil e salubre porque, em semelhante clima tudo nasce e cresce rapidamente. A produção intensa e a decomposição constante das matérias vegetais, durante o lapso de milhares de anos, devem ter enriquecido a superfície da região de camadas profundas de terra vegetal. É por isso que a vegetação aí se encontra em estado de

constante atividade; não há intervalo de repouso vegetal, porque, a partir do momento em que uma folha cai e começa a apodrecer, outras nascem e absorvem os gases da decomposição. Todas essas condições fazem com que o clima do vale do Amazonas seja um dos mais saudáveis e um dos mais deliciosos do mundo.”

Acrescentamos que, quando o movimento de emigração que ora se dirige para a América do Norte se desviar para inundar o vale amazônico, quando sua população se tornar mais densa, ele se tornará, sem contestação, o vale de Tempé* da América meridional. “Loa, homines; et homines locos faciunt sanos”.

* Vale da Grécia (Tessália), entre o Olimpo e o Ossa; hoje Salemvia. Celebrado por Virgílio.

.....

Capítulo V

O REINO ANIMAL: – O PAPEL DO NATURALISTA NO VALE DO AMAZONAS. – DIFERENÇAS ENTRE A FAUNA AMAZONENSE E A DAS DIFERENTES PARTES DO GLOBO. – OS MAMÍFEROS. – OS PÁSSAROS. – LENDAS SOBRE O URUBU. – OS RÉPTEIS. – OS PEIXES. – O PIRARUCU.

*L*Ê-SE NAS LENDAS DOS SANTOS que um venerável solitário, que não era grande erudito perante o Senhor, tinha o costume de imaginar a Terra como uma grande mesa servida pelo bom Deus. Os animais de toda espécie, as plantas de toda sorte que produzem frutos saborosos, e os tesouros disseminados neste baixo mundo, eram as iguarias e os ornamentos dessa mesa. O homem era o conviva.

Torna-se impossível não rememorar esta ingênua cosmogonia quando se tem que descrever o abundante banquete do vale do Amazonas, onde os três reinos da Natureza se oferecem com profusão a todos os apetites dos mortais.

Fizemos a tentativa de dar uma ideia da “mesa” imensa, que mede 360 léguas de norte a sul e 300 léguas de leste a oeste, em um só pedaço. Constatamos que o elemento líquido não falta nesta mesa verdadei-

ramente real. É tempo de dar a conhecer o cardápio do festim. Falaremos em seguida dos convidados.

O vale amazônico é, realmente, uma maravilhosa mesa que se garante e renova por si só. Ela supre abundantemente as menores necessidades do rei da criação.

Sua fauna é infinita; sua flora, inesgotável; suas riquezas minerais, misteriosas. As pesquisas dos sábios serão insuficientes para desvendá-las. A Amazônia é o encanto dos naturalistas. Muitos anos passarão ainda antes que se tenha feito o inventário das riquezas que ela encerra. Esse trabalho só poderá ser realizado por uma legião de pioneiros. Deve-se entretanto temer que só se faça o recenseamento após a pilhagem. Civilização é por vezes sinônimo de destruição. O homem, ao dominar a Natureza, a mutila. Extermina para reinar. Em vez de submeter os animais para seu serviço, ele os mata indiscriminadamente, sem pensar em adaptá-los a seu uso doméstico; em lugar de tirar das florestas o necessário às suas necessidades de alimentação, de abrigo, de mobília, de navegação, de medicação, ele abate ao acaso, com pródiga imprevidência, e destrói, para o futuro, fontes preciosas de bem-estar. Seria desejável que o sábio passasse antes do colono pelas terras virgens, para fixar os recursos da região e zelar pela sua conservação. A obra do naturalista em nossa época deve ser, antes de tudo, uma obra de economia. Ele deve instruir os que exploram o solo sobre as diferentes propriedades das produções naturais, e fazê-los compreender que é de seu maior interesse a sua conservação. O explorador não é o homem que liquida, mas o que convida a tomar uma simples parte daquilo que descobriu, a fim de fazê-la frutificar. Ele aplica frequentemente as recomendações do poeta: “*Inserere Daphni pyros, carpent tua poma nepotes*”.

É com esses sentimentos que nos propomos a divulgar, após tantos outros, os tesouros do El-Dourado amazônico.

Longe de nós, o pensamento de atrair os aventureiros da finança e seus emigrantes mercenários com a isca de uma presa fácil e de primeira qualidade. O que desejamos, é atrair o trabalhador sério, determinado, inteligente, resolvido a se fixar e edificar sua fortuna, não sobre a ruína e o desperdício dessa bela terra, mas para sua valorização agrícola e industrial. É por essa razão que, revelando-lhe as numerosas vantagens que se ofere-

cem à sua atividade, não dissimularemos nenhum dos obstáculos que a Natureza inculca opor-lhe-á.

Começamos por adverti-lo que não encontrará, nas espessas florestas que margeiam todos os rios da Amazônia, os animais gigantes, úteis ou ferozes, que se encontram em certas partes da Europa, nas estepes e nas jângales da Ásia, nos desertos da África, no seio das ilhas oceânicas. Não verá aí manadas de elefantes de presas de marfim, nem caravanas de camelos carregando homens. Não deverá se prevenir contra os ataques loucos do rinoceronte no extenso verde, nem ouvirá o hipopótamo se debatendo entre os juncos dos rios. Nem o leão nem o tigre real vão lhe dar oportunidade de caçadas épicas. O búfalo não arrastará suas carroças, com seu passo tranquilo e lento. A zebra e a girafa, em sua corrida veloz e desenfreada não farão brilhar a seus olhos as constelações de seu pelo, e a águia não lhe esconderá o sol. Nas solitudes da Amazônia, não encontrará os grandes símios, seus irmãos presuntivos, os orangotangos, os gorilas, os chimpanzés.

Mas, em compensação, viverá em companhia dos últimos representantes da idade terciária. As preguiças, os tatus, os tapires, as vacas-fluviais o farão pensar nos megatérios, nos esmilodontes, nos *Megalonyx*, nos paleontérios e nos dinotérios afogados nos dilúvios.

Em cada classe dos mamíferos, dos pássaros, dos peixes, dos anfíbios e dos répteis, trará novos e numerosos conhecimentos.

É para facilitar-lhe essas relações que damos aqui a nomenclatura abreviada, pela classificação zoológica, dos principais animais do vale do Amazonas.

Comecemos pelo macaco que é, seguramente, o autóctone da floresta virgem.

Na classe dos mamíferos, os quadrúmanos nos oferecem algumas espécies extremamente interessantes⁷⁵.

75 J. von Spix: "Simiariu et Vespertilionum brasiliensium species novae...", *Monachi*, 1823. - Alexandre Rodrigues Ferreira: "Relação dos animais quadrúpedes, silvestres, que habitam nas matas de todo o continente do Estado do Grão-Pará", 1786, Man. da Bibl. Nac. do Rio.

Encontram-se, em primeiro lugar, os *guaribas*, gouribas ou ourarinas, macacos gritadores, pertencentes ao género *Alcuata* ou *Stentor*, da família dos sapajus, isto é, macacos de cauda preênsil. Os guaribas são os maiores e os mais notáveis quadrúmanos das florestas brasileiras. São encontrados igualmente nas Guianas e no Paraguai. Os naturalistas, e principalmente Spix, descreveram grande número de espécies, sem concordar sobre seus caracteres distintivos, de acordo com a cor de seu pelo, variável segundo a idade e o sexo. Os alouatas guaribas se distinguem dos outros sapajus pela cabeça piramidal e rosto oblíquo, devidos ao enorme desenvolvimento do osso hióide. Esses macacos têm uma altura média de 70 centímetros. Seus membros são providos de cinco dedos bem desenvolvidos. Sua cauda, muito longa, serve-lhe de mãos. A parte preênsil é nua e calosa por baixo e peluda por cima. O guariba tem uma espécie de colarinho de barba espessa, à moda dos ianques. É dotado de uma loquacidade surpreendente. Suas cordas vocais poderiam fazer dele um cantor de igreja. O poder de sua voz é de tal ordem que se faz ouvir em um raio de vários quilômetros. Quando, durante a estação das chuvas, eles gritam em coro, ecoam por todo o bosque. É raro que os guaribas se desloquem em bandos; o mais das vezes, andam em casais. Alimentam-se de frutos. A fêmea carrega os filhotes nas costas, como as mulheres índias, e lhes é extremamente devotada. Diz-se que sua carne é comparável à da lebre. Os guaribas se empoleiram no topo das árvores. Para abatê-los, é necessário atingi-los diretamente à bala; se ficarem apenas feridos, ficam suspensos nos galhos pela cauda.

Os platirríneos do Novo Continente contam ainda, na família dos sapajus, com algumas espécies e variedades dos gêneros *Ateles*, *Lagothrix* e *Gebu*.

Os *coatás* ou *coattas* do Amazonas pertencem ao género *Ateles* e as duas principais espécies são o *Ateles marginatus* e o *A. paniscus*. Esses macacos possuem a cabeça volumosa, e um ângulo facial de 60 graus. São tímidos, tristes, medrosos, fáceis de domesticar, preguiçosos e vagarosos. Seu pelo é longo e sedoso; seus membros, finos e compridos, terminam-se por mãos de quatro dedos, com um polegar rudimentar e em forma de tubérculo.

Os *barrigudos* fazem parte do gênero *Lagotherix*. Esses animais, descobertos e descritos por Humboldt, são peludos, barrigudos e providos de cinco dedos. Têm a cabeça redonda e volumosa, os membros bem proporcionados e a postura bípede.

Os *sais* macacos capunhinhos ou chorões, pertencem ao gênero *Cebus* ou *Sapajous*. Seu pelo varia do marrom ao cinza esverdeado. Uma calota ou capucho de pelos negros orna sua nuca. Seus gritos tristes e chorosos revelam uma natureza calma e triste.

Todos esses macacos representam os membros sérios da família.

A seu lado, temos o gênero divertido, os malandros e desajeitados, personificados nos saguis dos gêneros *Cebus*, do gênero Midas, do gênero *Calithrix* e do gênero *Pithecia*. Mencionaremos nesses diversos gêneros o sagui de dorso prateado (*J. Humeralifer*); o sagui peludo (*M. hursulus*), cujo corpo é coberto de pelos negros com ondulações avermelhadas no dorso; o sagui vermelho (*C. moloch*) e o bonito macaco preto parauacu (*P. hirsuta*).

A ordem dos carniceiros não é menos rica em representantes que a ordem dos quadrúmanos. O gênero *Felis* conta vários indivíduos aos quais os brasileiros dão o nome genérico de onça, e os índios o de jaguara. Por vezes, a onça é chamada tigre-da-américa ou jaguar.

A onça comum (*Felis onça*) um animal quase tão grande e tão feroz quanto o tigre real da Ásia. Seu pelo é de um amarelo vivo por cima, marcado, ao longo dos flancos, por quatro fileiras de manchas negras na forma de um anel, mais ou menos fechado, com um ponto negro no meio. É branco por baixo, com grandes manchas irregulares, cheias e negras. Mede até 1,95m de comprimento, sem contar a cauda, que atinge 60 centímetros.

A onça-negra (*F. onça nigra*), chamada jaguetaré ou jaguara-pixuna pelos índios apresenta duplo aspecto: a fêmea é toda negra; o macho é avermelhado com manchas negras.

A onça-vermelha (*F. concolor*) é a suçuarana dos índios, e o cougar ou puma dos naturalistas. É também chamada vulgarmente de leão-da-américa ou tigre-vermelho. Atinge 1,30 m de comprimento, sem a cauda, que pode medir até 70 centímetros. Seu pelo é de um amarelo uniforme,

sem qualquer mancha; a extremidade de sua cauda é preta, bem como as orelhas.

A *onça cinza e branca* (*F. pardalis*), denominada pacova sororoca pelos indígenas é de tamanho pequeno.

A *onça-maracajá* (*F. tigrina*) ainda inferior em tamanho à precedente. Tem o pelo misturado de negro, branco e cinza.

O jaguar propriamente dito ou *Felis onça*, do qual já falamos, é mais forte e mais temido que as outras quatro espécies de onça. Ataca os maiores animais, e frequentemente o próprio homem.

Passemos ao grupo dos roedores, dos mamíferos, caracterizados, como se sabe, pela ausência de caninos, por longos incisivos e quatro pares de molares uniformes em cada mandíbula.

A região amazonense possui o maior dos roedores conhecidos: a capivara (*Hydrochoerus capibara*), cujo nome deriva, segundo Martius, de duas palavras tupis: “caapi” e “uara”, que significam dono do capim, alusão às gramíneas de que se alimenta nos rios e lagos. Os franceses a denominam “capivard” ou “capiverd”, e os galibis “cabiai”. A capivara tem o tamanho de um javali. Seu pelo, não muito espesso, é acinzentado; sua carne serve de alimento a alguns nativos da região, que prezam principalmente a gordura que ela fornece.

Depois da capivara, é preciso citar a paca. Duas espécies são principalmente conhecidas: a *Coelegenyx fulva* e a *C. subnigra*. A paca pertence a uma das sete famílias de roedores descritas por A. Saint-Hilaire. Seus dentes assemelham-se aos dos agutis (cutias) mas possui um dedo a mais, perfazendo um total de cinco. Outro caráter diferencial provém da pele de suas faces, que se dobra sob as arcadas zigomáticas muito salientes, e que forma um bolso aberto por baixo. As pacas têm o tamanho de um leitão, cerca de 56 centímetros; o ventre é grande, as patas curtas, o focinho comprido e arredondado na ponta, as orelhas pequenas; não têm cauda; em compensação possuem longos bigodes. Sua pele é esbranquiçada ou avermelhada, com listras longitudinais formadas de manchas negras ou brancas, dispostas em série. Grunhem como porcos. Frutas e raízes compõem sua alimentação ordinária. São animaizinhos limpos, dóceis e aptos à domesticação. Sua carne é de uma delicadeza extrema, e faz as delícias dos mais finos gastrônomos.

O *aguti* (cutia), constitui um gênero à parte no grupo dos roedores. Tem quatro dedos na frente e três atrás. Seus membros posteriores são muito mais longos que os anteriores, como os das lebres. O pelo é duro, fácil de arrancar; pode ser marrom ou avermelhado. Parece-se um pouco com o coelho da Europa, mas possui orelhas arredondadas e o nariz pontudo. Sua cauda é rudimentar. O aguti, que os brasileiros chamam cutia, e que os naturalistas denominam *Dasyprochta agouti*, prefere as colinas cobertas de árvores e escolhe seu abrigo nos ocos de árvores ou de rochas. É um noctâmbulo emérito: tem o dom de ver claramente de noite. É fácil de criar. Como é omnívoro e pouco exigente quanto à alimentação, pode proporcionar boa renda a quem se dispuser a criá-lo. Sua carne não é de se desprezar, e o couro é procurado para a fabricação de sapatos. A cutia fornece ainda algumas lendas às imaginações ávidas do maravilhoso. Eis aqui uma, que tiramos de Sívio Romero, para tornarem um pouco mais divertidas nossas áridas descrições:

O macaco, muito feliz, foi dançar na casa da cutia, sua vizinha. Esta, muito esperta, pediu ao macaco que tocasse, e começou a dançar. Dando voltas, foi bater contra a parede e quebrou o rabo. Vendo isso, os bichos de rabo ficaram com medo de dançar. Então o preá disse⁷⁶:

– Vocês estão com medo de dançar; continuem a tocar, e vão ver como se dança. O macaco ficou desconfiado. Subiu num banco e começou a tocar para o preá dançar. Este deu algumas voltas, e depois foi chamar o macaco para dançar. O macaco não pôde recusar; entrou na dança com todos seus amigos, mas não dava um passo sem que alguém pisasse no seu rabo. Parou e disse:

– Não vou dançar mais! Quem não tem rabo não devia pisar no rabo dos outros. O preá e o sapo não devem pisar no rabo do outro, porque eles não têm rabo para ser pisado.

Com essas palavras, saltou na janela, e pôs-se a tocar sem ser mais importunado.

Quanto a nós, retomemos nossa excursão pela fauna amazonense.

O grupo dos paquidermes nos apresenta o tapir ou anta (*Tapirus americanus*). Trata-se certamente do maior dos mamíferos da região, e po-

76 Pequeno quadrúpede sem cauda, semelhante a um grande rato; seu pelo é acinzentado. Os naturalistas dão a esse roedor o nome de *Cavia Aperea*.

de-se dizer que é a melhor caça, um dos maiores recursos comestíveis desses desertos de água e de florestas. Os índios o chamam icuri ou tapiereté.

O tapir americano é semelhante ao porco, mas é de tamanho maior, já que mede 2 metros de comprimento e 1 metro de altura. O nariz se prolonga em pequena tromba móvel; o rabo é muito curto; tem quatro dedos com casco nas patas anteriores, e três nas patas posteriores; uma pele marrom, espessa e revestida de raros pelos sedosos; orelhas arredondadas e peludas; aí estão as principais características do tapir, que se encontra desde o Orenoco até o Prata, e principalmente no vale do Amazonas. Os filhotes desses paquidermes são manchados de branco, como os filhotes de cervo. É brutal mas não feroz, ocasiona estragos como o javali. De dia se esconde nas touceiras, saindo de noite para comer frutos e raízes. Nada e atravessa rios com grande facilidade. Gosta de se espojar e se banhar na lama. Nenhum outro animal é capaz, como ele, de abrir caminho nas grandes florestas. Ele se lança com a cabeça baixa e seu focinho probocidiforme para frente. Sua voz é fraca e sem proporção com o tamanho do corpo; consiste em um assobio curto. “Entre os paquidermes”, escreve A. Saint-Hilaire, “existe um cuja domesticação me parece dever ser imediatamente tentada, é o tapir, e especialmente a espécie americana, que seria fácil de encontrar na Guiana e no Brasil. A utilidade do tapir seria dupla. Sua carne, melhorada por um regime conveniente, forneceria um alimento ao mesmo tempo saudável e agradável, bem como um couro excelente. Ao mesmo tempo, poderia prestar importante serviço como animal de carga”. Damos conhecimento dessas reflexões aos colonos do futuro, acrescentando apenas que alguns tapires apanhados jovens, já foram domesticados. Todo mundo pode tocar neles e coçá-los, o que eles apreciam muito. Passeiam livremente nas casas e comem tudo o que encontram, inclusive carne crua.

O pecari ou caititu é uma outra espécie de paquiderme, inferior ao precedente. As espécies mais conhecidas são o *Dicotyles labiatus* e o *D. torquatus*, que é o tajacu dos índios. É o javali ou porco amazonense. Os pecaris andam em bandos e constituem excelente caça. A maneira dos indígenas de caçá-los é original. O caçador se instala numa árvore, nas proximidades de uma touceira de palmeiras, cujos frutos são muito apreciados pelos pecaris. Quando percebe um bando, dá um tiro de fuzil e imita o latido de um cão. Os caititus ficam enraivecidos, precipitam-se para a ár-

vore, que passam a morder e a tentar derrubar. O caçador então desce um pouco, e, segurando com uma mão num galho, abate com a outra, empunhando um porrete, todos os animais a seu alcance. Consegue assim abater muitos de uma só vez.

Os ruminantes contam com numerosas espécies de cervos ou veados. Citemos tão somente o *Cervus campestris*, *palustris*, o *C. nemorivagus* e o *C. rufus*. Esses cervos são numerosos nas florestas; sua carne é deliciosa, e suas peles começam a ser procuradas para a exportação.

Entre os desdentados, é preciso citar os *tatus*, formando diversas espécies do gênero *Dasybus*; os formigueiros, tamanduás ou tamanares pertencem ao gênero *Myrmecophaga*, e as preguiças ao gênero *Bradypus*.

O tatuçu (*Dasybus gigas*), tem quase o tamanho de um leitão. Suas pernas são curtas e cobertas de escamas; seu focinho, muito alongado, é igualmente protegido por uma espécie de casco. Sua testa escamosa é composta de compartimentos dispostos em mosaicos, constituídos de pelos aglutinados. Essa armadura é composta de três partes. As peças do pescoço e da parte posterior do corpo são fixas; entre elas, várias faixas paralelas e móveis dão à parte média do corpo a possibilidade de se dobrar. A cauda é redonda e irregularmente coberta de escamas. O ventre é avermelhado e verrucoso; as mamas são peitorais. Os pés têm cinco dedos, guarnecidos de unhas muito longas e fortes. Sua voz é uma espécie de grunhido. É medroso, noturno, sempre pronto a fugir e a se esconder. Vive de cadáveres, de frutos e de minhocas; esconde-se em tocas. Quando atacado, entra em sua carapaça, onde se sente inexpugnável. Quando esse guerreiro provido de uma verdadeira armadura tem a infelicidade de cair de costas, tem a maior dificuldade de se virar. Os tatus são facilmente domesticáveis, e atribuem-lhes costumes singulares. Parece que vivem em grupo, abrigados na mesma toca, enquanto que um deles vai buscar comida, trazendo para a pequena comunidade as provisões de tucum (*Astrocaryum tucuman*) e de mucajá (*Acrocomia* e *sclerocarpa*) para se regalarem em família. Pretende-se, entretanto, que ao chegar às palmeiras, o tatu começa a caridade por ele mesmo, e faz uma farta refeição prévia.

O grupo dos cetáceos é representado na bacia do Amazonas por dois tipos estranhos, que se relacionam com as lendas mitológicas e as lendas primitivas.

O primeiro, é a vaca-fluvial⁷⁷, o peixe-boi dos brasileiros. O goaraba dos índios, conhecido pelos naturalistas com o nome latino de *Manatus americanus* ou *M. australis*. É o manata, o camantin ou dugong.

O segundo é o boto, o peixe-cão ou pirajugara, dos índios, o golfinho-do-amazonas, o *Phocoena brasiliensis*.

O peixe-boi do Amazonas é a sereia “*voce canora*” dos antigos. Tem, efetivamente o corpo pisciforme, terminado por uma nadadeira simples, oval e horizontal. As nadadeiras dianteiras, embora achatadas e membranosas, compõem-se de cinco dedos, que podem ser considerados, se apalpados por baixo da pele, como verdadeiras mãos. É sem dúvida dessa particularidade que lhes vem o nome de manatas. Atingem com frequência perto de seis metros de comprimento. As fêmeas possuem um busto feminino muito opulento. A carne desse peixe-mulher é muito delicada. Dela se fazem conservas chamadas mixira; a gordura fornece um excelente óleo de iluminação. Acredita-se que o peixe-boi tenha uma audição muito sensível, o que torna sua pesca difícil, exceto para os habitantes da região que conhecem todas suas manhas. Agassiz parece considerá-lo como o representante atual do dinotério.

Se o peixe-boi é a antiga sereia, o boto parece ser um dos golfinhos da fábula: “Per maria humida nantes”.

A Amazônia herdou algumas das lendas da Grécia sobre o golfinho (*Delphinus rostratus*). Todos estão convencidos que o boto é amigo do homem; que, se um navegante naufraga, esse salva-vidas devotado, ajuda-o a se salvar das águas e de todos os seus perigos, carregando-o nas costas. Os golfinhos são frequentemente encontrados nos rios, assopando perto das barcas. Seu grande corpo, que ultrapassa por vezes 2 metros, brinca em todos os rios, sem demonstrar medo do homem.

Após os mamíferos, eis a família dos pássaros, brilhantes habitantes das grandes florestas sombrias. Alfred R. Wallace colecionou mais de 500

⁷⁷ Alex. Rodrigues Ferreira: “Memória sobre o peixe-boi...”, 1786, Man. da Bibl. Nac. do Rio.

espécies. Encontramo-nos aqui em um mundo feérico, num encantamento ornitológico⁷⁸.

Entre os rapaces, o grupo dos diurnos nos oferece o *urubu* sinistro, cujo nome provém da misteriosa língua tupi. “Uru” significa pássaro, e “bu”, “vu” ou “uu”, comer; é o pássaro voraz. Tem um bico mais grosso que o do corvo da Europa; a cabeça calva assemelha-se à de uma galinha. Várias espécies são conhecidas; o *Cathartes foetens*, o *C. aura.*, o *C. jota*.

O urubutinga ou branco é a espécie mais rara. Os indígenas o consideram como o rei dos urubus. Dizem que os urubus comuns ou negros só comem quando o urubutinga está saciado. Contam que ele plana acima das nuvens, que uma flecha ornada com suas plumas nunca erra o alvo, que a prece com elas escrita é sempre atendida, e assim por diante. O urubu branco representa a bondade, o urubu negro a maldade. Os índios atribuíam a este último uma infinidade de lendas, em que se misturam o naturalismo primordial e as ideias cristãs de importação. Escutemos alguns desses relatos, que os amadores de contos populares certamente reconhecerão por já tê-los ouvido no país enevoado dos *minnesingers*, com os quais as avós as contam ainda às tenras crianças das margens do Reno.

Um dia (*diz uma dessas lendas*), havia uma festa no Céu em honra da Santa Virgem. Todos os animais da criação tinham sido convidados. O jabuti, tão lento no andar, não via meio de chegar tão alto. Pediu ao urubu que o levasse com ele. O urubu consentiu e colocou-o nas costas. Tendo chegado a certa altura, o urubu, de propósito, deixou cair o coitado do jabuti, que se quebrou em mil pedaços. Então, a Santa Virgem desceu do Céu. Apanhou os pedaços do jabuti, restituiu-lhe a vida, abençoou-o, e maldisse para sempre o negro urubu. Foi desde esse tempo que o jabuti é coberto com uma carapaça que parece feita de pedaços, e que o urubu traz infelicidade a tudo que toca. A árvore na qual se empoleira perde as folhas; o fuzil que aponta para ele explode na mão do caçador; seu corpo, depois de morto, fica abandonado; mesmo as formigas não o tocam.

De outra feita, o urubu foi convidado pelo sapo para outra festa no Céu. Para se divertir, o urubu foi ter com o sapo e lhe disse:

78 Frei J. M. da Conceição Veloso: *Aviário brasileiro...*, Lisboa, 1800. - J. B. von Spix: “*Avium species novae...*”, Monachii, 1824.

– Muito bem, compadre sapo, sei que você vai ao Céu. Que tal se fôssemos juntos?

– Estou pronto para ir com você, amigo, mas vá buscar seu violão.

– E você, leve o seu pandeiro...

No dia combinado, o urubu foi para a casa do sapo, que o recebeu muito bem, e pediu que entrasse para ver sua comadre e os afilhados. Enquanto o urubu conversava lá dentro, o sapo gritou-lhe da porta:

– Você sabe, eu ando muito devagar. Deixe que eu vou na frente.

Enfiou-se no violão e ficou quieto. Logo depois, o urubu se despediu da senhora sapo e das crianças, pegou o violão e pôs-se a caminho para o céu. Quando lá chegou, perguntaram-lhe pelo sapo.

– Mas que brincadeira é essa? – respondeu ele. – Então vocês acham que aquele sapo pode fazer uma caminhada tão comprida? Ele mal se arrasta na terra, como é que podia chegar ao Céu?

Com essas palavras, largou o violão e foi comer. Quando todos estavam à mesa, comendo e bebendo, o sapo pulou fora do violão sem ser visto, e gritou:

– Aqui estou eu!

Espanto geral! Todo mundo começou a dançar e a se divertir. Acabado o baile, todos foram embora. O sapo, vendo o urubu distraído, entrou de novo no violão. O urubu se pôs a caminho. Em dado momento, o sapo se mexeu. O urubu, sorrateiramente, virou o violão e deixou cair o sapo.

Durante a queda, o sapo gritou: “Afastem-se, pedras e rochedos, ou vou rebentar vocês!

– Não tem perigo não compadre, replicou o urubu, muito gozador; você sabe voar tão bem!

Na queda, o sapo se achatou e se machucou muito. É por isso que tem as costas encurvadas e a pele coberta de feridas.

Se o urubu se presta às lendas poéticas, o jacurutu (*Strix nacrutu*), de cabeça de gato, lança o terror e superstições na alma do índio, que se atemoriza com o seu lúgubre grasnido.

Mas o caraxué ou sabiá e o japim ou xexéu (*Oriolus icterus gam.*) o encantam com suas melodias e o fazem mergulhar em devaneios que são para ele o único prazer do espírito. Essas duas espécies de pássaros são do

gênero *Turdus* a que pertenciam também os pardais. O sabiá tem o canto suave e melancólico do rouxinol europeu, porém menos extenso e menos variado. O japim, amarelo e negro, imita a voz de todos os outros pássaros. É o pássaro-orquestra das florestas brasileiras. Poderia igualmente ser seu tapeceiro. Seus ninhos muito numerosos, são suspensos na maioria das árvores, semelhantes a longas bolsas flutuantes. Os japins, amigos dos alegres cantos, voam em bandos.

Os trepadores apresentam diversas espécies de tucanos (*Rhamphastos discolorus*), cujo grito é a harmonia imitativa do nome que lhe foi dado. Essas aves têm um bico enorme, branco e amarelo, por vezes mais longo que seu corpo. Esse bico tem a forma de uma foice. É leve e esponjoso no interior, às vezes serrilhado nas bordas e encurvado na ponta. A cabeça é pequena, os olhos redondos, a língua longa e estreita, farpada com uma pena: a face é nua, a cauda de comprimento médio, os pés curtos e a asa pouco extensa. Os tucanos têm o mesmo tamanho que os corvos da Europa. A plumagem é muito colorida. O dorso é azulado; a cauda e as asas também, o peito é de um amarelo esplêndido com reflexos metálicos. Vivem na floresta em pequenos bandos de seis a dez. São desconfiados por natureza. Em perpétuo movimento, quase nunca pousam no chão; alimentam-se de frutos e insetos. Na época da postura, devoram os ovos e os filhotes, que engolem de uma só vez, depois de lançá-lo ao ar para que fiquem em boa posição para serem devorados. Seus gritos são roucos e penetrantes. Aninham-se em ocos de árvores e só põem dois ovos.

Ainda entre os trepadores, conta-se uma grande variedade de papagaios, de periquitos e de araras, entre os quais distingue-se o maracanã, bonito papagaio amarelo. Os indígenas pretendem que, para tornar amarela a plumagem de um papagaio, basta alimentá-lo com a gordura do pirarara ou peixe-arara (*Phractocephalus hemiliopterus*).

As espécies mais notáveis de galináceos são: os jacus (*Penelope*), os mutuns (*Crax*), o agami ou jacami (*Psophia crepitans*), o unicórnio (*Palmatedea*), o nhambu (*Crypturus*), a cigana (*Opisthocomus*), que se parece com o faisão e com o pavão, e muitas espécies de pombas e rolinhas. Como já foi observado, “com exceção de alguns galináceos que lembram a perdiz, todos os representantes desse grupo no Brasil, e especialmente no vale do Amazonas, pertencem a tipos que não existem em outras partes do globo”.

As variedades de mutuns ou hocos são muito numerosas. O menor é o mutum-pinima (*Crax discors*). Há ainda o mutum-miri (*C. tuberosa*). São grandes galináceos, de dorso negro, com as asas e o ventre brancos, frequentemente. Têm na cabeça uma coroa frisada como a dos pavões. Cantam de noite, e os indígenas afirmam que se fazem ouvir exatamente de duas em duas horas.

Há várias espécies de inhambus. O inhambuquí ou pixuma (*Crypturus cinereus*) tem a plumagem cinza-escura; seus ovos são vermelhos. O inhambu-toró ou toré (*C. serratus*) canta de hora em hora e, juntamente com o mutum, serve de relógio para os índios. Seu canto consiste em um simples grito agudo, estridente, que os selvagens imitam perfeitamente, quando, no fundo das florestas, querem se comunicar sem despertar a atenção dos habitantes civilizados. Seus ovos são brancos. É preciso citar ainda a sururina, que se assemelha ao inhambu, mas é um pouco menor.

Entre o gênero *Columba*, possuímos ainda grande número de espécies, entre as quais a juriti, que é a *Columba cabocolo* de Spix. É uma pomba de plumagem acinzentada e de cabeça quase desplumada.

No grupo dos pernaltas, muito numerosos e variados, citemos: a piaçoca ou melhor, aguapiaçoca (*Parrajaçana*), de cor marrom, cujos longos dedos, mais longos que seu fino corpo, permite-lhe correr sobre a vegetação flutuante dos rios como se fosse terra firme; o jaburu-moleque ou marabu (*Mycteria americana*), o maior dos pernaltas ribeirinhos do Amazonas; o maguari (*Ciconia maguari*), inferior em tamanho ao marabu, e o nandu ou ema (*Rhea americana*), frequentemente chamado de avestruz-da-américa. Todos esses pássaros de bico longo e de pescoço comprido vivem aos bandos nas margens dos lagos e dos afluentes do grande rio.

Os longirostros são representados por um pássaro realmente esplêndido, o íbis ou guará de penas cor-de-rosa (*Ibis rubra*); suas rêmiges têm as extremidades negras. Os índios, admiráveis observadores da natureza que os cerca, tinham-no denominado “guá” e “guira”, isto é, ave de várias cores, porque, quando filhote, o íbis é branco; adulto, fica quase preto, e, mais tarde, cor-de-rosa.

Não falaremos dos mergulhadores, para não alongar ainda mais este capítulo já bastante extenso. Deixaremos igualmente de lado as troqui-

lídeas, beija-flores e colibris de asas resplandecentes, bem como as borboletas de cores maravilhosas⁷⁹.

A maior parte dos voadores acima citados fornecem um alimento delicioso. Algumas espécies poderiam facilmente ser criadas em galinheiros e forneceriam uma alimentação de primeira ordem. A indústria e o comércio já tiraram partido da beleza e da extraordinária leveza da plumagem de alguns desses pássaros dos trópicos.

Examinemos rapidamente os grupos dos répteis: o dos quelônios, o dos sáurios e o dos ofídios.

Entre os quelônios⁸⁰ encontramos todas as tartarugas, aquáticas e terrestres: a tartaruga de água doce (*Emys dumeriliana*), o matamatá (*Testudo Chelys fimbriata*), o cabeçudo, o capitari, que é considerado o macho da tartaruga, o aiaçá, o aperema (*Testudo terrestris*) e muitos outros. Todas essas espécies oferecem preciosos recursos alimentares. A carne da tartaruga é um alimento saudável e saboroso; o casco, que não tem o mesmo valor do da tartaruga do mar, é entretanto empregado para trabalhos grosseiros, para o uso do povo: com os ovos, que também se comem, frescos ou defumados, faz-se uma espécie de gordura, manteiga – que é empregada no interior para a iluminação e que começa a ser exportada. Foi essa gordura que Jules Verne tomou como verdadeira manteiga, para ser comida com pão; mas essa manteiga de tartaruga só serviu para alimentar as fantasias literárias do autor de *Jangada*.

Os sáurios nos oferecem as espécies tão diversas de caimãs ou crocodilos do Amazonas, chamados de jacarés no Brasil⁸¹. O caimã comum (*Alligator cynocephalus*) é de com frequência mais de 3 metros de comprimento. O *Alligator palpebrosus* é menor, mas não menos feroz. O *Crododilus sclerops* ou caimã o de óculos é um animal verdadeiramente ter-

79 J. Théodoro Descourtilz: *Oiseaux brillants du Brésil*, Paris, 1832. E. J. da Silva Maia: *Memória sobre os beija-flores*, Rio, 1851, Trab. da Soc. Velos.

80 Alex. Rodrigues Ferreira: “Memória sobre as Tartarugas...”, 1786, Man. da Bibl. Nac. do Rio. – J. B. von Spix: “Animalia Nova sive species novae testudinem et ranarum...”, Monachii, 1824.

81 Alex. Rodrigues Ferreira: “Memória sobre os jacarés...”, 1786, Man. da Bibl. Nac. do Rio.

rível: seus olhos, de cor avermelhada, formam uma protuberância muito saliente no seu focinho bastante alongado. O caimã é próprio da América. O nome de caimã vem do galibi (*cayman*), e o nome *aligator* do português *lagarto*, derivado do latim *lacerta*. Os naturalistas atribuem a alguns caimões o nome de monitores. Os americanos-do-norte tomaram o nome para batizarem seu primeiro barco encouraçado, de torres rentes à água. O caimã de óculos, que atinge um comprimento de 4 a 5 metros, põe seus ovos na areia das praias, cobre-os com palha ou folhas, e cuida constantemente deles, sempre pronto a defendê-los. É raro que ataque o homem. Nada impediria que se criasse o caimão, como já foi feito nos Estados Unidos onde sua pele é preparada na cor natural ou após uma aplicação de anilina, para a confecção de carteiras, bolsas, etc.

Os sáurios compreendem, ainda, diversas espécies de lagartos e camaleões⁸², o senembi dos índios. Entre este último, conhece-se principalmente o *A. gamapicta* e o *A. catenata*.

Como todos os paraísos, o Amazonas esconde serpentes entre suas folhas⁸³. Os ofídios, em vez de atrair, tenderiam a afastar do paraíso amazônico aqueles que se aventurassem a nele entrar, se não soubessem que, primeiramente, essas serpentes não frequentam habitualmente lugares habitados, e, em segundo lugar, que injeções de permanganato de potássio, aconselhadas pelo Dr. Lacerda, curam suas mordidas. Não omitimos, entretanto, que as florestas e os rios dessa bela região estão infestados, em muitos lugares, por esses horríveis animais, entre os quais alguns são venenosos. Há a sucuriçu, sucururu ou sucuriú (*Boa scytale*), a maior serpente aquática dessas paragens, que chega às vezes a 20 metros de comprimento⁸⁴; a jararaca (*Trigonocephalus* e *Cophias atrox*), que podem atingir até 2 metros, e cuja mordida é excessivamente perigosa⁸⁵; a jaguiranabara ou

82 J. B. von Spix: "Animalia nova sive species novae lacertarum...", Monachii, 1825.

83 J. Wangler e J. B. von Spix: "Serpentum brasiliensium species nova...", Monachii, 1824.

84 F. L. C. Burlamaque: "O minhocão, o sucububiú, a jiboia...", Rio, Trab. da Soc. Velos.

85 J. Bat. de Lacerda: "Investigações experimentais sobre a ação do veneno da *Bothrops jararaca*", Rio, 1877, Arq. do Mus. Nac., II.

pequena cobra de asas (*Fulgora lanternaria*), cuja picada é terrível; a cobra-coral; há ainda as diferentes variedades de boas ou jiboias (*Boa cenchria*). Mas que o leitor europeu se tranquilize. No meio dessas florestas ericadas de dardos, envenenadas de peçonha, o índio anda descalço, como o turista nas praias douradas de Capri, e raramente é atingido pelo ferimento do corajoso Aquiles.

Não nos demoraremos no grupo dos anfíbios, que só interessam aos estudiosos.

Os peixes⁸⁶ são incontáveis como as estrelas. É impossível dar uma ideia aproximada da riqueza das águas dessa região. Agassiz, que esteve no Brasil em 1865, para fazer estudos de ictiologia, escrevia após seis meses de exploração na bacia do Amazonas:

“O Amazonas contém quase duas vezes mais espécies que o Mediterrâneo, e um número mais considerável que o oceano Atlântico de um ao outro polo... Todos os rios da Europa reunidos, desde o Tejo até o Volga, não contam com cento e cinquenta espécies de peixes de água doce; e, entretanto, num pequeno lago nas proximidades de Manaus, o Lago Hianuari, que tem de 400 a 500 metros de superfície, descobrimos mais de 1.200 espécies distintas, das quais a maioria não foi observada em outros lugares.”

Essas linhas, de um sábio habituado a esses estudos especiais são suficientes para demonstrar a impossibilidade de dar aqui um resumo, por pequeno que fosse, das riquezas ictiológicas verdadeiramente fabulosas dessa região.

Entretanto, devemos dizer algo sobre o pirarucu, o *Sudisgigas*, já que é o peixe mais importante do rio, aquele que, como alimento, substitui o gado para as populações ribeirinhas, nas palavras do sábio citado. Seu nome vem de duas palavras tupis: *pira*, peixe, e *urucu*, vermelho, devido à sua cor. É encontrado em quase todos os rios e lagos do Amazonas. Sua carne é saborosa, e bem superior à do bacalhau. Os indígenas salgam e secam-na, sob essa forma, serve para alimentar as populações do interior.

86 Spix, Agassiz e Martius: “Selecta genera et species piscium...”, Monachii, 1879. – L. Agassiz: “Lettres relatives à la faune ichtyologique de l’Amazone”, *Ann. des Sciences Nat.*, IV, V, 5a. série.

Há algum tempo, começou a ser exportado para os outros Estados do Brasil, principalmente para o Pará. De sua língua rugosa, quando seca, faz-se um ralador muito útil. O pirarucu mede frequentemente mais de dois metros⁸⁷.

Durante o exercício financeiro 1895-96, a receita de Manaus registrou uma exportação, por grande cabotagem, de 553,118 quilos de pirarucu seco, de valor oficial de 468 contos de réis; durante o mesmo exercício, a exportação de Parintins foi da ordem de 169.782 quilos, com um valor oficial de 146 contos; a de Itacoatiara, de 91.846, no valor de 80 contos, e a de Maués de 52.252 quilos no valor de 44 contos de réis.

Restar-nos-ia falar dos moluscos, dos crustáceos e dos insetos, tão bem estudados por Bates⁸⁸; entretanto, renunciemos a essa empresa. Esse estudo demandaria longos desenvolvimentos, deslocados em um trabalho ao qual queremos conservar, antes de tudo, um caráter prático.

Aliás, como disse um viajante célebre, depois de visitar essa região: “Algumas horas passadas a contemplar esse mundo maravilhoso dos trópicos, por menos que se abra os olhos para os tesouros da vida vegetal e animal, nos ensinam mais sobre a distribuição da vida que um mês de estudos no gabinete.” É preciso ver para crer.

87 Alex. Rodrigues Ferreira: “Memória sobre o peixe pirarucu...”, 1787, Man. da Bib. Nac. do Rio.

88 Henry Walter Bates: “Contributions to an Insect Fauna of the Amazon Valley”, Londres, 1862, *Trans. of Linn. Soc.*, XXIII.

.....

Capítulo VI

O REINO VEGETAL: – MADEIRAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL E NAVAL. – MADEIRAS DE CARPINTARIA E DE MARCENARIA. – PLANTAS ALIMENTÍCIAS. – ESPECIARIAS E PLANTAS AROMÁTICAS. – FIBRAS TÊXTEIS. – MATERIAIS DE TINTURA E PANIFICAÇÃO DE ORIGEM VEGETAL. – SUBSTÂNCIAS OLEAGINOSAS. – SUBSTÂNCIAS MEDICINAIS. – GOMAS, GOMAS-RESINAS, ÓLEOS-RESINAS, BÁLSAMOS E ESSÊNCIAS. – MARFIM VEGETAL. – BORRACHA.

A FLORA AMAZONENSE? Isso não parece uma redundância? Todas as maravilhas da vegetação não se encontram nessa imensa estufa que é o vale do Amazonas? Alguma outra região da Terra pode rivalizar com essas terras brasileiras pela riqueza, pela grandiosidade e pela utilidade das produções vegetais?

Nesse vale, não existe uma planície do interior, uma colina, uma margem de rio, de lago ou de igarapé onde não apareça o esplendor e a superabundância de uma vegetação extraordinária. Por toda parte, crescem as essências mais variadas. As madeiras mais estimadas para a construção civil e naval coexistem com os mais belos e preciosos espécimes empregados na carpintaria e na marcenaria. As plantas medicinais competem com as madeiras que fornecem tintas, e estas rivalizam com as essências da floresta e plantas aromáticas. Árvores de frutos saborosos crescem ao lado

de outras que produzem borracha, ou cujas sementes fornecem o marfim vegetal. Por toda parte, é uma profusão de árvores, de verduras, de flores, de sementes, de frutos, de seiva.

Essas florestas de milhares de léguas não poderiam ser descritas com um completo rigor científico. Os trabalhos de Spix e Martius, de Edouard Poeppig, de Barbosa Rodrigues, de Monteiro Baena, dos irmãos Rebouças, de Trail e de Fusée Aublet, dão apenas uma ideia incompleta da multiplicidade de plantas que elas contêm. A flora amazonense ainda não é inteiramente conhecida; falta muito. Grande número de espécies não foram nem classificadas nem descritas taxonomicamente. Durante longos anos ainda, a investigação botânica terá um vasto campo, quase ilimitado. Descobertas muito curiosas poderão ser realizadas.

Não fazemos, neste livro, obra não de sábio, mas de divulgador. Então, acreditamos dever seguir um método que seja útil sobretudo para o europeu, desejoso de explorar os numerosos recursos da floresta amazônica.

Trataremos, pois, da maneira mais breve possível, do seguinte:

1º – Madeiras de construção empregadas quer na construção comum, quer na grande construção, naval ou civil;

2º – Madeiras de marcenaria e de fabricação de móveis finos;

3º – Plantas alimentícias;

4º – Especiarias e plantas aromáticas;

5º – Fibras têxteis;

6º – Materiais de tintura, curtimento e tonificação de origem vegetal;

7º – Matérias oleaginosas;

8º – Substâncias medicinais;

9º – Gomas, gomas-resinas, resinas, óleos-resinas, bálsamos e essências;

10º – Marfim vegetal e sucos concentrados.

De acordo com essa simples nomenclatura, é fácil ver que as florestas amazonenses encerram riquezas que deveriam tentar os colonos e que podem lhes assegurar um ponto de partida para um estabelecimento agrícola.

Até agora, os homens viveram na Amazônia da natureza, dos produtos que ela oferece espontaneamente. O tempo da grande cultura pa-

rece se aproximar. As florestas abertas deverão servir para fazer multiplicar essas riquezas por meio de uma exploração normal.

Entre as madeiras mais empregadas e mais estimadas para a construção civil e naval, citaremos as seguintes, que já são utilizadas no comércio, ou que podem ser:

O parcouri ou bacuri (*Platonia insignis*), da família das gutíferas. É madeira acinzentada, de tecido resistente, de poros muito visíveis. A árvore mede de 20 a 25 metros; o tronco tem entre 1,50 e 2,5 metros de diâmetro, de acordo com a idade da árvore e sua localização. Ela fornece também uma goma-elástica.

A sucupiraçu (*Bowdichia virgilioides*), da família das leguminosas. É também cinzenta, com belos veios. É empregada particularmente para a construção das quilhas de navios. Atinge 20 ou 25 metros de altura, por 55 centímetros de diâmetro.

O ipê ou pau-d'arco (*Tecanos chrysantho*) pertence à família das bignoniáceas. Sua cor é escura, os poros bastante marcados. Esta árvore, de altura média, é abundante em todo o vale do Amazonas. Suas numerosas variedades se esfregam para todo tipo de construção. Tem cerca de 12 metros de altura, por 55 centímetros de diâmetro.

O piquiá ou piqui (*Caryocar brasiliensis*) é madeira resistente, da família das rizoboláceas; tem uma bela cor amarela. Essa árvore atarracada mede de 1,50 a 2 metros de diâmetro e 11 ou 12 metros de altura. O fruto é esférico, grande, com uma ou várias cavidades, contendo caroços e matéria oleaginosa em grande quantidade; os índios utilizam-nos como alimento ou condimento.

A maçaranduba (*Mimusops balata*), sapotácea, de cor vermelho-escura, com raras veias. Sua textura é muito fina, apertada e compacta. Pode ser cortada para dormentes de estrada de ferro e cunhas de navios. Não tem menos de 20 a 25 metros de altura e de 1,30 a 3 metros de diâmetro, no tronco. A maçaranduba pode ser considerada como um dos produtos florestais mais preciosos deste vale. Destila uma espécie de guta-percha; dizem que seu leite, adocicado, pode substituir o de vaca. De sua casca, muito fina, extrai-se tanino e substâncias corantes.

O pau-ferro (*Swastria tomentosa*) é muito conhecido nas colônias francesas com o nome de “hucuya, wanebala, panacoco, anacoco”; não é necessário descrevê-lo.

O cedro-branco (*Cedrela odorata*) é também chamado de acaju-amargo e acaju-fêmea nas colônias francesas. Sua contextura é muito semelhante à da madeira precedente. É de um aspecto rosado mais claro. O cedro-batata (*Cedrela sp.*) é aquela árvore imensa, de 20 a 25 metros de altura e de 2 a 3 metros de diâmetro, que se vê flutuando no grande rio, arrancada pela força das águas. Essas duas espécies de cedros são de qualidade inferior e só são empregados para trabalhos de segunda categoria.

Os louros existem também em grande abundância nos pantanais amazonenses. Atingem dimensões inusitadas em outros lugares. Podemos distinguir o louro-negro (*Cordia sp.*), o louro-comum, o amarelo, o cheiroso, o branco, o vermelho.

Existe uma certa madeira, chamada itaúba (*Acrodiclidium itauba*) que tem a maravilhosa propriedade de ser imputrescível, mesmo exposta a todas as intempéries. É o famoso pau-pedra, próprio dessas regiões. Sua altura é de 20 metros, seu diâmetro de 2,20 a 3 metros.

A sapucaia (*Lecythis ollaria*), o camari-macaco das colônias francesas, oferece qualidades não menos preciosas para a construção civil e naval. Com uma altura de 20 a 25 metros e um diâmetro de 2 a 2,50 m, é muito compacta e de uma cor avermelhada, que se atenua com o tempo. Dela se extrai estopa para calafetar navios, uma tinta para tingir o algodão, amêndoas oleaginosas, comestíveis e medicinais. Existem tantas outras espécies de sapucaias, que seria fastidioso enumerá-las.

O guarabu ou pau-roxo (*Peltogyne macrolobium*), a família das leguminosas, é madeira de primeira qualidade, de cor violeta muito particular, e de textura muito densa. O diâmetro do tronco é de 1 a 1,20 metros e sua altura é de 20 a 22 metros.

Na família das sapotáceas, notamos a abiurana (*Lucuma Lasio-carpa*), muito estimada nas construções de todo tipo e por seus frutos agradáveis. Não é muito alta, medindo apenas de 10 a 15 metros, com 60 a 90 centímetros de diâmetro.

O acapu (*Andira cubletii*) é madeira acinzentada de primeira ordem e de grande valor. É a mesma que a espiga de trigo ou da comballi da Guiana; altura de 22 a 25 metros; diâmetro do tronco de 1 a 1,50 metro.

A guariúba (*Galipea sp.*), da família das rutáceas, pode resistir, como o pau-pedra, à ação do ar e da umidade. É uma árvore de madeira amarelada, de 8 a 10 metros de altura, com um tronco de 20 a 30 centímetros.

Por fim, o umiri ou nieri das colônias (*Humirium floribundum*), além dos serviços que pode prestar na construção, produz ainda um bálsamo-amarelo, límpido e perfumado, que é empregado como o bálsamo do peru. Não ultrapassa 15 metros de altura e 1,60 metros de diâmetro.

A enumeração completa de todas as madeiras próprias para construções seria muito longa; seria necessário fazermos o recenseamento das florestas da Amazônia, que cobrem, conforme dissemos, vários milhões de hectares. É mais simples referir o leitor às classificações de Aublet e aos recentes trabalhos dos naturalistas dos dois mundos:

“Segnius irritant animos demissa per aures,
Quam quae sunt oculis subjecta fidelibus...”

As madeiras de marcenaria, e as destinadas à confecção de móveis finos, são tão numerosas e tão aptas à exploração quanto as que acabamos de mencionar. As mais notáveis, geralmente empregadas e que ofereceriam à indústria europeia os melhores materiais de trabalho, são:

A andira-uixi (*Andira sp.*), muito semelhante ao palissandro, e que fornece, ao ser cortada, pranchas de 8 a 10 metros de comprimento por 15 ou 20 centímetros de espessura.

O cajazeiro (*Spondias dulcis*), a madeira branca da região, produz excelente fruto, ao qual se dá o bonito nome de “pomo-de-citera” (cajá).

O jenipapo (*Genipa brasiliensis*) ganha sobre os anteriores pelas proporções, pois ultrapassa 14 metros de altura e 14 centímetros de diâmetro, e também por sua qualidade intrínseca. A madeira cinza-pérola do jenipapo é uma das madeiras mais procuradas para a fabricação de móveis de luxo e para a escultura. Seu fruto é um alimento saboroso e um remédio eficaz.

O ingarana (*Inga sp.*) é de um vermelho muito claro. Tem de 10 a 12 metros de altura e 50 ou 60 centímetros de diâmetro.

O jacarandá-cabiúna (*Dalbergia nigra*), espécie de palissandro (palo-santo), cor de chocolate quase negro, apresenta veios marrom-escuros e poros longitudinais cheios de massa rosada. Mede de 12 a 15 metros de altura por 1 ou 1,60 metros de espessura. As raízes de um belo desenho, são muito apreciadas. Certas espécies de jacarandá se encontram também no centro do Brasil, mas são desconhecidas na Amazônia.

O muiragatiara (*Centrolabium sp.*), madeira soberba, de 10 a 12 metros de altura e 1 metro de diâmetro, tem um fundo amarelo marcado de listras negras.

O muirapinima (*Centralabium paraense*), ou pau-tartaruga, também é chamado pau-letras, por causa de suas manchas negras em fundo marrom, imitando as escamas da tartaruga. Esta árvore, medindo de 3 a 10 metros de altura e de 5 a 10 centímetros de diâmetro, é extremamente preciosa.

O muirapiranga ou boromé das Guianas é bem mais alto. Atinge 20 a 25 metros de altura, e seu tronco varia entre 2,50 a 2,80 metros de diâmetro. Sua cor, de um vermelho-arroxeadado e sua textura cerrada lembram o palissandro. Seu leite fornece uma espécie de guta-percha.

O famoso pau-rosa (*Dicypellium sp.*), que exala um perfume de rosas, é uma bela árvore de 8 a 11 metros de altura e de 50 a 60 centímetros de diâmetro.

O pau-mulato (*Pentaclethra filamentosa*), tem 10 a 13 metros de altura, 80 centímetros a 1 metro de diâmetro.

O pau-precioso (*Mespilodaphne preciosa*), serve ainda em farmácia e em perfumaria, pelo emprego de sua casca e sementes perfumadas. A madeira é muito resistente, de coesão perfeita, e seus veios são de grande beleza.

O pau-roxo do Amazonas (*Peltogyne venosa*), é de um violeta puxando para o amarelo. O tronco, quase sempre oco, tem de 50 a 60 centímetros de diâmetro e a altura chega a 25 ou 20 metros.

O pau-cetim (*Aspidosperma sp.*), de um amarelo-claro, brilhante, de poros quase invisíveis, não ultrapassa 10 metros de altura, com um diâmetro de 50 a 60 centímetros.

Citemos ainda o tapiquarana, cipó de grandes dimensões, com o qual se fazem bengalas fora do comum, o umari (*Geffroya superba*), o iuxi, e milhares e milhares de outros.

O museu das colônias de Paris expõe alguns exemplares das madeiras da Guiana, que se encontram também, quase todos, no Estado do Amazonas.

Esperando que o Brasil, em prosseguimento às suas exposições de café, faça conhecer à Europa suas incomparáveis riquezas florestais, instamos junto às pessoas que desejarem se informar de fonte segura, a ir conhecer esses belos produtos da flora dos trópicos. Já começa a faltar madeira na velha Europa, despojada de suas florestas pré-históricas; não está longe o tempo em que seremos forçados a buscar no Novo Mundo novas reservas florestais. A Amazônia conserva em depósito, para séculos, uma reserva de madeira capaz de alimentar todas as indústrias locais e estrangeiras. Há tesouros que dormem e esperam a passagem dos corajosos pioneiros; estamos certos que estes não se farão esperar por muito tempo. O homem sempre se dirige para onde haja dinheiro para ganhar e força para ser utilizada.

As matérias alimentícias são uma das maiores fontes de renda a serem exploradas nas solidões amazônicas.

É preciso colocar à parte, e em primeiro lugar, o café, o cacau, a coca, sucedâneo do chá, o açúcar e o guaraná, sem falar do tabaco. Vêm em seguida, os feculentos e as frutas comuns.

O cafeeiro-arábico é encontrado em estado quase selvagem na Amazônia. Ele cresce aí admiravelmente, mas sua cultura vem sendo cada vez mais negligenciada; hoje, todo o café consumido no Amazonas é importado do sul do Brasil, que produz três quartos da produção total do mundo.

O cacauieiro (*Theobroma*) é muito menos descuidado. Esta árvore, cuja semente é o cacau, é originária da América. Tem o porte de uma cerejeira da Europa, e cresce até 12 metros de altura. Seu fruto, chamado “cabossa” é ovóide, amarelo ou vermelho quando fresco, marrom quase negro quando seco, de forma pentagonal irregular; é piriforme na base e munido de uma ponta obtusa na extremidade livre; mede de 14 a 18 centímetros de comprimento, por 9 ou 10 centímetros de diâmetro. O interior é dividido em 5 cavidades contendo, no conjunto, de 26 a 40 sementes. Uma placenta central retém e nutre essas sementes, dispostas umas sobre as outras no meio de uma polpa ácida. O pericarpo, lenhoso e indeiscente, é marcado, no interior, de sulcos longitudinais, mais ou menos rugosos. Três espécies de cacau são encontradas no vale do Amazonas: *Theobroma speciosa*, *Theobroma bicolor* e *Theobroma sylvestris*.

A primeira dessas espécies é cultivada no Estado do Pará, isto é, no baixo Amazonas; a segunda abunda nas vertentes do rio Negro, onde, aliás, não é utilizada; a terceira, finalmente, cresce de preferência na margem direita do Amazonas, a partir do Madeira, e na margem esquerda, nas terras compreendidas entre os rios Içá e Japurá. O cacau é de tal forma abundante nas margens do Japurá, que se torna fácil colhê-lo sem sair das barcas. Basta levantar o braço e destacá-los dos galhos que pendem sobre as águas, segundo o testemunho de Coutinho.

Se o Sul do Brasil possui um dos mais importantes sucedâneos do chá, o mate, o Norte, em particular a Amazônia, pode apresentar o ipadu (*Erythroxylon coca*), a coca, cujas folhas os índios mastigam, como os marujos mascam tabaco. A experiência provou a esses indígenas que essa mastigação engana o apetite e torna o estômago inerte. Os europeus empregam por vezes a coca em infusão, à maneira de chá, mas, com maior frequência, como um específico estimulante e tônico.

A cana-de-açúcar, da qual se extrai o açúcar cristalizável, provém em grande quantidade dessa região, porém, por motivos que exporemos em outra oportunidade, não é cultivada como poderia ser. No mês de junho de 1883, uma lei provincial concedeu uma garantia de 7% de juros, sobre um capital máximo de 7.500,000 francos, para o estabelecimento de três usinas centrais de açúcar na província. A lei nº 642, de 30 de maio de 1884, autorizava o presidente da província a firmar, com os senhores Domingos Olímpio Braga Cavalcanti, B. Caimay e A. Leamont um contrato para o estabelecimento de 3 grupos coloniais com usinas centrais de açúcar, mediante uma garantia de 8% de juros, durante 30 anos, sobre um capital de 250 contos para cada grupo colonial, sendo o câmbio calculado ao par, isto é, 27 *pence* por 1.000 réis. Apesar dessas regalias, os concessionários nada fizeram.

O guaraná (*Paullinia sorbillis*), apesar de menos vulgarizado que os produtos precedentes, não é menos útil. É uma trepadeira da família das sapindáceas. Com suas sementes, fabrica-se uma bebida estimulante, cuja eficácia contra a disenteria parece hoje incontestável. A bebida é preparada torrando-se ligeiramente os grãos, depois de secos ao sol. e reduzindo-os, pela adição de pequena quantidade de água, a uma pasta na qual são adicionadas as sementes, inteiras ou trituradas, à vontade. A pasta de guaraná é exportada sob forma de bastões muito duros, de um marrom-avermelhado. Chastellux e Bertemond descobriram no guaraná

um alcaloide idêntico à cafeína, que tem o poder de aumentar, bem como o chá e o café, a energia das funções intelectuais⁸⁹. Os habitantes da região preparam a bebida ralando o guaraná com a língua seca do pirarucu. Em sua monografia sobre o Mato Grosso, publicado em 1869, Joaquim Moutinho relata que nesse estado o uso do guaraná substitui completamente o do café ou o do mate, e que, levando-se para lá 50 arrobas de guaraná de boa qualidade, pode-se tirar um lucro de 8 a 10 contos.

Entre os feculentos extraídos de frutos, sementes ou raízes de um grande número de espécies vegetais, é preciso distinguir os cereais e as leguminosas.

Todo o pão que se come no Amazonas é feito com farinha importada do estrangeiro. Não se cultiva nem trigo, nem cevada, nem aveia. As culturas europeias de cereais são completamente estranhas, e sem dúvida inúteis durante muito tempo ainda.

O milho pode substituir alguns desses cereais. Ele produz, na região, resultados surpreendentes. Quando se pensa que a quantidade de milho cultivado nos Estados Unidos da América do Norte (360.680,878 dólares em 1869 e 646.106.770 dólares em 1887) é suficiente para alimentar toda a população dos Estados Unidos e permite uma exportação de perto de 12 milhões de dólares nos anos citados; que mais de dois milhões de fazendeiros trabalham nessa cultura, lucrando várias centenas de milhões de francos por ano; quando se pensa que o arroz da Carolina tem uma produção de 25 milhões de francos por ano (números de 1886/7); e que os italianos comprem avidamente a palha do arroz para fabricar chapéus, que, por sua finura e preço competem com os mais belos panamás, começa-se a entrever um futuro de prosperidade para esta região amazônica, onde o arroz e o milho crescem quase sem cultivo, numa terra mal revirada.

As sementes leguminosas são igualmente abundantes e seriam de rendimento igualmente vantajoso.

O feijão e outras favas de várias espécies se propagam também, sem o auxílio e nenhuma mão de obra complicada; e entretanto, a negligência dos habitantes é de tal ordem, que são obrigados a fazer vir de outras partes esses feculentos.

89 J. M. da Silva Coutinho: "Notícia sobre o guaraná...", Rio, 1866.

Bananas ou frutos de *Musa sapientum*, *paradisíaca*, etc., pendem em cachos enormes de milhares de plantas herbáceas de grande tamanho. Esses cachos são colhidos para as necessidades diárias. Entretanto, Sagot e Raoul lembram que um hectare plantado com certas variedades de bananeiras produz 20.000 quilos de banana, enquanto que na mesma superfície só se pode colher 5.000 quilos de batata e 1.500 quilos de trigo.

Árvores de fruta-pão (*Artocarpus incisa*), tipo de jaqueira de folhas recortadas, são encontradas em grande número. Essas árvores, de 10 a 13 metros de altura produzem anualmente de 60 a 80 frutos, do tamanho da cabeça de um homem, produzindo até 17% de fécula.

Outras plantas produzem tubérculos próprios para a alimentação. São elas: a mandioca-amarga (*Manihot utilissima*); a mandioca-doce (*Manihot aypi*) ou macaxeira; a araruta, a batata-doce, muita variada (*Convolvulus batatas*, *Ipomoea batatas*, *Batatas edulis*); diversas espécies de inhames ou carás (*Dioscorea*).

A mandioca (*mbai-ybai*, *árvore do céu*), é uma planta da família das euforbiáceas. Sua raiz fornece uma farinha branca ou amarelada, fina ou granulada, usada, em vez do pão, pela maioria dos habitantes da região. A fécula dessa planta, talvez a mais rica em fécula amilácea, é a base da alimentação de grande número de pessoas, não só na Amazônia, mas em quase todo o Brasil. Chegou-se a calcular que o número de indivíduos que se alimentam quase exclusivamente de farinha de mandioca, sob a forma de produtos os mais diversos, ultrapassa, em nosso globo, ao dos homens que fazem uso da farinha de trigo. Ele entra, além disso, na confecção de mingaus e sopas à europeia.

O Sr. Payen analisou os tubérculos da mandioca e chegou aos seguintes resultados:

Água.	63,21	
Matérias secas.	36,79	21,10 de fécula; 6,25 de fécula transformada em glicose; 7,75 de substâncias dissolvidas na água; 1,69 de celulose, de ácido péctico, silício, matéria oleaginosa.

100,00

As vantagens da extração da fécula, de sua transformação em glicose e em álcool, a aplicação importante dos produtos derivados da mandioca demonstram, diz o Sr. de Villafranca em sua “Notícia sobre as plantas úteis do Brasil”, a imensa utilidade desta preciosa planta, e o proveito que dela se pode tirar, aumentando sua cultura e procedendo à extração da fécula por meio de aparelhos aperfeiçoados.

O conde de Poços Dulces, em sua interessante obra *Escritos sobre a agricultura da ilha de Cuba*, reunindo em um quadro as aplicações do amido, da dextrina e da glicose, revelou de modo incontestável, o futuro reservado a esta preciosa planta, cujo produto parece destinado a figurar com distinção na evolução industrial do mundo.

Segundo Payen e Martius, a farinha de mandioca, misturada em partes iguais com farinha de trigo, produz um pão muito aceitável, se bem que de valor nutritivo inferior ao do pão feito unicamente com farinha de trigo.

Cem braças quadradas ou quatro ares e 84 centiares, plantados com mandioca, produzem, sob forma de farinha e de tapioca, tanto quanto ou mais que um campo de igual extensão cultivado com cana-de-açúcar pode produzir, vendendo-se o açúcar fabricado com os aparelhos geralmente empregados no país. De acordo com P. Sagot e E. Raoul⁹⁰, a mandioca das fábricas de fécula rende mais de 200 toneladas por hectares.

Nas análises procedidas por Peckolt, foram encontrados na mandioca septicolina, maniotina, ácido manótico, ácido hidrocianico, além da fécula, da dextrina e da glicose que derivam dos tubérculos deste interessante vegetal.

O doutor Carneiro da Silva, em seus *Estudos agrícolas*, resumiu tudo o que já se escreveu sobre a mandioca.

As preparações obtidas da raiz, espessa e carnosa, da mandioca são de duas espécies. A primeira, chamada *mussacha*, é um pó fino, de um branco sujo, obtido pela simples e pela secagem ao ar livre; a segunda, a tapioca, é obtida em seu estado de granulação por uma espécie de cocção em placas quentes. A raiz da mandioca-doce pode ser comida como batata; não é venenosa, pelo contrário; a raiz da mandioca-amarga contém, além

90 *Manuel pratique des cultures tropicales*, Paris, 1893, pág. 27.

da fécula, por pressão e evaporação. Obtém-se então o tucupim com o qual preparam os excelentes molhos amazonenses, próprios para o peixe. É também com a mandioca que os índios preparam sua bebida alcoólica, o cauim. A mandioca, tão indispensável ao índio, também tem sua lenda; eis como, segundo as tradições, os indígenas aprenderam a utilizá-las⁹¹:

Um dia, há muito tempo, a filha de um chefe índio que morava na região onde hoje se encontra a cidade de Santarém, ficou grávida. O pai jurou vingar-se do homem que tinha desonrado sua cabana. Interrogou a filha; pedidos, ameaças, castigos, nada adiantou. Ela continuava afirmando que nunca homem nenhum tinha se aproximado dela. O pai estava decidido a matá-la. Um homem branco apareceu. Disse ao índio que não devia matar a filha, porque ela era inocente, e que nenhum homem se tinha aproximado dela. O pai acreditou e esperou. Ao fim de nove meses, a moça índia deu à luz uma menina, linda e branca como as flores da água. Todas as tribos vizinhas ficaram surpresas. De longe vinham ver a criança branca, filha de uma nova raça desconhecida. Deram-lhe o nome de Mani. Desde o primeiro dia, ela andava e falava. A todos sorria com tristeza. Ao fim de um ano, morreu, sem doença e sem sofrimento. Enterraram-na no jardim da casa. Segundo o costume dos ancestrais cada dia sua sepultura era regada. Um dia, a sepultura foi encontrada entreaberta, e da abertura brotava uma plantinha, que ninguém conhecia e que ninguém ousou arrancar. A planta cresceu, deu flores e frutos. Os pássaros da floresta que comiam dos frutos ficavam bêbados. Mais tarde, a terra se fendeu, e uma bela raiz apareceu no fundo da terra. Essa raiz se assemelhava ao belo corpinho de Mani, a Branca. Foi chamada de Mani-oc.

Mas deixemos a poesia, e voltemos aos comestíveis.

A araruta (*Maranta arundinacea*), vem das palavras indígenas aruaru, farinha de farinha, que os portugueses transformaram em araruta. É produzida no Brasil pelas raízes da maranta, planta herbácea da família das marantáceas; os rizomas são arrancados no fim de um ano.

As batatas-doces provêm de numerosas variedades herbáceas e vivazes, de raízes ou tubérculos de cores variadas, podendo ser vermelhas, amarelas, cor-de-rosa ou violetas. São abundantes na Amazônia.

91 *Revista Antropológica*, Rio de Janeiro, 1882, Artigo de Couto de Magalhães.

Enfim, o inhame ou cará, vem das plantas trepadeiras da família das diosconáceas. Seu tubérculo alongado e farinhento é um excelente alimento para o homem, e suas folhas podem servir de forragem aos animais.

Citemos, entre as frutas comestíveis: a pupunha (*Guilielma speciosa*), que dá uma excelente sobremesa, e da qual se extrai um óleo untuoso. As espátulas das folhas são em geral formadas de um tecido fibroso que fornece excelente material têxtil. Parece que as pessoas que viajam nessa região consideram a vista dessa palmeira como um indício da presença de habitação humana, já que nos sítios e nas fazendas nunca se deixa de plantar pupunheiros.

Citemos ainda: o cupuaçu, que serve para fazer doces, chocolate e um licor; o delicioso ananás, com algumas espécies selvagens, crescendo sem cultura; a mangaba (*Hancornia speciosa*); a sorva (*Collophora utilis*), fruta saborosa e fina, de suco leitoso, empregado como verniz; o cúbito, amarelo e liso; o ingá (*Inga dulcis*); o caju (*Anacardium occidentale*), que se come ao natural, e do qual se faz um bom vinho, cor de groselha; e tantos outros, que sobrepujam em sabor as frutas mais suculentas da Europa.

A Amazônia pode ser considerada como a terra típica das especiarias; só a Índia pode lhe fazer concorrência. Deu-se o nome de especiarias ou de plantas aromáticas a certos produtos de sabor quente e picante ou de odor suave e penetrante, utilizados em culinária, em farmácia ou perfumaria. Já se disse das especiarias que elas constituem os venenos domésticos. Esses produtos, que fazem a riqueza da fração mais inteligente da espécie humana, consistem de frutos, sementes, cascas, rizomas de toda espécie. As principais especiarias da Amazônia são: o cravo (*Licaria guyanensis*), tão espalhados nas florestas; a malagueta (*Amomum granum paradisi*), de sabor acre e queimante; a pimenta-de-caiena (*Capiscum frutescons*); a baunilha (*Vanilha sativa*), que se revela por seu odor; a noz-moscada (*Myristica tomentosa*); a canela (*Cinanomum*); o gengibre, que é o rizoma carnoso ou caule subterrâneo do *Amomum zinziber*, usado como condimento, empregado em terapêutica, e com o qual se faz um excelente doce e uma bebida deliciosa, conhecida pelo nome de “cerveja de gengibre”; e o cumaru (*Dipterix odorata*), cujas sementes, extremamente aromáticas, conhecidas com o nome de “favas-tonca” contêm, entre a casca e a amêndoa, a cumarina, em estado de cristalização, e servem para perfumar o tabaco;

delas se extrai também um óleo muito apreciado para perfumaria e estimado por seus usos medicinais.

As fibras têxteis oferecem não menos interesses que as especiarias e as plantas aromáticas.

A fibra têxtil do reino vegetal que prima sobre todas as outras é sem dúvida o floco que envolve as sementes do algodoeiro. O algodoeiro cresce muito bem na Amazônia. Houve mesmo um tempo, antes da febre da borracha, em que a produção do algodão ultrapassava as necessidades da população local. Os índios, que o chamam *amamna*, sempre se serviram do algodão para fabricar suas redes de pesca, redes de dormir e outros objetos. Além do algodoeiro comum, existe um pequeno algodoeiro amazonense (*algodoim*), que produz um tecido grosseiro amarelo. Seria fácil cultivá-lo.

Um grande número de lianas ou cipós são utilizados como cordas, e outros são empregados na confecção de diferentes artigos, tais como chapéus, cestos, redes, etc.

De um desses cipós, chamado timbó-açu, certas fibras são destacadas e tecidas, dando uma fazenda de boa qualidade.

A palmeira tucum (*Astrocarym tucum*), também serve para a fabricação de cordas, redes e redes de pescar. Tornou-se artigo de exportação, se bem que em pequena escala.

A piaçaba ou piaçava (*Attalea funifera*), outra palmeira, é conhecida nos mercados da Europa, onde é empregada para fazer cordagem e vassouras. Em 1895-96, Manaus exportou 291.131 quilos do produto, num valor de 78 contos. O mesmo se dá com a miriti (*Mauritia flexuosa*), a uaicina (*Urena lobata*), o tururi (*Sterculia ivira*), e embira (*Xylopia funifera*), o ananás (*Bromelia ananas*) e uma quantidade de outras plantas abundantes na Amazônia, e sobre as quais o Dr. von Martius, Alfred Wallace e Barbosa Rodrigues, entre outros, escreveram monografias detalhadas⁹². Citemos,

92 Martius: "Genera et species palmarum quas in itinere per Brasiliam... collegit, descripsit et iconibus illustravit...", Monachii, 1823. – Wallace: "Palm trees of the Amazon and their uses", Londres, 1853. – Barbosa Rodrigues: "Enumeratio palmarum novarum quas valle fluminis Amazonum investas et ad sertum palmarum collectas descripsit et iconibus illustravit...", Sebastianópolis, 1875. Outras obras sobre o mesmo assunto foram publicadas posteriormente pelo mesmo autor.

entretanto, para terminar, o curauá (*Bromelia sagenaria*), bromeliácea semelhante ao ananás, que pode ser tecido como linho, e com o qual já se fez tecido, renda, e até cordas de violino.

Certo número de árvores que citamos têm usos múltiplos. Algumas existem, entre elas, que, aptas a outras aplicações, são mais particularmente úteis pelas matérias corantes que produzem.

Entre essas, encontra-se o urucu (*Bixa orellana*), arbusto de 4 ou 5 metros, muito encontrado na Amazônia, e utilizado na Europa. Tem uma polpa resinosa de um vermelho vivo, que cobre completamente suas sementes quando maduras, contidas, em número de vinte, em uma cápsula de um vermelho-púrpura, eriçada de grossos pelos moles. Esse corante resiste ao sabão e aos ácidos.

O acariguara, da família das leguminosas, produz uma tinta verde-oliva; é uma árvore de quinze metros de altura.

As sementes do cicaité produzem uma tinta de escrever que não pode ser apagada nem pelo ácido nítrico nem alúmen.

Os frutos verdes do macacu (*Macubea guyanensis*) secretam um corante sanguíneo muito apreciado, que escurece quando exposto ao vapor da urina.

O tatajuba-de-tinta (*Maclura tinctoria*), de 15 a 20 metros de altura, produz uma tinta amarela muito apreciada.

Citemos finalmente o mangue vermelho (*Rhizophora mangel*), cuja casca serve para curtir; o barbatimão (*Pithecolobium avaremotemo*), cuja casca adstringente é muito usada em tinturaria; o pau-campeche (*Haematoxylon campechianum*), produzida por uma grande árvore espinhosa da família das leguminosas; a maçaranduba (*Mimusops balata*), que já descrevemos e que contém grande quantidade de tanino; a jaraúba (*Leopoldinia pulchra*), de cor amarela; e o pau-brasil (*Caesalpinia echinata*), grande árvore de 10 a 15 metros, que fornece um corante muito procurado.

Passemos às matérias oleaginosas.

O número de vegetais cujas sementes e partes carnosas de seus frutos são oleosas é considerável nessa região.

As drupas do tucum (*Astrocarym vulgare*) produzem um óleo untuoso, de bela cor cereja.

O óleo da palmeira ciauê (*Elaeis melanococca*), congênera do dendê, é comestível, e a amêndoa dessa palmeira o fornece em grande quantidade.

O bacaba (*Oenocarpus bacaba*), bem como seu congênera, o patuá (*Oenocarpus bataua*), produz um óleo que pode servir nas preparações de cozinha, enquanto seu fruto mucilaginoso é comestível e serve para fazer uma bebida indígena. O mesmo acontece com o jauari (*Astrocaryum jauari*), com o coco de juçara (*Euterpe oleracea*), com o miriti, do qual já falamos, com o murumuru (*Astrocaryum murumuru*), com o umiri (*Humirium floribundum*), com o pequi, já citado, e com o guanandi ou lantim (*Calophyllum brasiliense*), cujo tronco produz, por extração, um óleo fino, de cor verde escuro.

O mamoeiro (*Carica papaya*), é uma bela árvore, a respeito de cujo fruto disse Emile Vison, que este possui, no mais alto grau, quando ainda não chegou à maturidade, propriedades vermífugas que fazem dele o mais poderoso antelmíntico, o mais seguro e eficaz conhecido até hoje.

O fruto do mamoeiro tem uma forma especial, parecida ao mesmo tempo com a do melão e a do pepino. Quando verde, seu exterior é de cor glauca; quando maduro, toma uma bela cor amarelo-cera. Seu odor lembra bastante o perfume do abricó, o mesmo acontecendo com o gosto.

Da seringueira (*Siphonia elasticas*), árvore-da-borracha, é extraído, além do látex, o óleo de seringa para sabões e imprensa. Várias outras árvores, entre outras a bicuíba (*Myristica bicuiba*), produzem óleos utilizados na medicina e para a iluminação.

Das nozes da castanheira-comum (*Bertholletia excelsa*), retira-se um óleo doce, comestível. O rendimento em óleo das sementes dessa mirtácea é de 67%.

As mirtáceas do gênero *Lecythis* são também ricas em matérias oleaginosas.

O cacauieiro (*Theobroma cacao*) produz a manteiga-de-cacau, empregada em medicina e na perfumaria. O cajueiro (*Anacardium occidentale*) produz a castanha-de-caju, que contém 30% de um óleo cáustico, e a amêndoa, 40% de um óleo doce e de sabor agradável. Devemos, além do mais, mencionar especialmente a noz e o óleo de carapa ou andiroba (*Carapa guyanensis*). Este óleo é amarelado, muito amargo, mas é perfeito

para a iluminação e para a fabricação de sabões. A noz da carapa produz cerca de 35% de óleo.

Ainda não esgotamos todas as riquezas vegetais dessa maravilhosa região. Se tivéssemos que falar agora de todas as substâncias medicinais que aí se encontram, ficaríamos reduzidos a compor uma verdadeira lista farmacêutica; e não temos a pretensão de suplantá-la, aqui, a “Oficina” de Dorvault.

Contentar-nos-emos em mencionar alguns nomes.

Vem primeiramente a ipecacuanha ou poaia (*Cophaelis ipecacuanha*), que fornece esse emético expectorante e diaforético, tão conhecido dos purgadores de todos os tempos; a ratânia (*Krameria argentea*), poderoso adstringente; a salsaparrilha (*Smilax salseparilla*) e suas diversas espécies que constituirão grande fonte de renda para a região. Os usos das finas raízes dessa trepadeira são bastante conhecidos. Em seguida, encontramos a jeneúna (*Cassia brasiliiana*); o agrião-do-pará (*Spilanthes oleracea*), antiescorbútico enérgico, igualmente eficaz contra dores de dentes e febres intermitentes; o *Strychnos toxifera* ou urari com o qual os índios produzem um veneno, o curare, para impregnar as pontas de suas flechas; à *Spigelia anthelmintica*, venenosa quando fresca, e vermífuga quando seca.

A casca da *Bignonia copaia* é considerada como emética e purgativa; seu fruto é antissifilítico. A raiz e as folhas da goiabeira (*Psidium pomiferum*), são adstringentes e utilizados contra a disenteria. O pau-de-espíngas (*Vateria guyanensis*) tem sementes que, reduzidas a pó e misturadas com vinagre, são empregadas na cura de espíngas. A polpa ácida e adocicada do tamarindo (*Tamarindus indica*), é laxativa. O jeratocaca (*Brunfelsia hopeana*) é empregado contra a mordida de cobras.

A casca do carapa é um tônico amargo e febrífugo, do mesmo modo que a do *Cedrela guyanensis*. A casca do buranhém (*Chrysophyllum glycyphloeum*) é adocicada e goza de numerosas propriedades medicinais. A raiz da canela-sassafrás (*Mespilodaphine sassafras*) é muito aromática e é utilizada em terapêutica.

São muito conhecidas as virtudes do óleo de copaíba (*Copaifera guyanensis*); esta árvore, que mede de 18 a 20 metros de altura, é bastante comum nas florestas da Amazônia. O mesmo acontece com o cumaru

(*Dipterix odorata*); cujas sementes muito odoríferas, são conhecidas em farmácia e em perfumaria com o nome de favas-tonca. As sementes odoríferas do cumari (*Tydemdron cuymary*), as da embira (*Xilopia sp.*), oleosas e purgativas, são também de frequente emprego em medicina. A gameleira (*Ficus doliaria*) destila um açúcar acre, aconselhado como vermífugo. O jenipapo (*Genipa brasiliensis*) tem frutos medicinais. A raiz piri-pirioca tem um perfume delicioso e é considerado como afrodisíaca.

A casca do ipê-branco (*Tecoma sp.*) é purgativa; a do *tecoma insignis* das mesmas vantagens ou inconveniências. Além disso, essa espécie produz um pó amarelo que provoca o espirro, o que lhe fez atribuir o nome de ipê-tabaco. A murta (*Eugenia lucida*) tem a casca adstringente.

O mururé produz uma seiva vermelha com propriedades depurativas e antissifilíticas. As sementes do pajurá (*Pleraginea sp.*), reduzidas a pó, são administradas como adstringente. A casca da sucupira-pérola (*Bowdichia virgilioides*) é igualmente recomendada em certos casos patológicos.

Finalmente o tabaco, que nunca deveria ter deixado seu papel puramente medicinal, cresce admiravelmente na região.

Vejam agora as gomas e os produtos dessa região.

Temos a resina do caju (*Anacardium occidentale*), resina da mangueira, do coqueiro, do amapá, grande árvore de 8 a 10 metros de altura, a do sucuúba (*Myristica*), que é vermífugo.

Entre os vegetais que produzem esses sucos opacos de odor forte e sabor acre denominados gomas-resinas, citaremos apenas o pau-de-lacre ou pau-de-sangue (*Vismia guianensis*), que segrega uma goma-resina vermelha de aspecto idêntico ao do lacre.

As resinas, como se sabe, são mantidas em dissolução no vegetal pelas essências. São corpos sólidos e friáveis, de aspecto de vidro quando quebram. São inflamáveis e ao queimar soltam muita fumaça.

As resinas mais notáveis do vale do Amazonas são: a resina do icicariba (*Icica icicariba*), chamada resina elemi pelos franceses, se bem que seja propriamente um óleo-resina muito branca e perfumada. A icicariba, da família das anacardiáceas, tem de 8 a 12 metros de altura.

Os produtos resinosos conhecidos sob o nome de copal ou de resina mani são devidos a várias árvores do gênero *hymenaea*, entre as quais uma, o jatobá (*Hymenaea courbaril*), fornece um copal macio, com o qual

os indígenas produzem ornamentos semelhantes ao âmbar. O jatobá atinge até 35 metros de altura. O unani (*Siphonia globulifera*), da família das clusiáceas, dá origem à resina mani.

A resina tacamaque é principalmente produzida pelo pau-de-breu (*Icica glabra*) da família das anacardiáceas, e pela sorveira (*Collophora utilis*), cujo suco leitoso é empregado como verniz pelos indígenas.

Entre os bálsamos, podemos citar: o benjoim (*Benzoin officinale*), que escorre naturalmente ou por incisão em uma grande árvore da família das estiracáceas; o beribá (*Rollinia sp.*), cuja seiva é empregada como bálsamo; o jacaré-uba (*Calophyllum brasiliense*), árvore de 25 a 28 metros de altura, cujo tronco, com três metros de diâmetro, destila um bálsamo amarelado, aromático, de sabor acre e amargo; o tamaquaré, da família das lauráceas, cujo bálsamo é empregado nas doenças da pele; e enfim, o umiri (*Humirium floribundum*), árvore de 12 a 15 metros que produz um bálsamo amarelo, límpido e perfumado, que pode substituir o bálsamo-do-peru.

As essências são produtos imediatos misturados às resinas e aos bálsamos, ou que se encontram em estado puro em certos órgãos especiais das plantas.

Os óleos essenciais mais conhecidos da Amazônia são: a essência de sassafrás, obtida pela destilação da raiz de uma laurácea; a essência da flor de laranjeira, etc.

Sem nos deter para falar das ceras vegetais, que são bastante numerosas, assinalaremos um produto ebúrneo, que substitui frequentemente em nossos dias o marfim animal.

Esse marfim é tirado das sementes de uma pequena palmeira (*Elephantusa macrocarpa*), muito disseminada na Amazônia. As nozes do marfim vegetal são irregulares, como certas castanhas. Elas são contidas, em número de quatro, em um grande fruto espinhoso, e se compõe de um tegumento externo, branco amarelado, duro e quebradiço; um tegumento interno marrom e um albúmen, cujas paredes se tornam de tal forma espessas, que o tecido toma a consistência, o aspecto e o brilho do marfim. Como o marfim animal, este marfim vegetal serve para a fabricação de pequenos objetos de adorno, cabeças de bengalas, botões,

etc. Pode ser colorido em tons diferentes e é trabalhado com bastante facilidade.

Sem atingir a esse grau de solidez, existem certos sucos vegetais endurecidos que prestam apreciáveis serviços à indústria moderna. De grande número de árvores escorre por incisão certo suco leitoso que endurece por processos de preparação. É a borracha, ou goma-elástica.

A importância que adquiriu esse produto desde alguns anos, as riquezas que fez circular no vale do Amazonas, o número de braços que ocupa, o papel que desempenha na indústria moderna, fizeram com que todas as outras culturas florestais e agrícolas fossem quase que abandonadas em seu favor, e que a população do Estado, cada vez mais disseminada, deixasse de lado, por sua causa, as verdadeiras tradições econômicas e a equilibrada exploração do solo, que se constituem no equilíbrio da produção.

Consagraremos à borracha um capítulo especial na segunda parte deste trabalho.

.....

Capítulo VII

O REINO MINERAL: – A VERDADEIRA RIQUEZA DA AMAZÔNIA. - COMO SE DEVE PROCEDER A EXPLORAÇÃO DO REINO MINERAL. - TRANSFORMAÇÕES QUE O FERRO E A HULHA DEVERÃO OPERAR NA AMAZÔNIA. - MANEIRA DE PREPARAR ESSA TRANSFORMAÇÃO. - JAZIDAS TRADICIONAIS DE OURO. - ÁGATA, DIORITA, TRAPP, ESTENITA, JADE, FELDSPATO, XISTO. - ARGILA. - CALCÁRIO. - HULHA, PÓRFIRO. - CRISTAL DE ROCHA. - SAL. – PEDRA-POMES. - O FUTURO DESSAS RIQUEZAS.



QUASE TODAS AS RIQUEZAS DA AMAZÔNIA se encontram a céu aberto. Consistem, como dissemos, nas produções variadas e inumeráveis de um solo fértil e quase virgem.

O vale do Amazonas está destinado a se tornar um centro agrícola de primeira ordem. Basta que uma forte corrente de emigração se dirija para lá; que concessionários inteligentes e ricos levem para aí grande número de trabalhadores enérgicos; que famílias de trabalhadores remediados aí se estabeleçam com o firme propósito de converter sua mediocridade em riqueza, – e ver-se-ão logo as imensas florestas parcialmente abatidas, as margens dos grandes rios saneadas, as planícies do interior transformadas em campos cultivados, toda essa imensidão, hoje quase deserta, cedendo lugar ao trabalho produtivo.

São principalmente os dois reinos, previamente estudados, que devem, por enquanto, chamar a atenção dos emigrantes. A idade do ouro

dos garimpeiros nessa região já terminou; é demasiado tarde ou demasiado cedo para ressuscitá-la:

*Huc ominis turba ad ripas effusa ruebat,
Tendebantque manus, ripae ulterioris amore.*

O que hoje deve atrair as legítimas cobiças de todos os que aspiram à independência pela fortuna, não é a atração de um El-Dorado fantástico, a previsão de jazidas inesgotáveis, mas a única esperança de produzir ouro com os simples produtos da terra. O tesouro que os emigrantes irão descobrir nas margens do Amazonas, eles o encontrarão com certeza nos frutos de seu trabalho. Aconselhamos-lhes, pois, de se aterem à tão sensata fábula de La Fontaine, e de abandonar, antes de encetar o caminho, todo espírito de aventura. Os milhões, lá aparecem sob a forma de resinas, de essências florestais, de belas plantações. Não é preciso revolver o subsolo para encontrá-los; basta trabalhar superficialmente a terra ou explorar as árvores que esse solo produz sem fadiga e sem cultura.

Não pretendemos dizer, entretanto, que o Estado do Amazonas seja absolutamente desprovido de toda riqueza mineral. Insinuamos apenas que seria imprudente contar demasiado com essa incógnita, até aqui inexplorada. Pode acontecer que o acaso coloque alguns pioneiros no caminho direto que conduz à fortuna, indicando-lhes de maneira inesperada a entrada de cavernas misteriosas onde a natureza esconde seus tesouros. Entretanto, serão mais frequentemente o trabalho da enxada ou o sulco do arado que revelarão os esconderijos da verdadeira riqueza.

De qualquer forma, alcançar-se-á mais seguramente a fortuna pelo atalho do esforço contínuo e das trocas regulares.

Seria temerário afirmar, no momento, que o subsolo amazonense encerra jazidas preciosas; seria ainda mais temerário empenhar capitais nessas descobertas hipotéticas. Tudo o que podemos desejar, é que o governo do país se preocupe logo com essa provável fonte de renda. É de seu interesse facilitar todos os estudos que tenham como finalidade precisar as particularidades geológicas e mineralógicas dos solos que constituem a massa do território.

Um corpo de engenheiros que explorasse metódica e cientificamente os principais pontos da região; que, por meio de excursões, escavações, sondagens, fixasse a constituição geológica do solo; que revelasse em seguida, em mapas topográficos, os afloramentos, as camadas superficiais

e profundas, as localizações das minas, – tal corpo de especialistas prestaria ao país os mais relevantes serviços.

Antes de se arriscar no labirinto, faz-se mister um fio condutor, e esse guia só pode ser fornecido pelos engenheiros de minas. Que eles se lancem, pois, o mais cedo possível, à descoberta dessas ilhas de ouro, de prata e de hulha, perdidas nas entranhas da terra. Como novos Cabiras, que eles mergulhem nos esconderijos do ferro, nos obscuros abismos onde jazem todos os metais; que tragam consigo essas pérolas telúricas, muito mais preciosas que as engendradas no fundo dos mares.

No dia em que pudermos dizer: em tal lugar se estendem bancos de calcário e de argila para nossas construções; aglomerações carboníferas e metálicas para nossas indústrias; amontoados salinos, enxofre, xisto, nesse dia teremos encontrado o verdadeiro El-Dorado, e todos os diamantes, todas as pepitas do mundo inteiro não valerão o que então possuiremos.

Para que um desenvolvimento econômico normal e regular se opere no Estado do Amazonas, é preciso que as matérias-primas, tão ricas e abundantes, que serão produzidas pela agricultura, encontrem no local instrumentos aperfeiçoados que se transformem a baixo custo. Ao lado do sítio, do seringal e da fazenda, é preciso que esteja a usina. Quando tivermos o ferro e a hulha, poderemos entrever o dia em que nos tornaremos os primeiros produtores do mundo. Esse futuro talvez não esteja tão longe. Seria fácil prepará-lo, começando desde já, utilizando aquilo que já possuímos, servindo-nos, para realizar novas conquistas, de certos dados e de algumas informações de que já dispomos.

Já se conhece, com alguma precisão, a localização desse famoso El-Dorado que transtornou mais cabeças nos séculos XVI, XVII e XVIII do que os corações que palpitarão pela bela Helena nas primeiras idades da Grécia. Encontra-se nas nascentes do Paitili, afluente do rio Branco; está entre as serras Parima e Pacaraíma, nos confins do Amazonas.

Foi pelo Jutáí que o célebre Ursúa desceu do Peru em busca do velócinio de ouro. Sabe-se também que alguns exploradores antigos recolheram algumas pepitas do sedutor metal no rio Madeira. Também não se ignora que bandos de exploradores de ouro se dirigiam de preferência, outrora, para as margens do rio Machado ou Ji-paraná. Em 1749, foram encontradas no rio Tiquié, afluente do Uaupés, na região do rio Negro, pe-

dras contendo alto teor de prata, se dermos crédito a Monteiro de Noronha. Em 1757 – é o naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira que o relata – João Fonte Aragão (ou Arzão), encontrou perto da catarata do Ribeirão Preto, no Madeira, ouro de “pedras cristalinas”. A notícia foi transmitida à metrópole, e o governo português teve o bom senso de ordenar que não se prosseguissem as pesquisas, temendo que a descoberta de minas arruinasse a região.

Quando a febre da borracha tiver passado, poderão ser começados os trabalhos de exploração mineralógica nesses lugares outrora explorados ou assinalados.

Se, partindo das indicações fornecidas pela história e pela tradição, passarmos às observações mais recentes, podemos igualmente nos certificar que o reino mineral não se encontra absolutamente excluído dessa parte do vale do Amazonas.

Com efeito, foram descobertas em escavações praticadas aqui e ali no território do Estado, numerosas pontas de flechas de ágata lascada; machados de diorito polido, de trapp, de sienito, de jade; ornamentos verdes em feldspato laminado e grande quantidade de pedras de xisto, bem como tambetás ou adornos dos lábios em negro, berilo, quartzo hialino, ortósio verde, etc.

Muitos desses objetos são, como se vê, de matérias que caracterizam essencialmente os terrenos de cristalização, e que pertencem às rochas compostas de origem ígnea ou plutônica. O diorito é um composto do anfibolito e de feldspato; o trapp negro é bastante semelhante às formações prismáticas do basalto e revela ordinariamente a vizinhança de terrenos hulhíferos; o sienito é uma espécie de granito feito de feldspato, de quartzo e de anfibólio; o jade verde é formado do silício, alumina (óxido de alumínio), magnésio e óxido de ferro; os xistos são camadas terrosas endurecidas pela ação do fogo, e que se encontram na proximidade da hulha. Quanto ao feldspato, é o elemento fundamental das rochas compostas dos terrenos de cristalização. Esses silicatos de alumínio nunca são encontrados nas camadas de sedimento.

Pode-se, pois, inferir, de acordo com os caracteres dessas diferentes amostras geológicas, que o subsolo amazonense, que as cadeias de montanhas da região, são de formação ígnea, e devem, por conseguinte, encerrar os principais minerais que ordinariamente acompanham as rochas dessa natureza.

Não se pode contrapor que os índios da Amazônia adquiriam seus instrumentos de seus vizinhos mais favorecidos das cordilheiras andinas, onde abundam os terrenos de cristalização. As numerosas variedades de tabatinga⁹³ que se encontram na parte brasileira do vale do Amazonas parecem comprovar de forma suficiente que esse vale contém compostos plutônicos. Com efeito, a tabatinga parece ter origem na decomposição de ortósio, de albita, matérias feldspáticas, isto é, do emplastramento do silício, da alumina, do cálcio do sódio no lodo dos rios⁹⁴.

A argila plástica comum é encontrada em grande abundância. Os construtores de nossas futuras cidades encontrarão com certeza e facilidade, os primeiros materiais de construção. Possuem madeira e argila. Não lhes faltarão o cimento e a cal. A areia se encontra por toda parte. A cal será obtida pela queima de montes de conchas, dos depósitos artificiais dos sambaquis ou sernambis⁹⁵, quase tão frequentes no Amazonas quanto os Kyoekkoenmodings da Dinamarca.

Mas o carvão mineral, nervo da indústria, diamante negro, será que existe nessa bela região? O sol dos trópicos não é por demais rico de raios para ter escondido sob a terra, como um avaro, uma parte de seu tesouro? As florestas, que crescem atualmente em terras virgens, vivem, como nós, sobre as cinzas de seus antepassados? Existe, ao pé das grandes árvores, cadáveres de outras árvores, mumificadas pelos séculos? A flora amazônica encerra, em algum lugar, sua negra necrópole?

Por que não? Será que o fogo, que queimou as pedras, que fez os xistos, essa hulha terrosa, teria respeitado os vegetais gigantesco? A hipótese é tanto mais improvável, já que depósitos carboníferos foram assinalados ao longo do Guaporé e do Mamoré.

Ainda mais: em 1860, foi apresentada na Exposição Universal de Londres uma amostra de carvão mineral provindo do alto Amazonas. Em um relatório, escrito nessa época e para essa circunstância, o sábio John Miers, membro da Real Sociedade, anunciou nos seguintes termos a grande descoberta que revolucionará algum dia o mundo amazônico:

93 De duas palavras indígenas: *tauá*, argila, e *tinga*, branca.

94 Agassiz e Coutinho: sobre a *Géologie de l'Amazonie*, Paris, 1867.

95 De duas palavras índias: *Serye*, maré, e *nembyr*, restos.

“O fato interessante”, diz ele, “do aparecimento de um pedaço de carvão mineral vindo do rio Solimões não podia passar despercebido. Se fosse possível constatar a existência de jazidas de hulha de boa qualidade na Província do Amazonas, na vizinhança imediata da navegação fluvial, e suscetível de meios econômicos de transporte para todas as partes do Império, a importância de tal descoberta seria incalculável para o futuro...”

Essas palavras fazem pensar em muitas e grandes coisas para nosso país. Carvão mineral no Brasil e na Amazônia! Seria a força a serviço da fertilidade; seria o elemento negro substituindo o braço negro de um passado muito recente; seria a libertação do Brasil da importação inglesa. Não seria apenas a exploração das linhas fluviais de barcos e dos bondes urbanos que se beneficiariam com essa grande força motora, mas todos os centros de produção industrial e agrícola: usinas de açúcar seriam construídas, fiações seriam montadas, incontáveis máquinas funcionariam de uma extremidade a outra desse vasto território, e nos garantiria a prosperidade dos Estados Unidos da América do Norte, e das nações europeias mais privilegiadas. Embora não se tenha mais ouvido falar da descoberta feita no rio Solimões; desde 1862, pode-se esperar que nossos netos verão o eclodir dessa revolução mecânica.

Realmente, um geólogo da América do Norte, que se tornou diretor da Seção de Mineralogia do Museu Nacional do Rio, e em seguida encarregado de trabalhos de sua especialidade em São Paulo, Orville Derby, entremostrou-nos, por sua vez, os esplêndidos horizontes da era da hulha nessa parte do Brasil. Ele estudou especialmente os fósseis do terreno carbonífero do baixo Amazonas, isto é, do Estado do Pará⁹⁶. Em seu trabalho, descreve mais de cem espécies pertencentes a esse terreno. Após comparar com o maior cuidado as coleções brasileiras com as do Museu Nacional de Washington, conseguiu estabelecer a identidade quase completa da fauna carbonífera do Pará e da que caracteriza os depósitos do vale do Mississípi, cujas jazidas de hulha são conhecidas.

Parece provável que as conclusões de Orville Derby possam igualmente se aplicar às regiões do alto Amazonas, isto é, ao estado de que nos ocupamos, já que, segundo Agassiz, a estrutura geológica dessas duas

96 Orville A. Derby: “The artificial mounds of the Island of Marajó...”, 1789. *Americ. Natural.* – “Contribuição para a geologia do baixo Amazonas”, Rio, 1878, Arq. do Mus., II.

partes do vale é a mesma, e a grande ilha de Marajó, onde Derby extraiu os fósseis, encontrava-se provavelmente, na origem, ligada ao vale principal.

Para continuar e completar esses trabalhos, o governo local faria bem em seguir o exemplo da Inglaterra, e de fazer confeccionar, após estudo prévio, mapas precisos, relatando os limites exatos das diferentes formações e os pontos de cruzamento de todas as camadas conhecidas de carvão mineral.

Uma vez isso feito, seria possível vender a preço bastante alto, esses terrenos incontestavelmente ricos em minerais. Os capitais apareceria prontamente, poderosas companhias não tardariam a se agrupar, poços seriam abertos, e milhares de trabalhadores fariam surgir toneladas de riquezas. Em virtude do adágio “Todo material explorável encontra explorador”, trata-se apenas de garantir a existência do material a explorar. É para isso que devem tender todos os esforços daqueles que se preocupam com nossos interesses públicos. Os particulares, agindo por conta própria, correriam o risco de esbanjar forças melhor aproveitadas em outra parte, se se lançassem primeiro nesse gigantesco empreendimento. O Estado deve lhes abrir todos os caminhos; eles poderiam, em seguida, aproveitar daquilo que lhes é oferecido com tanta liberalidade. O produto do imposto não poderia ser melhor empregado do que em assegurar assim novas fontes de bem-estar e de trabalho remunerador.

Dos numerosos afluentes do Amazonas, dois, principalmente, foram estudados do ponto de vista geológico e mineralógico: o Madeira e o Negro. Eis o que diz o Dr. J. Severiano da Fonseca a respeito das cataratas do Madeira, que se encontram em grande número na parte alta do rio:

“As rochas dessas cataratas são de formação plutônica, e revelam, à primeira vista, sua origem vulcânica, modificada, talvez pelo metamorfismo. Algumas entre elas pareceram-me difíceis de classificar, por causa da imprecisão dos sinais que apresentam; outras, pelo contrário, oferecem um aspecto mineralógico que afasta toda hesitação. As grandes mesas de rochas traquíticas, quase lisas, cor de ferro ou de um negro brilhante como asfalto, são formadas, em vários lugares, de camadas superpostas, mais ou menos onduladas, com rebordos curvilíneos; dir-se-ia que provêm de matéria em fusão, espessa, espalhada a grandes jatos, formando lençóis, que se teriam resfriado antes que as últimas camadas chegassem ao lugar ocupado pelas primeiras. Aqui e ali aparecem grandes rochedos, uns prismáticos, outros

arredondados, ora sob a forma de diques⁹⁷, de diorito e de elvan, ora como blocos destacados. Alguns são rachados no meio por uma só fenda, que, às vezes, mede mais de 2 metros de largura. Em outros lugares, encontram-se grandes escavações (caldeiras), buracos perfeitamente redondos, escavados no rochedo pela fricção de sílex rolados.”

De acordo com esse mesmo viajante, esses rochedos são pórfiros anfibólicos, obsídios, sienitos, petrossílex, isto é, rochas feldspáticas produzidas por fogos subterrâneos de erupções vulcânicas relativamente recentes. As obsidianas do Madeira, de textura vitrosa e opaca, assemelham-se às do Peru, conhecidas pelo nome de “espelhos dos Incas”. Os índios ainda fazem facas com essas rochas.

Os petrossílex observados nesse mesmo vale são agregados de feldspato e de outras matérias. Alguns contêm talco e anfibólico.

Segundo Beudant, os petro-sílex só se encontram nos terrenos inferiores do estágio hulhífero.

O Dr. Severiano da Fonseca trouxe, de suas viagens, um pedaço de carvão vegetal laminado, com folhas paralelas nitidamente acentuadas. Estava completamente petrificado e revelava assim uma grande antiguidade. Essa amostra se encontra na coleção do museu do Instituto Arqueológico da cidade de Maceió, capital do Estado de Alagoas.

Os pórfiros, de tons muito variados, que formam uma grande parte desses rochedos do Madeira, são compostos de albira em conglomerado com cristais de anfibólio. Seu emprego daria um belo efeito em arquitetura, se fosse viável o transporte a baixo custo até Manaus; poderiam talvez rivalizar com os mais belos espécimes de pórfiro verde que os antigos extraíam do Monte Taigeto e que reservavam para a confecção de vasos e pedestais.

Quanto ao cristal de rocha, W. Lewis Herndon, enviado para explorações na Amazônia pelo Departamento da Marinha dos Estados Unidos, relata ter visto em Manaus, capital da província, “belos espécimes trazidos das terras altas que separam o rio Branco do Essequibo.”

Terminemos este rápido apanhado, assinalando dois fatos muito curiosos:

97 Filões de origem ígnea, desprendidos por agentes atmosféricos do invólucro rochoso que os continha.

No rio Negro, que banha Manaus, extrai-se sal em quantidade razoável de certas plantas que crescem nos rochedos, em meio às mais fortes correntes de água doce. É a incineração desses vegetais, do gênero *Lacis* que produz o sal a que nos referimos. A presença desse sal pode ser atribuída à absorção pela planta de princípios salgados das águas de infiltração, que encontraram em seu curso bancos de sal-gema.

Nas margens do rio Solimões ou alto Amazonas, são encontrados depósitos de pedra-pome, trazidos, sem dúvida, pelas correntes do rio que descem dos vulcões da cadeia dos Andes.

Tais são os principais fatos observados, que nos permitem encorajar os geólogos em seus trabalhos, e que nos incitam a orientar os emigrantes para que não confundam a presa com a sua sombra.

Essas riquezas minerais, ainda mal conhecidas, cabe ao futuro desvendá-las e explorá-las.

Em 1851, o tenente W. Lewis Herndon, por nós citado há pouco, após ter explorado essa região, exclamava:

“Não hesito em dizer aquilo que creio: em cinquenta anos, o Rio de Janeiro, sem nada perder de sua riqueza e esplendor, será uma aldeia comparada ao Pará; este se tornará o que seria Nova Orleans desde há muito, sem a atividade de Nova York e sem seu clima fatal, isto é, a maior cidade do Novo Mundo; Santarém será Saint-Louis e Manaus será Cincinnati.”

E acrescentava, como conclusão de seu volumoso relatório, transmitido ao Congresso pelo Poder Executivo:

“Em alguns anos, poderemos, sem grande hipérbole e sem violentar a imaginação aplicar a esse rio os belos versos de Byron:

“The casteled crag of Drachenfels
Frowns o’er the wide and winding Rhine,
Whose breast of waters broadly swells
Between the banks that bear the vine;
And hills all rich with blossomed trees,
And fields that promise com and wine,
With scattered cities crowning these,
Whose far white walls along them shine.”

SEGUNDA PARTE
O HABITANTE

.....

Capítulo primeiro

ORGANIZAÇÃO DA UNIÃO FEDERAL E DOS 20 ESTADOS DO BRASIL: – ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DO ESTADO DO AMAZONAS. – A CONSTITUIÇÃO DE 17 DE AGOSTO DE 1895. – O PODER LEGISLATIVO. – O PODER EXECUTIVO. – O PODER JUDICIÁRIO. – OS MUNICÍPIOS. – DIVISÃO ADMINISTRATIVA E JUDICIÁRIA. – A POLÍCIA. – A IGREJA SEPARADA DO ESTADO.

SE BEM QUE NÃO SEJAMOS PARTIDÁRIOS ferrenhos da teoria dos meios, e que não atribuamos à sua influência a não ser uma parte secundária da formação, desenvolvimento e natureza moral dos seres inteligentes e livres, fomos, entretanto, obrigados a começar este trabalho sobre a Amazônia pela descrição dos lugares habitados pela população que almejamos dar a conhecer.

Com a moldura assim desenhada, pareceu-nos fácil introduzir o homem, o habitante, com sua história política, com sua organização administrativa, sua vida doméstica e social, seus meios de subsistência, o comércio e indústria por ele praticados, os meios de comunicação de que dispõe, e com seus conhecimentos intelectuais.

Estamos longe de pretender que o solo amazônico, com sua constituição geológica, suas condições climáticas, sua fauna estranha, sua flora exuberante, tenha que nos revelar *a priori* as particularidades bioló-

gicas e sociológicas das populações da região. Deixamos essas manobras engenhosas aos sábios capazes de extrair a quintessência. Quanto a nós, preferimos nos ater aos velhos métodos descritivos, que têm pelo menos a vantagem de repudiar a hipótese e de se limitar à estrita realidade devidamente constatada. Trata-se, antes de tudo, de dados seguros, precisos, atuais, que ambicionamos apresentar ao leitor europeu.

Na Europa, pouco se conhece do Estado do Amazonas; talvez seja menos conhecido que no século XVI. Não faltam pessoas, mesmo esclarecidas, que confundem frequentemente essa região, que leva o nome mitológico, com certos territórios selvagens, onde os missionários são ainda devorados. Existem aqueles que imaginam o Amazonas como um reduto de índios nus, famintos de carne humana, e que passam seus dias de doze horas manejando arco e flecha nas florestas impenetráveis. Aqueles que não ignoram inteiramente o Brasil, acreditam que, além do Rio de Janeiro e de alguns outros centros comerciais de que já ouviram falar, não há nada além de alojamentos de escravos, cabanas de índios e plantações de café, e que as imensas regiões vizinhas às Guianas só contêm pimenteiras-de-caiena e são consideradas pelo governo do Brasil como uma espécie de Sibéria tórrida para onde são mandados os políticos desfavorecidos.

Entretanto esta região, ainda mais mal conhecida que desconhecida, possui todos os órgãos, todas as instituições políticas, administrativas e sociais que se convencionou considerar como as maiores conquistas da civilização moderna.

Efetivamente, embora isso possa surpreender a certos europeus, é preciso que se diga: possuímos aí poderes constituídos, magistrados, uma polícia, forças militares, funcionários de todas as categorias. Constatamos com certa pena que, do ponto de vista burocrático, nada temos a invejar aos países melhor disciplinados da velha Europa.

Formamos, no Brasil, uma República Federativa de 20 Estados, criada pela Constituição de 24 de fevereiro de 1891. Esta constituição foi votada pelo congresso constituinte que o governo provisório, instituído pelo marechal Manuel Deodoro da Fonseca, tinha convocado após a queda de D. Pedro II, aos 15 de novembro de 1889, e que foi eleito por sufrágio universal aos 15 de novembro de 1890.

A Constituição instituiu três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário.

O chefe do Poder Executivo é o presidente da República. É eleito por 4 anos, por via do sufrágio universal. O Poder Legislativo é representado pelo Congresso Nacional, que se compõe de um Senado e de uma Câmara. O Senado se compõe por sua vez de 63 membros (3 para cada estado e 3 para o Distrito Federal), eleitos por um período de 9 anos e renováveis por terços; o vice-presidente da República, eleito ao mesmo tempo e da mesma forma que o presidente, é por direito o presidente do Senado. A Câmara de Deputados se compõe de 205 membros (1 para 70.000 habitantes), com mandato de 3 anos, sendo que nenhum Estado pode ter menos de 4 representantes. O Poder Judiciário é exercido pelo Supremo Tribunal Federal e pelos juízes federais.

O Estado autônomo é o microcosmo da União Federal, e o município é um resumo do Estado; é uma célula viva que concorre à formação de todo o organismo, e dotada de uma ação harmônica, se bem que independente.

O Estado do Amazonas se rege hoje pela Constituição que seus representantes votaram e promulgaram a 17 de agosto de 1895, sob a presidência do senhor Joaquim A. Serejo, tendo como secretários os senhores Silvério J. Néri e J. B. Borges Machado.

De acordo com esta Constituição, o Estado do Amazonas, como parte integrante da União Federal brasileira, é a associação política dos habitantes do território da antiga Província do Amazonas, e está organizado sob o regime republicano no livre exercício de sua autonomia, segundo os termos da Constituição Federal.

“Todos os atos e medidas relativos a seus interesses particulares de toda espécie são de sua exclusiva competência, sendo admitida a intervenção do governo da União unicamente nos casos especificados pelo artigo 6º da Constituição Federal. É igualmente de sua competência tudo o que não está explicitamente reservado aos Poderes da União, segundo os termos do artigo 65 da Constituição Federal” (Art. 4º). “As despesas de seu governo e de sua administração serão feitas às suas próprias custas, com o produto das rendas, taxas e outras contribuições decretadas pelo poder competente, salvo no caso de calamidade pública, quando a ajuda do go-

verno da União poderá ser solicitada, conforme o disposto no artigo 5º da Constituição Federal.” (Art. 6º)

“O governo do Estado tem por órgãos os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, que funcionarão independentemente uns dos outros, e harmoniosamente na esfera de sua respectiva competência, estabelecida nesta Constituição. – É proibido a cada um dos poderes de delegar a outro o exercício de suas funções”. (Art. 7º). “A base da organização do Estado é o município, e, para os efeitos da administração da Justiça, o município se divide em comarcas e estas em termos. (Art. 5º).

1. – “O Poder Legislativo é delegado a um congresso, denominado Congresso dos Representantes do Estado do Amazonas, que o exercerá com a sanção do governador”. (Art. 8º). “Esse congresso se compõe de 24 membros; eleitos por sufrágio universal direto em todo o Estado, sendo garantida a representação das minorias” (Art. 9º), “O congresso reúne-se todos os anos, na capital do estado, independentemente de qualquer convocação, em 1º de março, e funciona durante três meses contados a partir da data de abertura; pode ser convocado em sessão extraordinária”. (Art. 10). “Por deliberação do próprio congresso, e para garantir a liberdade e independência de seus trabalhos, poderá se reunir fora da capital, após ter dado a conhecer sua intenção, contanto que se reúna em lugar público e acessível ao público, e que do fato se dê conhecimento ao Poder Executivo” (Art. 13). “O mandato dos representantes é de três anos” (Art. 14). “Podem ser eleitos representantes os cidadãos brasileiros de nascimento ou naturalizados, com a condição de serem maiores de 21 anos, saberem ler e escrever e estarem em condição de ser inscritos como eleitores, que tenham pelo menos cinco anos de direitos cívicos, no caso do cidadão naturalizado, e que tenham pelo menos um ano de residência no Estado” (Art. 15). “Salvo os casos de flagrante delito em crimes inafiançáveis, os representantes não podem ser nem presos nem processados criminalmente sem prévia autorização do Congresso, e, nesse caso, após instrução do processo, excluindo-se a acusação, a autoridade processante enviará os autos ao Congresso para que este se pronuncie sobre a fundamentação da inculpação, a não ser que o acusado opte pelo julgamento imediato. – Se o Congresso se pronunciar contra a fundamentação da inculpação, esta não poderá ser renovada em tempo algum” (Art. 19). “Os membros do Congresso são invioláveis pelas

palavras, opiniões ou votos que emitirem no exercício de seu mandato” (Art. 25). “O Congresso verifica e reconhece os poderes de seus membros, compõe sua mesa e suas comissões, organiza seu regimento interno, dispõe da maneira pela qual entra em contato com o governador do Estado, sobre a solenidade da abertura e do encerramento de suas sessões. Estes atos são de sua exclusiva competência, e não dependem de sanção” (Art. 26).

“Compete ao Congresso, além das atribuições que lhe são conferidas pela presente Constituição: promulgar leis, alterá-las, suspendê-las ou anulá-las; fixar todos os anos a despesa a estimar a receita do Estado, tendo em vista informações ou proposições do governador ou em sua ausência; declarar sem efeito os atos e resoluções dos municípios, quando contrariarem as leis da União, do Estado e a economia do município; autorizar o governador a contratar empréstimos e realizar outras operações de crédito, fixando o máximo dos compromissos anuais que pesarão sobre os cofres do Estado; conceder créditos aos serviços criados e autorizar acordos e tratados com outros Estados, e aprovar os tratados feitos pelo governador, se assim lhe aprouver; proceder contra o governador, vice-governador ou seu substituto em exercício, e de tomar parte em seu julgamento, conforme determina o Art. 49, nos crimes de responsabilidade, ou de dar sua autorização para processá-los quando se tratar de crime de direito comum; criar taxas sobre papel timbrado para documentos sem caráter federal e referente à economia do Estado, bem como taxas postais e telegráficas, quando esses serviços forem estabelecidos; aumentar ou suprimir contribuições, taxas ou impostos, ou criar outros sem ofender as restrições impostas pela Constituição Federal e pela Constituição do Estado ...” (Art. 29).

“Compete exclusivamente ao Congresso taxar a transferência de propriedade, heranças e legados, os títulos de nomeação e os ordenados dos funcionários do Estado, a exportação, os imóveis rurais, as indústrias e profissões” (Art. 30). “O Congresso poderá taxar a importação de mercadorias estrangeiras destinadas ao consumo no território do Estado, sendo que o produto desse imposto deverá ser destinado ao Tesouro Federal, sempre que essa taxação tiver como finalidade colocar em condições de igualdade, relativamente aos encargos fiscais, os produtos da indústria amazônica e os produtos similares estrangeiros” (Art. 31).

“Compete ao Congresso legislar sobre: as incompatibilidades eleitorais; o procedimento a seguir na eleição dos funcionários elegíveis do Estado e do Município, respeitando sempre o princípio da representação das minorias e o voto a descoberto; a utilidade dos serviços públicos; a dívida pública; a cobrança, controles e distribuição das rendas do Estado; a divisão judiciária e civil do Estado; a forma de procedimento da competência do Estado; a caixa de aposentadoria, sem caráter obrigatório, em benefício das famílias dos funcionários do Estado; a expropriação por utilidade pública; as terras públicas do Estado, as minas e a indústria extrativa; os meios de tornar efetiva a responsabilidade dos funcionários que terão a seu encargo a cobrança, controle e aplicação das rendas públicas do Estado e do Município, e dos que tiverem cometido delitos e crimes previstos na presente Constituição; os trabalhos públicos, estradas, estradas de ferro, telégrafos, correios e navegação interior; a higiene e a assistência pública; a incorporação do território de um outro Estado ao do Amazonas, e a divisão ou desmembramento deste último conforme os termos do Art. 4º da Constituição Federal; os meios de desenvolver a instrução gratuita e leiga, a imigração, a agricultura, o comércio, as artes, a colonização, a catequese e a civilização dos índios; a nomeação, suspensão e demissão dos empregados públicos, guardando sempre o princípio do concurso ao acesso às funções e à estabilidade após cinco anos de bons serviços; a aposentadoria por invalidez comprovada a serviço do Estado, sendo que os aposentados não poderão ocupar nenhum outro emprego remunerado pelo Estado; a alienação, a aquisição e a cessão dos bens do Estado, de acordo com as prescrições da presente Constituição; o regime penitenciário, correccional e de detenção, as instituições de socorro público, os estabelecimentos científicos, artísticos e industriais; o código florestal, rural e de pesca; a instituição do crédito bancário e agrícola, a mobilização do solo; os socorros a prestar aos municípios em caso de calamidade pública; o serviço de estatística e o cadastro das terras” (Art. 32).

2. – “A direção suprema governamental e administrativa do Estado é confiada a um cidadão que terá o título de governador do Estado do Amazonas, que o exercerá livremente, conforme o bem público interpretado de acordo com as leis” (Art. 34). O governador assumirá a responsabilidade de todos os atos que realizar no exercício de suas funções,

aos quais dará a maior publicidade para que o público possa apreciá-los completamente” (Art. 35). “Ele exercerá seu cargo durante quatro anos, e não poderá ser eleito governador nem vice-governador para o período seguinte” (Art. 36). “Durante suas ausências e impedimentos, será substituído sucessivamente: pelo vice-governador, eleito ao mesmo tempo e pela mesma forma; em caso de ausência ou impedimento deste, pelo presidente do Congresso, em seguida pelo vice-presidente do Congresso, em seguida, pelo presidente do Tribunal Superior de Justiça, e, por fim, pelo superintendente da capital ou prefeito” (Art. 37). “Se o vice-governador assumir o governo por qualquer tempo durante o último ano do período governamental, não poderá ser reeleito nem eleito governador” (Art. 38). “Se o vice-governador ocupar o governo em virtude de renúncia, morte, perda do cargo ou incapacidade física do governador, exercerá suas funções até o fim do período governamental⁹⁸, contanto que a vacância aconteça após os dois primeiros anos do período governamental; no caso contrário proceder-se-á a eleição de um novo governador de Estado” (Art. 39).

“Para os cargos de governador e de vice-governador, exigem-se dos candidatos, além das condições gerais de elegibilidade, que sejam brasileiros de nascimento, que se encontrem em gozo de seus direitos políticos, que tenham no mínimo trinta anos e que residam no Estado pelo menos desde três anos” (Art. 40). “O governador fixará residência na capital do Estado e dela não poderá se afastar sem permissão do Congresso, sob pena de perda do cargo... Esta disposição não se aplica às ausências de menos de 30 dias, determinadas por doenças” (Art. 44). “O governador e o vice-governador serão escolhidos por sufrágio universal direto e voto antes do fim do período governamental. A apuração dos votos será feita pelo Congresso, que se reunirá para este fim, extraordinariamente, 14 dias antes do fim do período governamental, e funcionará com qualquer número de

98 É o que acaba de acontecer. O senhor Fileto Pires Ferreira tomou posse no cargo de governador aos 23 de julho de 1896, e os dois primeiros anos de seu período governamental expiraram a 24 de julho de 1898. A 1º de agosto de 1898, o Congresso do Estado tomou conhecimento de sua renúncia, enviada de Paris, em 27 de junho. O vice-governador, coronel José Cardoso Ramalho Júnior, substituiu-o legalmente, e exercerá o poder até 23 de julho de 1900 sem que tenha sido necessário proceder a uma nova eleição para governador.

membros presentes...” (Art. 46) “São inelegíveis aos cargos de governador e vice-governador os parentes consanguíneos e aliados, até o segundo grau inclusive, do governador e vice-governador que se encontrarem em exercício à época da eleição, ou que tiverem deixado o poder três meses antes” (Art. 47).

“Ao governador do Estado, em sua qualidade de chefe supremo do governo e da administração, compete exclusivamente sob sua plena responsabilidade: dirigir, controlar, provocar e defender todos os interesses do Estado, de acordo com as leis; sancionar e promulgar leis, conforme as regras estabelecidas por esta Constituição; organizar, reformar ou suprimir os serviços nas administrações, atendo-se aos limites dos créditos orçamentários; expedir decretos, regulamentos e instruções para a conveniente execução fiel das leis; convocar extraordinariamente o Congresso, quando o interesse público assim o exigir, explanando sempre as razões da convocação; expor anualmente ao Congresso a situação do Estado, sugerindo-lhe as medidas que dele dependem, em mensagem minuciosa; preparar todos os dados orçamentários da receita e da despesa do Estado, para que sejam apresentados ao Congresso no começo de suas sessões; contratar empréstimos e realizar operações de crédito do acordo com as autorizações expressas do Congresso, passadas por lei especial ou na lei orçamentária, distinguindo na aplicação as despesas que figurarem sem detalhe no orçamento; autorizar, de acordo com a lei, as expropriações de necessidade e utilidade públicas; organizar a Força Pública do Estado nos limites dos créditos votados com essa finalidade, tendo em vista o voluntariado ou a convocação; distribuir ou mobilizar a Força Pública do Estado que lhe é imediatamente subordinada, e delas dispor segundo as exigências da manutenção da ordem, da segurança e da integridade do território; mobilizar e utilizar, nos casos excepcionais, a guarda de polícia dos municípios; prover de titulares os cargos civis e militares nos limites do orçamento, nomeando, suspendendo ou revogando os titulares, na forma da Constituição e das leis; fornecer por escrito todas as informações, dados e esclarecimentos que o Congresso solicitar; estabelecer a divisão judiciária e civil, de acordo com a lei; manter relações com os outros Estados da União; celebrar com eles acordos, convenções ou tratados sem caráter político, deles prestando contas ao Congresso; suspender, na ausência do Congresso, ao qual

prestará contas minuciosamente em sua primeira reunião, a execução das resoluções ou dos atos das autoridades municipais, quando violarem as leis federais ou as do Estado e à economia do próprio Município; resolver os conflitos de jurisdição e de atribuição que possam surgir entre as autoridades administrativas; tomar medidas relativas à administração dos bens do Estado e decretar sua alienação na forma das leis; organizar, de acordo com as leis, e dirigir o serviço relativo às terras do Estado, à viabilidade, à navegação interior e ao ensino público leigo; conceder licenças, aposentadorias ou reformas, de acordo com as leis; perdoar ou comutar as penas impostas aos condenados de direito comum e de responsabilidade, sujeitos à jurisdição do Estado, após consulta ao Tribunal Superior de Justiça; fazer proceder a cobrança dos impostos e rendas do Estado, e aplicá-los de acordo com as leis orçamentárias; nomear os membros do Tribunal Superior de Justiça e outros funcionários da Justiça; aliciar forças no Estado no caso de invasão por parte de estrangeiros ou de um outro Estado, em caso de comçoço interior ou de perigo iminente, prestando contas minuciosamente ao Congresso; requerer a intervenção do governo federal nos casos previstos nos artigos 5º e 6º da Constituição da União, expondo ao Congresso os motivos dessa requisição; fazer proceder as eleições da Federação, do Estado e dos Municípios, e tomar as medidas necessárias para que se efetuem segundo as leis; enviar ao Congresso Nacional e ao presidente da União todos os atos legislativos; enviar à autoridade judiciária todos os documentos de que esta necessitar para a instrução dos processos contra os funcionários; desenvolver, com os meios votados pelo Congresso, o serviço da civilização dos índios, da imigração e da colonização; representar o Estado em suas relações oficiais com o governo da União e com o dos outros Estados; enfim, aplicar ao serviço do Estado os créditos votados pelo Congresso, sem poder retirar do Tesouro nenhuma soma cuja aplicação não tenha sido determinada por lei” (Art. 48).

“Quanto aos crimes de responsabilidade que o governador ou seu substituto tiver cometido, este será processado pelo Congresso, e, quando este último tiver reconhecido, por dois terços dos votos dos membros presentes, a fundamentação da acusação, será julgado por um tribunal especial, composto de 7 membros do Tribunal Superior de Justiça e de 7 membros do Congresso, escolhidos por ele próprio, por escrutínio

nominal. Todos os votos desse tribunal serão dados a descoberto, e o Ministério Público será representado pelo procurador-geral do Estado” (Art. 49). “Quanto aos crimes de direito comum, o governador do Estado será processado e julgado pelo Tribunal Superior de Justiça, após que o Congresso dos Representantes tiver reconhecido a fundamentação da acusação” (Art. 51).

“O governador será criminalmente responsabilizado por traição, corrupção, suborno ou concussão, por atentado contra a Constituição e as leis devidamente promulgadas, contra o exercício regular das liberdades políticas, contra o funcionamento legal do Congresso, da magistratura e do governo municipal, contra as leis orçamentárias votadas pelo Congresso e a aplicação escrupulosa dos créditos por elas consignadas, e por atentado contra a tranquilidade e a segurança do Estado” (Art. 52). “Desde que a fundamentação da acusação tiver sido reconhecida, o governador ficará suspenso de suas funções” (Art. 53).

3. – “O Poder Judiciário tem por órgãos: um tribunal denominado Tribunal Superior de Justiça, com sede na capital e com jurisdição em todo o Estado; “juízes de Direito”, juízes municipais e jurados nas comarcas. – O Tribunal Superior de Justiça se comporá de 7 membros, com o título de desembargadores, nomeados pelo governador do Estado” (Art. 72). “Em nenhum caso a Magistratura será eletiva” (Art. 83). “Com a finalidade de defender os interesses do Estado e da Justiça pública diante dos juízes e do tribunal, constitui-se um Ministério Público. Este será composto por um procurador-geral do Estado... e de promotores públicos, um por comarca, podendo a capital ter maior número de promotores...” (Art. 89).

4. – “O Estado continuará a ser dividido em circunscrições territoriais, sob a denominação de municípios, tendo sua administração, seus direitos e seus interesses próprios. – O território do município será dividido em distritos” (Art. 92). “O município será autônomo na gestão de seus negócios; suas deliberações são independentes de qualquer poder do Estado, salvo as restrições da presente Constituição” (Art. 93). “O imposto imobiliário nas cidades é da competência exclusiva do município; este poderá, além disso, criar outras fontes de renda que não forem proibidas implícita ou explicitamente pela presente Constituição” (Art. 94).

“Na sede de cada município, o governo municipal é exercido por uma corporação com autoridade simplesmente deliberativa, e por um superintendente, que será o presidente dessa corporação e o executor de todas suas resoluções. – Essa corporação deliberativa, denominada “Intendência Municipal”, se comporá de 8 membros na capital, de 6 nas cidades e de 4 nas aldeias, eleitos por sufrágio universal direto e voto a descoberto, de 3 em 3 anos. O superintendente será da livre escolha do Poder Executivo...” (Art. 95). “A intendência não pode ser reeleita, e o superintendente não pode ser novamente nomeado ou continuar a funcionar durante o período de 3 anos subsequentes ao seu mandato.” (Art. 119)

Portanto, administrativamente, o Estado do Amazonas se divide, como acabamos de ver, em municípios divididos em distritos, tendo à frente um superintendente nomeado pelo governador, e intendências municipais eleitas por um período de três anos e não reelegíveis.

Os principais municípios são os de Manaus, Canutama, Barcelos, Manicoré, Fonte Boa, São Paulo d’Oliveira, São Gabriel, São Filipe, Humaitá, Lábrea, Manacapuru, Codajás, Coari, Tefé, Borba, Itacoatiara, Urucará, Boavista, Maués, Urucurituba, Silves, Moura, Parintins, Barreirinha e Floriano Peixoto.

Do ponto de vista judiciário, o Amazonas é composto de comarcas e de “termos”, tendo à sua frente, com jurisdição em todo o estado, um Tribunal Superior de Justiça.

Existem 16 comarcas: Manaus, com o “termo” da capital, compreendendo 2 distritos e o de Manacapuru; Itacoatiara, com os termos de Itacoatiara, Urucará e Silves, sobre o Amazonas; Parintins, com os termos de Parintins e de Barreirinha, sobre o Amazonas; Maués, com o termo do mesmo nome, sobre o rio Maués; Moura, com os termos de Barcelos e de São Miguel, sobre o rio Negro; rio Branco, com o termo de Boavista, sobre o rio do mesmo nome; Coari, com o termo de Cadajaz, sobre o Solimões; Tefé, com o termo de Fonte Boa, sobre o Solimões; São Paulo d’Oliveira, com o termo do mesmo nome, sobre o Solimões; São Filipe, com o termo do mesmo nome, sobre o Juruá; Lábrea, com o termo do mesmo nome, sobre o Purus; Canutama, com o termo do mesmo nome, sobre o Purus; Antimari, com o termo de Floriano Peixoto, sobre o rio Acre; e, enfim, Humaitá, com o termo do mesmo nome, sobre o Madeira.

Existem, pois, 4 comarcas no Solimões ou alto Amazonas; 3 no Madeira; 2 no baixo Amazonas, no rio Negro e no Purus; e 1 nos rios Branco, Juruá, Acre e Maués. Uma delas, a de Manaus, encontra-se em parte sobre o rio Negro e em parte sobre o Solimões. – Cada comarca tem à sua frente um “juiz de direito”, e cada termo, um juiz municipal.

A polícia compreende um chefe da Segurança Pública, comissários e subcomissários de polícia. Há 62 prefeituras de polícia em todo o Estado, e grande número de subprefeituras.

Quanto à autoridade eclesiástica, esta é confiada a um bispo, que reside em Manaus, tendo essa nova diocese sido criada pela Santa Sé depois da proclamação da República. Sabe-se, aliás, que a Constituição Federal de 24 de fevereiro de 1891 proclamou a separação da Igreja e do Estado no Brasil, e que os bispos são atualmente designados sem a intervenção do poder civil. Tal estado de coisas é benéfico para ambas as partes. O atual bispo é monsenhor José Lourenço da Costa Aguiar.

Todo este conjunto de organização foi obra do tempo, dos acontecimentos e dos homens. A história dessa formação sucessiva apresenta muito interesse. Por essa razão, faremos aqui um rápido esboço dessa evolução, para que melhor se aprecie o caráter das populações amazonenses e a perseverança de seus esforços para conquistar os direitos de que gozam atualmente.

.....

Capítulo II

HISTÓRIA POLÍTICA DO AMAZONAS: – O AMAZONAS ATÉ 1889. – O QUE ERA ESSE TERRITÓRIO EM 1852. – DESCRIÇÃO DE MANAUS EM 1774 E EM 1852. – O QUE É MANAUS HOJE. – A POPULAÇÃO DO ESTADO. – ELEMENTOS QUE A COMPÕEM. – BRASILEIROS, ÍNDIOS E ESTRANGEIROS. – UMA TENTATIVA DOS PADRES DA CONGREGAÇÃO DO SANTO ESPÍRITO.

ENQUANTO O IMENSO BRASIL não passava de uma colônia portuguesa, de 1500 a 1822, partilhando todas as vicissitudes da metrópole, o território que hoje compõe o Estado do Amazonas ficou sob a dependência imediata do governo do Pará. A 3 de março de 1755, uma carta real⁹⁹ contrassinada pelo marquês de Pombal, criou a Capitania de São José do Rio Negro, subordinada à do Pará. Joaquim de Melo das Póvoas foi nomeado governador dessa nova circunscrição, por um decreto real de 18 de julho de 1757.

99 “Carta régia” de 3 de março de 1755, dirigida a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, governador e capitão-geral do Grão-Pará e Maranhão, criando a Capitania de São José do Rio Negro, com governo político e civil. Manusc., cópia, da Bibl. Nac. do Rio.

A sede da administração era Barcelos, pequeno burgo situado sobre o rio Negro. O representante de Portugal tinha sob sua autoridade algumas aldeias espalhadas, que os missionários tinham fundado a partir dos meados do século precedente. As principais eram: Saracá ou Silves, criada em 1660; Jaú, em 1666; Barra (Manaus) em 1669 ... Póvoas permaneceu à frente dessa longínqua capitania até 1771.

Nessa época, foi substituído por Joaquim Tinoco Valente, que guardou sua administração durante dezessete anos.

O terceiro governador, coronel Manuel da Gama Lobo de Almada, entrou em função em 1788, transferiu em 1791 a sede do governo de Barcelos para Barra do Rio Negro ou Manaus. Entretanto, no mês de agosto de 1798, o governo de Lisboa fê-la voltar a Barcelos.

O sucessor do coronel da Gama Lobo, o chefe de esquadra José Joaquim Vitória da Costa, ligou seu nome à criação de um vasto jardim botânico perto da catarata de Tarumã; mais de quinhentos índios foram ocupados durante vários anos nesses trabalhos de embelezamento e de utilidade pública incontestável. Temos o constrangimento de relatar que os bárbaros sucessores desse governador deixaram o matagal invadir o jardim.

O último governador foi, de 1818 a 1821, o major Manuel Joaquim do Paço.

Sob a direção desses administradores estrangeiros, o território da capitania fez alguns progressos materiais, cujo mérito cabe ao governo de Portugal e seus agentes. Devemos aos portugueses as quatro magníficas explorações que se efetuaram nos séculos XVII e XVIII, e que, por seus resultados bem como pelas informações que forneceram sobre a região, deixam longe todas as excursões ridículas da maior parte dos viajantes modernos. A viagem de Pedro Teixeira (1637-1639), da qual já falamos; a de José Monteiro de Noronha (1770); a de Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio (1774-1775), e finalmente a do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira (1786) constituem serviços inesquecíveis, prestados não só à ciência, mas também à nossa nacionalidade.

Aliás, podemos afirmar: os trinta primeiros anos que se escoaram após a proclamação da independência do Brasil e após sua organização como nação autônoma foram uma decepção cruel para esta afastada região, ligada pela navegação a vapor ao Rio de Janeiro tão somente em 1883.

Quando o sopro patriótico da independência passou sobre o Brasil inteiro, no fim do ano de 1822, os amazonenses esperaram de bom direito sua parte na nova liberdade. Foram mantidos, em violação flagrante da Constituição outorgada, sob a tutela da província do Pará. Protestaram energicamente e instalaram um governo provisório.

Durante dez anos consecutivos¹⁰⁰, lutaram palmo a palmo para reivindicar seus direitos não reconhecidos, para tomar um lugar ao sol e se administrarem por si próprios, como as províncias vizinhas. Não tiveram sucesso em sua legítima tentativa. A força venceu sua resistência, e, em 1832, eram repostos sob o domínio do Pará: o território do Amazonas ficava reduzido, pela onipotência imperial, ao humilde estado de comarca.

Só mais tarde é que se fez justiça, pela lei de 5 de setembro de 1850. Entretanto, a comarca do Rio Negro – como era seu nome – só se tornou realmente província independente e passou a funcionar efetivamente a esse título a partir de 10 de janeiro de 1852.

A posição central de Manaus, elevada às margens do rio Negro, perto da confluência desse rio com o imenso Amazonas, quase a igual distância de dois dos mais importantes afluentes do Rio-mar, o Madeira e o Purus; seu clima, de uma perfeita salubridade, embora quente; as riquezas extraordinárias do solo que o cerca, designavam esta cidade para a honra de abrigar o governo recentemente estabelecido.

Com efeito, Manaus se tinha transformado desde o fim do século XVIII.

Em 1774, quando o intendente-geral Ribeiro de Sampaio visitou a capitania de São José do Rio Negro, o local não passava de uma simples aldeia. Ele aí chegou a 1º de dezembro, e assim a descreve:

“Às 9 horas da manhã desse dia, chegamos à fortaleza da barra de nosso rio Negro, onde parei durante todo esse dia, para dar um pouco de descanso aos meus índios (os que remavam a barca). Perto dessa fortaleza, existe uma grande aldeia de índios; vários brancos aí se encontram igualmente. A aldeia está situada na margem oriental do rio, em um sítio

100 “Representação” dirigida a S. M. o Imperador por Joaquim Antônio de Macedo por si, e na qualidade de procurador de alguns cidadãos da Província do Rio Negro, Pará, 1828.

seco e elevado, embora irregular por partes. As tribos de índios que a habitam são as dos banibas, dos barés e dos passés; esta última chegou há pouco, vindo do Japurá. Os índios muras infestam os arredores; assim, a passagem para a margem oposta se torna perigosa, de modo que, graças a esses selvagens, as terras mais férteis permanecem sem cultura.”

O primeiro presidente da província do Amazonas foi o senhor João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha, e a capital da nova província foi definitivamente instalada na Barra do Rio Negro, que tomou desde então o nome de Manaus.

Uma relação¹⁰¹, escrita nessa época por dois oficiais de Marinha dos Estados Unidos, os tenentes William Lewis Hemdon e Ladner Gibbon, dão-nos a conhecer com bastante exatidão o que era então esse pobre burgo, o qual se investia assim das prerrogativas de uma capital. Escutemos seu testemunho sobre a Lutécia amazonense em suas origens:

“O presidente, Senhor J. B. de Figueiredo Tenreiro Aranha”, escrevem eles em 6 de janeiro de 1852, “chegou à Barra no primeiro dia deste mês em um barco do governo que está ancorado em frente à cidade. Trouxe consigo vários dos funcionários do novo governo, bem como a soma de duzentos contos de réis (cerca de 500.000 francos), da caixa da alfândega do Pará, para pagar as despesas do estabelecimento da nova ordem de coisas, até que a alfândega local comece a render. Este território, enquanto permaneceu uma simples comarca, foi sempre um fardo para o Tesouro público, e, provavelmente, assim permanecerá durante algum tempo ainda.

“A cidade de Barra”, continuam eles, “está construída em um terreno elevado e acidentado, na margem esquerda do rio, a cerca de 7 milhas de sua embocadura. Sua elevação acima do nível do mar é, segundo meus cálculos, de cerca de 490 metros. É cortada por duas ou três ravinas, contendo maior ou menor quantidade de água, segundo a maior ou menor cheia do rio; pontes de madeira, bastante razoáveis, ligam os dois bordos dessas ravinas. As casas são geralmente baixas. Contam-se, entretanto, três ou quatro de dois andares. São feitas de madeira e taipa, com tetos de te-

101 *Exploration of the valley of the Amazon*, 2 vol. Washington, 1854, t. 1, pág. 263.

lhas. São ladrilhadas, e os muros são pintados com uma terra colorida que abunda nas margens do Amazonas.

“Os cômputos oficiais para o ano de 1848 acusam, na cidade, uma população de três mil seiscentas e quarenta pessoas livres e duzentos e trinta e quatro escravos. O número de casamentos era, na mesma época, de duzentos e cinquenta; e de mortes, de vinte e cinco, e o de nascimentos de duzentos e cinquenta; o número de casas habitadas era de quatrocentos e setenta, e o de estrangeiros de trinta e dois.”

Tenreiro Aranha completa esse quadro dizendo que as receitas da comarca se elevavam a apenas 7.500 francos por ano!

Certamente, a descrição de uns e outros não é lisonjeira. Mas contribui para ressaltar os imensos progressos realizados em menos de meio século. Manaus, na realidade, não caminhou a passos de gigante como certas grandes cidades dos Estados Unidos, que caminham sozinhas apenas nascidas; não viu sua população aumentada repentinamente por um afluxo considerável de imigrantes estrangeiros; sua riqueza não subiu em uma só noite como as águas dos grandes rios que a rodeiam; mas sua prosperidade sempre seguiu uma marcha ascendente e segura, desde que se tornou o centro das transações da maior parte do vale do Amazonas, o intenso foco da vida provincial, em primeiro lugar, e da atividade de um grande estado autônomo, em segundo, e finalmente o centro de um governo local que não é mais obrigado a esperar as migalhas do poder central.

Manaus, hoje, graças principalmente ao dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro, que esteve à frente dos destinos do Estado durante quase seis anos, tornou-se uma bela cidade de quarenta e cinco mil habitantes, com grandes possibilidades de crescer e de se embelezar.

A iluminação a óleo foi substituída, sem transição, pela eletricidade, da qual Paris ainda se acha privado em grande parte. Cerca de 600 postes sustentam lâmpadas equivalentes a 2.000 velas, e que funcionam durante 11 horas; o consumo de velas é de 687 por noite, e a despesa por hora de 700 réis, ou seja, ao câmbio de 8 pences por 1.000 réis, cerca de 58 centimos.

O serviço telefônico está igualmente instalado, em virtude de uma concessão de 3 de abril de 1897, por uma companhia com um capital

de 200 contos inteiramente realizado. Conta com 300 assinantes e instalou 335 aparelhos em residências particulares ou nas administrações públicas.

Uma linha de bondes a vapor, atualmente em vias de substituição pela tração elétrica, funciona na cidade e nos arredores. Em 1897, 16 quilômetros estavam sendo explorados e dois se encontravam em construção. A via tem 61 centímetros de largura, e o declive máximo é de 3% e o raio mínimo das curvas é de 28 milímetros. Três locomotivas, 10 carros para passageiros e 25 carros para o transporte de mercadorias e encomendas circulavam na linha, que possuía 2 estações e 24 paradas. Ela realizou, durante o ano, 15.132 viagens, refazendo um percurso de 67.512 quilômetros, e transportou 171,783 passageiros, ou seja, pouco mais de 476 por dia. O preço das passagens produziu quase 43 contos.

Grandes avenidas, largas e arborizadas, que com o tempo se transformarão em esplêndidos boulevares, cortam o bairro central, e fontes decorativas começam a refrescar a cidade. Dois belos jardins guardam esse bairro. A pavimentação das ruas se completa aos poucos, e seria fácil tentar, se não a pavimentação em madeira, que, nas regiões quentes é de difícil manutenção, pelo menos a pavimentação em cortiça que certamente não custaria mais caro que as pedras atualmente em uso, e teria a vantagem, ao mesmo tempo que, suprimindo o ruído, de não ficar escaldante como os célebres paralelepípedos hoje empregados.

Belas pontes, algumas de ferro, sucederam às pobres passarelas de que falavam Herndon e Gibbon.

A canalização da água foi feita e está sendo completada em maior escala. Tal como se encontra, assegura uma distribuição de 27.000 litros em 24 horas, o que representa 60 litros por dia e por habitante, para uma população de 45.000 habitantes, cifra evidentemente insuficiente.

Foi inaugurado, há alguns anos, um mercado de ferro, situado perto do porto; abatedouros, instalados na margem direita do igarapé da grande cascata; e um horto florestal. – Três igrejas, entre as quais uma muito espaçosa, situada numa elevação e cercada por belos jardins pitorescos, estão abertas ao culto católico.

A maior parte desses recentes melhoramentos são devidos à administração do dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro, que pôde dizer, com legítimo orgulho: “Encontrei uma aldeia e transformei-a em uma cidade moderna.”

A cidade possui ainda um teatro suntuoso, magnificamente decorado pelo pintor italiano De Angelis. Em 1897 três companhias nele se apresentaram, em espetáculos fortemente concorridos: uma companhia de ópera, uma de opereta e uma de drama.

O estado não se contenta em emprestar seu teatro a essas companhias de passagem; forneceu-lhes a viagem gratuitamente, a iluminação elétrica e uma forte subvenção, o que foi verdadeiramente excessivo, já que essas prodigalidades custaram ao Tesouro quase 344 contos durante a estação 1897-98.

Um posto de higiene, tendo à frente o dr. M. C. de Gouveia Filho; um hospital; um lazareto instalado na margem esquerda do rio Negro, em local denominado Umirizal; um hospício para doentes mentais, dependente da Santa Casa de Misericórdia, asseguram a proteção à saúde pública e socorros aos indigentes em caso de doença, sem mencionar um hospital português, aberto a nacionais e estrangeiros. Será construído um forno para a incineração do lixo e detritos.

Encontra-se ainda na capital um estabelecimento de instrução profissional (Instituto de Artes e Ofícios), um asilo para órfãos; um liceu com o nome de Ginásio Amazonense; um pequeno seminário; 10 colégios e pensionatos particulares com 664 alunos; 26 escolas primárias públicas, sendo 6 instaladas em edifícios escolares especiais, contando com 1.409 alunos inscritos; e uma biblioteca do Estado fundada a 25 de março de 1883 e reorganizada a 10 de janeiro de 1898, com 3.165 volumes e 131 mapas. A instrução pública é dirigida por Francisco Antônio Monteiro, homem tão inteligente quanto esforçado.

Citemos ainda: uma caixa econômica, instalada a 23 de fevereiro de 1893, e que em 1896, tinha em caixa de depósitos num montante de mais de 738 contos; dois bancos; uma companhia de seguros inteiramente amazonense; um museu, onde se pode ver as coleções Talberg e Payer, adquiridas pelo Estado.

Já existe um armazém com o material necessário para o embarque e desembarque de mercadorias; outros serão construídos. Alguns trechos de cais melhoraram o porto, que será brevemente provido de todos os aperfeiçoamentos modernos.

A União Federal mantém em Manaus uma flotilha de guerra e uma pequena guarnição militar. O Estado, por sua vez, mantém um corpo de polícia e um outro de bombeiros. A polícia, fortemente organizada pelo coronel Afonso de Carvalho, compõe-se de dois batalhões de infantaria e de um esquadrão de cavalaria. O 1º batalhão contava, em 31 de dezembro de 1897, com 225 homens, sob o comando de um tenente-coronel. O 2º batalhão, comandado por um oficial da mesma patente, compunha-se, na mesma data, de 255 homens. O esquadrão de cavalaria se limitava a 60 cavalos.

Em 1897, essa força de polícia escreveu uma página gloriosa nos anais nacionais. Um fanático, que se estabeleceu no interior quase inacessível do Estado da Bahia, um certo Antônio Maciel, nativo do Ceará, e mais conhecido sob o nome de Antônio Conselheiro, conseguiu reunir centenas de pessoas pobres e ignorantes, constituindo um grupo bastante semelhante às famosas Reduções dos Jesuítas do Paraguai. O governo federal enviou várias expedições contra ele, e todas tiveram que bater em retirada, reconhecendo sua impotência. Um grande esforço foi tentado por volta dos meados do ano; numerosas tropas marcharam contra essa fortaleza de fanáticos místicos, sob o comando-em-chefe do general Artur Oscar. Os Estados de São Paulo, Bahia, Pará e Amazonas quiseram ajudar o governo federal nesse ato de repressão. A força de polícia do Amazonas partiu sob o comando do tenente-coronel comissionado Cândido Mariano. Realizou prodígios de valor, e seu comandante, bem como um de seus oficiais, o valente Rafael Machado, foi citado na ordem do dia pelo general-em-chefe.

O corpo de bombeiros conta 134 homens, admiravelmente disciplinados.

Limitamo-nos apenas a citar a Guarda Nacional, praticamente inexistente, mas que, aparecendo a necessidade, poderá prestar serviços, conforme aconteceu na campanha do Paraguai.

Finalmente, 16 companhias de navegação a vapor têm sua sede em Manaus, ou aí instalaram suas agências; dois países (a Alemanha e a Venezuela) são representados por cônsules; quatro têm vice-cônsules (França, Grã-Bretanha, Portugal e Uruguai); dois se fazem representar por simples agentes consulares (Estados Unidos e Itália).

São estes os resultados obtidos pela atividade e inteligência dos habitantes desta cidade plena de futuro, secundados pelas autoridades do Estado.

Se passarmos da capital ao Estado para abrangê-lo inteiramente, constatamos os mesmos elementos de prosperidade e de despertar. Sem dúvida, a população das cidades não aumenta de maneira bastante rápida, exceto a da capital, devido a causas que estudaremos mais tarde; mas o interior se povoa de ousados seringueiros, e calcula-se que de um único Estado brasileiro, o do Ceará, o Amazonas recebeu uma centena de mil imigrantes durante os últimos anos.

Todavia, é impossível calcular com exatidão o número de habitantes que vivem nesse imenso território. Os números ordinariamente apresentados baseiam-se em dados incompletos.

O sr. José Paranaguá no excelente Relatório que apresentou à Assembleia Legislativa aos 25 de março de 1883, dizia com razão: “As informações que possuímos são muito imperfeitas, a tal ponto que se pode afirmar que todos os cálculos sobre a população total do Amazonas se apoiam em vagas induções e não passam de pura fantasia.”

Entretanto, informações por ele recolhidas apontam para certas regiões indicações que nos parecem muito plausíveis. Assim, no rio Solimões ou alto Amazonas desde Codajaz até São Paulo d’Oliveira, havia então 3.908 habitantes, dos quais 2.021 do sexo masculino e 1.917 do sexo feminino. Desse total, 3.664 eram brasileiros, e 294 estrangeiros. A população do Rio Branco, na mesma época, era de apenas 384 habitantes. Essa população aumentou sensivelmente desde que o rio passou a ser servido por uma linha regular de barcos a vapor. A população do rio Purus era calculada, na mesma época, em 50.000 almas.

Em 1852, calculava-se que havia na província que acabava de ser organizada, cerca de 30.000 habitantes, incluindo-se os índios domesticados. Em 1872, o recenseamento oficial operado em todo o Brasil já mostrava, por incompleto que fosse, que o número de habitantes da província se elevava quase ao dobro, já que atingia o número de 57.611 almas. O recenseamento oficial realizado em todo o país em 31 de dezembro de 1890, atribuiu ao Estado do Amazonas apenas 147.115 habitantes, repre-

sentando uma densidade de população que mal ultrapassa 0,08 habitantes por quilômetro quadrado.

Mesmo admitindo-se o bom fundamento dos números oficiais de 1872 e de 1890, a população do Amazonas sofreu em dezoito anos um aumento de mais de 156%, ou seja, 8,66% anuais.

Esses números nos parecem aquém da realidade. Mas, mesmo tomando-os como base, mesmo admitindo-se que o aumento anual, fornecido pelo excedente de nascimentos em relação às mortes e pela imigração, não ultrapasse 8,66%, teríamos um acréscimo de 12.811 habitantes por ano. Por conseguinte, no fim do ano de 1898, a população do Amazonas não poderá ser inferior a 250.000 habitantes (147.915 + 12.811,43 x 8).

A população civilizada do Estado do Amazonas compõe-se de três elementos principais: brasileiros de toda descendência, índios catequizados e estrangeiros de diversas proveniências. Não levamos em conta os índios que se encontram ainda em estado selvagem.

No decorrer deste trabalho, estudaremos cada um desses três grupos. Daremos aqui apenas noções gerais que farão melhor compreender o que diremos, a seguir, sobre o habitante da região.

O núcleo principal da população é formado, naturalmente, por brasileiros: brancos puros ou quase; híbridos de negro e branco, mulatos, “quarterons”, etc; mestiços de negro e de índio, cafuzo¹⁰²; mestiços de branco e de índio, curibocas¹⁰³; mestiços de branco e de curiboca, mame-lucos¹⁰⁴; descendentes de índios, caboclos, tapuios¹⁰⁵, etc.

O que se entende pela denominação de brasileiro? Pensamos, juntamente com Sílvio Romero, que o brasileiro não é nem o descendente de pura raça portuguesa, nem o descendente sem mistura dos índios autó-

102 Cafuzo, cafuz, carafuzo: Morais faz derivar esta palavra de duas palavras portuguesas: cara e fusco (escuro).

103 José Veríssimo diz que essa palavra provém do tupi: “Cariva”, branco, e “oca”, casa, extrair, tirar: aquele que descende de brancos.

104 Batista Caetano diz que essa palavra vem do tupi-guarani: “membyruca”, filho de índia.

105 Caboclo, em tupi-guarani, significa calvo: o nome foi aplicado aos índios em geral, porque têm pouca barba. - “Tapuio”, “tapuia”, é uma palavra aplicada hoje, com sentido de desprezo, aos descendentes dos índios; é o caboclo ainda rude, meio selvagem.

tones, nem o produto não cruzado do africano importado. O verdadeiro brasileiro não pode ser reivindicado exclusivamente nem pela raça branca, nem pela raça acobreada nem pela negra. O brasileiro é um mestiço, no sentido etimológico da palavra, isto é, é o produto da união dessas três raças, e resultante de seu cruzamento íntimo e perpetuado. Cada uma dessas raças contribuiu mais ou menos para a fixação do tipo atual; entretanto, é certo que no Amazonas o sangue africano só contribuiu com um fraco contingente.

A mistura desses três elementos deu origem a múltiplas combinações. As três principais são: o mestiço do branco e do negro, o do branco e do índio, e o do índio e do negro. “O híbrido entre o negro e o branco, denominado mulato”, disse Agassiz, “e por demais conhecido para que seja necessário descrevê-lo, tem traços elegantes e tez clara; é cheio de confiança, mas indolente. O híbrido entre o índio e o negro, cognominado cafuzo (ou melhor, carafuzo), é muito diferente; seus traços nada têm da delicadeza do mulato; sua pele é escura; os cabelos longos, finos e cacheados, e seu caráter apresenta uma feliz combinação do humor divertido do negro e da enérgica rusticidade do índio. O híbrido entre o branco e o índio, chamado mamaluco (ou melhor, mameluco), é pálido e efeminado, fraco, preguiçoso e um tanto obstinado. Parece que a influência do índio tenha tido justamente o poder de anular os atributos elevados do branco, sem nada comunicar de sua própria energia ao produto.”

Os índios são ainda muito numerosos nas florestas do Amazonas, onde vivem em pequenas tribos. Algumas entre elas foram domesticadas por negociantes do interior, pelos seringueiros e pelos mercadores que percorrem os rios e com os quais esses nômades estabelecem relações. Entre os índios, os mundurucus se distinguem por seu amor ao trabalho e por seus pendores agrícolas.

Quanto aos estrangeiros estabelecidos no Amazonas, vivem a mesma vida que os naturais da região, sem que preconceitos ultrapassados procurem agir contra eles.

Esses esclarecimentos gerais nos permitirão agora empreender o estudo do habitante da região de modo mais detalhado.

.....

Capítulo III

VIDA DOMÉSTICA E SOCIAL: – PRECONCEITOS EUROPEUS. – CASAS. – HOSPITALIDADE AMAZONENSE: – MÓVEIS. – ROUPAS. – ALIMENTOS. – EXCITANTES. – COSTUMES E HÁBITOS. – ASSISTÊNCIA PÚBLICA.

O CARÁTER E O TEMPERAMENTO de um povo qualquer não se traduzem apenas por suas instituições civis e políticas, por sua organização administrativa, por sua legislação particular; aparecem sobretudo num conjunto de fatos exteriores que lhe emprestem sua verdadeira fisionomia. A literatura e as artes dão a conhecer o grau de cultura de uma nação; sua vida doméstica revela, por um aspecto mais íntimo, suas tradições, costumes e tendências.

Antes de estudarmos a vida intelectual da população amazonense, é sob este novo aspecto que vamos considerá-la.

Dos três grupos que compõem a população do Amazonas, ocupar-nos-emos apenas dos dois primeiros, isto é, dos brasileiros propriamente ditos e dos índios semicivilizados. Reservaremos o terceiro, que compreende os estrangeiros de todos os países estabelecidos no Estado, para dele fazer o assunto especial de um capítulo da última parte deste trabalho.

Nas escolas da Europa: e até nas academias de maior renome, conhecem-se melhor os gregos e os romanos de há dois mil anos que os atuais habitantes das regiões pouco distantes de Paris, de Londres ou de Berlim.

Apesar das sociedades de Geografia que se multiplicam; apesar de numerosos relatórios de viajantes que exploram o mundo; apesar de todos os progressos realizados por uma certa literatura, muito instrutiva, aliás, que se propõe vulgarizar, por todos os meios, as maravilhas e as curiosidades sem número contidas em nosso globo; apesar das coleções etnológicas propagadas por toda parte graças aos processos fotográficos; apesar das frequentes exposições onde figuram exemplos variados e pitorescos das principais raças de homens, falta ainda muito para que se chegue, na Europa, a um conhecimento verdadeiro e a noções precisas no que toca os diferentes povos que vivem nas quatro partes do mundo.

De início, esse estudo foi muito mal começado. É difícil, hoje em dia, retomá-lo pela base. Os primeiros que descobriram as misteriosas solidões do Novo Mundo, por ignorância ou entusiasmo, falsearam a verdade. Suas observações são incompletas, e se referem na maioria, a particularidades ou bizarrices de interesse medíocre. Esses relatos pueris, onde o maravilhoso ocupa grande lugar, e sem a mais elementar crítica, não poderiam nos satisfazer.

Os relatos feitos pelos conquistadores e pelos governantes visam, ordinariamente, a questões de exploração e de colonização. As atas que emanam de missionários são por vezes viciadas por ideias preconcebidas, apesar da boa fé de seus autores¹⁰⁶. As fantasias filosóficas de Voltaire não mais são admissíveis. Quanto ao gênero pitoresco, inaugurado pela imaginação quixotesca de Chateaubriand, e florescente nos romances de Feni-

106 Encontramos na Biblioteca Pública de Lisboa duas cartas inéditas do padre A. Crisóstomo de Lisboa, que foi custódio dos franciscanos do Maranhão, e era irmão do célebre antiquário Manuel Severim de Faria. Em uma delas, escrita do Maranhão em 1627, diz ao irmão: “Entretanto, devo dar-vos um conselho: é que nos assuntos que não nos são próprios, tenhais cuidado, não vos fiando facilmente nas relações, porque a maior parte delas são falsas, principalmente as dos padres da Companhia.” Como bom capuchinho, evidentemente não apreciava os jesuítas.

more Cooper, de Gustave Aymard, de Jacolliot e de tantos outros escritores conhecidos, parece ter sido ultrapassado.

Os resultados dessas tentativas, que tiveram, talvez, sua razão de ser, foram de transmitir ideias falsas sobre todos os pontos considerados como elucidados e aceitos pela ciência.

Conforme nosso deplorável hábito de generalizar, de tudo conduzir a uma síntese abstrata, formamos uma opinião firme e quase uniforme sobre todos os povos atrasados, quaisquer que sejam eles. Basta que sejam denominados primitivos, naturais, indígenas, autóctones, para que, sem outra informação, lhes sejam atribuídos a todos, indistintamente, os mesmos costumes, correspondentes mais ou menos aos qualificativos pelos quais são designados.

Assim, ficou estabelecido que todos os índios não necessitam de alfaiates, e que só podem viver “de acordo com a natureza” – expressão que os próprios estoicos, com todo o arsenal de sua lógica complicada, não puderam compreender e definir.

Entretanto, seria bem simples, assim nos parece, aplicar a esses estudos os processos analíticos utilizados nas outras ciências. Sem dúvida, não é de prática fácil submeter a uma investigação rigorosa e persistente tribos que não são de abordagem tranquila. É mais fácil lançar escafandros ao fundo do mar, à procura de seres vivos, que estudar bandos de peles-vermelhas e índios.

Entretanto, desde alguns anos, veem-se nas principais capitais algumas famílias pertencentes aos povos da Ásia, África e América e Oceania. Esses espécimes da família humana foram entregues ao exame dos sábios; é certo que fizeram mais, para o adiantamento de certas soluções científicas, que os ossuários dos museus e as apreciações fantasiosas dos que viajam em seu próprio quarto.

Para o Amazonas, não é necessário recorrer a esse novo modelo de importação. Os indígenas da região foram estudados, em seu próprio meio, por especialistas de primeira ordem; mas devemos confessar que, nem por isso, se tornaram conhecidos.

Quantas vezes nos foi perguntado, durante nossa longa estada na Europa, em colégios e universidades que frequentamos, se dormíamos ao ar livre, se tirávamos a água da fonte em crânios de mortos, e se nossas

roupas eram feitas com plumas de pássaros azuis! Infelizmente, tivemos que responder a essas ingênuas perguntas, que nós tínhamos deixado contagiar pela prosaica civilização europeia; que trocamos o arco secular pela carabina Minier; que introduzimos o conforto em nosso meio selvagem, e que as cidades, as aldeias e os simples povoados de nosso Amazonas substituíram vantajosamente as cabanas de folhas ou de terra batida que os europeus gostam de se representar em seus sonhos de Robinsons suíços.

Nossos centros de população, embora muito espalhados ao longo dos rios, fazem bela figura na orla das florestas virgens, entre o azul intenso do céu e as águas douradas dos rios, no meio de ilhas resplandecentes de verdura e de luz, e redundantes de fertilidade.

As pequenas cidades amazonenses são como ninhos sob as grandes árvores, ninhos espaçosos, onde tudo cabe com facilidade.

Lá, nessa bela região, as casas são vastas. Podem conter numerosas crianças, que as encham com sua algazarra. As casas são vastas porque a terra é grande e a hospitalidade larga. As casas são vastas porque o amazonense gosta de se mover em liberdade. Ele não compreende essas colmeias humanas de Paris onde zumbimos nossa existência, emurados, empilhados uns sobre os outros como num mausoléu de família. Ele não poderia limitar sua existência a alguns metros quadrados – *angulus ridet*.

Sua casa é relativamente espaçosa; é formada de apenas alguns compartimentos, onde caberiam apartamentos de Paris. Para construí-la, faz-se uma larga brecha em um canto de floresta; e com troncos de árvores gigantes, são erguidas paredes quase tão sólidas, embora muito menos elegantes, que os muros de tijolos, pedras e cimento habitualmente encontrados na Europa. Uma camada de cal as recobre e reflete os raios do sol. Varandas ornem a maior parte das casas, que aliás são geralmente baixas e de um só andar. É raro que não haja um jardim, por pequeno que seja. O jardim interior, o quintal, e a varanda são os dois oásis onde se descansa nas horas quentes do dia, onde se conversa ao embalo das redes ou das cadeiras de balanço.

Além disso, se bem que essas casas do interior (já que em Manaus são encontradas casas bem construídas, chalés pitorescos e edifícios de vários andares) não possam rivalizar de modo nenhum com as construções modernas das primeiras capitais do Velho Mundo, elas oferecem

outras vantagens: embora modestas e simples de aparência, elas estão sempre abertas – não no sentido figurado – como a casa do Sábio, e qualquer pessoa que traga uma carta de recomendação, da parte de um amigo ou de um simples conhecido, é acolhido de braços abertos. A hospitalidade escocesa é um mito ao lado da hospitalidade brasileira em geral. Quando um estrangeiro passa pelo umbral de uma casa, está em sua própria casa. Esses costumes patriarcais se encontram principalmente em vigor nessas paragens, onde não se encontram, principalmente nas cidades pequenas e nas aldeias, nenhuma hospedaria aceitável para viajantes habituados ao conforto europeu.

Mesmo nas casas ricas, não se encontra nenhum luxo de mobiliário, nenhuma suntuosidade aparente, nenhuma exibição de objetos que constituem a delícia das civilizações refinadas.

O estrangeiro é surpreendido pela simplicidade dos móveis. São algumas cadeiras de balanço leves, de equilíbrio instável, de movimento contínuo que enganam a necessidade energética do corpo por meio de uma indolência rítmica; cadeiras e canapés guarnecidos de palhinha e a infalível rede, ora simples, ora ornada de franjas de valor, escondida a um canto da alcova.

Quanto à roupa, o habitante do Amazonas se acredita obrigado a se submeter aos cortes das vestimentas europeias. O pano escuro é de rigor, bem como o chapéu de seda, usos absurdos em clima semelhante. As senhoras se mostram mais práticas e se vestem geralmente de fazendas leves, se bem que conservando sempre um certo toque parisiense. As roupas de tecido leve de algodão, seda e musselina são usadas pelas pessoas da sociedade.

Se os habitantes do alto Amazonas obedecessem menos aos preconceitos da moda e seguissem um pouco mais as simples indicações da higiene, só se vestiriam de flanela ou tecidos de seda, e usariam o capacete usado pelos ingleses nas Índias.

“Diz-me o que comes e te direi quem és.” Este axioma, que pode servir de divisa a todos os cozinheiros burgueses, é o critério quase infalível, do caráter moral dos povos. Sem querer decidir aqui o debate entre vegetarianos e carnívoros, pode-se lamentar que a alimentação vegetal não seja a preferida em um país quente.

As classes ricas da Amazônia podem competir, quanto à abundância de sua mesa, com qualquer outro povo. Sua mesa é tão farta quanto seu solo. Agassiz nos deixou a descrição de um banquete para o qual foi convidado em Manaus, a cerca de 1.600 quilômetros da embocadura do grande rio. “Na verdade, não havia,” diz ele, “nem gelo, algo muito difícil de se obter neste clima, nem vinho de Champagne; mas essas duas exceções eram mais que compensadas por uma quantidade de frutas tropicais que em qualquer outro lugar não poderiam ser obtidas a nenhum preço: ananases enormes, abacates verdes e vermelhos, pitangas cor de púrpura, atas ou frutas-do-conde, abius, sapotilhas, bananas das espécies mais procuradas, bem como uma grande variedade de maracujás – o fruto da passiflora.” Se Agassiz ressuscitasse, ficaria surpreso de ver duas fábricas de gelo instaladas em Manaus, e o champanhe das melhores marcas, servido em todos os banquetes.

Os romanos teriam pago com uma província as sobremesas excêntricas de que fala o grande naturalista. Na Amazônia, basta sacudir as árvores para obtê-las.

O trivial das classes médias é menos complicado. Sua alimentação, entretanto, é sã e abundante. Os pratos de resistência consistem na carne saborosa de tartaruga e de peixes variados. O pão é frequentemente substituído pela farinha de mandioca. Esse alimento é muito substancial e convém ao clima, onde a mastigação é cansativa. Essas provisões se encontram em abundância, se bem que a vida seja cara em Manaus.

Já dissemos que o vale do Amazonas é um imenso guarda-comidas, abarrotado de víveres e do qual basta pegar. A carne de vaca é mais rara, mas custa relativamente menos que em Paris – cerca de 1\$000 réis o quilo. Entretanto não é a matéria-prima que falta. A ilha de Marajó, na embocadura do Amazonas, é o paraíso terrestre dos bois. Em outras partes do Estado, rebanhos desses ruminantes se multiplicam em liberdade. A União Federal e particulares possuem, além disso, nas planícies regadas pelo Rio Branco e seus afluentes, 59 fazendas que contam cerca de 56.775 cabeças. Apesar disso, a carne não é abundante em Manaus, devido aos meios de transporte ainda insuficientes. Os que vivem no interior são mais favorecidos. Têm o recurso da caça, e um bom tiro de fuzil fornece o necessário.

Não tendo os filhos de Noé julgado conveniente emigrar para o Amazonas, a região é por conseguinte privada do divino licor no qual o patriarca afogou suas mágoas após o Dilúvio. Não existe aí a vinha, o que não impede os habitantes de gozar das dádivas de Baco. Nas grandes ocasiões, servem-se alguns preciosos frascos da França, Portugal ou Itália, e derrama-se o néctar da civilização europeia. Os seringueiros trocam de boa vontade o suco leitoso que recolhem pela bebida que faz o espírito do bom habitante da Champagne. O povo e uma boa parte do que se pode chamar de pequena burguesia se mantém em bom estado de saúde bebendo água fresca. Dão-se muito bem com esse regime aquático, livre de toda falsificação malfazeja.

Para combater os miasmas, são praticadas enérgicas fumigações à base de nicotina. O tabaco é quase considerado como produto de primeira necessidade nessas regiões, e o de Borba goza de grande reputação.

O café, igualmente, é também de uso constante.

Aconselhamos aos europeus recém-chegados a Manaus a não romperem bruscamente com sua antiga maneira de viver. Deverão adotar aos poucos, e por transições insensíveis, a alimentação da terra. Devem também se resguardarem da atração sedutora de certos frutos.

A população amazonense de origem branca, o brasileiro propriamente dito, conservou alguns restos dos usos antigos, seja que estes lhes tenham sido transmitidos pelos primeiros colonos, seja que lhes venham de certas tradições locais, modificadas pela influência cristã.

Mas todos esses costumes do velho tempo tendem a desaparecer, submergidos pelas práticas novas de importação estrangeira.

Em nossa infância, celebrava-se ainda a festa dos pais e dos amigos de modo bastante original. Na véspera do dia em que um brasileiro festejava seu santo patronímico, ele era seguido pelos amigos e membros da família, que se esforçavam em atar-lhe um laço de fita no braço. Em contrapartida, o festejado, objeto dessa atenção, devia corresponder com um bom jantar, ou pelo menos com um pequeno presente, a aqueles que o tivessem atado com a fita.

Algumas festas locais dão lugar a regozijos semelhantes aos de certas festas do mesmo gênero em algumas regiões da França.

Há novenas, à noite, na igreja da paróquia; e nas praças, as pequenas barracas de feira fazem sucesso. O sacro se mistura ao profano com uma ingenuidade encantadora. O brasileiro destas plagas não acredita que Deus deva ser excluído de seus divertimentos.

As festas de Santo Antônio, a 13 de junho, de São João, a 24 de junho, de São Pedro, a 29 de junho, ocasionam ainda fogueiras e recreações noturnas. A origem latina e a descendência ariana se revelam. O culto de Agni, o fogo criador, é associado ao culto dos santos venerados no mês do solstício de verão.

Mas repetimos que a civilização igualitária nivela todos os usos; e logo, de todas as tradições dos ancestrais, não restará nenhum traço.

Se desejarmos encontrar ainda o pitoresco e o imprevisto na terra amazonense, é no meio do povo, na raça que descende dos índios, que devemos procurar.

Esta classe de habitantes permaneceu mais ligada às lembranças de seu berço, e conservou uma fisionomia à parte que a distingue dos brasileiros puros de que acabamos de falar. Seus alimentos, seus excitantes, seus costumes e hábitos guardam alguma marca da raça primitiva.

O povo ainda tem sua poqueca, seu xibé, seu beiju e seu moquéu como alimento. Permaneceu fiel ao tucupí, ao caxiri, à cachaça, ao seu vinho de caju e de frutos fermentados.

É aí, nesse meio mais ingênuo e mais apegado às tradições, que são celebradas as festas cristãs sob aspectos de fetichismo, e que se acreditam ainda nas belas lendas herdadas dos antepassados.

Lembremos, pois, rapidamente, alguns traços da vida dessas pessoas do povo da Amazônia, confundidos entre os descendentes “deses colonos oriundos de Portugal, os quais, unindo-se por laços conjugais aos naturais do país, fizeram surgir essa nova raça branca, conhecida pelo nome de mamelucos, que se distingue das hordas selvagens por sua cor e pelo gosto da agricultura e artes mecânicas”. (Tenreiro Aranha)

Seguiremos, nesta curta exposição, a mesma divisão anteriormente adotada.

Entre os alimentos preferidos pelos mamelucos, a poqueca ocupa o primeiro lugar. Essa palavra tupi significa envelope. A poqueca é preparada com todas as minúcias adotadas ordinariamente na confecção de

um prato nacional. Os ingleses não são mais cuidadosos no preparo de seu pudim de Natal. Toma-se uma larga folha, bem espessa e brilhante, e coloca-se aí peixe ou caça, com os condimentos. Amarra-se a folha, fechando-a e colocam-na sob brasas até que tudo esteja bem cozido. Parece que se trata de iguaria de se lamber os dedos, os quais, nessa classe de gente, ainda servem de garfos.

A poqueca é acompanhada por todas as preparações à base de mandioca, com o xibé ou farinha embebida em água fresca, com o beiju, espécie de bolo preparado com água. Como bebida, a cachaça, extraída da cana-de-açúcar, e grandes goles de caxiri. Essa bebida é feita com os beijos. Quando estes estão prontos e cozidos, são guardados durante alguns dias envolvidos em folhas verdes, depois colocados em um recipiente cheio de água. Agita-se bem para dissolvê-los, e depois deixa-se fermentar a solução obtida.

Um prato mais útil que a poqueca é o moquém, espécie de carne defumada por processo simples e eficiente. O molho, usado com quase tudo, chama-se tucupi. Trata-se de um líquido tirado da mandioca, ralado e comprimido no tipiti, tubo elástico feito com as hastes da jacitara (*Demonchus*) ou do guarumá (*Maranta arouma*, d'Aublet). Esse suco leitoso é um violento veneno vegetal, cujo princípio ativo é o ácido cianídrico. Mas o veneno é volátil, e, após a ebulição, obtém-se um molho excelente para peixes e outras iguarias.

Para completar essas indicações sumárias sobre a alimentação da classe verdadeiramente indígena, citaremos ainda o piracuí ou farinha de peixe, e o pirarucu, peixe que descrevemos anteriormente.

O piracuí é um alimento muito útil nessa região. É feito a partir do peixe grelhado, ao qual se retiram as espinhas e que se esmaga em um pilão; em seguida, é posto a secar em pratos de terra, e obtém-se assim uma “farinha de peixe”, excelente e de gosto agradável.

Quanto ao pirarucu, cujo comprimento atinge até 2 metros e 20 centímetros, após a pesca, é transportado ao acampamento; aí, tiram-se as escamas, cortam-no em dois salga-se e empilham-se os pedaços. Permanecem assim durante algumas horas, ao fim das quais são expostos ao sol, bem espalhados, para que sequem.

Passemos rapidamente aos costumes dos índios semicivilizados.

Tem-se dito que um culto nunca morre, mas sempre se transforma. A verdade dessas palavras aparece de maneira impressionante nos costumes e nas tradições singulares que os descendentes dos índios conservaram desde sua origem.

Certamente, pode-se sentir que o grande pensamento do cristianismo adaptou-se bem a essas almas novas, que conceitos mais avançados se enxertaram sobre crenças antigas; mas pode-se também afirmar que a árvore primitiva se encontra ainda em pleno viço.

Do mesmo modo que o europeu guarda nas profundezas do seu ser um velho fermento de naturalismo antigo, as populações inferiores da Amazônia permanecem inconscientemente ligadas ao fetichismo indígena.

A hereditariedade acumulou nas camadas profundas dessa raça todos os instintos, todas as superstições que caracterizavam os antigos possuidores da terra. As festas, as cerimônias cristãs são corrupções, ou antes, aperfeiçoamentos dos antigos usos pagãos.

Descreveremos mais adiante a festa do sairé, que resume em suas alegorias e no seu simbolismo profundo, embora grosseiro, os principais pontos do dogma católico.

As maravilhosas lendas do curupira e da mãe-d'água encantam seu desejo de sonho e lhes proporcionam emoções poéticas. São como as vozes de dois grandes gênios que se escondem nas coisas amazonenses: o gênio das florestas e o gênio das águas. Traduzem a impressão que a imensa natureza deposita no fundo dessas almas melancólicas.

O curupira é um gênio silvestre que habita as solidões das matas. Quando as mulheres se perdem na floresta, ele sai das árvores sob a forma de um índio. Quando os homens se perdem na mata infinita, ele se mostra sob o aspecto de uma bela índia. Não se deve seguir o curupira. Aqueles que conhecem a malícia do curupira divertem-no ao encontrá-lo. Descansam à sombra, e se põem a trançar pequenas cestas de cipós ou de hastes de guarumá. O curupira se aproxima. Pega as cestas, examina-as e para aprender a fazê-las tão bem, começa a desmanchá-las, como um macaquinho faria com um enfeite de rendas. Enquanto isso, os homens escapam e reencontram a trilha perdida.

A lenda da mãe-d'água é ainda mais cândida. A fada enfeitiçadora frequenta os rios e os igarapés sombrios. Ela espreita os noivos e os

atrai para a desgraça. Nas noites serenas e mornas, faz ouvir seus cantos mágicos. Infeliz do índio apaixonado ou da índia enamorada que se deixar atrair! O noivo que quis ver a mãe-d'água entra em delírio. A imagem dessa beleza apenas entrevista se apodera de todos os seus sentidos e o lança em transportes de uma alegria que se exprime em gargalhadas desesperadas; a visão o atormenta e o solicita a voltar aos lugares onde lhe apareceu pela primeira vez; se ele se deixa levar, se começar a procurá-la nas margens dos rios, a fada abre seus belos braços no meio da vegetação, abraça-o e o faz morrer de amor no leito do rio. Moral: a água é fascinante como a mulher; talvez menos embriagadora.

Existe na Amazônia uma outra fada, que é boa. Está sempre pronta a colher os infelizes.

Queremos falar da assistência pública, que tem sua sede em Manaus, e que tem o nome de Santa Casa da Misericórdia. O bem que faz é considerável. Tem a seu cargo um hospital, um hospício de alienados e um lazareto para os portadores de varíola, desde o mês de outubro de 1897. Uma comissão de homens devotados centraliza as cotizações dos membros dessa associação de caridade, distribui os créditos concedidos pelo estado e zela pela administração de socorros. Durante o ano de 1897, a Santa Casa contava com 475 membros. Sua receita se elevava a cerca de 255 contos, e as despesas eram da mesma ordem. O hospital, o hospício e o lazareto são atendidos pelas Irmãs de Santana, congregação religiosa italiana. Seu modesto patrimônio se compõe apenas de três títulos de renda do Estado e de dois imóveis. Apesar disso, graças à ajuda do Estado, o hospital recebeu para tratamento 1.836 doentes em 1897, dos quais 1.117 se curaram, 270 morreram e 113 continuaram em tratamento. A instituição também fornece os remédios e proporciona consultas gratuitas aos doentes pobres. Os costumes da terra impedem qualquer habitante da Amazônia de morrer de fome e de miséria.

Existe, entretanto, e dizemo-lo com pesar, um serviço que o Estado negligenciou durante muito tempo, e do qual o vice-governador em exercício atualmente, o coronel José Cardoso Ramalho Júnior, um filho da terra, ocupa-se com razão, e acaba de reorganizar. Queremos falar da proteção aos índios ainda selvagens. Voltaremos mais adiante sobre esse assunto tão importante. Por enquanto, limitemo-nos a constatar que os créditos

empregados para essa finalidade até uma época recente eram absolutamente irrisórios e que nada se tentou com método nesse sentido.

Os franciscanos, sob a direção do pe. Gesualdo Machetti, tinham estabelecido três missões nesse vasto território; uma no rio Uaupés, com 400 índios; outra, a mais antiga e mais próspera, em São Francisco; a última em São José do Maracaju.

No fim do ano de 1897, os padres da Congregação do Santo Espírito, sob a direção do pe. J. B. Parissier; fundaram um Instituto Agrícola de Artes e Ofícios no rio Tefé, no ponto da junção desse último com o Solimões. Embora muito recente, o estabelecimento se encontra em plena prosperidade, e é preciso esperar que a ajuda do Estado não lhe falte, já que a obra é daquelas que se recomendam por si mesmas. Em vez de tentar atrair para a civilização os índios adultos, tarefa que lhes parece ainda mais efêmera em seus resultados que difícil na aplicação, os padres do Santo Espírito parecem decididos a empreender uma obra mais racional; criam escolas de ensino prático e moderno para formar o coração e o espírito dos índios jovens, que mais tarde, tornar-se-ão os propagadores desses métodos sadios em seu próprio meio. O projeto é ousado e bem digno da inteligência do grande prelado que o inspirou, monsenhor Roy, superior geral da Congregação do Santo Espírito, com residência em Paris.

De qualquer modo, resulta dos relatórios das autoridades, que, se existem índios intratáveis e rebeldes a todo contato com os civilizados, como os Parintins, outros existem de costumes mais dóceis, que parecem se prestar muito bem à vida sedentária e sobre os quais a ação moralizadora do Evangelho pode se exercer eficazmente, para maior proveito do Estado e da humanidade.

Esses índios poderiam formar núcleos agrícolas em torno dos quais a colonização europeia viria se agrupar.

.....

Capítulo IV

MEIOS DE SUBSISTÊNCIA: – RIQUEZAS ICTIOLÓGICAS. – UMA LOCALIZAÇÃO EXCEPCIONAL. – LEIS QUE CONCEDEM VANTAGENS ÀS COMPANHIAS DE PESCA. – A PESCA À TARTARUGA. – A PESCA NAS PRAIAS; LEIS QUE A REGULAM. – A MANTEIGA DE TARTARUGA; SUA EXPORTAÇÃO. – O PEIXE-BOI; SUA EXPORTAÇÃO EM FORMA DE CONSERVAS. – O PIRARUCU; QUANTIDADES EXPORTADAS. – AS PESCAS DESTRUTIVAS. – O CACAU. – O GADO. – LEIS EM FAVOR DA AGRICULTURA. – A COLONIZAÇÃO “CEARENSE”.

OS MEIOS DE SUBSISTÊNCIA de um povo se devem em geral à pesca, à caça e à agricultura.

Esses três meios serão estudados rapidamente neste capítulo, já que o desenvolvimento que demos sobre o assunto nos permite agora sermos breves.

Quando se lança os olhos sobre um mapa do Estado do Amazonas, vendo a imensa e inextricável rede de florestas e de rios, de lagos, de igarapés, de paranás, de furos que recobre a maior parte da região somos levados imediatamente a dizer:

Aí se encontra uma população que deve achar recursos inesgotáveis na caça e na pesca, essas duas artes precursoras da agricultura.

Os que leram o capítulo que consagramos ao reino animal devem partilhar dessa opinião. Devem ainda se lembrar dessas frases de Agassiz, em carta escrita ao imperador d. Pedro II:

“Todos os rios da Europa reunidos¹⁰⁷, desde o Tejo até o Volga, não contêm cento e cinquenta espécies de peixes de água doce; entretanto, em um pequeno lago dos arredores de Manaus, denominado lago Hianuari, medindo apenas cerca de quatrocentos ou quinhentos metros quadrados de superfície, descobrimos mais de duzentas espécies distintas, sendo que a maior parte não tinha sido observada em outros lugares!” (Carta de 23 de fevereiro de 1866.)

Lendo os relatos de diversos presidentes da província, nas partes que por vezes tratam das riquezas ictiológicas dessa região, e da abundância da caça; pensando nos favores que o governo decidiu conceder às companhias de pesca, confirmamos nossa primeira impressão.

Com efeito, desde 1850, o primeiro presidente da província, senhor Tenreiro Aranha, descrevia nestes termos um local situado a alguns quilômetros de Manaus: “Na margem setentrional do Amazonas”, dizia ele, “na entrada do rio Negro, em frente da embocadura do Solimões, em terras altas e montanhosas, encontra-se um local central, denominado das lajes; esse nome vem de certas muralhas naturais que se erguem em praias da mais fina areia. Nessas terras altas, tão próprias à cultura do café, do algodão, da mandioca e de todos os outros produtos especiais a esta província, existem espessas florestas, dotadas de excelentes madeiras para a construção ordinária e para a construção naval; alguns lugares dispõem de pastagens naturais, às quais se poderiam acrescentar campos artificiais para a criação de gado; no topo de algumas dessas altas colinas, encontram-se grandes reservatórios naturais e permanentes, de onde as águas se lançam permanentemente com tal força, que poderiam facilmente ser utilizadas como força motriz. Um pouco acima, encontra-se um riacho, cujas margens são cobertas de florestas, cuja madeira seria fácil abater e transportar; e, um pouco mais abaixo, a uma meia légua de distância, encontra-se o belo lago Aleixo, muito rico em peixes. Se, nesse lugar, situam-se terras altas, pedreiras e vastas praias arenosas; do outro

107 *Viagem ao Brasil*, Ed. Francesa, Paris, 1869, pág. 380.

lado, na margem oposta do Amazonas, na entrada do Solimões e sobre o istmo situado entre esse rio e o Negro, temos terras baixas, próprias para a cultura do cacau e da baunilha, que já se encontram aí em abundância e em estado selvagem.

Essas terras, fertilizadas todos os anos pela cheia periódica, prestam-se admiravelmente à cultura da cana-de-açúcar; encontram-se também pastagens e planícies naturais cobertas de arroz nativo, que só serve de alimento aos pássaros e peixes. E, nessas mesmas margens, desde o rio Madeira, dos dois lados, na entrada do Solimões, são encontrados os famosos e imensos lagos de Autaz, do Rei, Manaquiri e Manacapuru, onde, durante o ano inteiro, mas principalmente durante os seis meses das águas baixas, pode-se pegar milhões de tartarugas, de peixes-boi, de pirarucus, de tambaquis e muitos outros peixes em tal quantidade, que podem produzir lucros maiores que toda a pesca da Terra Nova.”

Por seu lado, o governo central, pela lei n° 876, de 10 de setembro de 1856, tinha concedido uma garantia de 5% de juros, durante cinco anos, sobre o capital efetivamente empregado pelas três primeiras companhias de pesca fundadas no Brasil; e um decreto, levando o n° 8.338, de 17 de dezembro de 1881, aprovou o regulamento relativo a essa lei.

Pois bem! Apesar de todas essas vantagens, nenhuma companhia de pesca foi organizada no Estado, e, dizemos com pesar, o mercado de Manaus se vê, por vezes, bem mal provido de peixe.

Esse estado de coisas é tanto mais deplorável, quanto se sabe dos lucros fabulosos que a maior parte dos países da Europa retira da pesca, seja marítima ou fluvial. Há ainda pouco tempo, aconteceu em Londres uma magnífica exposição internacional de pesca, onde foi possível constatar as riquezas produzidas por esse ramo da indústria. Em 1881, a França empregava na pesca 80.876 homens, 22.125 barcos, pesando no total 150.000 toneladas, além de 56.000 pessoas que praticam a pesca de beira de praia. De modo que, durante o mesmo ano, essa indústria rendeu 87 milhões de francos à França.

No Estado do Amazonas, não acontece o mesmo. Todos os braços são empregados nas florestas, e se dedicam à extração da borracha e de outros produtos florestais. A pesca e a caça ainda não constituem uma indústria lucrativa e explorada sistematicamente. Entretanto, os habitantes

da região gostam da pesca, e a ela se entregam bastante ativamente, mas, pela maior parte, por sua própria conta. A pesca da tartaruga, do peixe-boi e do pirarucu ocupa alguns milhares de braços, durante algumas estações.

A pesca da tartaruga é praticada de duas maneiras¹⁰⁸.

Nos rios são pescadas com flechas, que têm às vezes uma semente de tucum perto da ponta. Essas flechas partem do arco com a velocidade de uma bala; a flecha, fendendo o ar, tira da semente um silvo semelhante ao de um pássaro, de modo que a tartaruga, flutuando na água, não se amedronte; a ponta da flecha, lançada com uma habilidade maravilhosa penetra na carapaça da tartaruga, e, aí se fixando, separa-se da haste, mas permanece a ela ligada por um fio muito longo. A tartaruga, sentindo-se ferida, mergulha rapidamente, e o fio se desenrola da flecha, que gira na superfície da água e permite ao pescador aproximar-se com seu barco. Quando o movimento cessa, o pescador compreende que a tartaruga está cansada. Puxa, então para si, e bem devagar, o fio, e mal percebe a vasta carapaça da tartaruga, lança o arpão, e o animal está preso.

A pesca nas praias tem, na região, um nome característico; é chamado de “viração”, isto é, o ato de virar a tartaruga de costas. É praticada nas imensas praias arenosas do Solimões, do Madeira, do Purus e do rio Branco, na época de postura, quando as tartarugas vão enterrar seus ovos. É uma verdadeira caçada. Os habitantes da região não têm escrúpulos de desenterrar os ovos, para com eles fabricar a célebre “manteiga”, tão cara a Júlio Veme, e de, na mesma ocasião, pegar as minúsculas tartarugas mal saídas das cascas dos ovos. Uma lei (1º de junho de 1882) proíbe essa prática bárbara. Ordena às municipalidades de ocupar as praias durante os quatro meses de águas baixas, por um pequeno destacamento de polícia, e prevê penas severas para as contravenções constatadas.

A estação para a fabricação do óleo de tartaruga, ou “manteiga”, acaba, por mais das vezes, no começo de novembro.

Eis o processo empregado durante a infância do autor deste trabalho:

108 Ver as curiosas notas de M. F. Gomes do Amorim, ilustre escritor português, em seus belos dramas – especialmente em “O Cedro Vermelho” – sobre esses costumes amazônicos.

Os ovos desenterrados eram lançados num barco e amassados com os pés, assim como se esmagam as uvas, até que formem uma pasta gelatinosa. Retirava-se então as películas bastante espessas que servem de casca a esses ovos; derramava-se água sobre o todo, e o resíduo ficava exposto ao sol durante vários dias. O óleo subia à superfície; era recolhido e fervido em caldeirão de cobre. Em seguida, era colocado em grandes potes de barro, contendo cerca de 45 litros. Calculou-se que uma tartaruga põe em média 80 ovos, e que, para fazer um pote desse óleo, é necessário utilizar os ovos de 40 tartarugas.

A produção do óleo de tartaruga se encontra estacionária. Em 1882-83, a Província do Amazonas exportou 6.028 quilos desse óleo, fabricado principalmente no Solimões. Em 1894-95, a exportação por grande cabotagem elevou-se a 14.450 quilos valendo 2 contos e 890\$000 réis. Mas a exportação desceu, em 1895-96, a 7.781 quilos, no valor de 1 conto e 216\$000 réis.

A pesca do peixe-boi, ou vaca-fluvial, do qual falamos antes, é muito mais difícil, já que a presa tem um ouvido muito aguçado. Ordinariamente, é pescado de arpão. Essa pesca diminui cada vez mais, e a exportação de conservas de peixe-boi, chamadas de mixira, superiores à maior parte das conservas de peixes da Europa, tende a desaparecer do quadro da percepção do Estado. Durante o exercício financeiro de 1881-82, a exportação de mixira foi de 1.311 quilos, repartidos da seguinte maneira: 260 quilos do rio Purus, 247 do Juruá, 714 do Solimões, mais 90 quilos de peixe-boi fresco do Purus. Ora, em 1894-95, a exportação por grande cabotagem não ultrapassou 691 quilos, num valor de 9 contos e 430\$000 réis, e em 1895-96 essas cifras baixaram ainda mais, e a exportação não excedeu 361 quilos, valendo 4 contos e 771\$000 réis.

A exportação do pirarucu salgado, praticada em larga escala, e que começava a dar resultados apreciáveis, também não fez progressos nos últimos quinze anos. Durante o ano fiscal de 1881-82, tinham-se exportado 796-169 quilos, dos quais 146.869 do Purus, 4.845 do Madeira, 122.625 do Juruá, 460.483 do Solimões, 396 do rio Negro e 47.951 saídos do porto de Itacoatiara. Em 1894-95, a exportação por grande cabotagem não excedeu a 564.954 quilos, num valor oficial de quase 411 contos,

e, em 1895-96, 555.118 quilos, num valor oficial de quase 468 contos. É verdade que, nesses números, não se compreende a exportação feita pelo Parintins, Itacoatiara e Maués, cujo montante, em 1895-96 foi de 313.880 quilos, valendo 270 contos.

Nos afluentes do Amazonas, a pesca guarda ainda uma marca característica, que certamente desaparecerá quando se tornar uma verdadeira indústria, em vez de um passatempo para a classe privilegiada e um recurso para os pobres. Não se verá mais, então esses barcos tão originais da região amazonense, esses igaras pitorescos: a ubá, embarcação rude, escavada no tronco de uma árvore, com travessas mal esquadrejadas servindo de assento; a montaria grosseira, pequeno barco sem teto; o igarité, embarcação coberta com folhas de palmeira; o igaraçu, barco com duas cobertas; o bote, o grande barco, e o batelão, espécie de barca. Não se verá mais o caboclo, armado de seu jacumá, remo curto que também lhe serve de leme.

Os apetrechos necessários à caça e à pesca, e dos quais se servem ainda os tapuios do interior, modificar-se-ão também, e suas flechas, hoje, de grande variedade, desaparecerão com a chegada do progresso. Com efeito, as flechas são todas de formas diferentes; podemos citar: o uacuu para o peixe pequeno; o apepena para o peixe grande; o sararaca, que já descrevemos, para a pesca da tartaruga; o uacuruá para os pássaros; e finalmente, a taquara, para a caça grande.

Mas, se perdermos tudo isso, em troca não teremos mais a deplorar a destruição do peixe que se pratica ainda em certos lugares, por meio de venenos vegetais, tais como o timbó, o tingui, o turari, o cruapé-vermelho, etc.

O timbó (*Serjania cuspiadata*), produz por destilação um óleo essencial de odor almiscarado, e um princípio narcótico poderoso; basta sentir o cheiro para que se comece a sentir o início de envenenamento. O tingui (*Phaeocarpus*) age igualmente como narcótico; o princípio ativo se encontra na casca, nas folhas e no fruto. O turari (*Paullinia grandiflora*) e o cruapé-vermelho (*Paullinia pinnata*) servem para a mesma finalidade e têm as mesmas propriedades.

Assistimos mais de uma vez, em nossa infância, a essa pesca bárbara, que se praticava da seguinte maneira: esmagava-se o timbó, e lançava-se o suco obtido num lago ou num rio pouco profundo e manso. No fim

de algumas horas, o peixe, embebedado, aparecia na superfície da água, e só se tinha o trabalho de recolhê-lo no barco. Os peixes pequenos eram desprezados.

Quanto à caça, só falaremos para não deixar de mencioná-la; ela não passa de um passatempo, e dela mal se obtém o suficiente para o consumo pessoal. Oferece, entretanto, um campo ilimitado, e já vimos em outro lugar deste livro as riquezas da caça que abundam no Amazonas. A única caça mais frequente é a do veado, para vender a pele. Em 1894-95, exportaram-se de Manaus 9.629, valendo quase 15 contos e meio, sem falar de 2.733 quilos, exportados de outros pontos do Estado.

A agricultura propriamente dita é o objeto de mesma indiferença da parte dos habitantes, devido aos lucros fabulosos e imediatos que encontram na extração dos produtos florestais.

Pode-se mesmo afirmar que a agricultura é menos adiantada, hoje em dia que há um século, já que o café, o arroz, o anil, o algodão, o tabaco, quase não são mais cultivados. E, entretanto, um escritor do fim do século XVIII, o naturalista Rodrigues Ferreira, dizia que no Amazonas o anil nativo crescia em toda parte, sem nenhuma cultura, atingindo 2 metros de altura, e acrescentava: “O anil é tão comum na Amazônia quanto a malva em Portugal.” Perto de São Gabriel, instalou-se mesmo uma usina para a preparação do anil.

Esse naturalista tinha partido de Barcelos, então capital da capitania que viria a ser o Estado do Amazonas, em missão oficial, e possuímos o relato escrito de sua interessante excursão. Ele percorreu toda a região do rio Negro. Por toda parte, no seu roteiro, domina a cultura do café, o que hoje é importado. O cacau não obteve sucesso. Rodrigues Ferreira repete constantemente que a principal cultura da região é o café, mesmo antes da mandioca.

Em Moreira, ele assinala três plantadores que recolhem 88 arrobas do café (cerca de 1.293 quilos). Eles têm o hábito de abrigar os pés de café à sombra dos ingazeiros (*Inga dulcis*).

O arroz vermelho era nativo e crescia espontaneamente. O marquês de Pombal, que se dignava a descer a essas minúcias, recomendava a cultura do arroz indígena. Apesar de sua opinião, essa cultura cessava já em 1763, tendo sido introduzido o arroz branco dois anos antes, e produzindo imedia-

tamente melhores resultados. A produção era tão grande que, desde 1784 instalaram-se no Pará 8 moinhos para descascar o arroz branco da região.

Ao mesmo tempo, a pedido do naturalista português, Antônio Vilela do Amaral¹⁰⁹ escrevia em 1787, em Barcelos, um “Tratado sobre a Agricultura particular do rio Negro”, e o abade João Daniel¹¹⁰ ensinava um novo método para o trabalho agrícola.

Os diversos governos tentaram todos estancar essa decadência. Nenhum o conseguiu: uns não perduraram por bastante tempo para presidir às reformas que haviam provocado; outros recorreram a processos empíricos, destinados fatalmente a falhar; todos se chocaram contra a irresistível corrente econômica que leva essas populações para as indústrias, que, não exigindo nenhuma preparação longa e nenhuma aptidão especial, são, entretanto, muito mais lucrativas e de rendimento muito mais imediato, como também são as indústrias extrativas florestais.

De modo que, enquanto a exportação da borracha e a de certos outros produtos florestais aumentava em proporções verdadeiramente extraordinárias, a dos produtos realmente agrícolas diminuía de forma entristecedora, como é fácil de se constatar segundo os quadros seguintes:

CAFÉ	
1829-1830.....	6.200 arrobas ¹¹¹
1859-1860.....	270 arrobas
1869-1870.....	34 arrobas
1895-1896.....	—————

ALGODÃO	
1867-1868.....	103 arrobas
1871-1872.....	109 arrobas
1895-1896.....	—————

109 Man. da Bibl. Nat. do Rio.

110 “Quinta Parte do Tesouro descoberto no rio máximo Amazonas”, Rio, 1820.

111 A arroba pesa 14 quilos e 690 gramas.

TABACO

1829-1830.....	5.620 arrobas
1859-1860.....	2.270 arrobas
1869-1870.....	61 arrobas
1881-1882.....	60 arrobas
1895-1896 (de Itacoatiara, St.º Antônio e Maués).....	2.906 quilos

Apenas o cacau continua a ser um pouco cultivado em escala bastante limitada, mas suficiente para que o produto figure ainda em lugar passável no quadro da exportação do Estado. Essa cultura, que parecia ameaçada, há quinze anos, de seguir o destino de tantas outras, aumentou mesmo nos últimos anos. O quadro da exportação vai demonstrá-lo:

CACAU

	Quantidade	Valor
1880-1881.....	50.397 kg	—
1881-1882.....	23.558kg	—
1894-1895.....	168.711 kg	158 contos
1895-1896.....	174.548 kg	149 contos

A essa exportação, deve-se acrescentar a de Parintins, de Itacoatiara e de Maués, que, em 1896-96, distribuiu-se da seguinte maneira:

CACAU

	Quantidade	Valor
De Parintins.....	504.228 kg	423 contos
De Itacoatiara.....	31.375 kg	106 contos
De Maués.....	87.488 kg	81 contos

A exportação de cacau de todo o Estado elevou-se, pois, naquele ano, a 797.639 quilos, num valor oficial de 759 contos.

A criação do gado, que dá os melhores resultados, sobretudo na zona banhada pelo rio Branco, foi muito negligenciada, e é somente agora que uma companhia, com sede no Pará, procura adquirir pastagem para a criação em grosso. A União Federal possui, como dissemos antes, um certo número de fazendas nesse estado; delas, não retira nenhum proveito e, entretanto, recusa-se a aliená-las.

Segundo um documento oficial¹¹², as fazendas desse município são em número de 134, das quais 10 no próprio rio Branco, e as outras em seus afluentes, assim distribuídas: 1 no Mocajaí, 3 em Água Boa Grande, 1 no Cuitanaú, 1 no São Lourenço, 14 no Cauamé, 1 no Água Boazinha, 43 no Rio Urariquera, 1 no Truaru, 2 no Parimá, 1 no Arumine, 1 no Majari, 16 no Monte Majari, 1 no Igarapé Caurani, 5 no rio Santa Rosa, 2 no Maracá, 4 no Igarapé Grande, 25 no Tacutu, e 4 nos afluentes deste último. No conjunto, possuem 56.775 cabeças de gado.

Fora das fazendas do rio Branco e de seus afluentes e subafluentes, encontra-se ainda algum gado nas pradarias ou campos banhados pelo Madeira e pelo baixo Amazonas, bem como no rio Autaz, em Purupur, Codajás, Coari, Tefé, Fonte Boa, São Paulo d'Oliveira, etc.

Numerosas leis foram votadas e promulgadas para encorajar a agricultura no Amazonas.

Uma lei de 16 de maio de 1872 concedia prêmios aos agricultores que, durante o ano, apresentassem no mercado de Manaus 100 alqueires¹¹³ de farinha de mandioca por eles produzidos, e 50 alqueires de arroz ou de feijão, ou então 500 maquias¹¹⁴ de milho. Uma outra lei, de 20 de maio do mesmo ano eximia de todo imposto local, durante dez anos, os seguintes produtos, se fossem cultivados na região: algodão, tabaco, arroz, café, feijão, milho, farinha de mandioca, açúcar, melado e aguardente.

No ano seguinte (29 de maio de 1873), uma lei autorizava o presidente da província a assinar com Nash, Ferreira e Cia, um contrato para o estabelecimento de uma ou de várias fazendas destinadas à cultura da cana-de-açúcar, de diversos cereais, e à produção do açúcar e da aguardente. As despesas autorizadas para essa finalidade elevavam-se a 50.000 francos.

Ao fim de dois anos (25 de maio de 1875), o presidente era ainda autorizado a contrair um empréstimo provincial de 500.000 francos, destinado exclusivamente a ser colocado à disposição dos agricultores. Uma segunda lei, da mesma data, permitia o empréstimo a um habitante

112 "Relat. das Rep. de Estatística e Arq. Publ. do Amazonas", quadro n° 84, 1898.

113 O alqueire vale perto de 40 libras.

114 A maquia vale 2 libras 273.

da província, o senhor Labre, da soma de 22.000 francos, e a um outro, o senhor Amorim, da soma de 12.500 francos, para lhes permitir montar um estabelecimento destinado à criação de gado e de cavalos.

Em 1879, uma lei, na data de 26 de maio, autorizava uma despesa de 75.000 francos, para serem distribuídos como ajuda à pequena agricultura da província. Dois anos após (14 de maio de 1881), votava-se a mesma soma em favor dos agricultores e dos criadores de gado; e uma lei de 15 de junho do mesmo ano (1881) autorizava o pagamento de um prêmio de 5.000 francos ao agricultor norte-americano Jasson W. Stone, por suas plantações de tabaco.

Uma lei, de 8 de junho de 1883 autorizava o presidente da província a conceder uma garantia de 7% de juros, sobre um capital de 5.650.000 francos para o estabelecimento de três usinas centrais de açúcar na província.

Outras leis provinciais, votadas pela Assembleia Legislativa durante a sessão de 1884, concediam prêmios e encorajamentos em espécie para a cultura da seringueira e a produção de certos produtos agrícolas. Uma delas garantia uma subvenção de 30 contos (cerca de 75.000 francos ao câmbio da época) ao fundador de uma fazenda-modelo. Enfim, uma lei decretava o estabelecimento do ensino agrícola no museu.

A República não foi menos pródiga em incentivos à agricultura que os administradores imperiais, e, dispondo de recursos orçamentários incomparavelmente mais consideráveis, pôde se mostrar ainda mais generosa. No governo de Eduardo Ribeiro, cujas tradições são continuadas pelo coronel José Ramalho, não cessaram as liberalidades destinadas a organizar um início de produção agrícola sedentária.

A lei nº 25, de 25 de outubro de 1892, em particular, autorizou o governo do Estado a efetuar empréstimos à agricultura, mediante certas condições. Foi concedido um, de 20 contos, ao senhor Carlos Augusto da Fonseca, e oito de 5 contos às seguintes pessoas: José Pereira Vidal, Augusto Berger, Joaquim d'Oliveira Martins, João Antônio Rabelo, Joaquim Damásio de Freitas, Carolino A. Soares e D.^a Antônia Cavalcante, José Martins de Barros e D.^a Umbelina Fernandes Martins.

Foi igualmente assinado um contrato para a introdução de imigrantes japoneses. Os imigrantes não vieram, e o contrato caducou.

Uma tentativa mais séria está sendo feita neste momento por meio de imigrantes do Estado do Ceará, para os quais o governo do Amazonas criou colônias agrícolas que se regulam segundo as instruções seguintes, de data de 25 de junho de 1898:

A preferência é dada aos imigrantes que já praticaram a indústria agrícola e a criação, e, entre esses, preferir-se-á os de família constituída. O número de imigrantes solteiros não deve exceder 25% do total de cada leva. Antes de embarcar, os imigrantes assinam um compromisso pelo qual ficam obrigados a se estabelecer na colônia e trabalhar no lote de terras que lhes for concedido.

Aos imigrantes que não desejarem se estabelecer nas colônias agrícolas do Estado, e que para lá se dirigirem simplesmente para se empregar na extração de produtos florestais, o governo só concede a passagem gratuita até Manaus.

Aos outros, os que quiserem se dedicar aos trabalhos de agricultura nas colônias, das quais há apenas uma instalada, junto à capital do Estado concede favores especiais: têm a viagem gratuita até Manaus, inclusive o embarque em Fortaleza, capital do Estado do Ceará, e o desembarque em Manaus; têm transporte gratuito até a colônia; o Estado lhes concede alimentação e roupa pelo menos durante três meses, e só cessa de fazê-lo se abandonarem o trabalho na colônia ou no seu lote de terras; concede-lhes um lote medindo pelo menos 20 hectares, com uma casa para abrigá-los juntamente com a família; nessa terra, marcada e delimitada, pelo menos 5 hectares se encontram preparados antecipadamente para a cultura; e fornece-lhes gratuitamente sementes e utensílios e instrumentos agrícolas, de que necessitam para o trabalho; emprega-os de preferência para os trabalhos de preparação necessários à colônia. Apenas instalado, o imigrante recebe um título provisório de propriedade das terras (pelo menos 20 hectares) que lhe são alocadas, e esse título não lhe pode ser retirado a não ser que abandone a colônia antes que esta o tenha emancipado da tutela governamental.

Três anos após sua instalação, cada colônia é emancipada dessa tutela, e todos os colonos cujas terras estiverem efetivamente cultivadas recebem então um título definitivo de propriedade. Pelo contrário, os lotes que não tiverem sido explorados normalmente serão vendidos em leilão.

Entretanto, se, antes do prazo dos três anos, o chefe de família vier a falecer, o governo entregará o título definitivo de propriedade aos herdeiros, a pedido, contanto que tenham explorado regularmente o lote de terras reclamado.

Mais ainda: se a colônia fizer tal progresso, a ponto de exigir aparelhos industriais mais complicados – fornos, alambiques, usinas, máquinas, etc. – o estado concedê-los-á nas condições mais razoáveis.

Esta tentativa é excelente, e para ser perfeita seria bastante substituir a palavra “cearense” por “brasileiro”, estendendo esses favores aos filhos de todos os outros Estados da União Federal.

O governo local, como se vê, nada negligencia para incentivar a agricultura sedentária. Se uma observação lhe pode ser feita, não é certamente de ter desconhecido a importância da agricultura num país como este; seria antes de não ter tomado medidas mais radicais ainda para estancar o mal. O que é difícil em tal matéria, não é votar os recursos, mas regulamentar seu emprego nas condições mais proveitosas.

.....

Capítulo V

MEIOS DE SUBSISTÊNCIA: INDÚSTRIA: – SUA DECADÊNCIA. – INCENTIVOS CONCEDIDOS PELO GOVERNO LOCAL. – OS PRODUTOS FLORESTAIS. – A FIBRA DE TUCUM. – A PIAÇAVA. – O CUMARU OU FAVA-TONCA, O PUXURI, O CRAVO, O GUARANÁ, A SALSAPARRILHA, A QUINQUINA, O ÓLEO DE COPAÍBA, AS CASTANHAS-DO-PARÁ, O CEDRO. – UMA CITAÇÃO DE WALLACE.

ACABAMOS DE VER COMO A AGRICULTURA está abandonada no Estado. Apesar da riqueza do solo e o pouco de mão de obra exigida para explorá-lo de forma regular, o território amazonense espera ainda os pioneiros de seu valor que farão render os tesouros que encerra.

A indústria propriamente dita não está menos abandonada que a agricultura nessa região onde a natureza é em tudo pródiga e onde as necessidades da vida podem ser satisfeitas quase sem esforço.

Existem várias causas para esse duplo fenômeno, que desejamos acreditar passageiro.

Trata-se primeiramente do pequeno número de habitantes, já que, segundo dados oficiais do recenseamento de 31 de dezembro de 1890, a densidade da população, por quilômetro quadrado, é apenas de

0,08, enquanto que no país menos povoado da Europa, relativamente, ou seja, a Noruega, a densidade é de 6 habitantes por quilômetro quadrado.

É também a facilidade dos habitantes em adquirir, seja por perto, seja no estrangeiro, com o produto da venda da borracha, os objetos de consumo de primeira necessidade. Basta-lhes retirar dos rios ou das florestas, ou de mandar vir da Europa e da América do Norte, graças aos lucros da borracha, tudo aquilo de que necessitam. Sua incomparável rede de navegação fluvial e seus vastos seringais, em vez de estimular o progresso industrial, antes o atrasam, oferecendo-lhes facilidades demasiadamente grandes e recursos fáceis para tudo obter em outra parte.

Mas o fator que desvia a população da agricultura sedentária e da indústria aperfeiçoada, é essa sede natural de ouro que se apoderou da maior parte da população e que a impele para a profundidade das florestas e rios mais longínquos, à descoberta da árvore maravilhosa de onde escorre o suco da borracha.

O governo local, querendo lutar contra essa fatalidade econômica, tentou por várias vezes atrair para ocupações mais sedentárias essa valorosa falange de operários errantes. Todas as medidas tomadas para incentivar a indústria da região permaneceram praticamente estéreis.

Foi assim que, para não ir mais longe, em 1869, um presidente, cuja administração deixará marcas duráveis, João Wilkens de Matos, constatava, em um de seus relatórios, que a província acabava de despender mais de 50.000 francos em empréstimos a uma usina de tijolos e ladrilhos, a uma serraria a vapor e a alguns outros empreendimentos de menor importância.

Desde essa época, encontramos na coleção de leis votadas pela Assembleia Legislativa provincial e pelo Congresso do Estado, e sancionadas pelos diferentes presidentes e governadores, uma série de subvenções ou de empréstimos concedidos com a mesma finalidade.

A lei orçamentária de 20 de maio de 1871 autorizou o pagamento das máquinas encomendadas para a usina de tijolos e de ladrilhos de F. A. Monteiro-Tapajós.

A 30 de abril de 1872 concedeu, sem juros, a soma de 5.000 francos a M. Gonçalves do Nascimento para uma fábrica de tijolos, ladrilhos e telhas, situada em Silves.

Em 20 de maio de 1875, uma soma de 15.000 francos figurava no orçamento das despesas para cobrir a compra de máquinas efetuada por J. Alves da Silva e Irmãos; em benefício de sua fábrica de telhas.

A 15 de maio de 1897, um empréstimo de 15.000 francos era concedido, sem juros, a Soares Belo, para a instalação de uma serraria a vapor.

Por uma lei, de 16 de junho de 1883, um estabelecimento de máquinas e de construções navais, em Manaus, foi reconhecido de utilidade pública, podendo gozar, durante 20 anos, de uma garantia de 7% de juros, sobre um capital de 375.000 francos. Enfim, desde essa época, outras leis foram votadas com idêntica finalidade.

Apesar de toda essa generosidade, pode-se dizer, apesar de todos os riscos de perda total incorridos pelo governo, a indústria permanece refratária.

Para que o Amazonas entre na verdadeira via econômica e assegure seu futuro industrial, é preciso, em nossa opinião, que o impulso e a direção lhe venham de uma espécie de gênio superior. No dia em que um homem, que nos permitimos de chamar providencial, de posse de capitais suficientes e de um grupo de operários dotados de uma tenacidade a toda prova, vier se estabelecer no meio dos indígenas e dos exploradores de borracha, firmemente resolvido a se dedicar exclusivamente a esses dois ramos da produção civilizadora – primeiramente a agricultura, e em seguida a indústria –, nesse dia, a tão desejada revolução econômica será iniciada no Estado; nesse dia, esse vizinho próximo dos Estados Unidos da América do Norte, esse El-Dourado legendário, surpreenderá o mundo com suas gigantescas realizações.

Mas, esperando que esse grande colono nasça ou seja revelado, passemos em revista os principais produtos que dão lugar, hoje em dia, às transações mais importantes da região amazonense.

Lembramo-nos de ter lido, em pesados volumes, durante nossa mocidade, este axioma histórico: “A humanidade passou por três grandes fases: a vida selvagem, a vida pastoril e a vida agrícola.”

Os habitantes do Amazonas introduziram um quarto elemento além desses três fatores citados da civilização: trata-se da vida florestal.

Com efeito, eles são exploradores florestais, os primeiros talvez do Novo Mundo. Se isto não constitui seu mais belo título de glória, é, pelo menos, seu maior título de renda.

É da floresta que tiram seus lucros, e a floresta está longe ainda de esgotamento. É dela que tiram o tucum, a piaçava, a estopa, o cumaru, o puxuri, o cravo, o guaraná, a salsaparrilha, a quinquina, etc., sem mencionar a borracha.

O tucum é a fibra de uma grande palmeira (*Astrocarym vulgare*). Esta palmeira, muito difundida na região, é de uma utilidade excepcional. Sua madeira pode ser empregada na construção comum; seu fruto, de gosto bastante agradável, fornece um óleo excelente, para a iluminação e para certos usos industriais. Quanto à fibra, é empregada na confecção de um grande número de artigos domésticos, tais como cestas, caixas, cordas, chapéus, redes, etc. Foi, durante certo tempo, objeto de um certo comércio. Durante o ano fiscal 1881-1882 exportaram-se 438 quilos da fibra. Desde então, a produção diminuiu consideravelmente, em 1895-96 a exportação não ultrapassou 222 quilos.

A piaçava, tirada da casca de uma palmeira que já descrevemos, tinha fornecido à exportação, em 1894-95, mais de 312.000 quilos, num valor de 136 contos; em 1895-96, essa exportação não foi de mais de 292.131 quilos, num valor de 78 contos. É com a piaçava que são fabricadas as vassouras empregadas em Paris para a limpeza das ruas. – A espécie *Leopoldina piaçava* também fornece fibras com as mesmas propriedades, e os frutos das duas espécies contêm em grande quantidade uma substância oleosa. É também exportada sob a forma de estopa: 2.131 quilos em 1895-96.

O cumaru, fruto da *Dipterix odorata*, ou *Coumarouna odorata*, produz, por extração, um óleo usado em perfumaria e farmácia. O porto de Manaus exportou, em 1895-96, cerca de 1.000 quilos de favas de cumaru, e Parintins, Itacoatiara e Maués exportaram, em conjunto, perto de 9.000 quilos.

O puxuri, também empregado na medicina (*Nectandra puchury*), figura também com uma exportação restrita.

O cravo (*Cariophyllos aromaticus*), que é, como se sabe, a flor não desenvolvida ou atrofiada do vegetal do mesmo nome, encontra-se

cada vez mais abandonado. O baixo preço dessa especiaria culinária fê-la desaparecer, há cerca de vinte anos, de nosso quadro de exportações.

O guaraná é extraído das sementes de uma trepadeira da família das sapindáceas da qual já falamos. É encontrado em nossas florestas em estado selvagem, mas os indígenas de Maués o cultivam, e ele produz sementes ao fim de 3 ou 4 anos. O fruto é colhido principalmente em novembro. Contém a polpa e as sementes, que, por sua vez, estão envolvidas em outra membrana. Um homem pode preparar, durante a estação, de 75 a 250 quilos de guaraná, de acordo com sua habilidade. O dr. Stenhouse, analisando o guaraná em época recente, encontrou uma quantidade de teína mais considerável que a encontrada no chá, no café ou no mate, resumindo os resultados encontrados no interessante quadro abaixo, modificador de ideias anteriores:

Café torrado.	1,00% de teína
Mate.	1,20% de teína
Folhas de café	1,26% de teína
Chá preto	2,13% de teína
Guaraná.	5,07% de teína

A exportação de Manaus é insignificante para esse produto: 87 quilos, apenas, em 1895-96; mas as de Parintins e Maués foram, durante o mesmo exercício, de 23.510 quilos, num valor de 197 contos ou milhões de réis.

A salsaparrilha pertence à família conhecida pelos cientistas sob o nome de *Smilacaceae*. Pertence ao gênero *Smilax*, que abrange centenas de espécies. A salsaparrilha-do-brasil (*Smilax sypilitica*) possui as propriedades diuréticas e sudoríficas de suas congêneres do Peru, do México e da Jamaica. Se bem que, em geral, não seja tão estimada quanto à de Honduras é, entretanto, muito empregada em farmácia. O comércio apoderou-se desde muito tempo das raízes adventícias desta planta perene, sarmentosa e trepadeira, raízes vermiformes e da grossura de uma pluma de ganso. A produção do Amazonas diminuiu de muito para esse artigo: de 45.000 quilos, exportação de 1880-81, caiu para 1.736 quilos em 1894-95, e a 2.043 quilos em 1895-96, devido aos baixos preços atingidos pelo produto.

Desde o tempo de Jussieu, somos obrigados a ver na quinquina uma prima do café. Todos dois, efetivamente, fazem parte da família das

rubiáceas, apesar das pesquisas de paternidade às quais Lindley se dedicou contraditoriamente. A casca da cinchona é como se sabe, um agente febrífugo de primeira ordem. O Peru, a Bolívia e o Amazonas, entre outros, têm a especialidade desse tônico antiperiódico. As “remíguas” do Brasil são cinzentas, amarelas e vermelhas. As cinzentas são cobertas por sua própria epiderme, e frequentemente enroladas; provêm dos galhos jovens. As amarelas se apresentam como cascas achatadas ou enroladas. As vermelhas são tiradas do tronco da árvore ou dos galhos mais grossos.

Durante o ano fiscal de 1878-79, o Amazonas tinha exportado apenas 75 quilos de quinquina. Em 1881-82, a exportação subiu a 4.544 quilos. Durante o ano de 1883, um único navio, saído de Manaus no fim de novembro, levou um carregamento de quinquina de um valor superior a meio milhão de francos. Entretanto, temos motivos para crer que a maior parte dessa quinquina estava em trânsito, e era de proveniência peruana.

O Estado do Amazonas pode ser considerado como a farmácia central do mundo inteiro. Nenhuma outra região do globo produz em tão grande quantidade remédios para todos os males.

Além dos produtos que acabamos de assinalar, e que são retirados das florestas sem nenhuma cultura, exporta-se ainda o óleo de copaíba. Esse bálsamo medicinal é tirado de uma planta da burguesa família das leguminosas, enobrecida pelo belo título de cesalpinácea. A *Copaifera nitida* é uma árvore de belo porte, com 17,60 metros a 22 metros de altura; seu tronco mede de 1,10 a 1,54 metro de circunferência.

De 1876-77 a 1882-83, sua exportação elevou-se a 146.874 quilos, representando uma exportação anual média de 24.479 quilos. Desde então, diminuiu. Em 1894-95, a exportação foi de 9.488 quilos apenas, valendo 11 contos; em 1895-96, foi da ordem de 14.906 quilos, de Parintins a Itacoatiara, valendo 30 contos.

Mas o produto florestal de exportação mais considerável, bem entendido após a borracha, é a castanha-do-pará. O castanheiro do Brasil, mirtácea do gênero *Bertholletia excelsa*, é realmente uma árvore de vários usos. É uma árvore soberba, de mais de 22 metros de altura, e cujo tronco tem um diâmetro de 2 a 2,50 m crescendo em terra firme, em terrenos ricos e baixos. As nozes, em número de 16 ou 18, estão encerradas em um involúcro redondo, negro e duro, parecido com um coco, porém mais ru-

goso. Quando as castanhas estão maduras, o fruto cai por si só, e a colheita se faz em janeiro ou fevereiro. A madeira do castanheiro dura e a acinzentada, é excelente para a construção comum, bem como para a construção naval. A casca dura e rugosa da árvore produz estopa; as castanhas, além de serem comestíveis, produzem um óleo doce e de gosto agradável. O rendimento dessas nozes é de 67%. Em 1894-95, a exportação foi de 66.712 quilos, num valor de 887 contos; em 1895-96, subiu a 84,198, valendo 1,414 contos.

Embora a exportação de madeiras, tão variadas nesse vale, seja muito pouco considerável, devemos citar a exportação do cedro, que se elevou a 18.464 quilos em 1894-95, e a 19.872 quilos em 1895-96.

Todos esses produtos florestais constituem uma indústria natural, que não exige nenhuma preparação, e que, entretanto, produz resultados bastante sedutores, como já vimos. Que aconteceria pois, se o Estado fosse, não todo ele, mas apenas uma parte reduzida, submetida a uma cultura racional? Que prodígios essa terra bendita, que parece ter sido moldada e semeada por Deus, não seria capaz de fazer eclodir? Para isso, seria preciso vencer ao mesmo tempo o preconceito europeu, que concebe a região como que de uma selvageria impenetrável, e a aberração indígena, que concentra todas suas forças vivas dos habitantes sobre um único produto, a borracha.

Que aqueles que temem os ardores de um clima tropical meditem essas palavras de M. Wallace¹¹⁵, que foi o companheiro do lamentado Henry Bates e que, após, explorou sozinho o rio Negro e o rio Uaupés:

“É erro vulgar”, diz o naturalista inglês, “acreditar que, nas regiões tropicais, a vegetação luxuriante anula os esforços do homem. O contrário é verdadeiro. Em nenhuma outra parte a natureza e o clima são tão favoráveis ao lavrador.”

E acrescenta, com sua grande autoridade:

“Afirmo, sem temor de ser desmentido, que aqui a floresta virgem pode ser convertida em ricas pastagens e campos bem cultivados, em jardins, pomares, contando toda variedade de produtos, e isso com menos trabalho, e, o que é ainda mais importante, em metade do tempo que em

115 A. R. Wallace: *Travels on the Amazon and rio Negro*, (1848-49), Londres, 1853.

nosso país; onde, entretanto, a terra já está preparada há muito. Todas as árvores que fossem plantadas atingiriam grandes dimensões em cinco ou seis anos, e muitas dariam fruto no fim de dois ou três anos. O café e o cacau produzem colheitas abundantes com um mínimo de cuidados; as laranjeiras e as outras árvores nem necessitam desses cuidados. Plantam-se ananases, melancias, e, logo que o fruto está maduro, é colhido sem outro processo intermediário. Pode-se tratar o trigo da Turquia e o arroz quase do mesmo modo. Cebolas, feijão e muitos outros legumes crescem de modo surpreendente. Nunca é preciso cultivar a terra, nem enriquecê-la com adubos, mas, se isso fosse feito, é provável que os resultados fossem ainda melhores. Afirmo sem hesitar que duas ou três famílias, compostas de uma meia dúzia de homens e crianças trabalhadoras, que trouxesse em mercadorias um capital de 50 libras esterlinas (1.250 francos), estariam de posse de todas essas vantagens no fim de três anos. Supondo-se que se habituassem à farinha de mandioca ou de milho, nada teriam a comprar com exceção de roupas, nem como objetos de primeira necessidade, nem como objetos de luxo. Estariam abundantemente providos de porcos, bois, carneiros, aves, ovos, manteiga, leite, queijo, café, cacau, melado, açúcar, frutas deliciosas, tartarugas e seus ovos, e uma imensa variedade da caça daria à sua mesa uma grande variedade de iguarias. Também os legumes não lhes faltariam. Encontrariam frutas, cultivadas ou selvagens, de uma abundância além de seus desejos, e em tal quantidade que só os ricos podem ter em nosso país. Uma vez satisfeitas as necessidades materiais, que belos jardins e alamedas sombreadas não poderiam desenhar! Como lhes seria fácil construir estufas naturais sob as árvores das florestas, e colecionar as mais belas espécies de orquídeas dos arredores! Que belas e elegantes avenidas de palmeiras poderiam alinhar! Que esplêndidas trepadeiras encontrariam para revestir os muros de suas casas e guarnecer os canteiros de seus jardins!”

Esse, quadro, por mais poético que pareça, nada tem de exagerado. É o retrato fiel da espécie de felicidade que espera o colono do futuro.

.....

Capítulo VI

MEIOS DE SUBSISTÊNCIA: INDÚSTRIA (CONTINUAÇÃO). – A ÁRVORE DA VIDA E DA MORTE. – DIVERSAS ESPÉCIES DE BORRACHA. – A DESCOBERTA DA BORRACHA. – O QUE É A BORRACHA. – COMO EXTRAÍ-LA. – A TRANSFORMAÇÃO NO LOCAL. – A BORRACHA DO PONTO DE VISTA CIENTÍFICO. – SUPERIORIDADE DAS ESPÉCIES AMAZONENSES. – AS APLICAÇÕES DA BORRACHA. – SEU CONSUMO. – PREÇOS NO LOCAL E NO ESTRANGEIRO. – AS COLÔNIAS EUROPEIAS E A BORRACHA. – A EXPLORAÇÃO NA REGIÃO. – DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO. – DIREITOS DE SAÍDA. – DISTRITOS PRODUTORES. – A EXPORTAÇÃO DO AMAZONAS, QUANTO À BORRACHA, E A EXPORTAÇÃO DE TODOS OS PRODUTOS DOS PAÍSES LIMÍTROFES. – A PRODUÇÃO SE DEVE INTEIRAMENTE A BRAÇOS NACIONAIS.

- EXPORTAÇÃO DIRETA PARA O ESTRANGEIRO.*
- VALOR OFICIAL DESSA EXPORTAÇÃO. – EXPORTAÇÃO TOTAL DE MANAUS. – CONSEQUÊNCIAS DO DESENVOLVIMENTO DA EXPORTAÇÃO.*

INDEPENDENTEMENTE dos meios de subsistência e das fontes de lucros, aliás, relativamente pouco consideráveis, que a população amazonense tira dos produtos florestais e agrícolas, existe nesse Estado uma indústria principal que matou, por assim dizer, todas as outras, e que, quase só, supre as necessidades naturais e artificiais dos habitantes. Referimo-nos à indústria extrativa da borracha.

Essa indústria tudo absorveu. Tememos que esse exclusivismo econômico, se se prolongar em sua forma atual, se torne, ao fim, uma cau-

sa de retrocesso moral para a região, e uma fonte de prejuízos para aqueles que nela atuam.

A seringueira é a árvore de vida e de morte plantada pela natureza no Éden amazonense. Longe de nós, a tola pretensão de querer desviar nossos compatriotas dessa forma legítima e lucrativa de produção nacional. Desejaríamos apenas, para obedecer às sãs ideias econômicas baseadas na experiência de outros povos, que a repartição das forças produtivas de nosso Estado se fizesse de modo mais largo e mais eclético. Desejaríamos igualmente, nada escrever que pudesse encorajar os emigrantes europeus, que se apressam a tomar o caminho do Amazonas, a ir explorar essa riqueza natural, fonte de tantos obstáculos à verdadeira riqueza produzida pela exploração regular do solo.

Este capítulo não tem outra finalidade a não ser de completar o quadro da região que nos propusemos pintar.

A matéria maleável, conhecida no comércio internacional sob o nome de borracha é extraída de várias famílias de vegetais, cujo número aumenta à medida que se estende o emprego desse suco leitoso.

As moráceas da Índia apresentam a *Ficus elástica*; as de Java contam com outras espécies de *Ficus*: *Ficus radula*, *F. ellitica*, etc., além da *Urostigma elasticum de Assam*, a *F. Vogeli*, de *Konakpy*, e a *F. Rubiginosa* da Austrália; as moráceas da América do Sul revelam a *Ficus primoides*. A América Central e certas regiões da América Meridional produzem uma espécie de borracha, extraída da *Castilloa elastica* ou C'ulei da *C. markhamiana*, da *Artocarpus intergrifolia* e a da *Cecropia peltata*, da família das artocarpáceas. A família das asclepiadáceas fornece a *Periploca groeca*, da ilha da Reunião. No Peru explora-se entre outras, a *Syphocampylus*, que se encontra igualmente no alto Amazonas, mas que foi quase esquecida até agora. A família das apocináceas é uma das mais ricas em seringueiras; é a ela que pertencem a *Vahea gummifera*, a *F. madagascariensis*, de Madagascar, de Diego Suárez e da Reunião; a *Landolphia Kirkii*, a *L. owariensis*, e a *L. Klainei*, do Gabão, de Zanzibar, da Casamância e de Fernão Vaz; a *Urceola elastica* e a *Willughbeia edulis* das Índias ocidentais; a *Collophora utilis* (sorva, no Brasil), a *Hancornia speciosa* (mangabeira) e a *Cameraria latifolia*, da América do Sul. Conhece-se também a borracha de Frot-Dauphin, *Euphorbia sp.*; e a de Fafetone, *Calotropis procera*; a de Lagos, *Kickxia africana*, e a de

Tolima, *Sapium biglandulosum*. Em algumas regiões do Brasil, no Estado do Ceará principalmente, explora-se neste momento, com sucesso, uma euforbiácea, a maniçoba ou *Manihot glaziovii*, uma mandioca em forma de árvore, de raiz feculenta e arredondada, que os franceses denominam de ceará, devido ao nome do Estado que a produz em maior quantidade. Entretanto, pode-se afirmar que são principalmente as *Hevea* que têm o privilégio de fornecer, no momento melhor qualidade e a maior quantidade de goma-elástica posta em circulação nos dois mundos. Entre essas espécies assinalam-se mais especialmente as seguintes: *Hevea apiculata*, *H. benthamiana*, *H. brasiliensis*, *H. discolor*, *H. guianensis*, *H. lutea*, *H. membranacea*, *H. pauciflora*, *H. rigidiflora*, *H. spruceana*, etc.

A borracha ou goma-elástica foi chamada no Brasil seringa. O padre Manuel da Esperança, muito antes de La Condamine, encontrando-a em uso entre os índios cambebas, batizou-a com esse nome singular. Ao notar que esses inteligentes selvagens dela se serviam para confeccionar garrafas e bolas em forma de seringas, o bom padre apelou para suas figuras de retórica e designou com esse nome a substância utilizada na fabricação desses pequenos objetos domésticos. Daí, a denominação de seringueiro guardada até hoje na Amazônia para os homens que extraem esse suco leitoso, e a de seringais, dada às plantações florestais onde é recolhido por incisão esse ouro vegetal.

Quanto ao nome de *caoutchouc*, com o qual o produto é conhecido na França, foi trazido pelo astrônomo De La Condamine. Em um memorial apresentado à Academia de Ciências de Paris, em 1745, por ocasião de sua volta da América do Sul, para onde tinha sido enviado a fim de medir um grau do meridiano, informou à douta companhia que os índios omáguas do rio Amazonas, ao sudoeste de Quito, davam o nome de “cahuchu” a uma resina tirada da árvore “*Hyévé*”; daí, passou-se a denominar essa árvore *Hevea guianensis*. De La Condamine deve, pois, ser considerado como padrinho e introdutor da borracha na França. A “índia rubber” dos ingleses é de data posterior.

A borracha está contida no suco leitoso das árvores que citamos acima, e de várias outras, encontradas na floresta amazonense, onde crescem sem cultura. Esse suco se apresenta sob forma de glóbulos. As gotas,

em suspensão, assemelham-se, na época da extração, aos glóbulos gordurosos do leite, e são compostas de proteína vegetal.

Para fazer escorrer a goma, antigamente cingia-se a árvore com um cipó amarrado obliquamente a 5 ou 6 pés do solo, e praticavam-se pequenas incisões na casca, acima do cipó. Ao escorrer, a seiva encontrava um obstáculo no cipó, e se dirigia toda para o mesmo ponto, onde era recolhida em um vaso de argila. Esse sistema primitivo e bárbaro, que era denominado arrocho na região, foi abandonado há muito tempo.

Foi substituído na Amazônia por um outro sistema, o das tigelinhas. Eis em que consiste: o operário, ou seja, o seringueiro, parte de seu acampamento pela manhã, carregado de todos seus apetrechos profissionais. Teve o cuidado de estudar antecipadamente o terreno, de localizar as árvores de borracha que se encontram disseminadas no trecho a ser explorado, misturadas com outras essências florestais. Nesse trecho são traçados caminhos, ou estradas, frequentemente em zigue-zague, ladeadas à direita e à esquerda pela preciosa árvore. Chegado a sua estrada, pratica, com uma machadinha, em cada tronco de seringueira, em toda a espessura da casca, incisões que geralmente não ultrapassam 2,5 centímetros. Na borda inferior de cada uma dessas incisões, ele adapta habilmente, e quase sempre por meio de uma argila meio plástica, pequenas vasilhas de zinco. Esse trabalho se faz quase sempre pela manhã, até às 11 horas. Mais ou menos ao meio-dia, as vasilhas estão quase cheias de suco viscoso. O trabalhador as retira, despeja o conteúdo em um balde, e o transporta para a coberta do barracão.

Terminada essa primeira etapa, o produto é coagulado por meio da defumação.

Na coberta, já foi preparado o fumeiro, espécie de forno, equipado na extremidade superior com um tubo de chaminé por onde deve escapar a fumaça abundante produzida pela queima de frutos de certas essências. No rio Purus, utiliza-se para essa operação os frutos da palmeira urucuri (*Attalea excelsa*); no rio Autaz, os da palmeira iuuauçu (*Manicaria saxifera*); em Manacapuru, no rio Jaú e em outros lugares onde essas palmeiras são mais raras, utilizam-se os galhos de certas madeiras odoríferas, tais como a carapanaúba e a paracuúba.

Aceso o fogo, o operário toma uma grande colher de pau, semelhante a uma grande palmatória; mergulha-a várias vezes no balde, onde o

suco, que logo se transformará na borracha comercial, aparece como um creme espesso, e deixa-a exposta à ação da coluna de fumaça durante alguns instantes. A parte líquida se evapora imediatamente, e forma-se sobre a colher uma fina camada de goma-elástica. O operário repete a operação, obtendo assim camadas sucessivas, estratificações elásticas e regulares de uma certa espessura, e sem a mínima impureza. Quando obtém a quantidade desejada e determinada pelo uso, o operário corta a bola de borracha, no ápice, com uma faca de lâmina molhada, dá dois cortes nos lados, para soltar a colher, e retira assim a placa espessa de borracha coagulada; em seguida, essa borracha é exposta ao sol, quando toma a coloração escura e assim permanece até chegar aos mercados.

Se o trabalhador executou seu trabalho conscienciosamente, a borracha que acabou de produzir não contém qualquer matéria estranha, e constitui a qualidade fina. Se o produto não for inteiramente puro, a qualidade será meio fina. Os resíduos são chamados de sernambi.

Certas espécies não podem ser trabalhadas dessa maneira, já que a árvore, após a incisão, seria atacada por certas pragas e viria a morrer. É preciso abatê-la e recolher o suco em um canal de cipó onde coagula e se transforma em caucho, de qualidade inferior e que só é explorado na Amazônia incidentalmente. O Amazonas faz questão de produzir qualidades superiores.

Todos esses processos, como se vê, são bastante simples. É mais fácil obter borracha que fabricar manteiga e queijos. Uma criança pode praticar essa indústria rudimentar.

Nos últimos tempos, pensou-se em aproveitar não somente o suco leitoso da seringueira, mas também suas folhas, das quais pode-se extrair uma matéria maleável com propriedades análogas às da borracha. Uma companhia inglesa, que já explora a guta-percha por esse processo de manipulação das folhas, processa experiências que, se obtiverem êxito, transformarão completamente a indústria.

De qualquer modo, não duvidamos que logo se conseguirá secar convenientemente e depurar o produto *in loco*. Por que não se fundariam usinas nas proximidades dessa matéria-prima, para manufaturá-la? Mesmo explorando unicamente os mercados brasileiros, seu campo de atividade seria ainda bastante vasto. A borracha do Amazonas paga, na saída, direitos

em média de cerca de 20%. É necessário contar as despesas de embarque, seguro, transporte e desembarque no porto de chegada na Europa. Em alguns países, deve-se pagar ainda direitos de entrada. Depois, há o lucro dos intermediários. Uma vez manufaturada, deve pagar novos direitos, o porte e o seguro até o Brasil, que, depois de ter fornecido a matéria-prima, torna a comprá-la, transformada, com uma sobretarifa de 100%. A margem é bastante ampla para tentar os capitais europeus que quisessem implantar na região produtora.

Há quase quarenta anos, um certo senhor Strauss patenteou um sistema de coagulação dissolvendo a pedra-pome (*sulfato duplo de potássio e alumínio*). O governo brasileiro comprou a patente e colocou-a no domínio público. A borracha assim obtida tem uma cor amarelada. Em 1883, o senhor Macedo Bentes, do Pará, apresentou amostras de borracha preparada por um processo por ele patenteado. Tivemos a ocasião de ver essas amostras, que pareciam ter resolvido um problema tríplice: expulsão da umidade, que aumenta inutilmente o peso da goma-elástica; ausência de matérias estranhas, que diminuem o valor comercial do produto; facilidade de transporte, já que essa borracha era preparada em forma de folhas de 0.06mm de espessura. Nós mesmos, obtivemos um diploma de honra na exposição universal da Antuérpia, em 1885, como introdutores do sistema. Desde então ele foi quase inteiramente abandonado, temendo os fabricantes que esse modo de preparação tirasse da borracha uma parte de sua elasticidade.

A borracha é, como se sabe, um corpo mole, flexível e elástico, a uma temperatura de 10 graus. Abaixo de zero, perde a elasticidade e torna-se dura, sem ficar quebradiça ou pulverulenta. Diz-se, então, que está gelada. Tem a imensa vantagem de ser impermeável à água e quase inalterável ao ar.

Quando não defumada, como vimos, apresenta-se sob uma forma branca e translúcida. Apertando-se uma contra a outra duas superfícies de borracha recém-cortadas, elas se soldam muito facilmente. Ela queima com uma chama brilhante e fuliginosa, de odor bem desagradável. Antigamente, os índios se serviam dela para a iluminação. Se for submetida a uma temperatura de 235 graus, derrete-se, e, destilada em vaso fechado, fornece de 88 a 92% de um óleo que contém diversos hidrocarbonetos.

A goma-elástica amolece e incha na água fervente, mas é insolúvel nesse líquido. Entretanto, é solúvel em essência de terebintina, na benzina, no petróleo purificado, no clorofórmio, e principalmente no sulfeto de carbono. Uma adição de álcool na solução de éter determina, quando se trata a borracha, um precipitado leitoso, análogo ao suco natural. Pode-se também conservar o suco leitoso durante muito tempo numa solução de terebintina.

Até agora, não se conseguiu tingi-la a não ser com a “orcaneta” e certos derivados de anilina.

A constituição química do suco leitoso que produz a borracha é bastante complexa, e se aproxima da composição das resinas e das essências. Apresenta, segundo Faraday, a seguinte composição

Borracha	31,70
Proteína vegetal	1,90
Ceras	Traços
Matéria nitrogenada, solúvel na água e insolúvel no álcool	7,13
Matéria solúvel na água e insolúvel no álcool	2,90
Água acidulada	56,37
TOTAL	100,00

Quanto à borracha propriamente dita, parece ser constituída por hidrocarbonetos que formam seu princípio imediato. Contém 87,2 de carboneto e 12,8 de hidrogênio. Sua densidade é igual a 0,925.

Trata-se aí de borracha em geral. A borracha da Amazônia, em particular, deve sua superioridade, não somente ao seu modo de preparação, mas ainda ao fato de ser superior às outras de toda proveniência por sua maior elasticidade, pela menor proporção de água e de substâncias diversas que contém, e pela menor perda que sofre na preparação, já que seu peso específico é o menor de todos.

Sua maior elasticidade é conhecida por todos os fabricantes.

A proporção de água e de substâncias diversas que contém não ultrapassa 68,30%, enquanto que a do *Ficus elastica*, por exemplo, é de 90,43%, de modo que o suco leitoso da seringueira amazonense contém 31,70% de borracha propriamente dita, o de *Ficus* só contém 9,57%.

Enfim, na preparação da matéria-prima bruta, a borracha amazonense só perde 12%, enquanto que a perda de todas as outras espécies oscila entre 17%, para as melhores qualidades de Luanda, e 35% para o Bornéu. Mesmo os resíduos da borracha do Amazonas, o sernambi, só perdem 25%, enquanto que a borracha de Madagascar perde 28% e a do Gabão 35%.

A borracha é má condutora de calor e não conduz de todo a eletricidade. O hidrogênio atravessa-a com dificuldade. O ácido nítrico e o sulfúrico atacam-na. Essas propriedades físico-químicas da borracha foram descobertas aos poucos e em muito contribuíram para alargar o campo de suas ampliações.

Os primeiros empregos da borracha limitavam-se, com efeito, a usos elementares: apagar traços feitos a lápis e limpar o papel. Foi só progressivamente que se teve a ideia de utilizar seus dois grandes atributos: a elasticidade e a impermeabilidade, sem falar, na escala de valores de parte negativa de má condução.

Desde 1785, Charles, o físico francês que foi o primeiro a aplicar o hidrogênio aos aeróstatos, recobriu seu aerostato com uma camada de borracha dissolvida em essência de terebintina. Desde 1790, começou-se a aplicá-la sobre tecidos e empregá-la na fabricação de molas. Em 1820, Nadler misturou finos filamentos de borracha na trama de tecidos. Em seguida, Mackintosh fabricou as famosas capas que levam seu nome, colando dois pedaços de fazenda por intermédio de uma camada de goma-elástica.

Estava aberto o campo. Desde então, o emprego desse material estendeu-se e vulgarizou-se consideravelmente. Hoje em dia, são fabricados com a borracha amazonense, tubos de gás para laboratório, tubos para irrigação, cordas, fios, placas, sondas empregadas em cirurgia, bolas e balões para crianças, vernizes para estampas e cartas geográficas, esponjas, tecidos elásticos – alças, ligas, cintas abdominais, meias para varizes, etc., tecidos impermeáveis, aparelhos salva-vidas e grande quantidade de outros objetos.

A borracha fornece igualmente alguns óleos. As pinturas em tela tornam-se inalteráveis e brilhantes pela aplicação de uma mistura dessa substância que produz, além disso, uma cola adesiva, conhecida pelo nome de cola marinha ou cola naval.

Um dos maiores progressos já realizados nesses ramos de indústria data de 1842. Dois ingleses, Broding e Hancock, descobriram então que a borracha, combinada com uma pequena quantidade de enxofre, adquire a propriedade de conservar sua elasticidade de modo igual e proporcional às diferentes temperaturas atmosféricas. Essa operação foi chamada de *vulcanização*.

Graças a aperfeiçoamentos ulteriores, introduzidos por Luderdorff, por Gérard, Parkes e muitos outros, obtém-se hoje recipientes impermeáveis à água, rolos de imprensa, tubos e mangueiras, tampões de estradas de ferro, cigarreiras, escovas de dentes, brinquedos de criança, porta-tabaco, calçados, almofadas, dentaduras, correias, joelheiras, rodela de sopapo, couro artificial e móveis diversos, sem falar de tapetes feitos de borracha vulcanizada, estofos diversos, bem como uma espécie de pergaminho. O uso da borracha nas rodas dos carros e a vulgarização da bicicleta em todos os países, desenvolveram o consumo da borracha de modo extraordinário durante os últimos anos.

Em 1897, o Reino Unido, sozinho, importou de todas as proveniências – América, África, e Polinésia – 15.000 toneladas de borracha, num valor de 5.000.000 de libras esterlinas ou 125.000.000 de francos, sendo Manchester o principal centro do consumo. Durante o mesmo ano, as indústrias alemãs absorveram 9.000 toneladas de borracha. Esses dois números dão uma ideia do desenvolvimento do consumo: cerca de 50.000 toneladas por ano.

Continuemos nosso histórico da utilização desse suco leitoso.

Em 1848, um americano do norte, Charles Goodyer, descobriu que, aumentando a proporção de enxofre, retira-se da borracha a sua elasticidade: estava inventada a borracha endurecida, batizada com o nome de vulcanite ou ebonite. A borracha, reduzida a uma massa, a uma temperatura de 150 graus, e misturada com um quinto de seu peso de enxofre, adquire, efetivamente, a dureza do ébano e um brilho surpreendente. Nessa forma, é empregada em móveis, molduras, maçanetas, coronhas de fuzil e de revólver, cabos de facas, etc.

Misturando à massa corantes minerais em pó, não suscetíveis de se sulfurar em contato com o enxofre, chega-se a produzir imitações extremamente variadas de mármore, ágatas e pedras preciosas.

Nessa marcha industrial, todo o vale do Amazonas se vê beneficiado pela renda de milhões que se estende também aos cofres-fortes dos fabricantes estrangeiros, na Inglaterra, Estados Unidos da América do Norte, França, Alemanha, Bélgica e outros países, já que é exportada do Brasil em estado bruto: é uma matéria-prima que o estrangeiro transforma e nos revende após a manufatura.

De 1825 a 1840, a borracha do Amazonas era preparada para a exportação sob a forma de sapatos grosseiros. Os compradores estrangeiros reclamam, e essa forma bizarra acabou por desaparecer por volta de 1855. Hoje, a borracha é expedida em folhas sob a forma de grandes bolas ovais, e é classificada, nas regiões de produção, em quatro categorias principais: fina, entrefina, sernambi e caucho.

Essas quatro categorias alcançam preços diversos. Há menos de três quartos de século, isto é, desde 1825, aumentaram na proporção de 300 para 3.100; os preços da borracha amazonense obtêm sempre uma cotação muito mais elevada que os das provenientes de outros lugares. Esta superioridade da borracha da Amazônia sobre a dos outros países da América e mesmo das Índias, da África e da Oceania é devida às causas expostas mais acima.

No mercado de Manaus, como os direitos de saída devem ser recebidos *ad valorem*, segundo o valor muito variável do produto, uma comissão é encarregada de estabelecer a cota de cada semana, e para isso, se conduz segundo pesquisas colhidas nas grandes casas de exportação, isto é, segundo as informações dos interessados. Essa cotação semanal estabelece o preço de cada uma das quatro categorias, e as diferenças entre cada uma dessas quatro qualidades variam enormemente. Em junho de 1895, por exemplo, entre a borracha fina ou de primeira qualidade e o sernambi, ou borracha de última qualidade, ia até 41 ou 42%. Em março de 1896, a diferença entre os preços da borracha de primeira, terceira e quarta eram respectivamente de 32,25% e de mais de 52,5%. Pelo contrário, a diferença entre o preço da borracha de primeira e segunda é sempre pequena, e oscila entre 5 e 8%.

Eis os preços da borracha fina em Manaus: em março de 1896, 6.200 réis o quilo; em março de 1897, 7.000 réis; em março de 1898, 9.350 réis; e em janeiro de 1899, 10.000 réis. Vejamos a cotação, em Manaus, aos 11 de janeiro de 1899, por quilo:

Fina.....	10.000 réis
Entrefina.....	9.000 réis
Sernambi.....	7.000 réis
Caucho.....	6.500 réis

Nos mercados ingleses, a primeira qualidade, denominada fina Pará Rubber, era cotada, no início de 1898, a 3s.7d. por libra. Os preços subiram gradualmente, de modo que em julho estavam a 4s. 5d. por libra. No fim do ano, estavam em 4 s. ld. Mas, de 1º a 10 de fevereiro de 1899, a cotação nos mercados ingleses era a seguinte, por libra:

Pará fine	4 s. 2 d. a 4 s. 2 d. ½
Negrohead (sernambi)	3 s. 7 d. a 3 s. 8 d. ½
Colombiana	3 s. 4 d. a 3 s. 9 d.
Equador	3 s. 0 d. a 3 s. 8 d.
América Central	1 s. 10 d. a 3 s. 9 d.

Na praça do Pará, eis as cotações médias e as cotações extremas durante os cinco últimos anos:

COTAÇÕES MÉDIAS DA BORRACHA NA PRAÇA DO PARÁ
De 1893 a 1898, em réis papel.

Anos	Borracha Fina	Sernambi ou Negrohead
1893-94	de 4,951 a 5.142 réis	de 2.911 a 3.254 réis
1894-95	de 5.345 a 5.719 réis	de 3.271 a 3.649 réis
1895-96	de 5.959 a 6.428 réis	de 3.962 a 3.372 réis
1896-97	de 7.401 a 7.870 réis	de 3.811 a 4.331 réis
1897-98	de 9.546 a 10.422 réis	de 5.502 a 6.030 réis

COTAÇÕES EXTREMAS DA BORRACHA NA PRAÇA DO PARÁ
De 1893 a 1898, em réis papel.

Anos	Borracha Fina	Sernambi ou Negrohead
1893-94	+ 5.755 réis – 4.125 réis	+ 3.069 réis – 1.976 réis
1894-95	+ 6.468 réis – 4.506 réis	+ 4.193 réis – 2.312 réis
1895-96	+ 7.925 réis – 4.975 réis	+ 4.134 réis – 2.577 réis
1896-97	+ 8.812 réis – 6.150 réis	+ 5.925 réis – 3.056 réis
1897-98	+ 12.970 réis – 8.150 réis	+ 8.270 réis – 4.043 réis

Na Europa, os três principais mercados de borracha são no momento Londres, Antuérpia e Hamburgo. Gênova se tornará sem dúvida, um entreposto destinado a servir a Itália, a Áustria e a Suíça, se a Ligure Brasileira encontrar junto aos governos do Pará e do Amazonas o apoio que merece. O comércio francês se preocupa igualmente, a justo título, em possuir um mercado nacional no Havre, se bem que prefira as borrachas de proveniência francesa. Com essa finalidade, o governo francês pensa em gravar de um direito diferencial as borrachas destinadas ao mercado estrangeiro, na saída de cada colônia.

Ao mesmo tempo, as diversas metrópoles europeias fazem esforços para aclimatar em suas colônias de clima quente diversas espécies da seringueira brasileira. O *Jornal Oficial* da África Ocidental, de 16 de fevereiro de 1899, dá as seguintes notícias sobre as tentativas feitas no círculo de Dakar-Thiès, com o Ceará ou Manihot Glaziovii: “O Ceará se multiplica por sementeira ou estacas. No jardim da Missão se encontram várias plantas vigorosas provenientes de estacas. No jardim da Residência há 260 jovens cearás provindos de sementeira feita em julho e agosto últimos. Em Toul, se encontram cerca de trinta, muito bonitos. Quase vinte outros estão sendo experimentados perto da escola.” O senhor Eugéne Poisson, encarregado de missão do governo, anunciou¹¹⁶ que tinha expedido para a França 150.000 sementes de *Hevea* do Amazonas, para serem cultivadas nas colônias.

A exploração da borracha não é feita do mesmo modo em todo o vale do Amazonas; os costumes variam um pouco de um rio para outro. No Purus, por exemplo, que se encontra entre os rios que produzem maior quantidade de borracha, o proprietário das terras manda demarcá-las às suas próprias custas, instala as barracas e casas de habitação, transporta os operários, também às suas próprias custas, até o seringal, e estas exploram as árvores e recolhem o látex, guardando 50% de produto recolhido. É verdade que o proprietário aumenta seu lucro fornecendo aos operários tudo aquilo de que necessitam: roupas, calçados, alimentos, bebidas, etc. Só ele lhes vende essas mercadorias no lugar; ele espera, para receber dos operários, o produto da colheita da

116 *La Nature*, n° de 25 de fev. e de 4 de março, Paris, 1899.

borracha, debitando-o em seus livros. Tem um lucro de 10 a 15% sobre as mercadorias vendidas; alguns lucram ainda mais, de modo que, sobre a colheita total, o proprietário, vendendo todas as mercadorias mencionadas, só recebe 60 a 75%.

Na praça de Manaus, todos os negócios se efetuam à vista. O proprietário chega com sua carga: esta é classificada, segundo as 4 categorias mencionadas – fina, entrefina, sernambi, caucho; – é pesada e paga à vista. É somente então que o proprietário faz suas contas com os operários de sua exploração e embolsa o custo das mercadorias vendidas no intervalo de duas colheitas.

Esse sistema, por mais estranho que pareça, não deve ser dos piores, já que permitiu que a produção se elevasse constantemente.

De 1858 a 1862, durante um período de cinco anos, o Amazonas exportou 67.888, ½ arrobas de borracha, ou seja, 997.380 quilos.

De 1876 a 80-81, terceiro período de cinco anos, a quantidade exportada elevou-se a 12.280.532 quilos.

Mas, foi principalmente durante esses últimos nove anos que a exportação dessa matéria-prima preciosa se desenvolveu surpreendentemente, e, se bem que a produção tenha aumentado extraordinariamente, os preços não pararam de subir.

EXPORTAÇÃO DA BORRACHA DO AMAZONAS
(Apenas do Porto de Manaus)

Período de 3 anos	Quantidades em quilos	Aumento	Valor oficial em contos	Aumento
De 1887 a 1889	9.511.994	43.136
De 1890 a 1892	11.272.954	1.760.060	56.835	13.699
De 1893-94 a 1895-6	27.671.456	16.398.502	146.523	89.688

Em nove anos, a quantidade exportada triplicou, e o valor oficial mais que dobrou.

Esses números precisam ser estudados mais de perto.

Com efeito, a borracha exportada pelo porto de Manaus, decompõe-se da seguinte forma:

- 1° – Borracha exportada com destino a outros portos brasileiros e principalmente para o Pará, submetida a 21% de direitos *ad valorem*¹¹⁷;
- 2° – Borracha exportada diretamente do Amazonas para o estrangeiro, sem passar pelo entreposto do Pará, e pagando somente 18,5% *ad valorem*, sendo que 2,5% são destinados a favorecer a exportação direta do Amazonas para os portos de além-mar, sem o Pará como intermediário;
- 3° – Borracha exportada diretamente para o estrangeiro, proveniente do rio Abuná e seus afluentes, 10% menos que a borracha de outras proveniências;
- 4° – Borracha proveniente da margem brasileira do Javali, que até o ano de 1897 pagava apenas 8% *ad valorem*, com a finalidade de desencorajar o contrabando que se pratica de uma margem para outra, já que, como se sabe, a margem direita desse rio pertence ao Peru;
- 5° – Finalmente, borracha proveniente das repúblicas limítrofes (Bolívia, Peru, Venezuela, etc.) e passando pelos portos do Amazonas sem pagar nenhum direito de trânsito. Essa última categoria não traz nenhuma contribuição aos cofres do Estado, embora se tenha a certeza de que parte dessa borracha é desnacionalizada, a fim de escapar aos impostos de saída.

Durante o ano de 1893, sobre o qual possuímos números oficiais minuciosos, eis qual foi a repartição dessas diversas categorias:

	Quantidade em quilos
1° Exportação direta de Manaus para o estrangeiro	4.049.317
2° Exportação pelo entreposto do Pará.	5.496.668

Assim, durante aquele ano, saíram do principal porto do Amazonas, ao todo, 9.545.985 quilos, num valor oficial de 46.563 contos ou

¹¹⁷ Lei n° 222 de 16 de abril de 1898, sobre a Receita e Despesa do Estado, Manaus, Imprensa Oficial, 1898.

milhões de réis. Nesses números não figura a exportação das repúblicas limítrofes.

Mais ainda: enquanto a produção aumenta a olhos vistos ao longo de todos os rios, o contrabando diminui miraculosamente na margem brasileira do Javali. Durante o 1º semestre de 1896, a produção dessa proveniência tinha sido de 424.332 quilos, num valor oficial de 2.392 contos. Ora, durante o período correspondente de 1897, não ultrapassou 112.649 quilos, num valor oficial de 825 contos. Urge pôr um fim nessas fraudes vergonhosas, que durarão enquanto o governo federal não assinar novos tratados de comércio com as repúblicas vizinhas.

Em 1882, quando dávamos para as duas províncias – hoje Estados – do Amazonas e do Pará, conjuntamente um a exportação de 13.800.000 quilos, o sábio Sr. Émile Levasseur pareceu pôr em dúvida esses números, que não lhe pareciam proporcionais à população escassa das duas províncias. Ele pôde constatar agora, que só o Amazonas exporta perto de 10 milhões de quilos por ano.

Com efeito, eis aqui, para o ano de 1892, a proveniência dos 9.371.111 quilos de borracha entrados no porto de Manaus para serem exportados, sendo que esses números não compreendem as proveniências das Repúblicas limítrofes, passadas em trânsito, mas unicamente a borracha amazonense-brasileira:

1. Do rio Purus.....	3.459.455kg
2. Do rio Juruá.....	2.087.817kg
3. Do rio Madeira.....	1.579.571kg
4. Do rio Javari (lado bras.).....	1.032.849kg
5. Do rio Solimões.....	949.511kg
6. Do rio Negro.....	221.930kG
7. Do rio Jutá.....	56.083kg
8. Do rio Amazonas.....	3.895kg
Total.....	9.371.111kg

Esse número, que tende, aliás, a aumentar rapidamente a cada ano, corresponde, para uma população de 147.915 almas, a uma produção de 63,35kg por habitante. Essa exportação tinha, no local, um valor oficial de 433.529 contos ou milhões de réis. Ora, mantido o câmbio, durante

aquele ano, a uma média de 12 d. por 1\$000 réis papel, essa exportação representaria ao todo 2.176.450 \$ (símbolo não encontrado; página 140), ou a um câmbio de 25 fr. 10 por libra esterlina, 54.628,905 francos, resultando em média de quase 370 francos por habitante.

Essa média de produção por habitante aparecerá melhor se a compararmos com a dos países independentes e das colônias vizinhas do Estado do Amazonas, fazendo notar que, para esse estado, apenas consideramos a exportação de um único produto – a borracha –, enquanto que para os outros englobamos a exportação inteira de todos os produtos e de todas as mercadorias.

Nome do País	População	Montante da exportação em francos	Valor da exportação <i>per capita</i> em francos	Comparação com o Estado do Amazonas
Venezuela ¹¹⁸	2.323.527 habs.	86.420.615 fr.	37 fr.	Menos 333 fr/hab
Bolívia ¹¹⁹	1.189.800 habs.	67.298.400 fr.	56 fr.	Menos 314 fr/hab
Colômbia ¹²⁰	3.320.530 habs.	59.817.730 fr.	18 fr.	Menos 352 fr/hab
Est. Amazonas ¹²¹	147.915 habs.	54.628.905 fr.	370 fr.
Peru ¹²²	2.629.663 habs.	38.597.520 fr.	14 fr.	Menos 536 fr/hab
Equador ¹²³	1.202.200 habs.	36.759.00 fr.	30 fr.	Menos 340 fr/hab
Guiana Brit. ¹²⁴	278.328 habs.	31.702.100 fr.	113 fr.	Menos 257 fr/hab
Suriname ¹²⁵	66.037 habs.			

Esses dados revelam sob um aspecto inteiramente favorável, a vitalidade produtiva do País das Amazonas.

Esse fenômeno econômico surpreenderá ainda mais se se levar em conta que não depende de todo, do elemento estrangeiro, representado no Estado por um pequeno número de homens que praticam prin-

118 Em bolívares, o bolívar a 1 franco.

119 Em bolivianos, o boliviano a 3 fr. 12.

120 Em pesos, o peso a 5 francos.

121 Em réis, o mil-réis a 12 pence, segundo o câmbio médio de 1892.

122 Em soles, o sol a 3 fr. 12.

123 Em sucres, o sucre a 5 francos.

124 Em libras esterlinas, a libra esterlina a 25 fr. 10.

125 Dados insuficientes. Em 1892, a Guiana Holandesa acusou um déficit de 435.132 florins holandeses.

principalmente comércio. São apenas os brasileiros – os indígenas do Estado ou migrantes de outras regiões do Brasil, principalmente do Ceará – que contribuíram para esse espantoso resultado. O trabalho escravo nunca entrou nessa produção. Na época em que a maldita instituição ainda existia, o Amazonas contava apenas com cerca de mil escravos, aliás, libertados em 10 de julho de 1884, quatro anos antes que a abolição total fosse decretada no Brasil, e todos os distritos produtores de borracha reunidos não possuíam nem mesmo 500 escravos, empregados quase todos, aliás, no serviço doméstico e também na extração de produtos florestais. Em todos os municípios do rio Solimões, entre os demais, o maior produtor de borracha e incontestavelmente grande fornecedor da maior quantidade de cacau e de peixe seco, não havia, antes da Abolição, mais de 51 escravos.

Os números já citados merecem que paremos um instante e prestemos um pouco de atenção à sua eloquência.

Vimos, pois, em dez anos, de 1858 a 1868, a produção da borracha se desenvolver em uma proporção extraordinária, sem a ajuda da imigração estrangeira, e a exportação atingiu, durante o citado período, 4.363.228 quilos. Por mais excepcional que fosse essa progressão decenal, era apenas, por assim dizer, o prenúncio de uma produção ainda mais excepcional. Com efeito, a exportação de um único ano fiscal, o de 1881-82, quase igualou-a em quantidade, e, graças à alta dos preços, ultrapassou-a em mais do dobro, em valor.

Mas, deixemos de lado a produção de há trinta anos. Consideremos anos mais próximos de nós. Se possível, constatamos que os mesmos fenômenos são ainda mais característicos.

Assim, o valor oficial da borracha exportada durante os dois anos fiscais de 1877-78 e 1878-79, anos dos mais prósperos, foi de 6.610 contos.

Ora, o valor oficial do mesmo produto exportado durante um único semestre do ano de 1882-83 ultrapassou o total do valor dos outros dois anos reunidos, numa soma de quase 360 contos.

Isso era apenas, apesar de tudo, um brilhante começo.

Os três quadros abaixo irão constatar de forma mais clara o desenvolvimento dos últimos anos.

O primeiro desses quadros nos apresenta a exportação feita diretamente de Manaus para o estrangeiro, sem passar pelo porto do Pará.

O segundo dá o valor oficial dessa exportação direta.

O terceiro, enfim, mostra a exportação total operada pelo porto de Manaus e compreende todas as destinações.

I

Exportação de borracha do porto de Manaus diretamente ao estrangeiro (em toneladas)

Em 1880	374
Em 1881	307
Em 1882	430
Em 1883	665
Em 1884	1.013
Em 1885	1.462
Em 1886	1.574
Em 1887	1.688
Em 1888	141
Em 1889	3.255
Em 1890	3.693
Em 1891	3.991
Em 1892	3.812
Em 1893	4.745
Em 1894	3.753
Em 1895	5.433
Em 1896	6.827
Em 1897 (1° semestre 4.285)	4.285

Basta olhar esse quadro para constatar até que ponto o porto de Manaus desenvolveu seu comércio direto com a Europa e os Estados Unidos, libertando-se cada vez mais da ação intermediária do porto do Pará.

Se, ao invés de considerar o ano civil, examinarmos os números do ano fiscal, verificamos que o porto de Manaus exportou diretamente para o estrangeiro:

3.647.795 quilos de borracha em 1894-5 contra 4.347.606 para o Pará.

4.745.686 quilos de borracha em 1895-6 contra 3.996.560 para o Pará.

De modo que, desde 1895-6, sua exportação direta tornou-se superior à exportação por grande cabotagem.

O quadro seguinte fará ressaltar melhor, aliás, o desenvolvimento da exportação direta do porto de Manaus às portas do estrangeiro:

II

Valor oficial da exportação da borracha do Estado do Amazonas expedida diretamente de Manaus, à destinação do estrangeiro, em contos ou milhões de réis.

Anos	Valor oficial	Média anual	Aumento
1897-70	0,8		
1872-73	28		
1873-74	95	70,7	
1876-77	75		
1877-78	25,4		
1878-79	41,9		
1879-80	942	870,4	
1880-81	1.174		
1881-82	1.563		799,7
1882-83	2.290		
1883-84	2.517		
1884-85	2.637	3.170,6	
1885-86	3.275		
1886-87	5.134		2.300,2
1888	3.390		
1889	4.958		
1890	7.304	7.039,8	
1891	6.872		
1892	12.675		3.896,2
Período de apenas três anos			
1893	19.731,2		
1895	23.803	25.882,06	
1896	33.112		22.012,06

III
Exportação total por Manaus

1. Exportação total de borracha do Estado do Amazonas.	7.928.382
Dos quais.	
A – Por grande cabotagem.	4.643.732 quilos
B – Por longo curso.	3.284.640 quilos
2. Valor oficial da borracha exportada, em milhões de réis.	30.594 contos
3. Montante dos impostos percebidos pelo Estado, sobre essa exportação.	5.338 contos

1893

1. Exportação total da borracha do Estado do Amazonas.	9.590.958 k.
Diferença entre a exportação de 1893 e a precedente.	+1.662.613 k.
A – Exportação por grande cabotagem.	5.496.668 quilos
Diferença em relação ao ano precedente.	+852.936 quilos
B – Exportação de longo curso.	4.049.317 quilos
Diferença em relação ao ano precedente.	+809.677 quilos
2. Valor oficial da borracha exportada, em milhões de réis.	46.563 contos
Diferença em relação ao ano precedente.	+15.969 contos
3. Montante dos impostos percebidos pelo Estado sobre essa exportação.	7.280 contos
Diferença em relação ao ano precedente.	+1.942 contos

1894

1. Exportação total de borracha do Estado do Amazonas.	8.639.519 k.
Diferença sobre a exportação de 1894 e a precedente.	-951.466 k.
A – Exportação por grande cabotagem.	5.117.952 k.
Diferença em relação ao ano anterior.	-378.716 k.
B – Exportação de longo curso.	3.521.567 k.
Diferença em relação ao ano anterior.	-572.750 k.
2. Valor oficial da borracha exportada, em milhões de réis.	52.547 contos
Diferença em relação ao ano precedente.	-4.016 contos
3. Montante dos impostos percebidos pelo estado sobre essa exportação.	7.603 contos
Diferença em relação ao ano anterior ¹²⁶	+323 contos

126 Se bem que a exportação em 1894 tenha sido inferior em quase um milhão de quilos à de 1893, o montante dos impostos cobrados pelo estado foi superior em 232 contos de réis ao do ano precedente, porque o imposto é percebido *ad valorem* e o preço da borracha estava em alta. Portanto, por uma quantidade menor de borracha, percebeu-se maior proporção de impostos.

1895

1. Exportação total de borracha do Estado do Amazonas.	9.170.975 quilos
Diferença entre a exportação de 1895 e a precedente.	+531.456 quilos
A – Exportação por grande cabotagem.	4.684.435 quilos
Diferença em relação ao ano anterior.	-434.517 quilos
B – Exportação de longo curso.	4.487.540 quilos
Diferença em relação ao ano anterior.	-965.973 quilos
2. Valor oficial da borracha exportada, em milhões de réis.	50.298 contos
Diferença em relação ao ano anterior.	+7.751 contos
3. Montante dos impostos percebidos pelo Estado sobre essa exportação.	8.843 contos
Diferença em relação ao ano anterior.	+1.240 contos

1896

1. Exportação total de borracha do Estado do Amazonas.	9.113.515 k
Diferença entre a exportação de 1896 e a precedente.	-57.420 k
A – Exportação por grande cabotagem.	3.567.766 k
Diferença em relação ao ano precedente.	-1.115.669 k
B – Exportação de longo curso.	5.545.751 k
Diferença em relação ao ano precedente.	+1.058.211 k
2. Valor oficial da borracha exportada, em milhões de réis.	62.502 contos
Diferença em relação ao ano precedente.	+12.204 contos
3. Montante dos impostos percebidos pelo Estado sobre essa exportação.	11.327 contos
Diferença em relação ao ano anterior.	+2.284 contos

Toda essa exportação é realizada principalmente por 16 casas de comissão estabelecidas em Manaus, cujos nomes passamos a citar, juntamente com as quantidades de borracha por elas expedidas para a Europa e Estados Unidos, de 1º de julho de 1869 a 30 de junho de 1897, isto é, durante o ano fiscal 1896-1897:

1. Prusse, Pussinelli e Cia.	1.847.541 quilos
2. Wit e Cia.	1.240.957 quilos
3. Rud Ziets.	526.368 quilos
4. Adekbert H. Alden.	501.533 quilos
5. Brocklehurst e Cia.	465.928 quilos
6. Marius e Lévy.	412.966 quilos
7. Melo e Cia.	334.663 quilos

8. J. H. Andersen, sucessores	290.707 quilos
9. B. A. Antunes e Cia	223.515 quilos
10. Lajeunesse e Cia	151.229 quilos
11. Kahn, Polack e Cia	185.288 quilos
12. Sears e Cia	135.720 quilos
13. J. A. Freitas	120.613 quilos
14. Aranjó Rozas e Cia	68.434 quilos
15. A. Berneaud e Cia	70.570 quilos
16. Louis Schill et Neveux	48.129 quilos

Se acrescentarmos, aos 6.324.163 quilos enviados para o estrangeiro em 1896-97 por essas 16 casas, 737.405 quilos expedidos por várias outras, menos importantes sob esse ponto de vista, teremos para aquele ano, uma exportação para o exterior de 7.360.568 quilos, superior, em 2.873.028 quilos, à do ano de 1895.

Não podemos nos impedir de sentir algum orgulho citando esses números, quando nos lembramos da história da borracha. O mundo civilizado ouviu falar do produto, pela primeira vez em 28 de abril de 1745, na famosa sessão de reabertura da Academia de Ciências, onde De La Condamine, membro da mesma Academia, leu seu “Relatório abreviado de uma viagem feita no interior da América meridional, desde a costa do mar do Sul até as costas do Brasil e da Guiana, descendo o Rio das Amazonas”. Ele assim dizia¹²⁷:

“A resina chamada cahuchu¹²⁸ nas terras da Província de Quito, próximas do mar, é também muito comum nas margens do Marañón... Quando fresca, toma a forma desejada por meio de formas; é impenetrável à chuva, mas o que a torna mais notável, é sua grande elasticidade. Com ela fabricam-se garrafas que não são frágeis, botas, bolas ocas achatadas quando comprimidas, e que cessada a compressão, tomam sua forma primitiva.

127 De La Condamine: “Relation, etc”, Paris, 1745, págs. 78 a 80, referindo-se ao relato de sua viagem de julho de 1743.

128 Pronunciado cau-chu, diz uma nota de De La Condamine. – Carl Friedrich Phil von Martius: *Wörterammlung Brasilianischer Sprachen*, Leipzig, 1867, pág. 391, diz: “Caú-uchu”, (Amazonas), siphoniae sp. gummi elasticum fundentes qui primi Omáguas ad conficiendos tugulos usi sunt.”

Os portugueses do Pará aprenderam com os omáguas¹²⁹ a fazer com o mesmo material bombas ou seringas que não necessitam de pistão: têm a forma de pernas ocas, com uma pequena abertura na extremidade, onde se adapta uma cânula. São cheias de água, e, apertando-as quando cheias, produzem um efeito de uma seringa comum. Esse objeto é muito usado entre os omáguas. Quando se reúnem para qualquer festejo, o dono da casa não deixa de oferecer uma, por polidez, a cada um dos convidados, e seu uso precede sempre, entre eles, à refeição de cerimônia.”

A bizarra descrição do sábio francês nos ajuda a compreender melhor o caminho percorrido desde um século e meio pelas bolas ocas por ele já referido. Elas contribuíram largamente para assegurar ao Estado do Amazonas um dos primeiros lugares entre os outros Estados da União Brasileira, e lhe fizeram embolsar, durante o exercício 1897-98 uma soma superior¹³⁰ à receita dos 37 anos durante os quais, sob o Império, ele viveu esperando humildemente os favores do poder central. Com efeito, segundo o Relatório apresentado pelo vice-governador em exercício, coronel José Ramalho, ao Congresso dos Representantes, a 10 de julho de 1898, essa receita foi de 21.426 contos de réis, enquanto que a receita percebida em 1852 – data da criação da Província – até 1889, data da proclamação da República Federativa foi somente de 21.325 contos.

129 Daí, evidentemente, o nome luso-brasileiro de seringa, dado à borracha. 163.

130 Mensagem, Imprensa oficial, Manaus, 1898, pág. 20.

.....

Capítulo VII

COMÉRCIO E NAVEGAÇÃO: – A NAVEGAÇÃO DO AMAZONAS ANTES DE 1853. – A COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO E COMÉRCIO DO AMAZONAS. THE AMAZON STEAM NAVIGATION CO, LIMITED. – LUCROS DAS DUAS COMPANHIAS. – MANAUS E PARÁ. – LEIS DE PROTEÇÃO ADOTADAS PELO AMAZONAS. – COMÉRCIO DE IMPORTAÇÃO. – COMÉRCIO DE EXPORTAÇÃO. – NAVEGAÇÃO DIRETA. – A RED CROSS LINE. – COMÉRCIO DO AMAZONAS COM AS REPÚBLICAS LIMÍTROFES. – LINHAS DE NAVEGAÇÃO PARA A EUROPA, AMÉRICA DO NORTE, AMÉRICA DO SUL, PORTOS BRASILEIROS E INTERIOR DO ESTADO. – DISTÂNCIAS DE MANAUS AOS ÚLTIMOS PORTOS DOS RIOS AMAZONAS, SOLIMÕES, MARANHÃO, NEGRO, JURUÁ, PURUS E MADEIRA.

VIMOS O QUE É A INDÚSTRIA no Estado do Amazonas, assinalamos os principais recursos de que se alimenta, seus progressos que se acentuam dia a dia, e o futuro certo que lhe é reservado. Tentamos, ao traçar um quadro exato da produção amazonense, e ao descrever outras fontes de lucro não exploradas, encorajar novos esforços e determinar os capitais europeus a se encaminharem para essa rica região.

É tempo agora de nos ocuparmos das transações comerciais, de indicar por quais meios de transporte se procedem as trocas de matéria-prima e de objetos manufaturados, e de dar a conhecer o estado atual do comércio de importação e de exportação no mais vasto dos Estados

da União Brasileira. Acrescentaremos a este capítulo a lista completa das linhas de navegação que servem a área estudada. Trataremos, pois, sucessivamente, das relações comerciais do Estado do Amazonas com seu vizinho, o Estado do Pará, cujo porto, Belém, foi até poucos anos atrás seu principal entreposto; das trocas com a Europa; do trânsito das repúblicas limítrofes, e das diversas linhas de navegação.

O Estado do Amazonas, como já dissemos, permaneceu isolado do resto do Brasil durante longos anos, mesmo após a proclamação da independência do país, como se sabe, data de 1822. Até 1853, enquanto a Europa já se encontrava em relações regulares com o Rio de Janeiro e os principais portos do litoral brasileiro, o Estado do Amazonas ainda não tinha sentido os efeitos benfazejos da navegação a vapor. As comunicações, pouco numerosas, efetuavam-se com grande dificuldade, por meio de barcos à vela (batelões), que subiam de Belém, capital do Pará, até Barra do Rio Negro, depois denominada Manaus, e que então se encontrava na dependência da província vizinha, da qual não passava de uma circunscrição administrativa, sob o nome de comarca.

Em 1851, quando essa comarca se constituiu em território independente do Pará com a denominação de província do Amazonas, as coisas ficaram no mesmo pé. Em vão alguns homens de iniciativa tiveram a ideia de subir o rio em barcos a vapor: preconceitos ultrapassados, leis sem fundamentos se opunham a todo espírito empreendedor e se erguiam na embocadura do Amazonas como os dragões da fábula, para proibir a entrada desse novo jardim das Hespéridas.

Em 1826, um barco a vapor dos Estados Unidos da América do Norte tinha tentado levar um carregamento de mercadorias ao Peru pela grande via fluvial do Amazonas. Não conseguiu. Naquele mesmo ano, e depois em 1837, 1838, 1839, 1840 e 1848, outras tentativas foram repetidas por elementos nacionais, sem maior sucesso.

Todos esses esforços, entretanto, não foram inúteis. Eles levaram ao governo central ceder em seu rigor, e, em 1854, Irineu Evangelista de Sousa, mais conhecido por seu título de visconde de Mauá, obteve o monopólio da navegação a vapor do primeiro rio do mundo. Esse feliz privilegiado, cuja iniciativa merece ainda hoje a gratidão dos filhos do Amazonas, era beneficiado, além disso, com subvenções elevadas e favores

excepcionas, justificáveis na época, mas, no momento, ao fim de quase meio século de exploração, não mais parecem ter razão de ser. Desde 1865, Agassiz era de opinião que se pusesse fim a esses favores.

Não importa, o obstáculo tinha sido derrubado, o primeiro passo tinha sido dado. Foi a partir desse ano de 1853 que as trocas com o Pará começaram realmente a tomar certa importância, se bem que o início fosse dos mais modestos.

A Companhia de Navegações e Comércio do Amazonas se estabeleceu no Rio, com um capital de 4.000 contos ou milhões de réis, e do decreto nº 1.055, de 20 de outubro de 1852 aprovou seus estatutos. Ao fim de cerca de vinte anos, ela operou em conjunto com The Amazon Steam Navigation Company, Limited, fundada em Londres, e cujos estatutos foram aprovados pelo governo brasileiro em 1874. Seu capital nominal, era de 625.000 \$ (símbolo não encontrado; página 148) (15.625.000 francos), dividido em 50 cotas ou ações de 12 \$ e 10 shillings (313,50 francos). Desde o primeiro ano, esta companhia incorporou à sua poderosa organização duas outras companhias igualmente subvencionadas pelo governo: a Companhia fluvial Paraense e a Companhia fluvial do Alto Amazonas.

Durante o primeiro período de 5 anos, de 1853 a 1857, a Companhia do Amazonas realizou uma receita de mais de 449 contos, tanto pelo frete de mercadorias, como pelo transporte de passageiros.

O progresso não cessou mais.

O segundo período quinquenal, de 1858 a 1862, acusava uma cifra de receita ultrapassando os 800 contos.

O terceiro período, de 1853 a 1867, rendeu mais de 2.000 contos.

De 1887 a 1891, em cinco anos, a Companhia faturou mais de 15.417 contos.

Hoje, ela está admiravelmente aparelhada. Possui 34 barcos a vapor, contando com um pessoal de bordo de 1.126 empregados, e serve 8 linhas de navegação regular do Estado do Amazonas.

Por esse movimento fluvial de uma só companhia, é fácil julgar a quantidade e o valor das mercadorias e dos produtos postos em circulação.

Graças à navegação a vapor, o comércio do Amazonas não tardou a mostrar importante desenvolvimento. Com efeito, o Amazonas exportou para o porto do Pará:

Em 1879-80, produtos num valor oficial de 6.440 contos.

Em 1882-83, produtos num valor oficial de 10.773 contos.

Em 1885-86, produtos num valor oficial de 13.300 contos.

A crescente prosperidade do porto de Manaus colocou-o logo em concorrência com o do Pará. Para melhor compreender esse antagonismo, que devia fatalmente eclodir mais cedo ou mais tarde entre esses dois centros comerciais, basta abrir um mapa e considerar a posição geográfica de cada um deles.

Pará, ou Belém, é favorecido pela natureza. Encontra-se na embocadura do Amazonas, como Saint-Nazaire na embocadura do Loire, e o Havre na embocadura do Sena. Do mesmo modo que Nantes e Rouen assistem ao declínio de seu comércio, enquanto aumenta o de Saint-Nazaire e do Havre, Manaus teria inevitavelmente sofrido o mesmo destino, se o Amazonas tivesse uma barra, se as marés não se fizessem sentir até a 600 milhas de Belém, se finalmente a embocadura imensa do rio não constituísse como um prolongamento do oceano e não formasse um verdadeiro braço de mar.

Durante longos anos, Manaus realizava todas suas transações pelo entreposto do Pará. Todos seus produtos florestais, para aí eram enviados; todos seus produtos de consumo. Pouco a pouco, nasceu-lhe uma louvável ambição. Quis libertar-se de um intermediário que lhe tinha sido útil, mas que agora se tornava oneroso. Já desde muito tempo, todos os esforços dos negociantes de Manaus tendiam para esse fim, quando a lei n° 385, de 14 de outubro de 1878 veio lhes proporcionar um começo de satisfação, estabelecendo uma diferença de 3% entre os direitos percebidos sobre a borracha amazonense exportada por intermédio do Pará e a remetida diretamente dos portos do Amazonas, com destino ao estrangeiro.

Para preparar essa libertação da tutela do estado vizinho, o Amazonas havia já adotado, desde 1874, um excelente meio prático: criou, nessa data, uma linha subvencionada que o colocava em relação

direta com os principais mercados europeus. Em 1882, estabeleceu uma outra linha, igualmente subvencionada em seu início, ligando-o diretamente aos Estados Unidos da América do Norte. Em seguida, em 1884, conseguiu a comunicação direta e imediata com o Rio de Janeiro e portos intermediários, subvencionando sua parte da linha nacional de barcos a vapor que, anteriormente, tinha Belém como ponto final. Finalmente, após ter ajudado por subvenções a dar existência a outras linhas de navegação para seus diversos rios, concedeu uma subvenção à linha italiana, que parte de Gênova, cujos magníficos vapores chegam até Manaus desde 1897.

O Pará, apesar das aparências contrárias, não deve se inquietar demais por essas tendências naturais de liberdade, que de modo nenhum vão empobrecê-lo, já que todas essas linhas estrangeiras fazem escala em Belém e contribuem, conseqüentemente, para o igual desenvolvimento de suas transações com o estrangeiro. O Pará possui, além do mais, elementos de vida e de prosperidade que tornam essa concorrência menos temível. Ele é amplamente autossuficiente, e pode abrir mão, sem perdas sensíveis, das contribuições comerciais de Manaus.

A rede de transportes marítimos e fluviais se encontrava, assim, completa. Manaus podia, sem entraves, negociar seus modestos recursos com a Europa, América do Norte, uma parte da África, repúblicas limítrofes e com o Brasil inteiro, tanto mais que, desde 1896, um cabo subfluvial liga-o a Belém e daí com o resto do mundo.

Restava atrair o comércio direto dos portos do Estado para os mercados estrangeiros, sem que os produtos exportados tivessem que passar pelo entreposto do Pará. Isto foi conseguido por uma série de medidas econômicas de onde se produziram os melhores resultados; já enumeramos algumas dessas medidas.

O governo local decretou que: os produtos exportados diretamente para os mercados estrangeiros pagariam direitos inferiores em 3% aos direitos pagos pelos mesmos produtos quando exportados pelo entreposto do Pará; a casa Brocklehurst, de Liverpool, que empreendeu a navegação direta de Liverpool a Manaus, e que possui uma casa de comércio em grosso nessa última, gozaria de vantagens especiais permitindo-lhe lutar contra toda concorrência.

Por sua atitude, o próprio Pará facilitou a realização dos planos de seu rival. Não soube tomar em tempo disposições liberais para conservar o monopólio do comércio amazonense. Os produtos exportados do Amazonas estavam sujeitos no Pará a ½% de taxa sobre seu valor oficial; a 5% e a 8 réis por quilo, para verificação do peso. Ora, esses produtos já saíam do mercado produtor gravados de taxas bastante altas. A borracha, por exemplo, pagava ao Amazonas 9% de direitos; o guaraná e o cacau eram taxados a 5%; o peixe seco e salgado, a 3%. Todos os outros produtos eram atingidos ainda mais pesadamente. Pagavam até 8% de seu valor, sem contar os 3% de direitos adicionais percebidos em favor da Companhia Inglesa de Navegação do Amazonas.

Hoje, de acordo com a lei nº122, de 10 de abril de 1898, os direitos de exportação estabelecidos pelo Estado assim se distribuem:

- borracha exportada para outros Estados da União Brasileira, 21%; borracha exportada diretamente para o estrangeiro, 18,5%; borracha proveniente do rio Abuná e de seus afluentes diretamente para o estrangeiro, 10% de menos que a taxa paga pela borracha de outras proveniências;

- castanha-do-pará, exportada diretamente para o estrangeiro, 10%; os mesmos artigos exportados para outros Estados do Brasil, 12%;

- cacau e guaraná exportados diretamente para o estrangeiro, 8%; os mesmos artigos exportados para outros Estados do Brasil, 12%;

- pirarucu e outros peixes, secos e salgados, para qualquer destino, 10%;

- outros produtos, para qualquer destino, 10%.

As taxas de saída aumentaram, pois, consideravelmente, sendo que o aumento da taxa da borracha foi de mais de cem por cento. O regime financeiro do Estado do Amazonas só poderá ganhar pela destaxação sucessiva e racional da maior parte dos produtos que acabamos de enumerar, principalmente os produzidos pela cultura sedentária, como é o caso do cacau.

Apesar de todos esses encargos, as importações e exportações do Estado não pararam de crescer em proporções notáveis. É de se acreditar que para certos produtos os resultados seriam ainda bem superiores, se as transações não fossem entravadas pelas exigências do fisco.

O quadro seguinte dará uma ideia exata do movimento comercial do Estado do Amazonas:

Importação da Província do Amazonas
por cabotagem e longo curso.

Anos fiscais	Grande cabotagem (em contos)	Longo curso (em contos)	Total (em contos)
1876-77	1.641	190	1.831
1880-81	1.909	673	2.582
1881-82	3.133	746	3.879
1882-83	5.220	1.099	6.319
1883-84	4.592	1.495	6.067
1884-85	3.780	1.061	4.841
1885-86	5.236	1.040	6.276
1886-87	5.095	1.270	6.365

Desde que o novo regime assegurou a autonomia dos estados, tornou-se muito difícil de obter dados recentes sobre as importações, cujos direitos são impostos pela União Federal e percebidos por suas alfândegas em seu próprio proveito, ficando apenas os direitos de exportação da competência de cada Estado.

Entretanto, temos um índice certo do progresso das importações do Estado do Amazonas: é o crescimento constante da receita de suas alfândegas, receitas como acabamos de dizer, todas recolhidas ao Tesouro da União Federal.

Durante os quatro anos de governo de Prudente de Moraes (1894-98), as alfândegas brasileiras viram suas receitas decrescerem de modo alarmante. Segundo um documento oficial, as receitas do primeiro trimestre do ano de 1897 foram inferiores em mais de 19.559 contos em relação às receitas do período análogo de 1895. O decréscimo atingiu a quase 100% para algumas alfândegas, como as de Parnaíba e de Vitória. A do Rio de Janeiro sofreu um decréscimo de quase 32% no período correspondente de 1896. Apenas oito alfândegas tiveram um aumento de receita, e, entre essas 8 privilegiadas, a alfândega de Manaus figura como um aumento de quase 3% (exatamente 2,76%).

Apresentamos a seguir a receita das alfândegas brasileiras em 1898, e poderemos ver qual o lugar ocupado entre elas pela alfândega de Manaus:

1. Distrito Federal (Rio de Janeiro).....	86.774 contos
2. Santos.....	39.866 contos
3. Bahia.....	23.006 contos
4. Recife.....	22.916 contos
5. Belém (Pará).....	22.261 contos
6. Rio Grande do Sul.....	15.591 contos
7. Manaus.....	6.698 contos
8. Fortaleza (Ceará).....	5.773 contos
9. Maranhão.....	4.861 contos
10. Porto Alegre.....	3.492 contos
11. Maceió.....	2.693 contos
12. Corumbá.....	1.891 contos
13. Paranaguá.....	1.699 contos
14. Aracaju.....	1.691 contos
15. Florianópolis.....	1.688 contos
16. Paraíba.....	1.330 contos
17. São Paulo.....	1.269 contos
18. Parnaíba.....	657 contos
19. Uruguaiana.....	599 contos
20. Vitória.....	541 contos
21. Natal.....	250 contos
22. Penedo.....	187 contos
23. Macaé.....	157 contos

A receita da alfândega de Manaus foi, portanto superior às receitas reunidas das oito alfândegas de Florianópolis, Paraíba, Parnaíba, Uruguaiana, Vitória, Natal, Penedo e Macaé.

Assim, não apenas os rendimentos aferidos pelos governos locais crescem constantemente, mas ainda a cota-parte do Amazonas, destinada à União Federal aumenta sempre. Entretanto, por uma dessas cegueiras unicamente capazes pelos governos em choques de ideias com o povo que administram, a alfândega de Manaus continua instalada na mesma barraca

arruinada onde funcionava quando não era ainda chamada a controlar um movimento de mercadorias, cifradas em milhões.

Durante o mesmo período, as exportações tomaram um desenvolvimento ainda mais considerável, como é fácil de constatar, examinando o quadro abaixo:

Exportação da Província do Amazonas
(valor oficial)

Anos fiscais	Valor em contos	Diferença em contos
1876-78	2.600	-
1880-81	7.343	+4.743
1881-82	10.342	+2.999
1882-83	13.064	+2.722
1883-84	12.877	-187
1884-85	13.058	+181
1885-86	16.576	+3.518
1886-87	14.635	-1.941

Mas foi principalmente a partir do momento em que o Amazonas adquiriu sua autonomia, que seus recursos se tornaram ao mesmo tempo maiores e mais regulares; eis aqui, efetivamente, os números de sua exportação, em valor oficial, desde 1892.

Exportação do Estado do Amazonas
(valor oficial)

Anos	Valor em contos	Diferença em contos
1892	31.232	-
1893	48.489	+17.256
1894	44.836	-3.653
1895	51.995	+7.159
1896	64.608	+12.613
1897-98 (result. provisórios)	90.000	+25.392

Em três anos, o valor da exportação triplicou. Mesmo calculando esses valores ao câmbio, excessivamente baixo de 7 d. (pence) por 1.000 réis, o valor oficial da exportação, no local, ainda seria, em 1897-98, de 70.593.750 francos.

Pode-se ver que em 1876-77, o valor oficial da exportação do Amazonas era de apenas 2.600 contos, em 1886-87 já atingia 14.635 contos, e, dez anos após, elevava-se a quase 90.000 contos.

Não devemos deixar de insistir sobre essas progressões do comércio amazonense: elas provam que certos países da América do Sul, muito pouco conhecidos pela Europa, oferecem exemplos de prosperidade apenas reconhecidos nos Estados Unidos da América do Norte, e são próprias para solicitar os empreendimentos comerciais do Velho Mundo.

O comércio direto do Amazonas com o estrangeiro é de data muito recente, já pela produção de todos os seus frutos. Com efeito, esse comércio data de 1874, e já ultrapassa todas as esperanças. Até então, as transações da praça de Manaus com o estrangeiro só se faziam por intermédio do porto do Pará.

Cabe à Dinamarca a honra de ter iniciado as primeiras relações com esse mercado. Aos 25 de março de 1874, um navio a vela, arvorando o pavilhão dinamarquês e pesando apenas 263 toneladas, fazia sua entrada no porto da capital, vindo de Hamburgo. Estava dado o primeiro impulso, e, aos 30 de abril, um pequeno barco a vapor, de pavilhão inglês, chegava de Liverpool e inaugurava a navegação subvencionada, cujo promotor foi Brito de Amorim, um português.

Desde então, as relações de Manaus com Liverpool, Le Havre e Lisboa seguiram marcha normal, graças ao serviço de navegação regular estabelecido em 1877 pela Red Cross Line, de propriedade de Singlehurst, Brocklehurst e Cia.

Durante os seis primeiros anos, eis os produtos que os vapores dessa linha carregaram de Manaus para a Europa. O quadro abaixo só se refere à borracha transportada:

Borracha exportada diretamente de Manaus
pelos vapores de Red Cross Line

Anos	Para Liverpool	Para Le Havre	Total
1877	14.781 quilos	-	14.781 quilos
1878	238.303 quilos	15.415 quilos	253.718 quilos
1879	266.101 quilos	18.470 quilos	284.571 quilos

1880	370.899 quilos	10.413 quilos	387.312 quilos
1881	266.466 quilos	32.906 quilos	299.372 quilos
1882	389.915 quilos	38.672 quilos	428.587 quilos

Assim durante os seis primeiros anos, esta linha tinha transportado de Manaus à Europa, 1.668.341 quilos. Ora, durante apenas o primeiro semestre de 1897, ela trouxe para a Europa tanto quanto o transportado durante todos os anos anteriores reunidos. Com efeito, transportou 1.529.024 quilos de borracha, sem falar de 8.305 hectolitros de castanha-do-pará, 44.545 quilos de piaçava, 12.408 quilos de óleo de copaíba, 2.601 quilos de cacau, etc.

Quanto ao comércio do Estado do Amazonas com as repúblicas limítrofes, o quadro seguinte dará uma ideia suficiente.

Exportações das repúblicas limítrofes
em trânsito pelo Estado do Amazonas

Anos	Nomes das repúblicas	Quant. de borracha	Valor em contos
1880-81	Peru	196.517 quilos	-
	Bolívia	53.689 quilos	-
	Venezuela	4.345 quilos	-
1895-96	Peru	1.896.248 quilos	8.465 contos
	Bolívia	729.040 quilos	4.323 contos
	Venezuela	49.494 quilos	310 contos
1896-97(1º semestre)	Peru	479.756 quilos	2.298 contos
	Bolívia	355.736 quilos	2.606 contos
	Venezuela	99.147 quilos	47 contos

Constata-se facilmente, também, que o comércio de trânsito acusa uma ascensão contínua e rápida.

Completemos essas informações dando a lista das linhas de navegação do Amazonas: para a Europa, América do Norte, América do Sul, para os diversos portos do Brasil, e enfim, para os diferentes pontos do interior do estado.

LINHAS DE NAVEGAÇÃO A VAPOR

1. – Para a Europa e África:

A – Duas companhias de Liverpool – a Red Cross Line, tendo à sua frente Singlehust e Cia., e a Booth Steamship Cia. cujos administradores são os senhores Alfred Boot e Cia., – organizaram um serviço conjunto para a Amazônia. As duas companhias possuem, no conjunto, 22 vapores, deslocando de 3.498 toneladas (*Augustine*) a 1.611 toneladas (*Origem*). Esses últimos são quase exclusivamente destinados às mercadorias; são navios de carga, ou cargueiros.

De 10 em 10 dias, portanto três vezes por mês, um desses vapores deixa Liverpool com destino a Manaus, fazendo escala alternativamente em Hamburgo, Lisboa, Madeira, Pará e Le Havre, Porto, Madeira e Pará.

O serviço de bordo é excelente. Essas companhias não recebem, para esse serviço, nenhuma subvenção do Estado.

B – La Ligure Brasileira, que tem à sua frente o deputado italiano Gustavo Gavotti, faz uma viagem mensal de Gênova a Manaus, com escalas em Marselha, Barcelona, Tanger (Marrocos), Lisboa, Madeira, Pará, Santarém e Óbidos. Esta linha, inaugurada em outubro de 1897, recebe do Estado do Amazonas uma subvenção de 200 contos de réis, para colocá-lo em comunicação direta com a bacia do Mediterrâneo.

II – Para a América do Norte e as Antilhas:

As duas companhias inglesas de Liverpool, a Red Cross Line e a Booth Steamship Cia Limited, fazem um serviço combinado entre Nova York e Manaus, com partida de 20 em 20 dias, e com escalas em Barbados (Pequenas Antilhas) e Pará.

III – Para as repúblicas da América do Sul:

A – Para república do Peru:

1. As duas companhias inglesas de Liverpool, a Red Cross Line e a Booth Steamship Cia Limited, têm um serviço combinado que assegura, uma vez por mês, a navegação entre Manaus e Iquitos, no Peru.

2. A Companhia Inglesa do Amazonas tem um serviço mensal, subvencionado, que vai igualmente de Manaus a Iquitos, com escalas em Manacapuru, Codajás, Coari, Tefé, Fonte Boa, Tocantins, São Paulo d'Olivença e Tabatinga, do Brasil, em seguida, Loreto, Caballo Cocha, Pebas e Iquitos, no Peru. A distância entre Manaus e Iquitos é de 1.152 milhas.
3. A companhia Indústria Pastoril esta em vias de estabelecer uma linha regular de navegação a vapor, indo de Belém a Buenos Aires e tocando em Manaus.

B – Para as repúblicas da Colômbia, Bolívia, etc.:

Como veremos a seguir, diversas linhas de navegação a vapor fazem o serviço no território brasileiro, assegurando comunicações, mais ou menos regulares, com as repúblicas limítrofes: com a Bolívia, pela linha do rio Madeira, que sobe até Santo Antônio; com a Colômbia, pelo rio Içá, etc.

IV – Para os diversos portos dos Estados Unidos do Brasil:

- A – Para o Rio de Janeiro, capital federal dos Estados Unidos do Brasil, a navegação direta foi inaugurada no começo do ano de 1884, graças aos esforços do senhor Joaquim Rocha dos Santos atual representante no Congresso do Amazonas. O Lóide Brasileiro, que serve essa linha, dispõe, para esse serviço, de nove paquetes, deslocando cada um deles 2.000 toneladas. Há três partidas por mês, uma de 10 em 10 dias, do Rio de Janeiro para Manaus, com escalas em Vitória (Espírito Santo), Bahia, Maceió (Alagoas), Recife (Pernambuco), Paraíba, Rio Grande do Norte, Fortaleza (Ceará), Amarração (Piauí), Maranhão, Pará e Óbidos. Apesar de todas essas escalas, a viagem leva de 15 a 17 dias.
- B – Para a Paraíba, a Casa J. A. Guedes e Cia. dispõe de três vapores, fazendo um serviço regular entre Manaus e Paraíba, com escalas em Itacoatiara, Pará, Camocim e Fortaleza.
- C – Para Fortaleza, capital do Estado do Ceará, há uma linha regular de navegação a vapor, recebendo do Estado do Amazonas uma subvenção anual de 120 contos de reis.

D – Para Belém, capital do Estado do Pará, as partidas de Manaus são, por assim dizer, cotidianas. Com efeito, todas as linhas que se dirigem para o sul, para a Europa e para a América do Norte, partindo de Manaus, fazem escala em Belém. Apesar disso, a Companhia Inglesa do Amazonas tem diversas linhas que fazem um serviço regular entre Belém e Manaus como porto de destino ou como escala, e que, pelo menos oito vezes por mês, põem em comunicação as duas capitais vizinhas.

V – Linhas de penetração para os diversos portos do Estado do Amazonas:

A – De Manaus a Santo Antônio, no rio Madeira. – A Companhia Inglesa do Amazonas tem uma linha regular que sobe até Santo Antônio, em território brasileiro, de onde se vai em barca para o território boliviano e para o Estado brasileiro de Mato Grosso. Deixando Manaus, os vapores fazem escala em Canumã, Borba, Sapucaia, Tabocal, Santa Rosa, Manicoré, Beatas, Jumas, Três Casas, Missão de São Pedro, Humaitá, Missão de São Francisco, Cavalcanti e Jamari, para terminar em Santo Antônio, a 711 milhas de Manaus.

B – De Manaus a São Gabriel, no rio Negro. – A Companhia Inglesa do Amazonas tem um serviço regular subindo até São Gabriel, a 500 milhas de Manaus. Partindo de Manaus, os vapores fazem escala em Tauapeçu, Airão, Moura, Carvoeiro, Barcelos, Tomar e Santa Isabel, para chegar a São Gabriel.

C – De Manaus ao rio Juruá. A Companhia Inglesa do Amazonas tem uma linha regular, com escala, a partir de Manaus, em Manacapuru, Anamá, Codajás, Coari, Fonte Boa, Juruapucá, Gavião.

D – De Manaus ao rio Purus. – Esta linha é servida regularmente pela Companhia Inglesa do Amazonas, cujos vapores fazem escala em Manacapuru, Anamá, Beruri, Pacatuba, Boavista, Piranhas, Itatuba, Jatuarana, Arumã, Tauariá, Jaturu, Canutama, Salvação, Porto Alegre, Boa Esperança, Bela Vista, Santo Antônio, Vista Alegre, Lábrea, Providência, Sepatini, Hiutanaã, Cachoeira, Seariã, Aboniri, Pacoval, Purgatório, Boa União, Memoriá,

Quiciã, Ajuricaba, Capitari, Matarupia, Siriniim, São Sebastião, Casaduá, Canto da Fortuna, Guajarabá, Lafaiete, Tenha Modo, Içá, embocadura do Pauini. O trajeto percorrido é de 1,437 milhas a partir de Manaus.

- E – De Manaus ao rio Acre. – Eis as escalas a partir de Manaus: Fortaleza, Tambaqui, Boa Esperança, Volta do Acre, Santo Antônio, Apuí, Madeirinha, Atinari, São Paulo, Lua Nova, Adirá, Mundo Novo, Boavista, Caquetá, Glória, Humaitá, Boa União, Apiaí, Baixa Verde, Catuaba, Panorama, Empresa, Boca do Riozinho, Anajás, Bem Posto, Juá, Flores, Cajueiro, Floresta, Europa, Santa Ana, Miritizal, Tamandaré, Cametá, Itapero, Porto Novo, Maracaju, Manaleão, Bom Lugar, São José, Trombetas, Arapixi, Rio Branco, Pacatuba, São João, Valhe-me Deus, Boca do Iaco.
- F – De Manaus ao rio Iaco. – Um serviço é feito pela Companhia Inglesa do Amazonas, com escalas, a partir de Manaus, em Caieté, Desengano, São Caetano, Boca do Macuã, Maracanã, São José, Mercês, Boa Esperança, Santa Clara, São Sebastião, Santa Maria, São Francisco, Silêncio, Capivara, São Jorge Piedade, Santa Teresa, Macapá, Barcelona, Novo Desterro, Itatinga, Atalante, Santa Cruz, Aracaju, Chandless, Juruazinho, Andrade, São Vicente, Pinto, São José e Santa Bárbara.
- G – De Manaus ao rio Pauini. – O serviço regular e igualmente feito pela Companhia Inglesa do Amazonas, cujos vapores fazem as seguintes escalas: Monte Verde, Monte Escuro, Serra Leoa, Sacado, Santa Carolina, Ipuranga, Monte Belo, Studart, Mato Grosso, Montemor, Salva-vidas, Barroso, Sacadinho, Cacaolinho, Cachoeira, Céu Aberto, Santa Helena, Espírito Santo, Santa Maria, São João, Coca do Moaco, Sumaúma, Santa Felícia, São Joaquim, Coca do Tiuíni, Maripurá, Restauração, Oco do Mundo, Boa Hora, São Elvas, Vitória, Sinimbu, Coca do Inaini, São Paulo, Desterro, Bom Lugar, Seruíni, Canto Escuro, Boca do rio Acre.
- H – De Manaus ao rio Autás. – Esta linha recebe do Estado uma subvenção de 144 contos.

- I – De Manaus ao rio Jutaí. – Esta linha recebe uma subvenção de 96 contos.
- K – De Manaus ao rio Japurá. – Esta linha recebe uma subvenção de 48 contos.
- L – De Manaus ao rio Branco. – Esta linha recebe uma subvenção de 100 contos.
- M – De Manaus ao lago Janauacá. – Esta linha recebe uma subvenção de 35 contos.
- N – De Manaus ao Amazonas, Madeira, Javari, Purus e seus afluentes. – A casa Marques Braga possui cinco vapores servindo esses diversos rios.
- O – De Manaus aos rios Japurá e Badajós. – Elias Tomé de Sousa e Cia. possui um vapor e uma chalupa a vapor que navegam nesses dois rios.
- P – De Manaus aos rios Juruá, Jutaí, Japurá, Madira, Maués e Purus. – A casa A. Berneaud e Cia. dispõe de nove vapores servindo esses diversos rios.
- Q – De Manaus ao rio Juruá. – Melo e Cia. possui seis vapores que navegam por esse rio, com seu porto de amarra em Belém.
- R – De Manaus aos rios Solimões e Purus. – A casa S. F. de Melo e Cia. possui dois vapores que servem esses dois rios.
- S – De Manaus ao rio Juruá. – Araújo Rosas e Cia. têm um barco a vapor que navega nesse rio.
- T – De Manaus aos rios Badajós, Copeá, Japurá e Manacapuru. – Batista e Araújo têm 2 vapores que servem esses quatro rios.
- U – De Manaus aos últimos pontos navegáveis do rio Badajós. – Uma viagem mensal é feita nesse rio por chalupas a vapor, em virtude de um contrato assinado pelo Estado com Afonso Silva e Cia. As escalas são as seguintes, partindo de Manaus: Manacapuru, Anamá, Anori, Codajás, Belém, Badajós (aldeia), embocadura do lago Badajós, embocadura do Piorini, Porto Alegre do Codajás-Mirim, afluente do Copeá.
- V – De Manaus ao rio Coari e seus afluentes. – Em virtude de um contrato passado com o estado por Afonso Silva e Cia., chalupas

a vapor fazem um serviço normal subvencionado nesse rio e seus afluentes, partindo da capital e tocando nos seguintes pontos: Manacapuru, Codajás, Aldeia de Coari, Freguesia Velha, emboadura do rio Uranas, Urucá, Itanhoã e Paranapará.

X – De Manaus ao último ponto navegável do rio Aripuana. – Chalupas a vapor, de propriedade de F. J. de Oliveira e Cia. fazem um serviço mensal, subvencionado, nesse rio.

Em resumo, temos 16 companhias de navegação a vapor ou armadores, com 114 barcos ou chalupas a vapor de primeira classe, deslocando em conjunto mais de 84.000 toneladas e tendo a bordo uma tripulação de quase 4.000 homens, sem falar das embarcações comuns: canoas, igarités, batelões, etc.

O senhor Charles Wiener, que apesar de tudo é um amigo sincero e admirador da Amazônia, escreveu, num dia de bom humor¹³¹, falando de nossos centros de população: “Quando três choupanas se encontram perto uma da outra, dizem que é um porto. Diante das cabanas, o seringueiro e sua companheira de pele escura fumam seu cigarro ou cachimbo, coçando-se com um ar meditador.”

O professor Vincenzo Grossi, um outro amigo da Amazônia, achou encantador este dito, e citou-o com admiração.¹³²

Ambos provaram simplesmente que é mais fácil ser espirituoso do que possuir senso econômico, intuição do real. Esse seringueiro que fuma seu cachimbo ou seu cigarro ao lado de sua mulher de pele escura, coçando-se com um ar meditador, perto da sua cabana, contribui com toda simplicidade para a produção de 10 milhões de quilos de borracha por ano e fornece carga a 114 barcos a vapor, e essas três pobres cabanas, que formam um porto, são certamente mais úteis ao progresso da humanidade que certas Universidades e chancelarias por nós conhecidas.

O quadro seguinte dá as distâncias percorridas e as escalas de algumas das linhas de navegação que mencionamos.

131 Charles Wiener: “Amazone et Cordilleres”, *Tour du Monde*, Paris, 1883. 177.

132 Vincenzo Grossi: *Nel paese delle Amazzoni*, Roma, 1897, pág. 40. 184.

Quadro das distâncias de Manaus, capital do Estado do Amazonas,
aos principais portos de escala das linhas fluviais (em milhas)

I

Rio Amazonas

1. De Belém, capital do Estado do Pará, a:	
Breves.....	146
Santa Maria.....	226
Gurupá.....	267
Porto de Moz.....	315
Prainha.....	411
Monte Alegre.....	454
Santarém.....	313
Óbidos.....	581
Parintins (Estado do Amazonas).....	676
Fortaleza.....	692
Itacoatiara.....	814
Manaus.....	924

II

Solimões (alto Amazonas) e Maranhão

1. De Manaus, capital do Estado do Amazonas, a:	
Codajás.....	155
Coari.....	239
Balieiro.....	325
Tefé.....	347
Caiçara.....	362
Juatá.....	407
Araras.....	470
Fonte Boa.....	486
Tonantins.....	626
São Paulo d'Oliveira.....	721
Caldeirão.....	782
Tabatinga.....	826
Loreto (República do Peru).....	889

Caballo Colha.....	924
Piruate.....	984
Cochiquina.....	1.002
Pebas.....	1.040
Iquitos.....	1.152

III
Rio Negro

1. De Manaus, capital do Estado do Amazonas, a:

Tauuapessaçu.....	65
Airão.....	135
Moura.....	174
Carvoeiro.....	201
Barcelos.....	268
Moreira.....	314
Tomar.....	358
Santa Isabel.....	423

IV
Rio Juruá

1. De Manaus, capital do Estado do Amazonas, a:

Manacapuru.....	55
Anamá.....	106
Anori.....	122
Codajás.....	166
Badajós.....	234
Coari.....	328
Tefé.....	435
Fonte Boa.....	568
Coapiranga.....	594
Juruapuca.....	838
Gavião.....	894
Pupunhas.....	959
Xué.....	1.056
Marari.....	1.093

V
Rio Purus

1. De Manaus, capital do Estado do Amazonas, a:

Manquiri.....	42
Boa vista.....	47
Manacapuru.....	57
Paratari.....	93
Anauná.....	117
Beruri.....	133
Perseverança.....	135
Paricatuba.....	178
Aiapuá.....	198
Arumá.....	233
Campinas.....	318
Guajaratuba.....	338
Boavista.....	357
Abutari.....	387
Paraná-pixuna.....	405
Piranhas.....	411
Andaraí.....	415
Itatuba.....	423
Jatuarana.....	438
Arumã.....	468
Secutiri.....	475
Bom Princípio.....	495
Tauriá.....	498
Bacuri pari.....	513
São Sebastião.....	519
Jaturu.....	542
Nova Olinda.....	566
Floresta.....	569
Paripi.....	583
Tapaná.....	594
Caridade.....	600
Porto Alegre.....	618

Conceição.....	642
Cavatiá.....	645
Salvação.....	671
Jadibaru.....	687
Repouso.....	690
Atalaia.....	694
Canutama.....	696
Aliança.....	699
Boa Esperança.....	703
Bela Vista.....	707
Calasães.....	720
Santo Antônio.....	723
Jardim das Damas.....	729
Urucuri.....	736
Vista Alegre.....	742
São Sebastião.....	752
São Brás.....	760
Açaituba.....	772
Santa Eugênia.....	778
Paçιά.....	801
Teuini.....	810
Lábrea.....	818
Ituxi.....	826
São Luís.....	841
Mabederi.....	871
Providência.....	913
Memoriazinho.....	918
Sepatini.....	945
Santa Helena.....	952
Hiutanaã.....	1.027
Espírito Santo.....	1.049
Seariá.....	1.067
Memoriá.....	1.110
Terruã.....	1.185

Pouso Alegre.....	1.227
Pauini.....	1.230
Quiciã.....	1.354
Sinimbu.....	1.370
Ananás.....	1.437

VI
Rio Madeira

1. De Manaus, capital do Estado do Amazonas, a:	
Canumã.....	80
Borba.....	116
Retiro.....	148
Sapucaia.....	163
Vista Alegre.....	172
Marajó.....	191
Tabocal.....	194
Boavista.....	204
Ilha das Araras.....	214
Santa Rosa.....	222
Cachoeirinha.....	247
Manicoré.....	293
Capaná.....	324
Onças.....	334
Marmelo.....	361
Tirol.....	369
Uruapiara.....	374
Baetas.....	394
Bom Futuro.....	400
Meditação.....	407
Porto Alegre.....	429
Castanhal.....	436
Tapuru.....	438
Jurará.....	439
Carapanatuba.....	466
Sítio Rafael.....	471

Pariri.....	476
Jumas.....	487
Três Casas.....	496
Piraíba.....	515
Missão de São Pedro.....	524
Pupunhas.....	540
Chato.....	544
Humaitá.....	551
Paraíso.....	560
Missão de São Francisco.....	594
Papagaio.....	619
Abelhas.....	631
Boa Hora.....	643
Cavalcanti.....	653
Mutuns.....	693
Santo Antônio.....	711

Como se vê, os meios de comunicação não faltam. A maior parte dos grandes afluentes do Amazonas são sulcados pela navegação a vapor; quase todos os grandes centros marítimos da Europa e das duas Américas estão ligados a Manaus por grandes linhas que possibilitam a viajantes e mercadorias atravessar os mares. Em alguns anos, nosso grande Estado será tão conhecido na Europa, graças a seus numerosos meios de transporte, quanto Nova York ou o Rio de Janeiro; e não duvidamos que uma corrente regular de emigração aproveite logo das facilidades e dos recursos tão liberalmente oferecidos pelo esclarecido governo do Amazonas.

Ficaríamos felizes e orgulhosos por contribuir, na medida de nossas possibilidades, para a grandeza futura de nossa pátria. Estamos dispostos a gastar todas as nossas forças nessa obra imensa. Outros virão ainda alimentados pelo mesmo ideal e de geração em geração o progresso crescerá, e o Amazonas gozará por fim de todos os frutos da civilização e do trabalho.

.....

Capítulo VIII

ARTES, CIÊNCIAS, FOLCLORE: – A SITUAÇÃO DOS INDÍGENAS NA ÉPOCA DA DESCOBERTA. – SUA CIVILIZAÇÃO PRIMITIVA. – SUA LÍNGUA. – O “ABANEENGA” E O “NEENGATU”. – POESIA DA LÍNGUA INDÍGENA. – UM CANTO ÍNDIO INÉDITO. – UMA FÁBULA INÉDITA. – DANÇAS ÍNDIAS.

RECUEMOS QUATRO SÉCULOS, remontemos até a aurora do século XVI.

A Europa renasce; a Idade Média terminou. A imprensa propaga a ideia, multiplica o verbo humano e conclama todas as classes, nobres, burgueses e vassallos, à santa comunhão das letras. Nos castelos feudais instalam-se gabinetes de estudo; as armas cedem lugar às togas. Chegamos ao século de Leão X; vemos surgir Ariosto, Maquiavel, Leonardo da Vinci, Miguel Ângelo, Rafael, Erasmo, Copérnico, Marot, Rabelais. Já a grande voz de Lutero chama os povos para a Reforma, à espera que a poderosa voz de Mirabeau lhe responda, quase ao fim de três séculos, exigindo a reforma.

É então que os europeus chegam ao Brasil.
Que encontram eles, ao desembarcar?

Encontram diante deles imensas solidões, florestas, pantanais, uma espécie de velha Gália druídica, habitada por homens estranhos. Essas terras virgens serviam de asilo a uma raça de selvagens e os europeus recusavam considerá-los como homens.

Aqui, aparentemente, nada da civilização poética dos incas do Peru, nada dos costumes grandiosos dos astecas do México; mas populações livres, entregues, na maior parte do tempo, a instintos selvagens, levando uma vida natural no meio das florestas, passando o tempo a se deslocar de um lado para o outro, a comer, a assaltar, a se matar mutuamente. Desdenhando o ouro e as pedras preciosas que o solo contém, esses selvagens preferiam perseguir o tapir e as pacas¹³³ e se entregar às ásperas delícias de uma caçada sem fim.

Seus corpos nus penetravam nos emaranhados das florestas e ficavam imóveis, por horas inteiras, à espreita de pássaros e feras. Devoravam a caça ainda sangrenta. Saciados, adormeciam na sombria vegetação das florestas, à margem dos rios. Só tinham uma companhia, seu arco, pesado como ferro. Não se associavam, a não ser intermitentemente, para se defender contra um perigo comum. Apenas seus sentidos eram desenvolvidos. Enxergavam admiravelmente através da imensidão. Percebiam os menores ruídos da floresta. Seu olfato tinha uma acuidade canina. Atiravam com perícia e raramente erravam o alvo.

Seu cérebro, ocupado por uma única ideia fixa, alimentar-se, não tinha extensão nem recursos. A agilidade de seu espírito se traduzia pela astúcia. A força de seus músculos substituía seu vigor intelectual. Essa força era verdadeiramente prodigiosa. Jean de Léry relata que nenhum de seus companheiros conseguiu vergar o arco manejado sem muito esforço, por uma criança índia de dez anos. Esses hércules tinham em geral um profundo horror por todos os trabalhos agrícolas, e, na maior parte do tempo, seu trabalho se limitava a colher os frutos selvagens que pendiam das árvores. Existiam alguns, entretanto, que mostravam mais gosto por certas ocupações industriais.

Quando os portugueses desembarcaram no Brasil, acreditaram reconhecer um começo de civilização em certas tentativas bastante avança-

133 O tapir é o *Tapirus americanus*, e a paca é a *Coelogenys Paca* dos zoólogos. 186.

das, observadas entre um pequeno número de tribos do litoral. Nos lazeres entre as caçadas, a pesca, a guerra e longas caminhadas através das florestas, os índios dessa região trituravam a mandioca, fabricavam com o caju (*Anacardium occidentale*) um vinho excelente, e um óleo de palma para seu uso. Outros empregavam-se em conservar provisões de carne, de caça ou de peixe, defumando-os por meio de um processo especial (o moquéim), ou então passavam a longa estação das chuvas ornando suas igaçabas ou urnas funerárias, seus vasos e cabaças com desenhos fantásticos, colorindo-os do modo mais pitoresco com suco e verniz extraídos de plantas, como, por exemplo, com o cumari (*Asclepidea follicularis*).

Algumas tribos amazonenses desenvolveram muito a arte de cerâmica, e fabricavam vasos muito especiais: é preciso que se veja, nos Arquivos do Museu Nacional do Rio as reproduções em cores desses achados, geralmente muito pouco conhecidos na Europa.

Não foi seguramente de imediato que nossos ancestrais dos diversos continentes conseguiram imitar a linha direta e a linha curva das formas variadas revestidas pelos diferentes objetos da natureza. Provavelmente, foram necessários séculos e talvez longas gerações de artistas desconhecidos para chegar a esse progresso no desenho decorativo e ornamental.

Há ainda outros fatos que nos permitem aproximar os índios de certas partes do Brasil de diversos povos pré-históricos da Europa. Os índios da Amazônia, por exemplo, fiavam o algodão e algumas fibras têxteis, conheciam a arte de tecer e fabricar peças grosseiras de tecido.

Mas esses rudes artesãos reservavam naturalmente todo seu talento para a confecção de suas armas e para a fabricação de seus utensílios. Levavam consigo, como sua principal riqueza, um sortimento de arcos polidos, de flechas esculpidas, de remos trabalhados, bastões de guerra, vasos de argila e cuias, arredondadas como frutas, brilhantes como folhas.

Sua vestimenta era simples como seus costumes. Entretanto, por um luxo que poderia servir de lição aos nossos elegantes mais refinados, os índios de certas tribos tinham luvas e máscaras, feitas de plumas, de cascas de árvores e do pelo de diversos macacos, usados nos grandes dias.

Sua língua era mais complicada.

Na costa falava-se geralmente uma única língua, que sofreu entre as tribos tupi¹³⁴ apenas alterações acidentais, criadas pelo clima e pelas circunstâncias, e tais como as que constatamos entre as línguas cultivadas na Europa. No interior do país, os tapuias¹³⁵ ao contrário, falavam línguas diversas. As duas línguas, tanto a do litoral quanto a do interior ou sertão, tinham numerosos dialetos.

A necessidade de se fazer compreender pelos naturais do país conquistado cedo impôs aos traficantes portugueses e aos missionários a ideia de tornar tão uniforme quanto possível a língua falada pelos índios da costa. Graças a esses esforços, graças aos contatos dos índios, quer entre si, quer com os conquistadores, graças principalmente aos trabalhos de sistematização dos gramáticos da Companhia de Jesus¹³⁶, a língua da costa tornou-se realmente a “língua geral”, que mais tarde foi designada pelo nome, dado pelos próprios índios, de “abeñeenga”, ou seja, língua de índio, do homem, “abá”, para distingui-la do “caraiñeenga”, língua do branco, do sábio, “carai”. Foi também chamada de “tupi-guarani”, segundo o nome das duas grandes famílias índias que a falavam: os tupis, no norte do Brasil; os guaranis, no sul, no Paraguai. O tupi do Amazonas é chamado propriamente “neengatu”, “a boa língua”.

O senhor Batista Caetano¹³⁷, cujos escritos são autoridade nessa matéria e mereceriam ser melhor conhecidos pelos americanistas da Europa, pensa que todos os dialetos falados na América Meridional podem-se

134 “Tupi”, “tupy”, “topi”, “togpi”: o interior da casa, o que é da casa. Talvez também de “tubi”, “Tubib:” chefe dos parentes, cacique.

135 “Tapyi”, os prisioneiros: de tapi, part. de “tar”, tomar, comprar, e “ui”, multidão, cativos. Talvez também de “tapoy”, nômades. Os tapuias parecem ter sido os habitantes primitivos, que os tupis empurraram para longe do litoral e que foram viver no sertão.

136 Os três primeiros gramáticos desta língua foram três jesuítas: José de Anchieta, cuja gramática foi publicada em Coimbra em 1595; Antônio Ruiz de Montoya, que publicou a sua em Madri em 1640, e Luís Figueira, cuja gramática foi impressa em Lisboa, em 1687.

137 “Apontamentos sobre o abañeenga”, Rio, 1876. – *O diálogo do Léry*, Rio, 1876. *Estudo sobre a língua uiriri*, Rio, 1877. – *Etimologias brasileiras*, Rio, 1877. – *Esboço gramatical do abañeé*, Rio, 1899. – *Aba Reta*, trad. para o port., Rio, 1879. – *Vocabulário das palavras guaranis*, Rio, 1886. etc.

reduzir definitivamente a cinco, e talvez mesmo a apenas dois: o “Chilidugu”, o “Aymaraaro”, o “Quechuacalu”, o “Quiriri” e o “Abañeenga”; o “Chilidugu” seria filiado ao “Kechuacalu”, e ao “Aymaaro” e o “Kiriri” ao “Abañeenga”.

O “abañeenga” ou tupi-guarani ou, ainda, língua geral, é falado ainda hoje pelos índios da América do Sul, desde as Guianas até os Pampas da Patagônia. Um amazonense¹³⁸ que falava o neengatu de sua terra, e que se encontrou, de 1865 até 1867, durante a guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, nessa república, no Uruguai e na Argentina, constatou que por toda a parte falava-se a língua geral, mais ou menos alterada. Acrescenta que não apenas as pessoas da terra e os soldados falavam esse idioma, mas ainda famílias da boa sociedade não desdenhavam utilizá-la habitualmente. De modo que, tendo chegado à extremidade setentrional do Brasil, ficou espantado de ser compreendido sem dificuldade por todos os indígenas, falando-lhes o tupi dos índios de sua terra natal.

O abade M. J. de Seixas¹³⁹, Sirva Guimarães¹⁴⁰, Gonçalves Dias¹⁴¹, o coronel Faria¹⁴², Ferreira França¹⁴³, Latham¹⁴⁴, o dr. Carl Friedr. Phil. von Martius¹⁴⁵, o professor Hartt¹⁴⁶, o general Couto de Magalhães¹⁴⁷ e muitos outros publicaram trabalhos de desigual valor sobre essa língua. Apenas von Martius e Batista Caetano parecem ter compreendido seus

138 Pedro Luís Simpson: *Gramática da língua brasílica geral*, Manaus, 1877. Pág. 266.

139 Manuel Justiniano de Seixas: *Vocabulário da língua indígena geral...* Pará, 1853.

140 João Joaquim da Silva Guimarães: *Dicionário da língua geral dos índios do Brasil...*, Bahia, 1854.

141 Antônio Gonçalves Dias: *Dicionário da língua tupi...*, Lípsia, 1858.

142 Francisco Raimundo Correia de Faria: *Compêndio da língua brasílica...*, Pará, 1858.

143 Dr. Ernesto Ferreira França: *Crestomatia da língua brasílica...*, Leipzig, 1859.

144 R. G. Latham: *Elements or Comparative Philology*, Londres, 1862.

145 Dr. Carl Freidrich Phil. von Martius: *Wörstersammlung Brasilianischer Sprachen...*, Leipzig, 1867.

146 Charles Fred. Hartt: “Notes on the língua geral or modern tupi of the Amazonas...”, New York, 1872, *Transac. of the Amer. Philol. Assoc.*

147 Couto de Magalhães: *O selvagem: Curso de língua geral...*, Rio, 1875.

segredos, se bem que as pesquisas de todos os outros tenham certamente contribuído para desvendá-los os mistérios.

O estudo da língua tupi-guarani prova que os índios do litoral brasileiro e em particular os do Amazonas não se encontravam mais no estágio do simples monossilabismo. A aglutinação tomava certas proporções e se afastava, por combinações estranhas, das sintaxes usuais mesmo entre certos naturais de outras partes do Novo Continente.

Seria uma tentativa vã e pueril querer resumir em algumas linhas a morfologia dessa língua; os curiosos poderão estudá-la com vagar, dirigindo-se às fontes citadas. Mas fazemos questão de assinalar algumas de suas particularidades.

Escobary, que publicou estudos sobre a língua aimará, pretende, e apoia sua afirmação com numerosos exemplos, que os nomes da Bíblia e os do aimará são idênticos. No Amazonas, Noronha fez observar que, desde 1768, os uerequenas ou arequenas, índios do rio Içana, antes de qualquer contato com civilizados, tinham nomes bíblicos: Joab, Jacob, David, etc. Segundo eles, os índios do rio Içá e de seus afluentes praticavam a circuncisão em crianças que acabavam de nascer, sendo a mãe encarregada da operação. Era somente após a circuncisão que se dava um nome ao recém-nascido, em meio de danças e festas celebradas diante da máscara de Jurupari.

Certos americanistas de nossos dias pretendem que os índios contavam até 10 em tupi-guarani, e formavam em seguida os outros números com essas dez unidades, dizendo, para 11, dez e um; para 12, dez e dois; para 20, dois dez, e assim por diante. É certo que os selvagens em contato com os civilizados tiveram que se fazer compreender, e que, em nossos dias, eles compõem todos os números. Mas não é menos certo que, na época do Descobrimento, eles só contavam até três. Diziam: 1, oyepé (que é sozinho); 2, Mokuen (que forma o par); e, 3, mosapeire (o que completa, coroa). Para dizer 4, eram obrigados a repetir o 2, Mokuen-mokuen. Para expressar 5, diziam chepó, isto é, os dedos da minha mão. Para significar 10, diziam minhas duas mãos; e para significar 20, minhas mãos e meus pés.

Apesar da pobreza de seu vocabulário, sua língua era impregnada de poesia expressiva e original. — “A estrela da manhã”, escreveu Hartt,

“chamaram-na de piloto da manhã, pirapanem”.¹⁴⁸ Entre as constelações, havia “ouegnomoin”, o caranguejo; “yassantin”¹⁴⁹, um pássaro; “tuyuué”, o velho¹⁵⁰; “coromy manipoere-ouaré”, o menino que come mandioca¹⁵¹; yandoutin¹⁵², o avestruz branco, que come ovos de pássaro (ougraoupia), representados por duas estrelas próximas; “tapity”¹⁵³, o coelho; gnupoueon¹⁵⁴, o forno de mandioca, etc. O que há de ainda mais interessante, é que deram, conforme se afirma, o nome de Jaouáre¹⁵⁵, o cão, ou melhor, o jaguar, a uma grande estrela que vem logo depois da lua, e que, segundo a crença dos índios, corre atrás dela para devorá-la...

“O dr. Silva Coutinho contou-me¹⁵⁶ que, não apenas os índios do Amazonas designam com denominações precisas um grande número de corpos celestes, mas ainda que contam histórias a seu respeito. Eles dizem que as duas estrelas que formam o ombro de Orion são um velho e um moço que caçam um peixe-boi numa canoa. Com o nome de peixe, designam uma mancha escura do céu, situada perto da mesma constelação. No começo, dizem eles, o velho (a estrela grande) estava na proa da canoa, enquanto que o moço (a estrela pequena) estava na popa, segurando o leme. Quando o velho percebeu o peixe-boi, ficou muito emocionado e não pôde arpoá-lo; então, mudou de lugar com o moço.

“Há uma constelação à qual dão o nome de palmeira; bem perto, vê-se uma fileira de estrelas. São, dizem eles, os macacos que vêm comer as frutas da palmeira.

148 “Pira Panê” não significa piloto da manhã, mas privado de peixe. Esse nome, diz Bat. Caetano, era dado a Mercúrio, à influência do qual os índios atribuíam a falta de peixe em certas estações.

149 Trata-se provavelmente de ortografia errônea para yacutinga (*Penelope pipile*).

150 Em tupi moderno, dizemos “tijuaê”, e, em guarani, “tuyábae”.

151 Em tupi moderno: “corumi manipuêra oubae”.

152 “Nhandu” (*Rhea americana*), aquela que corre.

153 “Tapiiti”, coelho, em guarani.

154 Em tupi moderno: “iapuna”.

155 Em tupi, “jaguara”, ou “yaguara” (*Feliz onza*).

156 Conf. sobre todos estes assuntos *Folk-lore brésilien*, por F. J. de Santa-Ana Nery, Librairie Académique Didier, Paris, 1888.

“O dr. Coutinho encontrou um outro mito no rio Branco: a lua, representada por uma moça, apaixonou-se por um de seus irmãos, e vai visitá-lo frequentemente à noite. Finalmente, seu segredo é descoberto. Por ocasião de uma de suas visitas, seu amante passou-lhe a mão no rosto, e, como a mão estava coberta de uma substância escura, a mancha ficou marcada no rosto da moça.”

Noronha relata que em 1768 esteve em contato com índios pas-sés do rio Japurá, cujas ideias assim resume: o Sol é imóvel; só a Terra se move para poder apresentar à fonte de calor cada uma de suas partes. Há apenas dois astros verdadeiros: o Sol e a Lua, o primeiro para iluminar o dia, e o segundo para iluminar a noite. O espaço superior, além do Sol e da Lua, está separado deles por uma abóbada azul, formando uma espécie de treliça ou veneziana. Esse espaço superior é cheio de luzes, porque é o lugar do Criador, cuja natureza é ignorada. Alguns raios de luz que ilumina esse espaço bem-aventurado passam pelos interstícios da abóbada azul e forma as estrelas. Os rios são as artérias e as veias do corpo da Terra, e as correntes desses rios, são consequência do movimento da terra.

Os chomanas (*xomanas*), do mesmo rio, chamavam o sol de astro quente (*syma*); a Lua, o astro frio (*uaniu*); as estrelas, astros brilhantes (*vuetê*); o raio, o barulho estrondoso (*yuni*); o trovão, precursor das chuvas (*quiriuá*); o relâmpago, o medo (*pelu*); a aurora, o começo do dia (*samataca*).

Para designar toda coisa o tupi-guarani, ou melhor, o neengatu amazoniano tem expressões pitorescas, vívidas. Eis aqui alguns exemplos:

Conhecemos esses terríveis animaizinhos de patas numerosas, vulgarmente chamados centopeias (*escolopendras*). Os índios lhes davam um nome muito mais apropriado à sua forma: “jurupari-kybaba”, pente do Diabo.

Os capuchinhos vieram para lhes pregar o Evangelho; logo lhes deram um nome que os descreve fisicamente com a maior fidelidade, devido à forma do capucho: “pay-tucura”, padre-grilo.

Os franceses chegam e logo os índios os designam com o nome de índios brancos, “tapaytinga”¹⁵⁷.

157 É o sentido aceito por todos; “tapaytinga”, “tapuya tinga”, ou seja, tapuio branco. Acreditamos que o verdadeiro sentido seja o de assaltante de aldeia, de “taba”, aldeia, reunião de choupanas, e “itig”, investir, assaltar; de onde “tabeiting”, “tapaytinga”.

Cada apelação entre eles é um qualificativo:

O que é um escorpião? Um excremento de serpente: “mboi repoti”. E um caranguejo? Um bicho que tem olhos nas patas: “uca”. E alguém que teve varíola? – Uma cara furada: “tabaquaré”. E as araras? – Filhos do dia: “ará-ará”. E o tamanduá? – Um caçador de formigas: “tamanduá”.

A língua francesa conta, aliás, com centenas de palavras puramente índias, ou tendo sofrido apenas ligeiras modificações, tais como as que se seguem: agami, açouti, ai, ananas, ara, boa, cacao, caiman, caoutchouc, capivard, carapa, cassavec, coaita, coca, copahu, courbaril, curare, genipa, guarana, hocco, igname, iguane, ipecacuana, jaborandi, mani, manioc, papayer, piaçava, piaye, rocou, sagouin, sarigue, tamanoir, tapir, tapioca, tatou, toucan e muitas outras. Há na França pessoas que falam o neengatu do Amazonas sem saber.

Se, a exemplo de alguns escritores engenhosos, quiséssemos sustentar um paradoxo sedutor, ser-nos-ia fácil assinalar uma aparente analogia entre o grego e a língua tupi-guarani. Tupã, deus, seria *theo*; *tatá*, fogo, viria de *dadeó*, queimar; *oca*, casa seria *oikia*; *cunã*, mulher, encontraria facilmente sua raiz na palavra grega *gunè*; *myra*, povo, muita gente, seria um derivado de *murias*; *carima*, branco, senhor, seria *kyrios*; *catu*, bom, poderia ser derivado de *agathos*, e assim por diante. Mas Voltaire teve razão ao dizer: “A etimologia é uma ciência em que as vogais não significam nada e as consoantes quase nada.” Esses jogos espirituosos não têm mais razão de ser hoje em dia: a ciência exige outras provas além de semelhanças acidentais para afirmar o parentesco entre as línguas. Não resta dúvida, porém, que a língua dos nativos do Brasil exige ainda agora estudos sérios e que ela poderá fornecer, talvez, a chave para muitos enigmas¹⁵⁸:

Apesar de todos esses elementos de civilização rudimentar, o índio, com sua sólida estrutura atarracada, sua pele morena e queimada pelo sol, seus cabelos longos, negros e duros; suas largas espáduas, suas mãos miúdas, sua barba pouco abundante, seu olhar cheio de sonhos e langor,

158 Ver: “The Brazilian Language and its agglutination”, por Amaro Cavalcanti, Rio de Janeiro, 1883, série dedicada pelo autor “To His Imperial Majesty Don Pedro Segundo, the constant Protector of the intellectual development and the general instruction of the country”.

esse índio apareceu aos europeus como um ser inferior, mal saído do caos. A caçada ao homem começou, terrível.

A exterminação continuou sem piedade. Os infelizes lutaram com desespero contra as armas de fogo dos civilizados. Foi semeando a discórdia entre eles que os europeus conseguiram se apoderar de suas terras, e empurrá-los para o interior ou reduzi-los à escravatura.

Para fazer cessar a carnificina, foram necessários decretos reais, bulas papais. Em pleno século XVI, digamos para a vergonha da Europa, um pontífice teve que declarar solenemente que os índios são homens feitos à imagem de Deus e possuem uma alma imortal, – “attendentes Indos ipsos, ut pote veres homines...”¹⁵⁹

E agora, esses miseráveis restos dos antigos donos da Terra estão dizimados pela varíola e embrutecidos pelo uso de bebidas fortes. Em suas conquistas do Novo Mundo, dir-se-ia que o europeu procurou envenenar tudo o que não conseguiu exterminar.

Foram escritos grossos volumes para demonstrar que, em todos os povos, a literatura começou pela poesia, e pela poesia lírica. É realmente pena que nenhuma estrofe desses tempos recuados nos tenha sido conservada; ela nos teria servido muito melhor que todos os in-fólio das bibliotecas. Pouco nos importa, aliás qual tivesse sido, nas épocas pré-históricas, o movimento literário da humanidade. Suspeitamos que devia se reduzir a um pequeno número de improvisações poéticas, e que, por falta de lazeres, as pessoas não necessitavam desse luxo social. Naqueles tempos, sem nenhuma dúvida, vivia-se de boa caça e não de bela linguagem.

Quanto aos índios, o objeto de nosso estudo, não nos deixou nenhum monumento escrito de sua poesia de antanho. O canto dos bardos não era corrente em seu meio. Devemos crer que cantavam em conjunto certas melopeias muito simples, e se embebedavam com saltos simiescos e bebidas capitosas.

Quase tudo que sabemos de suas tradições, sabemos deles pouco, e temos o pesar de informar aos amadores da poesia arcaica que a maior parte das composições índias estudadas até agora se ressentem mais ou menos do contato com esses europeus.

159 Paulo III, o quarto dia das nonas de junho do ano de 1537.

Tal como se apresenta, entretanto, esta poesia conservou um estranho sabor. Sob o enxerto, sente-se ainda a árvore silvestre. É um conjunto de frases curtas, ritmadas sem arte, eclodindo ao impacto da inspiração, projetando imagens fulgurantes.

Sem voltar às poesias e cantos índios, que já publicamos há dez anos, no *Folclore brasileiro*, e que tiveram o mérito de atrair a atenção de um crítico eminente¹⁶⁰, preferimos citar aqui uma outra poesia e um outro canto inéditos, recolhidos do rio Autás, em meio a índios, já em contato com os civilizados, e que os “caboclos” dessas paragens, quando estão fabricando a farinha de mandioca, cantam à guisa de refrão:

Se manicu Julião
Se putia pura
Se manu açara.¹⁶¹

Este trabalho ficaria incompleto se não tentássemos dar uma ideia das fábulas índias, que apresentam sempre um certo interesse para os estudiosos do folclore, embora sejam originárias de índios meio-civilizados.

Passamos a relatar uma dessas fábulas, que acreditamos ser absolutamente inédita:

Um fazendeiro teve a desdita de travar amizade com um jaguar. Este lhe fazia visitas com uma certa frequência e tinha o hábito de se fazer acompanhar por algum animal da redondeza. Chegado em casa do amigo, o jaguar nunca deixava de lhe comer uma cabra ou um carneiro, enquanto que todos da casa dormiam. Depois de devorar tranquilamente a vítima escolhida, o jaguar recolhia o sangue numa cuia e o derramava traiçoeiramente no animal que tinha trazido em sua companhia. Raiando o dia, o fazendeiro percebia o acontecido no curral durante a noite. O jaguar jogava a culpa no companheiro, designando-o como o verdadeiro culpado, já que ainda estava coberto com o sangue da vítima, diante dessa prova, o fazendeiro malhava o inocente, enquanto que o jaguar, satisfeito, ria à sorrelfa.

160 J. Weber, do jornal parisiense *Le Temps*, citado por Eduardo Prado, no artigo “L’Art”, do livro *Le Brésil* em 1889, de F. J. de Santa Anna Nery, Paris, 1889.

161 Tradução: “Monsieur Emanuel Julião, a panela ferve, e ele esquece a mandioca”.

A maior parte dos animais já tinha passado por isso, quando o jaguar teve a infeliz ideia de convidar o macaco para sua excursão habitual. – Está certo, respondeu o macaco, desconfiado de tanta amabilidade; pegou a viola e o talher, e pôs-se a caminho com o jaguar. O caminho era cumprido. Eles pararam para descansar um pouco. Era perto de uma plantação de cana, de propriedade do fazendeiro que iam visitar. – Não toque nessa cana, amigo macaco; esta plantação é de meu amigo; você pode comer um pouco de capim, enquanto eu vou dar uma volta.

Por cem vezes o jaguar já tinha empregado esse estratagema com os outros animais, e estava certo do sucesso. Foi para o outro lado, para chupar cana: o macaco, sempre desconfiado, seguiu-o à distância, viu como chupava cana com disposição, e pôs-se a fazer o mesmo. O jaguar, ao voltar, o encontra ainda chupando cana, e o censura por falta de educação.

Chegaram de mau humor em casa do fazendeiro, que, sempre generoso, tinha preparado um farto jantar, em que figuravam especialmente cinco grandes pedaços de carne. – Vá procurar um talher, amigo macaco, disse o jaguar. (Era esse o sistema empregado com os outros animais, que, ao voltar, não encontravam mais nada no prato.)

– Obrigado, eu trouxe o meu, respondeu o macaco, tirando orgulhosamente o talher do saco.

Começaram a comer. O homem pegou um pedaço, o jaguar outro e o macaco o terceiro. Mas o macaco mal tinha começado a comer com seus dentinhos, e o jaguar já tinha terminado seu pedaço, jogando-se sobre outro. Vendo isso, o macaco jogou aos cachorros o pedaço começado e pegou o último. Nova cólera do jaguar, que entretanto nada disse.

Eles estavam cansados da viagem. Foram se deitar. O macaco, por precaução, pede que suspendam sua rede bem alto. Como não está com sono, começa a tocar viola. O jaguar quer fazê-lo calar, mas o fazendeiro gosta da música e pede-lhe que continue. Finalmente, fica tarde, a música para, o homem pega no sono, o jaguar finge dormir e o macaco o imita.

Ao fim de algum tempo, o jaguar se levanta, corre para o curral, come uma cabra, enche uma cuia de sangue e volta para sujar o macaco. Mas o macaco é esperto; fica meio sentado na rede, fingindo dormir, com as pernas de fora. Quando o jaguar se aproxima para jogar o sangue em cima dele, dá um grande pontapé na cuia e joga o sangue em cima do jaguar.

O dia clareia. O fazendeiro constata que lhe comeram uma cabra. Fica indignado e quer saber quem é o culpado.

– Deve ser meu amigo macaco, exclama o jaguar, do canto onde estava, escondido depois de ter-se limpado como pôde.

– Repare no meu bom compadre jaguar, diz o macaco; ele ainda está coberto com o sangue da cabra.

O fazendeiro constata que o macaco está dizendo a verdade. Lembra-se de todos os prejuízos sofridos, da ingratidão do jaguar. Pega a carabina, mata-o imediatamente, tira-lhe o couro e dá a carne aos cachorros. O macaco¹⁶², antes de se despedir do fazendeiro, tira um pedaço da carne do jaguar e o carrega. Ele tem uma ideia. Manda o pedaço de carne para a fêmea do jaguar, dizendo: “Isso é carne de boi, ótima de se comer, presente do seu marido, que está passando muito bem.” Ao mesmo tempo, para pregar uma peça na fêmea de seu inimigo, vai contar aos filhotes do jaguar que é um pedaço de carne do pai, morto e enterrado: – Você sabe o que está comendo, mãe?, perguntam os filhotes. É a carne de nosso pai, que o macaco fez matar.

A fêmea do jaguar jura vingança. Ela se esconde num buraco, de boca aberta, esperando que o macaco, curioso e vagabundo por natureza, passe por ali, para poder despedaçá-lo. O macaco está mesmo passeando pelos arredores. Ele ouve os outros bichos gritando: “A terra tem dentes!”, por que só vemos dentes de jaguar. O macaco desconfia que se trata de uma cilada de sua inimiga. Pega uma grande pedra, aproxima-se cuidadosamente, joga a pedra na goela da onça e foge.

A viúva inconsolável, vendo seu truque descoberto, sai do esconderijo. Ela vai encontrar outra coisa.

A seca chegou. Só há uma fonte na região. Ela toma conta. Todos os bichos podem vir beber à vontade, com exceção do macaco, que tem que morrer de sede. O macaco, impelido pela sede, cobre o corpo com jataicica¹⁶³, que serve para colar folhas verde no pelo, e avança. Todos o admiram. Nunca tinham visto bicho semelhante. A própria fêmea do jaguar,

162 A crueza dessa passagem é tal que fomos obrigados a atenuá-la em toda a narração que se segue.

163 Resina do jataí: *Hymeneae sp.*

enganada, deixa-o vir à fonte. O macaco bebe à vontade, e vai embora se arrastando. Chegando a uma distância respeitável, arranca as folhas que lhe servem de disfarce e põe-se a zombar da viúva.

A onça, furiosa, resolve que não mais deixará nenhum animal vir beber na fonte. O macaco aproveita do descontentamento geral para preparar uma nova farsa. Prepara uma procissão, da qual tomarão parte todos os bichos da floresta. No dia combinado, coloca-se corajosamente à frente da procissão e parte com todos os animais, entoando cantos tristonhos. Passam perto da fonte. – “Que é que é isso? Pergunta a viúva; que significam esses cantos religiosos?” “É o ofício da Santa Virgem, responde um dos bichos; estamos invocando seu socorro. Você não foi boa para nós, respondem em coro os bichos; mas não tem importância, como se trata de um perigo comum, nós lhe perdamos; nós vamos amarrar você.”

O macaco se encarrega da tarefa. Pega uma corda de curauá¹⁶⁴ e começa a operação. A onça já está meio amarrada na árvore, quando diz: “Amarre minha traseira mais fortemente ainda.” “Impossível, responde o macaco; e o lugar para bater?”

Com efeito, quando a jaguar está bem amarrada, dão-lhe uma boa surra, e depois os bichos vão embora rindo às bandeiras despregadas.

Em Paricatuba, no rio Mamiá, Ribeiro de Sampaio¹⁶⁵ assistiu, em 1774, a festa que os índios celebravam por ocasião da puberdade de seus filhos. Durante essa cerimônia, que dura oito dias, eles batem uns nos outros com tiras de couro de veado, de tapir ou de peixe-boi, com uma pedra na ponta. Um índio se coloca no meio do aposento, com os braços abertos em cruz, enquanto que um outro o açoita, em seguida os papéis são trocados. Durante esse tempo, as velhas da tribo pregaram o “pauauru”, vinho feito de frutas e de caçava, e o paricá (*Mimosa acaciodes*, que De La Condamine chama carupa, como os cumbebas), tabaco que eles fumam de um modo muito especial: cada um dos índios segura na mão um tubo cheio de pó de paricá; coloca a extremidade desse tubo no nariz de seu vizinho e sopra com toda força. O outro lhe presta o mesmo serviço. Esse agradável exercício dura o dia inteiro; a noite é consagrada à bebida e às danças.

164 Palmeira (*Attalea spectabilis*):

165 Ribeiro de Sampaio; obra citada, págs. 22, págs. 278 a 195.

Entre essas danças, uma das mais estranhas é a que os uaupés executam em honra de Jurupari, ao som de uma dúzia de torés sagrados, que eles guardam cuidadosamente longe dos olhares das mulheres, e cujo som elas não podem escutar.

Esse fenômeno de apaziguamento é muito sensível entre os índios que entraram em contato com a civilização dos brancos. Em relação à dança, bem como à religião, produziu-se uma simples volta aos costumes estrangeiros. As danças de outrora permaneceram; só sua vivacidade se modificou. Eis a descrição feita por Agassiz¹⁶⁶ da coreografia moderna dos índios do Amazonas; ela está de acordo com nossas observações pessoais: “A dança começou. Tem um caráter todo especial, e tão langorosa que mal merece o nome de dança. O corpo não faz quase nenhum movimento; os braços, levantados e fletidos, ficam duros e imóveis; os dedos estalam como castanholas acompanhando a música, e dir-se-ia estátuas indo de um lado para o outro, e não dançarinos. As mulheres principalmente produzem essa impressão, porque se movem ainda menos que os homens.”

Quanto aos habitantes anuais das cidades do Amazonas, eles introduziram em seu meio a música e as danças da Europa. Nada os distingue dos civilizados do Velho Mundo.

166 Sr. e Sra. L. Agassiz: *Voyage au Brésil*. Paris. 1876.

.....

Capítulo IX

ENSINO MODERNO: – ORGANIZAÇÃO GERAL DA INSTRUÇÃO PÚBLICA NO BRASIL. – ESTADO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA NO AMAZONAS HÁ MEIO SÉCULO. – SUA SITUAÇÃO ANUAL. – CRÉDITOS RESERVADOS À INSTRUÇÃO PÚBLICA PELO ORÇAMENTO DO ESTADO. – ESCOLAS PRIMÁRIAS PÚBLICAS, ENSINO SECUNDÁRIO, ESCOLA NORMAL, ENSINO PROFISSIONAL. – O MUSEU.

O MELHOR DOS REGIMES ESCOLARES é evidentemente aquele que melhor corresponde ao temperamento nacional, às necessidades do momento e às instituições gerais de um povo.

No Brasil, a organização do ensino repousa sobre essas três bases. Tem relação, até certo ponto, com nossos costumes, nossas aptidões e nosso sistema político, e não se assemelha em nada ao sistema que funciona na França.

A França é uma república fortemente centralizada. O Brasil é igualmente uma república, mas uma república federativa, composta de estados autônomos. De modo que, enquanto na França o ensino em todos os graus é concentrado e se encontra sob o poder do Estado, no Brasil, pelo contrário, ele é como que calcado sobre a autonomia absoluta de cada Estado.

No Brasil, o ensino de toda ordem é da competência de cada Estado, e, em princípio, dos municípios também.

O próprio ensino superior não constitui um monopólio da União Federal; os vinte estados, os municípios, mesmo corporações podem criar universidades e faculdades, e esses estabelecimentos são inteiramente livres na escolha do pessoal, na fixação dos programas e na adoção dos métodos. A União Federal não pode lhes impor nenhum jugo, nenhuma constrição administrativa, nenhum direito de inspeção. Os exames aos candidatos de toda proveniência que querem se inscrever nos estabelecimentos de ensino superior por ela ainda mantidos, constituem o único meio de que dispõe para pesar indiretamente sobre o programa de instrução primária e secundária.

Na França, o ensino primário só se tornou gratuito desde a aplicação das reformas provocadas por Jules Ferry. No Brasil, a gratuidade existe por toda parte, e, antes mesmo da proclamação da República, já existia em virtude de um artigo da Constituição imperial de 25 de março de 1824. Porém não é de caráter obrigatório; é apenas uma facilidade oferecida aos pais de família sobre toda a extensão do território da República. Certos Estados brasileiros decretaram o ensino obrigatório; há outros em que esse ensino é facultativo, embora sempre gratuito, em toda parte.

No Estado do Amazonas, o ensino não é obrigatório. Em uma área tão vasta, onde os centros de população são irregularmente distribuídos, onde os interesses são tão diversos, seria talvez um pouco difícil obrigar todas as crianças a frequentarem escola; mas esta justificativa não torna a omissão menos lamentável.

Em contrapartida, o laicismo do ensino existe no Amazonas, e parece ser um corolário natural da separação da Igreja e do Estado, decretada pelo Governo Provisório e confirmada pela Constituição republicana de 24 de fevereiro de 1891. Entretanto o ensino religioso é dado em quase todos os estabelecimentos escolares particulares, e, o mais frequentemente por leigos, sem que disso tenham resultado inconvenientes graves.

O ensino público no Brasil está pois suficientemente em harmonia com nossa organização governamental e com nossos costumes. É gratuito, como convém a uma democracia. É obrigatório ou facultativo, segundo as circunstâncias, como deve ser em um vasto e livre país de forma

republicana federativa. Enfim, não é religioso, mas também não é anticonfessional, porque entre nós existe uma mistura de partes iguais de religião e de livre filosofia prática.

O princípio da gratuidade se justifica por si só.

O da descentralização em matéria de ensino público era reclamado pelo sistema político do país, assim como já demonstramos, e pelas condições particulares de seu povo. O território brasileiro é imenso. Só é menor na razão de um quinto que a superfície total da Europa. Mais ainda, ele é povoado de maneira muito desigual. Teria sido difícil organizar o ensino no Estado do Amazonas, por exemplo – onde se conta apenas 0,08 habitante por quilômetro quadrado – sobre as mesmas bases que na capital da União, onde a densidade da população eleva a 197 habitantes por quilômetro quadrado. Teria sido impossível impor um regime uniforme a regiões tão diferentes do ponto de vista da população, do clima, dos elementos etnológicos e dos costumes locais. Era mais justo deixar aos Estados o cuidado de adequar seu ensino às suas respectivas necessidades.

Os Estados, aliás, mostraram-se dignos da tarefa que lhes foi confiada. Rivalizaram no zelo de assegurar ao maior número possível de seus administrados, a melhor e mais proveitosa educação. Dessa nobre e fecunda emulação entre os vinte Estados, resultaram progressos realmente notáveis.

Um dos antigos ministros da Instrução Pública do reino da Itália, M. Coppino, tinha o hábito de repetir: “As escolas primárias e os professores só faltam onde as comunidades não mostram um efetivo interesse para bem dotá-los.” O governo central, efetivamente, não poderia bastar e prover a tudo. Sob este aspecto, os Estados do Brasil nada têm a se reprovar e nada a invejar, já que, quase todos, consagram a maior parte de seu orçamento à instrução pública.

O Estado do Amazonas ocupa lugar de honra ao lado de seus dezoito irmãos, do ponto de vista da instrução pública, e o progresso, que realizou nessa ordem de ideias, merece todos os encorajamentos possíveis.

A primeira escola primária pública de que se faz menção nos anais legislativos da antiga província, foi criada pela lei nº 6, de 8 de maio de 1838, quando o estado era uma simples comarca, na dependência da Província do Pará. Foi estabelecida no Bairro de São Vicente, da cidade de Barra do Rio Negro (hoje Manaus), onde, dez anos depois, a lei nº 151, de

25 de novembro de 1849 estabeleceu também uma escola primária para o sexo feminino.

Assim, há 61 anos, na época em que essa comarca tornou-se província, o Amazonas possuía apenas duas escolas primárias públicas!

Em 1852, quando esse território obteve uma organização separada e passou a constituir a Província do Amazonas, quatro escolas públicas primárias foram criadas em Silves, Itacoatiara, Moura e em Tomar.

Em 1853, nove novas escolas foram criadas, só para meninos, em Vila Bela, hoje Parintins, em Canumá, Maués, Borba, Tefé, em São Paulo d'Olivencia, São Gabriel, Barcelos e em Coari.

No ano seguinte, a lei nº 27, de 9 de setembro de 1854, previa finalmente a educação das meninas, e instituía para elas uma segunda escola primária em Tefé.

Só possuíamos, pois, há 45 anos, dezesseis escolas primárias em toda a extensão de nossa grande província; e vinte e sete anos após, em 1881, não dispúnhamos de mais de 40 escolas primárias, entre as quais algumas não tinham professores titulares. A província despendia, então, cerca de 53 contos para sua instrução pública e obtinha apenas fracos resultados, já que a frequência era de 1.000 a 1.500 alunos.

Desde essa última data, 1881, iniciou-se uma nova era para nosso ensino público. Foi-lhe imposta uma direção enérgica, e pode-se prever um progresso considerável. Compreendeu-se finalmente a importância capital de criar cidadãos instruídos e capazes de elevar o nível intelectual das populações amazonenses. O governo local não aceitou que os progressos materiais, os desenvolvimentos futuros da agricultura e da indústria, continuassem sozinhos, sem repousar em bases seguras. Ele se aplicou em vencer a ignorância, como se empenhou em combater a escravidão e em assegurar os benefícios de uma imigração séria. Compreendeu que um país, para prosperar, deve ao mesmo tempo cuidar de seus interesses morais, intelectuais, religiosos e puramente materiais, e que é sempre perigoso isolar esses quatro fatores de toda verdadeira civilização.

É por isso que teve razão quem escreveu: “Existia, há cerca de dois mil anos, ao sul da Europa, um pequeno povo, de dois ou três milhões de homens, tão pobre, que pagava a seus embaixadores 7,50 francos por dia, cuja frota se compunha de barcos mercantes, e cujo exército mal

formaria dois ou três regimentos: era a Grécia. Havia também, do outro lado do Egeu, um império imenso, riquíssimo, que possuía toda a Ária, de mar das Índias à Ponte Euxino, que tinha frotas de milhares de barcos e exércitos de milhões de homens, a Pérsia. E aos olhos da História e da posteridade, a grande nação, é o pequeno povo da Grécia; e a nação bárbara, é o imenso império, a Pérsia.”¹⁶⁷

Pois bem, nós não quisemos que a imensa pátria amazonense fosse um dia tachada de bárbara; não quisemos ser acusados de construir na areia e de propagar a barbárie. Nossos compatriotas, inspirando-se do belo exemplo dado pela maior parte dos países que estão na vanguarda dos povos, não hesitaram em reservar a melhor parte de nosso orçamento ao serviço da instrução e da educação das massas. Nada pouparam para conseguir uma pronta mudança de nosso ensino primário e eleva-la à altura das aspirações nacionais.

Os créditos dedicados à instrução pública, sob todas as suas formas e em todos os graus, honram sobremodo os legisladores locais.

Os resultados já obtidos auguram bem do futuro do ensino e da marcha evolutiva dos espíritos.

Com efeito, durante o exercício de 1898, os créditos alocados elevaram-se a 1.737 contos ou milhões de réis, sem contar as somas destinadas ao teatro, que deixamos de considerar, dada sua organização anual, como meio de instrução e de moralização, e os créditos destinados à imprensa do Estado (mais de 51 contos para a imprensa e cerca de 232 contos para o teatro).

Sendo estimada a receita, para esse exercício, em 17.958 contos, é fácil constatar que o Amazonas destina hoje em dia perto de um décimo de sua receita ao ensino público.

Os recursos desse orçamento servem para prover as despesas e a manutenção de:

138 escolas primárias públicas, das quais 30 para o sexo masculino, 20 para o feminino e 79 mistas; esse serviço de instrução primária absorve pouco mais de 983 contos; 21 bolsistas que fazem seus estudos às custas do Estado (23 contos e 400 mil-réis);

167 Ver: *Les découvertes de la science sans Dieu*, de Eugène Loudun.

A Biblioteca, os Arquivos e o Serviço de Estatística (100 contos e 920 mil-réis);

O Museu (115 contos e 920 mil-réis);

O Instituto de Artes e Ofícios (281 contos e 900 mil-réis);

O Instituto Benjamim Constant (171 contos e 600 mil-réis);

E as suas subvenções a certas escolas particulares (10 contos).

O número de matrículas seguiu o desenvolvimento dos meios de instrução. Foram matriculados nas escolas primárias:

Em 1878.....	1.029 alunos
Em 1882.....	2.478 alunos
Em 1896.....	3.109 alunos
Em 1897.....	3.242 alunos
Escolas particulares.....	644 alunos

O estado só possui 16 edificios escolares, dos quais 6 na capital de 10 em diferentes pontos do interior. Os móveis escolares, provenientes da América do Norte, tendem a ser substituídos pelo material escolar francês.

O ensino secundário, de certo modo, um ensino de luxo em um país novo, também não foi deixado de lado. Distribuído regularmente e de modo satisfatório em um estabelecimento, compreende ao mesmo tempo a Escola Normal primária e o Ginásio amazonense, um liceu de externos com numerosos cursos, talvez numerosos demais. Aí se ensinam não apenas as línguas clássicas, tais como o latim e o grego, mas também o alemão, o inglês e o francês; em seguida, todo o currículo secundário dos liceus da Europa e mesmo a Biologia e a Sociologia. Em 1897, a Escola Normal, que recebe alunos de ambos os sexos, recebeu 69 matrículas e o ginásio, 36. O ensino secundário é também ministrado em um pequeno seminário diocesano e em alguns colégios particulares.

O ensino profissional, que consideramos como de primeira e urgente necessidade para o nosso país, privado de artesãos, era dado desde muito tempo em um estabelecimento que tinha sido infelizmente suprimido, mas que foi restabelecido em 1882 e recentemente reorganizado. O programa desse ensino especial compreende a instrução elementar e cursos profissionais práticos. Oficinas de alfaiataria, sapataria, forja, serralheria,

marcenaria, encadernação e alguns outros ofícios aí estão instalados. Os alunos são submetidos ao regime de internato nesse liceu de artes e ofícios.

O Museu amazonense, reorganizado por um decreto na data de 21 de agosto de 1897, compreende duas seções – de Botânica e Zoologia, e tem um naturalista viajante. A primeira seção é dedicada à Zoologia Geral e Aplicada, à Anatomia comparada, à Paleontologia Geral, à Geologia e à Mineralogia. A segunda seção se destina à Botânica Geral e Aplicada, à Paleontologia vegetal, à Etnografia, à Arqueologia e à Antropologia. Possui algumas excelentes coleções: uma, que pertenceu a Paul Taubert, adjunto ao Museu de Berlim, compreende sua biblioteca e suas coleções botânicas; a outra, comprada a Richard Payer, coleção etnográfica reunida principalmente no rio Negro e seus afluentes. Sua biblioteca e coleção de instrumentos se enriquecem a cada dia.

Tal é, em suas grandes linhas, o estado do ensino público no Amazonas. Certamente, muitas lacunas devem ser preenchidas. Muito resta para ser feito para que se atinja a uma certa perfeição. Em mais de um lugar, as instituições e os mestres são insuficientes. Métodos novos ainda não estão estabelecidos por toda parte. Mas, pouco a pouco, os defeitos serão corrigidos. A experiência será boa mestra em uma terra de boa vontade.

Um Estado que consagra à instrução pública somas representando um décimo de sua receita total merece ser admirado, encorajado, e, muitas vezes, imitado.

.....

Capítulo X

CULTOS E RITOS RELIGIOSOS: – O SENTIMENTO RELIGIOSO ENTRE OS ÍNDIOS. – ORIGEM DE SUAS CRENÇAS RELIGIOSAS. – SUPERSTIÇÕES ÍNDIAS. – UM ÍDOLO AMAZONIANO. – UMA DESCOBERTA DE CASTELNAU. – INFLUÊNCIA DOS JESUÍTAS E DE OUTROS MISSIONÁRIOS SOBRE AS CRENÇAS PRIMITIVAS DOS ABORÍGINES. O SAIRÉ. – O CATOLICISMO ATUAL.

*E*M UM POVO ENTREGUE A SI MESMO, a evolução religiosa segue quase sempre as lentas transformações da linguagem. Uma língua pobre em expressões abstratas por certo possuirá um culto grosseiro, mal liberado de sensações puramente orgânicas. Sir John Lubbock e alguns historiadores de sua escola pretendem que os primeiros fenômenos religiosos coincidem com as primeiras tentações da alma humana. Supõem que o sonho tenha sido a origem das manifestações religiosas, e assim o explicam: o selvagem viu em sonho a imagem desencarnada do grande chefe de sua tribo; ao acordar, afirma que o grande chefe está vivo, que flutua em volta de sua cabana, que vela, invisível, sobre seus antigos guerreiros; ele o viu, falou-lhe. Eis o caminho aberto para todas as superstições, para todas as deificações sucessivas.

Esse sistema, por mais engenhoso, não forneceria explicação para todos os fatos religiosos em todos os povos. Não há, parece-nos uma profunda análise psicológica e a gênese do sobrenatural na alma dos primeiros homens. Não poderia, em todo caso, ser aplicado ao fetichismo primordial dos aborígenes brasileiros.

Esta religião, como vamos expor sumariamente, parece repousar sobre uma confusa abstração de certos fenômenos naturais, e resulta antes num panteísmo universal que num politeísmo humano. Sem dúvida, a alucinação teve grande parte na primeira ideia inconsciente do divino despertador nos estreitos cérebros desses homens das florestas; mas ela não se exerceu, aparentemente, como entre os peles-vermelhas das América do Norte, por exemplo, sobre individualidades humanas. Ele não engendrou o grande Panteón do Totem. O entusiasmo, entre os índios do Brasil, foi mais racional, ousamos mesmo dizer mais científico, pois só se desenvolveu sob a inspiração das maravilhas da Natureza. Evitou mesmo, geralmente, toda manifestação exterior e dispensou o culto externo.

Esta religião sem culto, sem feiticeiros sagrados (o pajé não era verdadeiramente um feiticeiro, como se pretendeu mais tarde), desprovida de sacerdotes, privada de templos e de cerimônias pomposas ou de iniciações secretas, era uma simples maneira de conceber as leis do universo. Poderíamos fornecer, quanto a essa afirmação, numerosas provas.

Os primeiros viajantes que estudaram os índios do grupo tupi-guarani, no decorrer dos séculos que se seguiram ao descobrimento, se enganaram. Os que vieram depois, repetiram os mesmos relatos, sem comprová-los ou submetê-los a uma crítica severa. Esses viajantes afirmaram, em seus relatórios, que a ausência de toda ideia religiosa era a característica dessas tribos degeneradas e decaídas após o pecado de Adão. Mais tarde, atribuíram aos índios uma teogonia recebida deles mesmos, por estes selvagens.

Um desses antigos cronistas, o padre Vasconcelos, se não nos enganamos, exclamou em um acesso patético: “Sua língua não tem f nem l nem r, como se a Providência quisesse mostrar que eles não têm nem fé, nem lei, nem rei.”

Eis a compreensão obtida, na época, dos estudos comparados de Linguística e de Mitologia.

Aliás, o bom padre estava enganado.

A língua tupi-guarani não tem nem f nem l; mas tem o som r; apenas, este é sempre pronunciado brando, quer no começo, quer no meio das palavras. Assim, os índios do Amazonas dizem, com a letra r muito líquida: “marica” (ventre); “rana” (dente), “pira” (peixe), “muira” (floresta), etc.

Verdade que se os primeiros cronistas tratavam desta forma as questões de origem, hoje em dia essas questões são tratadas com determinada tendência, igualmente cega em suas consequências. Será que temos uma visão mais clara desde que Max Müller tentou mudar tudo?

O que há de verdadeiro, é que as questões de origem são quase em toda parte insolúveis no estado atual de nossos conhecimentos. Essas origens estão encobertas por espessas trevas; raios de gênio não chegam a atravessá-las.

Enquanto os árias da Índia se elevavam à noção de causa pelo caminho da analogia, adaptando ao universo o ritmo ternário da existência humana: nascer, crescer e morrer, Brahma, Vichnu, Siva, os índios tupi-guaranis procediam mais simplesmente.

Eles falavam do fenômeno único da geração pela maternidade. Seu espírito remontava às nascentes do Ser, antes de especular sobre suas três fases, à moda hindu.

Esses homens incultos, muito próximos dos animais, sentiam-se principalmente maravilhados por dois fatos: o nascimento do homem e a produção da luz.

Sentados à sombra das matas virgens, assistiam em silêncio, em um recolhimento supersticioso, ao nascimento de seus filhos. O mistério do parto os perturbava. Não viam senão uma causa: a mãe, a mãe fecunda.

E, quando se encontravam diante dessa Natureza maravilhosa, permeada de luz; quando perdiam seu olhar, cansados das sombras das florestas, nesse oceano de luz que inundava o céu, punham-se ainda a imaginar: Quem faz o dia? – É a sua mãe, “*ci*”. – Quem é a mãe do dia? – É o Sol, *uaraci*.

O Sol se transforma em mãe do universo, uma divindade fêmea cuja luz ilumina todo homem que vem ao mundo.

Mas, na zona tórrida, é difícil atribuir ao Sol o papel benfazejo de fecundador universal, ou antes, de procriador universal (“*ci*”). *Uaraci* só toca as plantas para consumi-las com seus raios abrasadores.

Então, quem engendra na Terra esse verde refrescante? É a mãe das plantas. – Quem é essa mãe das plantas? É a doce Lua, que derrama, nas belas noites dos trópicos, seu orvalho sobre as florestas. E a lua foi chamada de “*yaci*”, a mãe das plantas.

Os índios não imaginaram o cruzamento de uma divindade masculina com uma divindade feminina. No seu entender, a geração só tinha um fator eficaz: a mãe.

Ao lado dessa religião de contentamento mudo, tinham uma religião do terror.

A necessidade de conhecer, grande móvel de todo progresso humano, o germe que engendra a ciência do bem e do mal, foi travada nos índios por um vago sentimento de terror.

Abandonados a si mesmos no seio de imensas solidões, cercados de forças misteriosas que agem brutalmente por todos os lados, não compreendem o que há de escondido por trás desses fenômenos que têm a aparência de energia vital e voluntária.

Essas árvores que flutuam ao sabor dos ventos¹⁶⁸ que bramam na tempestade, que se agitam com demência, espalham sobre a Terra sombras gigantescas, terríveis como a do Caapora, ou então pequenas e disformes como a do Curupira.¹⁶⁹

Suas noites são atormentadas por visões. Suas fadigas e seus medos perpétuos, suas digestões pesadas, ressoam durante o sono. O pesadelo o enlaça, e se transforma em gênio malfazejo que lhe aperta a garganta. É o Jurupari.

Ao acordar, durante essas longas noites, um pássaro canta e lança na sua solidão um grito dilacerante e monótono. É o anão manco, “Mati-Taperé”, que ainda hoje amedronta as crianças da Amazônia.

Quando o índio põe fogo na floresta para estabelecer sua maloca¹⁷⁰, as espirais de chama correm à sua frente; as cobras deitadas no mato

168 O vento está zangado (*Thooru jack-jemm*), dizem os botocudos.

169 “Curupira”, tihoso, de “curub”, tinha, e “pir”, pele. Ainda hoje o povo, nessa região, dá às vezes o nome de *Tinhoso* ao Diabo.

170 Uma aglomeração de choupanas índias.

áspero se torcem queimadas, e procuram fugir. O índio vê nelas o Mboitá, a cobra de fogo, que protege a floresta.¹⁷¹

Se ele se aproxima dos rios, durante as noites claras como o dia, ouve o murmúrio das águas desgastando as margens: são as iaras enfeitadoras, que o atraem para matá-lo.

Essa grande criança, filho da Natureza, se amedronta por tudo. E, entretanto, é bravo contra seu semelhante. A morte, que inflige com tanta coragem, ele não a teme. Mas existe algo que o aterroriza mais que a morte: é o desconhecido, o espírito das coisas não vistas, a conjuração misteriosa dos fantasmas com os quais a imaginação povoa os lugares solitários; é esse não sei quê de indefinido que se tem na alma, e que nos atormenta desde o berço.

Foi talvez assim que o sentimento religioso se desenvolveu entre esses índios. Ele flutuava ainda no vago de uma teodiceia inconsciente. O período da expressão piedosa ainda não tinha chegado para esses espíritos independentes e retardados. Aliás, a vida nômade, não favorece muito o estabelecimento de templos e altares.

Até esses últimos tempos, os americanistas se entusiasmavam pela ausência de toda manifestação exterior da religião dos aborígenes do Brasil. Nenhuma ruína, nenhum resto de santuário, em um território nunca atingido, ao que se soubesse, pela desastrosa invasão iconoclasta. Nenhuma inscrição a ser decifrada, nenhum fragmento de divindade lapidar que se interpretasse aí onde se esperava encontrar de pé o achado dos restos de um passado, único caminho, até as origens de uma raça inteira. A decepção foi grande.

Entretanto, algumas inscrições foram encontradas, aqui e ali, desde então.

Certos sábios, em recente congresso, emitiram sobre o assunto que nos ocupa hipóteses muito divertidas. Segundo eles, nossos índios adoravam as árvores das florestas, e escolhiam como ídolos as mais belas entre os produtos da vegetação tropical, o que lhes economizava o luxo das imagens entalhadas. Ou ainda, eram simples cismáticos, separados do cul-

171 Ver: *Revista brasileira*, do Rio de Janeiro: "A religião dos tupis-guaranis", pelo dr. José Veríssimo de Matos, americanista destacado do Pará.

to idolátrico de seus vizinhos para viver, libertos dos ícones, numa espécie de pureza ideal.

Essas teorias não suportam um exame, qualquer que seja o manto científico que as recubra, qualquer que seja a tecnologia bárbara empregada para emití-las com desenvoltura.

O melhor, talvez, fosse nos apegar à opinião exposta por Frank, em seu curso no Collège de France: “Os índios da América do Sul”, dizia ele, “são homens como os outros, com os mesmo direitos, mas condenados, por não sei por que vício de origem e por um esmagamento fatal dos meios, a permanecer inferiores aos outros homens. Somos obrigados a reconhecer que esses crânios soldados, esses cérebros coagulados são incapazes de percorrer, sozinhos todas as fases do progresso religioso e científico da Humanidade.”

Se eles estancaram no momento em que o culto positivo se desgarrava das aspirações confusas de um misticismo sonhador e naturalista, é que, entre eles, o grau do consciente era fixado por uma lei fatal de seu ser. Talvez, também, esses silvícolas nunca tiveram a sorte de se encontrar numa dessas circunstâncias reveladoras que entreabrem para os povos a perspectiva de um futuro mais glorioso. Uma fagulha talvez bastasse para iluminá-los e impeli-los para frente. Tiveram apenas as asperezas da existência e a noite de suas florestas para rodeá-los. Adormeceram nessas trevas. Querer penetrar o mistério de seu estado de abatimento valeria tanto quanto perguntar o que faltou aos grandes vertebrados para que se transformassem em homens.

Há alguns anos, foram descobertos ídolos e restos de templos índios em certas partes do Brasil; armas foram encontradas e estudadas, instrumentos de pedra, numerosos exemplos de uma arte de cerâmica, sambaquis, inscrições, uma série completa de antiguidades, recentes descobertas, enriquecem-nas a cada dia.

J. Barbosa Rodrigues consagrou um livro às Antiguidades do Amazonas. Ladislau Neto, o pranteado diretor do Museu Nacional, em excursão que empreendeu, em 1881, até o Pará com o objetivo de preparar a Exposição de Antropologia Brasileira efetuada no Rio de Janeiro, no ano seguinte, encontrou fragmentos de estátuas na ilha de Pacoval, e emitiu a opinião de que essa ilha situada na embocadura do Amazonas teria sido

construída pelos índios, os quais lhe teriam dado a forma de uma tartaruga, destinando-a a servir de sepultura a seus mortos. Mais recentemente ainda, José Veríssimo de Matos descobriu um ídolo que confirma os dados recolhidos após o exame do ídolo trazido do Amazonas, em 1875, por Barbosa Rodrigues.

Notemos, entretanto, que essas descobertas se referem exclusivamente às regiões amazônicas. Não destroem, pois, as conclusões gerais que formulamos mais acima.

Mantendo-se para o resto do país e para a maior parte das tribos indígenas a existência de um fetichismo primordial, pode-se admitir que certos grupos de índios se elevaram a um sistema religioso menos rudimentar.

Neste ponto, duas suposições se apresentam ao pensamento: ou esses índios privilegiados atingiram por si sós, devido a causas internas e externas, ainda não determinadas, esse grau de religião efetiva que se traduz por obras de arte e por um conjunto de ritos públicos; ou então, atingiram a esse progresso através de contatos com estrangeiros.

Tudo parece recomendar a última hipótese.

É possível que migrações mexicanas tenham vindo se fixar, em datas recuadas, nas ilhas de Marajó e de Pacoval; é possível também que os contatos frequentes e prováveis com índios do alto Amazonas com os do Peru tenham introduzido entre os primeiros, certas formas religiosas mais avançadas.

Com efeito, sabe-se hoje em dia¹⁷², que o Ucajali, um dos braços do Amazonas, tem suas margens cheias de nichos, de grutas artificialmente aumentadas, de mausoléus sustentados por pilares coroados por um lintel, e de sepulturas. Era também nas margens do Apurimac, um outro braço do Amazonas, que se erguia a Fortaleza do Choc-Cequirao, residência dos herdeiros da coroa dos Incas. Foi aí o asilo dos últimos sobreviventes da raça Manco-Capac.

172 Ver, sobre o assunto, a opinião do marquês de Nadaillac, em sua obra *L'Amérique préhistorique*.

Mas, repetimos, é de rigor uma excessiva prudência sempre que se trata de monumentos da civilização índia do Brasil. Eis um exemplo que deve nos instruir suficientemente.

Existe no Louvre, em uma das salas fechadas ao público e onde só pudemos penetrar com uma permissão especial de M. de Ronchaud, uma estátua de macaco muito interessante ao estudo¹⁷³. Ela lembra, por seu trabalho muito avançado, alguns dos belos exemplos da arte mexicana. Pode representar um deus selvagem, sonhando sobre amores lúbricos sob os coqueiros, já que um falo exagerado se encontra entalhado nas partes abdominais. O senhor de Castelnau enganou-se completamente. Como passasse, por volta de 1846, pela cidade de Barra do Rio Negro (hoje Manaus, capital da Província do Amazonas), encontrou essa estátua, que servia de assento à porta de uma casa. Acreditou ter encontrado o Peru. Adquiriu a relíquia e levou-a para a França. Formou-se logo uma lenda em torno desse falso ídolo. O senhor Paul Marcoy assegurou que esse pequeno deus símio tinha sido recolhido pelos carmelitas nas nascentes do rio Uapés, que os bons religiosos tinham-no transportado para uma de suas missões, de onde um comerciante o tinha mandado para Manaus. Foi aí que o senhor de Castelnau encontrou o ídolo, que goza hoje em dia as honras de Paris.

Ora, esse macaco de pedra, segundo nossos dois viajantes, descendia em linha direta do Panteón indígena; esse herói de uma estranha odisseia, foi simplesmente, conforme provas a seguir, a obra de um pedreiro português, que a fabricou no ano da graça de 1784; a obra do senhor Antônio Jacinto de Almeida teve, pelo menos, o mérito de inspirar o senso de humor de nosso poeta Porto Alegre, que narrou suas aventuras numa comédia desopilante.

A grande descoberta arqueológica terminou em versos cômicos.

Quanto ao ídolo amazonense de Barbosa Rodrigues, ele é mais autêntico e de melhor origem. Remontaria, segundo ele, há mais de três séculos. Foi encontrado enterrado no jardim de uma casa da cidade de Óbidos, na Província do Pará, na margem esquerda do Amazonas. Trata-se, segundo se diz, de um ídolo de pesca, e o sábio brasileiro lembra que, mesmo em nossos dias, alguns índios da Amazônia amarram em seus bar-

173 Esta estátua se encontra hoje em uma das salas do Museu do Trocadero.

cos, chamados de montarias, folhas de “tajá”, para encantar o peixe e tornar sua pescaria mais abundante.

Apesar desses aperfeiçoamentos, vistos por nós como sendo de importação mexicana e peruana, contrariamente à opinião de Barbosa Rodrigues, que emitiu sobre o assunto hipóteses ousadas e muito sedutoras, é duvidoso que a religião primitiva dos índios do Brasil tenha jamais realizado sua síntese monoteísta.

Foram necessários à Grécia e Roma trezentos anos de Filosofia, enxertada sobre vários séculos de politeísmo, para produzir a noção de um deus supremo em certos cérebros privilegiados de platônicos e estoicos; e ainda não é certo que essa noção, do ponto de vista científico, não tenha sido importada, isto é, revelada. É impossível calcular o tempo necessário para fetichistas inconscientes chegarem ao último termo de abstração religiosa e metafísica.

A prédica católica dos missionários quase realizou esse milagre em alguns anos.

Tocamos aqui em um ponto delicado de crítica religiosa. Diremos apenas, em poucas palavras, que a admirável doutrina de Cristo tornou-se acessível a todas as almas e a todas as raças humanas, tão profundamente humana é ela para não dizer divinamente inspirada. Mas esta sublime e universal quintessência do consciente tomou qualidades diferentes, de acordo com os vasos, mais ou menos preciosos em que foi derramado, como diz o Evangelho.

Entre os orgulhosos estoicos de Roma, a crença cristã produziu a religião dos mártires e dos pais da Igreja; entre os bárbaros germanos, produziu a fé obtusa da Idade Média; nas solidões do Novo Mundo, resultou em uma espécie de fetichismo cristão.

Expliquemo-nos melhor.

Depois do sangue derramado pelo conquistador cúpido, a palavra de vida foi semeada por homens de sentimento e devoção. O padre quis unir à sua pátria terrestre do mesmo modo que à pátria eterna, almas que se desejava explorar simplesmente. Ele passou através de nossas florestas com seu crucifixo e seu livro de prece. Tratou de feridas e levantou as forças. O missionário soube apresentar a essas crianças grandes, tocadas pela infelicidade, consolações inefáveis. Ele lhes disse que o vencedor esta-

va submetido a um senhor justo, que recompensa os bons e pune os maus; a um Ser que tudo criou e que governa tudo. Mostrou-lhes o alívio ao seu infortúnio se se confiassem a esse grande benfeitor do mundo. Mas também não lhes escondeu que esse Deus torna-se por vezes um Deus terrível, pronto para castigar.

Os missionários, assim, tornaram acessíveis a essas inteligências retardadas os principais dogmas do catolicismo. Não se preocuparam com os rigores teológicos. Estavam certos que sua ortodoxia seria logo desfigurada, só tinham uma finalidade: tornar mansas e boas essas infelizes criaturas humanas que se precipitavam sem remorsos em todos os ímpetos das paixões violentas, voltadas a todos os extremos da carne e do sangue.

Conseguiram desse modo, tirar aos índios uma parte de sua ferocidade, e desfigurar insensivelmente suas crenças primitivas.

O Deus dos cristãos tornou-se para esses selvagens imaginativos o “Tupã”¹⁷⁴ temível. Satã foi encarnado na pessoa do terrível “Anangá”¹⁷⁵. Os gênios de que falamos anteriormente cederão lugar ao culto dos santos. Em seguida, deram-lhes uma trindade, calcada da Trindade católica, e composta pelo Sol (Uaraci), pela Lua (Yaci) e por um deus de amor, Rudá ou Perulá.

Os pregadores portugueses não foram menos felizes junto a seus catecúmenos, no que diz respeito ao culto exterior e às cerimônias sagradas. Conseguiram fazê-los aceitar as festas e simulacros de devoção.

Assistimos, em nossa infância, a procissões onde as crenças fetichistas se misturavam a ritos cristãos. Barbosa Rodrigues nos descreveu a festa do “Sairé”¹⁷⁶ da qual guardamos ainda uma recordação muito precisa. Parecia mais com uma procissão antiga que com as severas solenidades católicas.

O sairé é um semicírculo de madeira, de 1,40 metro de diâmetro. Nesse semicírculo, dois outros, menores são inscritos, tangentes um ao outro, e tocando o grande diâmetro. Essa armação sólida se assemelha a uma janela romana geminada. Do ponto de tangência dos dois semicírcu-

174 “Tupã”, alma do pai ou dos pais, do protetor, do criador.

175 “Anangá”, alma do mal.

176 Ver: *Revista brasileira*.

los, eleva-se, perpendicularmente ao diâmetro do grande semicírculo, um raio que ultrapassa a circunferência, e que termina por uma cruz. Os dois semicírculos menores também têm seus raios perpendiculares ao diâmetro e ornados igualmente por uma cruz. Esses arcos são forrados com um enchimento de algodão e cobertos de fitas. Uma quantidade de pequenos espelhos, doces, frutas, são suspensos à armação. Uma grande fita, como se fosse uma auriflama, parte da cruz central.

Todo o relato bíblico do Dilúvio está contido nessa representação simbólica. O grande arco representa a arca de Noé; os espelhos significam a luz do dia; os doces e as frutas, a abundância que reinava na arca; o algodão e o tamborim, a espuma esbranquiçada e o ruído das ondas do Dilúvio; o movimento que se imprime ao sairé lembra o balançar da arca sobre as águas. Os três círculos tomados em conjunto figuram a Trindade, distintas embora se penetrando. As três cruces são a imagem do Calvário, com Cristo crucificado entre os dois ladrões e assim por diante.

O engenhoso padre que inventou esse instrumento fez mais, com certeza, que todos os pregadores reunidos, para perpetuar entre os índios uma aparência de culto católico.

Quando os índios festejam um santo, erguem em sua cabana um altar onde colocam a imagem do santo, e, a seus pés, o sairé. Em frente à casa, elevam um grande teto de taipa. Mesas são arrumadas, e tudo é preparado para a dança e os festins. Evidentemente, estamos falando de índios catequizados.

Chegado o dia da festa, transporta-se o sairé da casa para a igreja. A ordem da procissão é a seguinte: na frente, um índio muito sério carrega um estandarte, sobre o qual se destaca a imagem do santo venerado. Vem em seguida o sacrossanto sairé. Três velhas índias, vestidas com suas mais belas roupas, o seguram no ar pelo diâmetro. Uma índia moça agita a grande fita do sairé, enquanto que, ao seu lado, uma companheira toca o tamborim sagrado, enfeitado de fitas de cores vivas. O cortejo das mulheres vem em seguida, e os homens fecham a procissão. Durante o trajeto, a intervalos regulares, as velhas o inclinam para frente e para trás, imprimindo-lhe movimentos de balanços de barco dos mais expressivos. Durante esse tempo, a moça do tamborim toca e dança, ao ritmo dos cantos.

A melodia é triste e monótona. É um longo queixume de almas sofredoras. As palavras são ingênuas e exprime a esperança de uma vida futura¹⁷⁷. Elas dizem:

– “Nas fontes do batismo, o Menino Jesus foi Batizado.”

O coro responde:

– “Jesus e Santa Maria.”

– “Santa Maria é muito bonita; seu filho é como ela; ele está no céu, pregado numa cruz, para guardar nossas almas.”¹⁷⁸

O coro repete: “Jesus e Santa Maria.”

A ideia cristã continua a habitar o espírito mesmo daqueles índios que nunca receberam instrução religiosa: seus ancestrais transmitiram-lhe essa preocupação. É assim que na montanha de Parintins, em frente da embocadura do Jamundá na margem direita do Amazonas, existiu outrora uma missão de jesuítas. Os índios que catequizaram se revoltaram um dia, queimaram a casa dos pregadores, demoliram a igreja e fugiram. Mas esqueceram os sinos, e, ainda hoje, a tradição afirma que, às vezes, no silêncio da noite, ouvem-se os sinos badalar, como para repreender a esses índios sua ingratidão e o endurecimento de seus corações.

177 O refrão é em português; as estrofes em língua tupi. Eis o texto: “*Itá camuti pupé neiassúcaua pitanguê puránga ité.*”

178 *Santa Maria, cuñan puránga, imembóira iauérá iuaté pupé, oicou curuçé uassú pupé, ianga turama reraçú.*

TERCEIRA PARTE

.....

Capítulo I

VIAGENS DE EXPLORAÇÃO: – POR QUE A EUROPA DEVE SE INTERESSAR PELAS COISAS DO AMAZONAS. – DE LA CONDAMINE. – ALEXANDRE DE HUMBOLDT. – VON SPIX E VON MARTIUS. – ED. POEPPIG. ALC. D’ORBIGNY E O CONDE DE CASTELNAU. OSCULATI. MAWE, SMITH E LOWE. – WALLACE E BATES. – OUTROS VIAJANTES INGLESES. W. CHANDLESS. – OS ESTADOS UNIDOS E SUAS EXPLORAÇÕES NO AMAZONAS. FRANCESES, ITALIANOS E ALEMÃES. – UMA PRINCESA REAL NO AMAZONAS. O VALE DO MADEIRA. – LOUIS AGASSIZ.

HÁ BEM POUCOS ANOS, era moda na Europa dar mostras de indiferença a respeito das nações da América Latina. Fingia-se acreditar que esses países longínquos só tinham a seu favor suas incessantes revoluções, seus generais de opereta e seus “rastacueros” de exportação. Começa-se agora a deixar um pouco de lado esse desdém onde se mescla muita ignorância e bastante preconceito. Os europeus começam a se interessar por seu progresso, sua indústria nascente, seu comércio florescente, e mesmo por sua literatura e suas artes.

Entre esses países, o Brasil, em calma após um período de agitação inesperada, retoma o grande lugar que lhe cabe de direito. Os ingleses lembraram-se que empenharam no Brasil imensos capitais, com

um proveito real. Os alemães e italianos convenceram-se de que existem no Brasil milhares e milhares de seus compatriotas prosperando. Os franceses por fim, lembraram-se da glória, efêmera sem dúvida, mas brilhante, conquistada por seus ancestrais naquela parte do mundo, desde o século XVII. Foram os franceses, com efeito, que, já nessa época, contaram pela primeira vez a uma Europa admirada, as maravilhas da “França Antártica”.

Jean de Léry¹⁷⁹ exclamava, ao relembrar a bela terra do Brasil: “Todas as vezes que a imagem desse novo mundo, que Deus me permitiu ver, se apresenta diante de meus olhos, imediatamente a exclamação do profeta me vem à memória:

“Ó senhor Deus, como tuas obras diversas
São maravilhosas neste mundo universo!”

Seu contemporâneo, o padre Claude d’Abbeville¹⁸⁰ dizia, não com menos entusiasmo, em seu antigo falar poético: “A Santa Escritura muito louva a beleza do paraíso terrestre, principalmente por causa de um rio que nele corre, regando esse lugar de bem-estar. Contentar-me-ei aqui de notar que essa terra do Brasil é maravilhosamente embelezada por muitos grandes rios. Eles temperam de tal modo o ar, e regem tão bem a toda a terra do Brasil, que ela é, por todo tempo, toda verde e florida... Oh! Como é bom ver também todos os campos salpicados por uma variedade infinita de belas e diversas cores e plantas e flores que não têm comparação com nenhuma das nossas.”

Em nossos dias, o sábio conservador da Biblioteca Sainte Geneviève, Ferdinand Denis, disse com razão: “Se os ingleses foram os primeiros a desenvolver entre os brasileiros o gosto pelos melhoramentos industriais, se foram eles que imprimiram ao país essa atividade comercial, que nós secundamos mais tarde e cujos frutos colhemos em parte –, é a nós, principalmente, que cabe reclamar essa anterioridade da iniciação nas artes e nas ciências, que um povo deve sempre a outro povo, e que marca para sempre época na história de seu desenvolvimento social. Se, levando em conta o tempo em que puderem se consagrar seriamente a trabalhos intelectuais,

179 *Histoire d’un voyage fait en la terre du Brésil...*, 3ª. ed., Genève, 1585.

180 *Les singularitez de la France Antarctique...*, Paris, 1558.

examinarmos as produções dos brasileiros, e se as compararmos, em relação ao seu valor artístico, aos outros povos da América não duvidamos que é a eles que, desde agora, deve pertencer a preeminência, e são sem dúvida eles que a conservarão no futuro. Aos Estados do Norte, as grandes combinações políticas, o desenvolvimento da indústria; aos Estados da América do Sul, e sobretudo ao Brasil, o fogo inteligente das artes, as inovações nas ciências e mesmo a compreensão dos grandes movimentos sociais que devem guiar o mundo¹⁸¹”

O Brasil foi, pois, em todos os tempos, para os viajantes que o percorreram, um vasto objeto de admiração. Cada povo europeu aí encontrou o traço de um de seus filhos, e a Amazônia está cheia da lembrança de cem sábios do Velho Continente. As agradáveis recordações do passado, as relações de viagens mais recentes devem incentivar os europeus a apertar ainda mais estreitamente os laços de amizade que sempre existiram entre os brasileiros e eles; é necessário que as relações de comércio de colonização se estabeleçam mais que nunca entre o Brasil e nós.

A fim de não sermos acusados de nos erigir em juiz de nossa terra natal com a indulgência do patriotismo, dedicaremos este capítulo ao testemunho dos exploradores de toda nacionalidade que percorreram o Amazonas.

Esses homens de alto valor, que não temeram embrenhar-se até as profundezas mais longínquas de nosso país, se aperceberam perfeitamente de seus recursos e de seu futuro. Eles não se contentaram em louvar a profusão dos encantos oferecidos pela Natureza, as belezas dos lugares e a majestade do imenso vale; eles se esforçaram em anotar todos os pormenores capazes de trazer uma nova contribuição à ciência.

Mas, como já dissemos, a maior parte dos trabalhos e dos relatórios desses viajantes se dirigem antes ao mundo desinteressado dos sábios que os negociantes e industriais, que, só eles, possuem a vontade e os meios de tirar um excelente proveito dessas descobertas.

Pode-se dizer que foi De La Condamine¹⁸², astrônomo francês, que, pela primeira vez, no fim do século passado, abriu à ciência europeia

181 *Brésil*, Paris, 1837.

182 Obra citada.

a região do Amazonas. Mas Alexandre von Humboldt¹⁸³, o naturalista alemão, o Aristóteles moderno, que, há exatamente um século, levou sua observação sistemática a esse vasto campo de experiências, para esse herbário gigantesco. Escrevia ele, por ocasião de sua volta:

“Desde que deixei as margens do Orenoco e do Amazonas, uma nova era começou para o desenvolvimento social dos estados do Ocidente. À fúria das dissensões intestinas sucederam as bênçãos da paz e do desenvolvimento mais liberal das artes e da indústria. As bifurcações do Orenoco (o Caciquiare), o istmo de Tuamini, tão fácil de cortar por um canal artificial, atrairão dentro em pouco a habilidade do comércio europeu. – O Caciquiare, tão largo quanto o Reno, e cujo curso é de 108 milhas, deixará de ser um canal inútil. Será navegável em uma extensão de 180 milhas (290 quilômetros) entre duas bacias cuja superfície mede 190.000 léguas quadradas. Os cereais da Nova Granada serão transportados para as margens do rio Negro; embarcações, saídas das nascentes do Napo ou do Ucayali, dos Andes, de Quito ou do alto Peru, virão até as bocas do Orenoco, depois de ter atravessado uma distância igual à que separa Marselha de Tombuctu.

“Essa região, nove ou dez vezes tão grande quanto à Espanha, enriquecida pelas produções mais diversas, é navegável em todas as direções por meio do canal natural do Caciquiare e da bifurcação dos rios. Esse fenômeno, que terá um dia importância capital para as relações políticas entre as nações, merece sem nenhuma dúvida ser considerado com seriedade.”

Indubitavelmente, essas brilhantes previsões, inspiradas ao ilustre viajante pela visão e pelo estudo de nossa incomparável rede fluvial, ainda não se realizaram. O Caciquiare ainda não cumpriu sua missão natural, que consiste em unir o Orenoco ao Amazonas pelo rio Negro. O Istmo de Tuamini ainda não encontrou seu Lesseps. Mas a navegação a vapor realizou em parte a obra antevista pelo grande sábio,

183 Alex. Von Humboldt, acompanhado por Aimé Bompland, deixou La Corogne aos 5 de junho de 1799; tinha então trinta anos. Foi durante essa primeira viagem que visitou uma parte da Amazônia. Voltou de sua segunda viagem em 1804.

e, pode-se afirmar, as bacias dos dois rios paralelos são ligadas por constantes comunicações.

Quando o istmo do Panamá for cortado, a Amazônia poderá, através da Colômbia, aproveitar dos dois oceanos. Mas esses tempos ainda estão longe.

A iniciativa ousada de Humboldt e de Aimé Bompland, seu companheiro por demais esquecido, teve um feliz resultado. Provocou uma nova viagem: a de dois alemães, cujos trabalhos ficaram célebres.

Chegados ao Rio de Janeiro aos 14 de julho de 1817, os doutores Joh. Bapt. von Spix e Carl Friedr. Phil. von Martius só deixaram o Brasil em 14 de junho de 1820, depois de terem feito uma frutuosa expedição ao vale do Amazonas, trazendo admiráveis coleções. Seus estudos se estenderam tanto sobre a flora e a fauna quanto sobre a Etnologia e a Linguística, e, de volta ao seu país, não cessaram um só dia de aumentar o vasto tesouro de informações adquiridas durante essa viagem de três anos. Outros conseguiram, depois deles, conquistar uma notoriedade mais ruidosa; mas nenhum os ultrapassou nem na variedade dos conhecimentos nem na honestidade científica. – Após sua *Reise in Brasilien*¹⁸⁴, publicada em comum em Munique, von Martius empreendeu a publicação de sua *Flora Brasiliensis*, continuada por Aug. Guillaume Eichler, monumento do mais incontestável valor; e os dois viajantes de 1817-20 só deixaram de escrever quando morreram.

Um de seus compatriotas, que veio pouco depois, Poeppig (1827-32), não atingiu sua altura, mas seu mérito ainda é considerável. Ele se ocupou igualmente da flora amazoniana.¹⁸⁵

As publicações de outros viajantes alemães, tais como Robert Avé Lallemand¹⁸⁶ e Franz Keller¹⁸⁷, são muito mais recentes.

184 Dr. Joh. Bapt. von Spix und Dr. Carl Fredr. Phil von Martius: *Reise in Brasilien...*, 1817-20, Munchen, 1823-31.

185 Eduard Poeppig: *Reise in Chile, Peru un auf dem Amazonenstrom*, 1827-32, Leipzig, 1835-36. – *Nov. Gen. ac spec. plantarum quas in regno peruviano et in terra Amazonica, annis 1827-32, legit...*, Lipsiae, 1835-45.

186 Robert C. B. Ave Lallemand: *Tabatinga am Amazonenstrom...*, Hamburg, 1863.

187 Franz Keller: *The Amazon and Madeira Rivers...*, Londres, 1874.

Foi apenas vinte anos após von Spix e von Martius, que um francês, o conde Francis de Castelnau¹⁸⁸, rodeado por um grupo de colaboradores, visitou por sua vez o Amazonas, por ordem do governo francês. Seus trabalhos são por demais conhecidos para que os apresentemos aqui. Se bem que tenham envelhecido um pouco em certas partes, oferecem, entretanto, um grande interesse, para os franceses em especial, que neles encontrarão fontes suficientes sobre o aspecto da região e sobre suas produções variadas.

A obra do Conde de Castelnau tinha sido precedida pelos belos trabalhos de Alcide d'Orbigny¹⁸⁹, cujas teses determinaram um vivo movimento de curiosidade entre os americanistas, sem, entretanto, contribuírem para a propaganda prática da Amazônia.

Castelnau foi seguido pelas publicações menos científicas de Paul Marcoy¹⁹⁰ e Emile Carrey¹⁹¹.

Quase ao mesmo tempo, um italiano, Osculati¹⁹² estudava particularmente essa região e parava em Manaus, que hoje, certamente, em sua velhice, ele não mais reconheceria.

Depois da Alemanha, da França e da Itália, a Inglaterra e os Estados Unidos da América do Norte travaram por sua vez conhecimento com o antigo El-Dourado. A Inglaterra, principalmente, distinguiu-se nessas explorações científicas.

188 Francis de Castelnau: *Expedition dans les parties centrales de l'Amérique du Sud*, de Rio de Janeiro a Lima, e de Limá au Pará..., pendant les années 1843-47, Paris, 1850.

189 Alcide d'Orbigny: "Fragment d'un voyage au centre de l'Amérique Méridionale", contenant des considérations sur la navigation de l'Amazone, 1826-33, Paris, 1845.

190 Paul Marcoy: *Voyages à travers l'Amérique du Sud, de L'Océan Pacifique à l'Océan Atlantique...*, Paris, 1869.

191 Emite Carrey: *L'Amazone...*, Paris, 1856.

192 Caetano Osculati: *Esplorazione delle regioni equatoriali lungo il Napo ed il fiume delle Amazzoni*. 1845-48, Milano, 1854.

Seus primeiros exploradores, em ordem cronológica, são, por um lado o tenente H. L. Maw¹⁹³, e por outro, Smyth e and¹⁹⁴.

O tenente Lowe deixou o porto de Calhau para descer o Amazonas, após ter atravessado os Andes, a 30 de novembro de 1827. Estava em Tabatinga, em território brasileiro, aos 31 de janeiro de 1828, e chegou a Belém a 19 de abril, tendo visitado Barra do rio Negro (Manaus) durante alguns dias. Ele compreendeu todo o porvir dessa região, não somente rica por uma variedade infinita de produtos, mas tendo ainda à sua disposição todos os meios de transporte para esses produtos em todas as direções por meio desses imensos rios, entre os quais alguns – escrevia ele com razão em 1828 – são quase tão desconhecidos quanto os rios planetários. Previu também o descontentamento que se operaria pela chegada da navegação a vapor. “Dez anos depois que ela tiver começado”, acrescentava ele, “não mais se reconhecerá a região que me empenhei em descrever” (Pág. 44 e 45). Entre os viajantes ingleses, devemos destacar dois, já que suas pesquisas serviram consideravelmente a Darwin para apoiar suas teorias sobre a evolução e porque seus trabalhos têm um raro valor de observação.

Queremos falar dos senhores Alfred Wallace¹⁹⁵ e Henry Bates¹⁹⁶. Este último trouxe do Amazonas 14.712 espécies, das quais 8.000 novas.

Depois dele, e em plano bem inferior, vêm seus compatriotas, Edwards¹⁹⁷, James Orton¹⁹⁸, autor de trabalhos de agradável leitura, W.

193 Henry Lister Maw: *Journal of a passage from the Pacific to the Atlantic crossing the Andes and descending the River Marañon or Amazon*, Londres, 1829.

194 W. Smyth and F. Lowe: *Narrative of a journey from Lima to Pará across the Andes and down the Amazon, 1834*, Londres, 1836.

195 Alfred R. Wallace: *A Narrative of travels on the Amazon and Rio Negro*, Londres, 1853. – *Tropical Nature and other Essays*, Londres, 1878.

196 Henry Walter Bates: *The Naturalist on the River Amazons*, Londres, 1864, 2^a. ed.

197 William H. Edwards: *A voyage up the River Amazon*, Londres, 1855.

198 James Orton: *The Andes and the Amazon...*, London, 1870.

Chandless, Wickham¹⁹⁹ e Mathews²⁰⁰. Entre eles, W. Chandless merece menção especial.

Ele ocupa, na verdade, um lugar à parte nessa galeria de viajantes, graças a seus excelentes trabalhos de exploração no Purus, Aquiri, Maué-açu, Abacaxis e Juruá²⁰¹, todos de valor.

Sobre o Madeira, já tínhamos um trabalho sagaz de um americano do norte, Charles Wilkes²⁰², relatando uma exploração realizada há mais de 60 anos.

Seu compatriota, Maury, tenente da Marinha Federal dos Estados Unidos da América do Norte, que o seguiu, trouxe outras preocupações para nossas terras virgens. Abandonando os estudos especulativos de seus predecessores de outras nacionalidades, dotado do senso prático que constitui a força de seus compatriotas, propôs-se a encontrar os meios de abrir o Amazonas às bandeiras estrangeiras, e recolher, no local, argumentos sólidos em favor de seus desígnios.

Era, na realidade, o tempo em que a Inglaterra e os Estados Unidos cobijavam essas terras produtoras, de rendimento seguro e imediato, e queriam exigir que o Brasil outorgasse a livre navegação do rio ao comércio de todos os povos, isto é, antes de tudo, ao seu próprio comércio.

A agitação nesse sentido começou desde o ano de 1851²⁰³. Foi apresentada uma proposta ao representante diplomático do Brasil em Washington, que não teve dificuldade em demonstrar que seu governo era o único juiz da oportunidade dessa medida.

199 Henry Alexander Wickham: *Rough notes of a journey through the Wilderness... by way of the great cataracts of the Orinoco, Atapabro and Rio Negro*, Londres, 1872.

200 Edward D. Mathews: *Up the Amazon and Madeira Rivers...*, Londres, 1879.

201 William Chandless: "Ascent of the River Purus", Londres, 1866, *Journ. of the R. G. S.* t. XXXVI. – "Notes on the River Aquiri", *ibid.* – "Notes of a Journey up the River Juruá", Londres, 1869, *Journ of the R. G. S.*, t. XXXIX. – "Notes on the rivers Maué-açu, Abacaxis, etc.", Londres, 1870, t. XL.

202 Charles Wilkes: *Exploring Expedition during the Years 1838-42, Madeira, Brazil*, Nova York, 1858.

203 Ler, nos *Anais do Parlamento brasileiro*, sessão de 1857, o discurso do Conselheiro Sérgio Teixeira de Macedo, pronunciado a 16 de junho.

O governo britânico não tardou em unir seus esforços aos do governo federal dos Estados Unidos da América do Norte. Lord Clarendon dirigiu-se, aos 25 de outubro de 1854, ao ministro do Brasil em Londres, e reclamou abertura do Amazonas. Foi-lhe respondido por um argumento *ad hominem* dos mais adaptados às circunstâncias.

“É sabido por todos”, disse o ministro do Brasil em Londres, na nota que dirigiu em resposta às reclamações do secretário de Estado da rainha, “que a Grã-Bretanha sempre recusou, mesmo aos ribeirinhos a navegação da parte dos rios dos quais possui as duas margens; e que, nos rios dos quais possui apenas uma margem, só concede a navegação ao Estado possuidor da margem oposta. Para mostrar quais as doutrinas sustentadas a esse respeito pelo governo britânico, bastará citar os seguintes fatos: a navegação do São Lourenço só é comum à Inglaterra e aos Estados Unidos na parte em que cada uma das margens pertence a um dos dois países, enquanto que apenas navios arvorando bandeira inglesa viajam na parte cujas margens, até a embocadura, pertencem à Inglaterra; os acordos concluídos em 1842 com os Estados Unidos, relativos à navegação do rio São João, e, em 1845, relativamente à do Colômbia, testemunham a mesma preocupação.”

Este argumento, *utrinque feriens*, era um golpe bem dado na cabeça dos dois pretendentes.

A Inglaterra compreendeu, o que não impediu um súdito de Sua Majestade britânica de tentar criar um conflito entre o Brasil e seu país, para, conforme afirmava ingenuamente, apressar a solução do problema.

Os americanos do norte, mais tenazes em seus projetos e menos respeitosos das formas diplomáticas, agiram de outro modo. Supuseram a questão praticamente resolvida e enviaram uma missão ao Amazonas a fim de estudar os recursos que seu comércio poderia encontrar, e fornecer novas razões para forçar a abertura do grande rio cobiçado.

A 15 de fevereiro de 1851, o Departamento da Marinha encarregou os tenentes W. Lewis Herndon e Lardner Gibbon dessa importante e delicada missão. Os relatórios dos dois comissários foram apresentados ao Congresso dos Representantes, reunidos em Washington, no mês de fevereiro de 1853.

Esses documentos transbordam de entusiasmo e lirismo mercantil.

“Trata-se”, dizem eles, “da terra do arroz, da salsaparrilha, da borracha, do bálsamo de copaíba, da goma-copal, da cera vegetal e animal; do cacau, da noz-moscada, das favas-tonca, do gengibre, da pimenta, da araruta, da tapioca, do anil, das castanhas-do-pará; a terra das tintas de cores brilhantes, das drogas de virtude rara, das madeiras de ébano do mais belo grão e suscetíveis do maravilhoso polimento. As florestas são cheias de caça, e os rios abundam em tartarugas e peixes. Aqui vivem a anta ou vaca-selvagem, o peixe-boi ou boi-marinho, a preguiça, o tamanduá, o soberbo tigre-negro, o misterioso peixe-elétrico, a jiboia, a perigosa serpente coral, o jacaré voraz, os macacos de toda espécie, os pássaros de plumagem brilhante, os insetos de formas mais estranhas e cores mais vivas.

“O clima da região é salubre e a temperatura agradável”.

Como se vê, a enumeração é bastante completa e suficientemente atrativa.

Os autores do relatório acrescentavam, entrevedo os maiores horizontes para essa parte do Brasil:

“Contemplando todas essas coisas, o espírito fica confuso diante das visões que descobre. Temos aqui um continente dividido em várias ilhas – já que vários grandes rios rodeiam grandes pedaços de terra – cujas margens produzem ou podem produzir tudo o que a terra engendra para o sustento de uma população superior à presente. Temos aqui uma navegação fluvial para grandes barcos, pelo Amazonas e por seus vastos tributários, podendo se estender, em números redondos, a 6.000 milhas, sem contar os numerosos braços do rio, que podem elevar esse número a 10.000 milhas; também sem contar nem o Prata com seus tributários, por um lado, nem o Orenoco com seus afluentes, por outro. O Orenoco está em comunicação com o vale do Amazonas pelo Caciquiare; o Prata, para se comunicar com a bacia Amazônica só necessita de que se abra um canal de seis léguas, através de um terreno fácil.

“Agora, suponhamos as margens desses rios habitadas por uma população ativa e industriosa, desejosa de trocar os ricos produtos

de suas terras por objetos de luxo e de conforto, oriundos de países estrangeiros. Suponhamos a introdução, nessas paragens, das estradas de ferro, de barcos a vapor, do arado, do machado, da enxada. Suponhamos a terra dividida em grandes propriedades, cultivada pelo trabalho escravo²⁰⁴, e a faça produzir tudo o que ela é capaz de dar. Lembrando todas as assertivas emitidas sobre a região, chegaremos facilmente a finalizar que nenhum país do mundo está mais favoravelmente situado, e que, no dia em que o comércio suceder em sua implantação, o poder, a riqueza e a grandeza da antiga Babilônia e da moderna Londres serão eclipsados pelo entreposto deste comércio, que se estenderá da embocadura do Orenoco à do Amazonas, e daí até o Prata.”

Estes exploradores viram com justeza, vendo em ponto grande. A Amazônia é chamada, com efeito, aos mais altos destinos. Quando seu solo for entregue aos braços livres dos colonos, ela deixará para trás a velha Europa. Tornar-se-á um dia o centro de produção agrícola do mundo inteiro. Os centros de produção e de civilização se deslocam como os polos, de modo lento, porém seguro.

Não nos antecipemos. Continuemos nossa revista retrospectiva das explorações amazonianas.

Vinte anos mais tarde, um outro cidadão dos Estados Unidos da América do Norte. H. Smith²⁰⁵, veio visitar a região como um amigo clarividente e de boa vontade.

Desde então, viajantes de todas as nacionalidades, sábios ou simplesmente turistas, curiosos ou estudiosos, retornaram o caminho do Amazonas.

204 Reconhecemos aí o americano do norte escravagista. Felizmente, como o leitor verá mais tarde, a escravatura deixou de existir nesse estado, antes mesmo que fosse inteiramente abolida no Brasil.

205 Herbert H. Smith: *Brasil - The Amazons and the Coast...*, Nova York, 1870.

Os franceses conhecem os relatos de viagem de Jules Crevaux²⁰⁶, Charles Wiéner²⁰⁷, C. Wallut²⁰⁸, H. Coudreau²⁰⁹, Girard²¹⁰, M. Monnier²¹¹, O. Ordinaire²¹², e mesmo as fantasias de Jules Verne²¹³ e Bousсенar²¹⁴.

Os italianos tiveram conhecimento, nesses últimos tempos, das impressões de Stradelli²¹⁵, do padre Coppi²¹⁶ e do professor Vincenzo Grossi²¹⁷.

A Alemanha, após os belos trabalhos que já citamos, pôde ler o estudo, tão consciencioso quanto erudito, que uma princesa, tomada por uma alta curiosidade científica, consagrou especialmente ao Amazonas: a viagem de S. A. R. Princesa Teresa da Baviera sai, realmente, da banalidade corrente e é superior, do ponto de vista de documentação, à da maior parte dos viajantes masculinos desses últimos vinte anos²¹⁸.

Desde que vapores sulcam o Amazonas e seus principais afluentes, o número de viajantes aumentou consideravelmente; é preciso confessar, entretanto, que seus trabalhos estão longe de ultrapassar ou mesmo de igualar, em valor científico, os dos exploradores do fim do século XVIII

206 Jules Crevaux: *Voyage dans la Guyane et le Bassin de L'Amazone*, Paris, 1880. – *Fleuves de l'Amérique du Sud*, Paris, 1883.

207 Charles Wiéner: “Amazone et Cordillère”, Paris, 1883-84, *Tour du Monde*.

208 C. Wallut: *Sur les rives de l'Amazone...*, Paris, 1882.

209 H. Coudreau: *Le Territoire contesté entre la France et le Brésil*, Lille, 1886. – *Voyage au Rio Branco, aux montagnes de la Lune, au Haut Trombetta, Rouen*. 1886. – *La France Equinoxiale*, Paris, 1887 – *Les Français en Amazonie*, Paris, 1887.

210 C. Girard: *Les Andes, les Cordillères et l'Amazonie*, Paris, 1889.

211 M. Monnier: *Des Andes au Pará: Equateur, Pérou, Amazone*, Paris, 1889.

212 O. Ordinaire: *Du Pacifique à l'Atlantique par les Andes péruviennes et l'Amazone*, Paris, 1892.

213 Jules Verne: *La jangada*. – *Huit cent lieues sur l'Amazone*, Paris, 1892.

214 Bousсенard: *De Paris au Brésil par terre*, Lagny, 1885.

215 E. Stradelli: “Rio Branco”, Roma 1889, *Boll. della Soc. Geogr. Ital.*, março-abril. – *L'Uaupés et gli Uaupés*, Roma, 1890, *ibid.*, maio.

216 G. A. Collini: “La Provincia delle Amazzoni, secondo la relazione del Pe. Illuminato Giuseppe Coppi...”, Roma, 1885, *Boll. della Soc. Geogr. Ital.* fevereiro-março.

217 Vincenzo Grossi: *Nel Paese delle Amazzoni*, Roma, 1897.

218 Therese, Prizessin von Bayern: *Meine Reise in den Brasilianischen Tropen...* Berlin, 1897.

e da primeira metade do século XIX. A única exceção é o trabalho de Agassiz.

Em 1863, Gustave Walles, estudando a flora do alto rio Branco constatou a existência de uma árvore gigantesca, cujas proporções ultrapassam às do famoso Baobab da Senegâmbia, e das não menos famosas *Wellingtonias* da serra da Nevada e da Califórnia. A árvore do rio Branco é um verdadeiro gigante da flora tropical. Por si só, pode constituir uma pequena floresta. Tem 46 metros de altura, desde a raiz até os primeiros ramos: é um verdadeiro monumento de verdura. Sua circunferência, na cúpula, é de 251 metros; projeta no solo uma sombra que ultrapassa 5.000 metros quadrados de superfície. Sob esse imenso abrigo de folhagem, mais de 12.000 homens poderiam facilmente acampar.

Os antigos teriam divinizado essa formidável explosão das forças telúricas. A nós, fica demonstrado o poder de fecundidade e de germinação que reside no solo amazoniano, e nos serve de garantia que o suor dos imigrantes da Europa não cairá, um dia, sobre uma terra ingrata.

Ao lado da árvore do rio Branco, que representa os mais audaciosos pinheiros do Norte, com os quais são pavimentadas as ruas de Paris? Que representam os velhos carvalhos dos druidas? O célebre castanheiro do Etna, ao lado desse colosso, não passa de um vulgar pigmeu: essa árvore que mergulha nas entranhas de um vulcão, aquecida pelas lavas subterráneas, não atingiu mais, nos 4.000 anos de vida sob o sol da Sicília, que conta 55 metros de circunferência.

Os engenheiros J. e F. Keller, de Stuttgart, foram encarregados, em 1867, pelo senador Dantas, então ministro da Agricultura, de uma exploração no rio Madeira. As instruções que receberam levam a data de 5 de outubro de 1867; assim rezavam:

“O governo, convencido das vantagens que devem resultar da facilidade das comunicações com a Província do Mato Grosso, pelo rio Madeira, resolveu encarregá-los, senhores, dos estudos e trabalhos que possam trazer esse resultado. Para a realização do trabalho confiado ao seu zelo, ficou determinado que agissem em conformidade com as seguintes instruções:

“1º – A existência de quedas d’água que oferecem obstáculos intransponíveis à navegação, ao serem reconhecidas no baixo e no alto

Madeira, deverão os senhores fazer o levantamento do projeto com demonstração das despesas, construção de um caminho que, contornando esses obstáculos, proporcionará facilidade de transporte aos passageiros e aos produtos susceptíveis de viajar por esse rio. Esses trabalhos, que serão considerados como o principal objeto da missão, serão acompanhados de todas as explicações e esclarecimentos necessários;

“2º – Por ocasião desse exame, convém se verifique o meio mais rápido, mais fácil e seguro para navegar no baixo e no alto Madeira, seja por barco a vapor, seja por trens fluviais puxados a vapor, indicando, em ambos os casos, as condições mais convenientes, tendo em vista o clima e o regime das águas e acrescentando todas as explicações concernentes às condições do território que poderiam produzir atrasos em ambas as extremidades, e igualmente uma relação minuciosa dos acidentes geológicos e produtos dos reinos vegetal, animal e mineral;

“3º – Os senhores deverão, além disso, tomar conhecimento exato dos lugares que nas margens ou na proximidade do rio Madeira, seriam os mais apropriados ao estabelecimento de populações, de colônias militares ou agrícolas e de fortificações, indicando de maneira precisa sua posição geográfica, relacionada a um ponto astronômico, e prestando uma atenção especial às condições de salubridade, comodidade e prosperidade dos habitantes, do embarque e da descarga de produtos de sua indústria aos mercados e aos centros consumidores;

“4º – Os senhores também deverão se informar minuciosamente das tribos indígenas que habitam essas regiões, através de um relatório minucioso e exato sobretudo o que se refere a seus costumes, maneiras de viver e aptidões para a vida civilizada, bem como saber os meios mais eficazes para arrancá-los de seu estado selvagem;

“5º – Os senhores poderão requerer toda a assistência complementar necessária à realização do trabalho, do presidente das províncias do Amazonas e do Pará, bem como do presidente da Província de Mato Grosso, quando estiverem em terras dessa província;

“6º – Os senhores terão que se entender previamente com as autoridades locais do território boliviano, levando-se em conta os estudos a serem feitos, caso surja à necessidade de lá chegar. Serão tomadas medidas com essa finalidade.

“O que mais se recomenda, senhores, é que considerem como principal objeto da missão de que se acham encarregados pelo governo imperial, os estudos e trabalhos mencionados no parágrafo primeiro, a que todos os outros ficam subordinados.”

Esses dois engenheiros publicaram em Stuttgart, em 1873, uma obra notável sobre sua exploração, onde, ao lado do estudo de vários afluentes do Amazonas do ponto de vista de sua navegabilidade, encontramos informações preciosas sobre o clima, as produções e a natureza das terras banhadas pelo grande rio.

Louis Agassiz visitou uma parte da Província do Amazonas em 1865-66. Os relatos que nos deixou são de absoluta certeza de perspectiva e testemunham ao mesmo tempo a impressão profunda deixada por nosso país na alma do grande naturalista.

Deixando o Brasil, aos 2 de julho de 1866, Agassiz escrevia: “Partimos para os Estados Unidos, levando para os descoloridos céus de nossa pátria, em lembranças calorosas e impressões vivazes, o bastante para lançar o mais cálido colorido para o resto de nossa vida.”

A essas palavras, cheias de saudade e de encanto, o sábio americano acrescentava a seguinte apreciação:

“A importância da bacia do Amazonas, do ponto de vista industrial, não pode ser exagerada. Só suas matas constituem uma riqueza inestimável. Em nenhuma parte do mundo existem essências mais admiráveis, seja para a construção seja para a fabricação de móveis de luxo. Entretanto, essa madeira mal é aproveitada nas construções locais e sua exportação é nula. É de se estranhar que o desenvolvimento desse ramo de indústria ainda não tenha começado, já que os rios que correm nessas magníficas florestas parecem ter sido traçados com o propósito expresso de servir, em primeiro lugar, de força motriz às serrarias estabelecidas às suas margens, e em seguida, de meio de transporte para os produtos. Sem mais insistir sobre as madeiras, que direi das frutas, das resinas, dos óleos, das matérias corantes, das fibras têxteis, que se pode colher facilmente? Quando cheguei ao Pará, por ocasião de minha volta aos Estados Unidos, acabava-se de abrir uma exposição de produtos do Amazonas, preparativos à grande exposição universal de Paris. Apesar de tudo o que já havia admirado, durante minha viagem, riqueza, variedade dos produ-

tos do solo, fiquei estupefato quando os vi reunidos assim, uns ao lado dos outros. Notei, entre outras coisas, uma coleção de cento e dezessete espécies diferentes de madeiras preciosas, cortadas em uma superfície de menos de meia milha quadrada (setenta e cinco hectares); entre essas amostras, havia um grande número de cor escura, com ricos veios, muito suscetíveis de um belo polimento, tão notáveis quanto a madeira de rosa e o ébano. Havia uma grande variedade de óleos vegetais, todos notáveis por sua limpidez e pureza, uma quantidade de objetos fabricados com fibras de palmeira e uma infinita variedade de frutas. Um império poderia se considerar rico, se possuísse apenas uma das fontes de indústria que abundam nesse vale.”

O comércio e a indústria das madeiras, que Agassiz assinala, deve, com efeito, se tornar uma das primeiras preocupações do governo do Estado. A indústria florestal, não cessaremos de repetir, nesses desertos cobertos de florestas, deve preceder a agricultura. Aqui o desmatamento não deve ser improdutivo, como nos Estados Unidos; deve, pelo contrário, se bem compreendido, fornecer importantes capitais à utilização do solo.

O pioneiro deve primeiro começar pela árvore, talhá-la e vendê-la. Não faltarão mercados na Europa, onde a madeira se torna rara. Trata-se somente de começar e de acostumar os operários europeus ao trabalho dessas essências, novas para eles. Contentando-se com um lucro mínimo, que aumentaria à proporção da grande quantidade de mercadoria vendida, poder-se-ia desembarcar em Liverpool, no Havre, em Hamburgo e em outros portos, madeiras de marcenaria fina e de construção a preços melhores que os produtos florestais locais. Os trabalhadores em madeira da França não mais teriam a temer a concorrência dos suecos e dos noruegueses. Com a matéria-prima a baixo custo, ser-lhes-ia fácil encontrar emprego com salários mais remuneradores. Agassiz ficou justamente admirado pelas vantagens sem número que um estado poderia retirar de semelhante fonte de riquezas.

131 Charles Wiener: “*Amazonie et Cordilleres*”, *Tour du Monde, Paris*, 1883. 177.

132 Vincenzo Grossi: *Nel paese delle Amazzoni*, Roma, 1897, págs. 40, 184.

Seria tomar tempo inutilmente do leitor citando-lhes viagens do gênero das de C. Barrington Brown e William Lidston. Esses dois ingleses se contentaram em acumular incidentes sem interesse e sem estilo em um grosso livro.²¹⁹

219 *Fifteen Thousand Miles on the Amazon and its tributaires*, Londres 1878.

.....

Capítulo II

VIAGENS DE EXPLORAÇÃO (CONTINUAÇÃO): – OS PORTUGUESES E OS BRASILEIROS NO AMAZONAS. – CRISTÓVÃO DE LISBOA E LAUREANO DA CRUZ. OS PADRES ANTÔNIO VIEIRA E JEAN PHILIPPE BETTENDORFF. – GONÇALVES DA FONSECA, O PILOTO NUNES DE SOUSA E O BISPO MIGUEL DE BULHÕES. – NORONHA, RIBEIRO DE SAMPAIO, BRAUN E LACERDA E ALMEIDA. – OS ÍNDIOS DE CAUDA, SEGUNDO NORONHA. – O NATURALISTA RODRIGUES FERREIRA. – OUTROS VIAJANTES NACIONAIS. – VIAJANTES ESTRANGEIROS CONTEMPORÂNEOS. – O ABADE DURAND. – A AMAZÔNIA NÃO É A ÁFRICA CENTRAL.

O

AMAZONAS NÃO FOI EXPLORADO somente por estrangeiros. Um grande número de portugueses, no tempo em que o Brasil era uma colônia, e, desde então, centenas de brasileiros fizeram questão de percorrer seus próprios domínios e descrever-lhes as curiosidades.

A única repreensão que nos permitiremos dirigir aos nossos corajosos compatriotas, é de serem por demais modestos e de não darem bastante publicidade aos seus empreendimentos. O menor viajante estrangeiro, que descansou por alguns momentos em Manaus, no Hotel, onde visitou superficialmente, volta para o seu país com um livro já pronto na mala sem mesmo conhecer a língua do país; e nós quase nada fazemos, nós, os filhos da grande Amazônia, para tornar conhecida e admirada nossa bela

pátria. Existem em Londres, Paris e Roma, e em todas as grandes cidades da Europa, sociedades de sábios ansiosos pela acolhida de comunicações documentadas, vindas de tão longe.

Não devemos nos cansar de repetir: os portugueses, senhores do Brasil por mais de três séculos, e os brasileiros, de quem se conhecem muito poucos trabalhos deste lado do Atlântico, têm a parte mais gloriosa nessas explorações através do imenso vale. Pode-se mesmo dizer, sem exagerar, que em geral eles precederam por toda parte os mais ousados exploradores vindos do estrangeiro.

O século XVI, o século da descoberta, passou sem nos deixar nenhum relato detalhado sobre o Amazonas, com exceção de algumas páginas onde se destaca a magnífica descoberta de Vicente Yáñez Pinzón²²⁰.

Mas, a partir do século XVII, os estudos se tornaram numerosos. Em 1672, temos as cartas do padre A. Cristóvão de Lisboa, escritas do Maranhão a seu irmão, o sábio antiquário Manuel Severim de Faria, dando conta dos trabalhos religiosos dos franciscanos no Amazonas²²¹. Dez anos mais tarde, uma “Memória”, publicada em Lisboa²²², descreve o estado dessas regiões. Em 1651, o padre Laureano de la Cruz anuncia a descoberta do grande rio e reivindica para os franciscanos a glória do empreendimento²²³, se bem que o jesuíta Christóvão de Acuña tivesse descido o Amazonas, em companhia do capitão Pedro Teixeira, doze anos antes²²⁴.

220 *Novus orbis regionum ac insularum veteribus incognitarum, Basileae, Anno 1532*: “De navigatione Pinzoni, et de rebus per eum repertis”.

221 “Cartas a seu irmão, Manuel Severim de Faria, dando-lhe notícia dos seus trabalhos de religioso”, Manusc. da Bibl. Públ. de Lisboa.

222 “Memorial sobre as terras e gente do Maranhão e Grão-Pará e rio das Amazonas”, Lisboa, 1637.

223 Laureano de la Cruz: *Descubrimiento del Rio Marañón llamado de las Amazonas, 1651*, publicado pelo Pe. Marcelino de Civezza, Prato, 1878.

224 Christoval de Acuña: *Nuevo Descubrimiento del gran rio de las Amazonas...*, Madri, 1641.

Foram ainda dois jesuítas, entre os quais um conta entre os maiores escritores de Portugal, os padres Antônio Vieira²²⁵ e João Filipe Bettendorff²²⁶ que descreveram a Amazônia e defenderam a causa dos índios, enquanto que um outro jesuíta, o padre Manuel Rodrigues²²⁷ escrevia sobre o Amazonas. Já em 1662, Maurício de Hiriarte o tinha descrito, em relato que o visconde de Porto Seguro publicou em 1874²²⁸.

O século XVII foi para a região o grande século das explorações. O relato das excursões aventureiras de Walter Raleigh acabava de ser publicado²²⁹; espanhóis, ingleses, franceses, holandeses, esforçavam-se todos, como podiam, em fincar pé em uma terra da qual se diziam tantas maravilhas, e os portugueses brasileiros tiveram de redobrar em atividade para afirmar seus direitos²³⁰, enquanto que o problema da submissão dos índios suscitava perpétuos conflitos entre os colonizadores e os missionários²³¹.

225 Antônio Vieira: “Carta a el-rei N. Senhor sobre as missões do Ceará, do Maranhão, do Pará e do grande rio das Amazonas”, Lisboa, 1660. – “Informação do modo como foram tomados e sentenciados por cativos, no ano de 1665, 702 índios”; Manusc. da Bibl. Públ. de Lisboa. – “Coleção de todas as Cartas do Pe. Antônio Vieira...”, de 1647 a 1697, Manusc. da Bib. Nac. do Rio.

226 João Filipe Bettendorff (sic): *Crônica da Missão da Companhia de Jesus em o Estado do Maranhão*, 1661-99, Manusc. da Bibl. Públ. de Lisboa.

227 Manuel Rodríguez, *El Marañon y Amazonas...*, Madri, 1684.

228 Maurício de Hiriarte: *Descrição do Estado do Maranhão, Pará, Curupá e rio das Amazonas*, 1622, Viena, 1874.

229 *Voyages de François Coreal aux Indes Occidentales...* “Traduits de l’espagnol avec une relation de La Guiane de Walter Raleigh...”, Amsterdã, 1722.

230 “Parecer sobre pertencer a Portugal o rio Amazonas e necessidade de o fortificar”, sem data nem nome de autor, mas do começo do séc. XVIII, Manusc. da Bibl. Públ. de Lisboa.

231 “Representação” a D. João V sobre a liberdade ou cativeiro dos índios do Pará e Maranhão, 1735. – “Reflexões que com esta representação se ofereceram a S. M. o Sr. D. João V”, Manusc. da Bibl. Públ. de Lisboa.

O relatório de Gonçalves da Fonseca²³² e o roteiro do piloto Nunes de Sousa²³³ nos informam que desde os meados do século ia-se às minas de Mato Grosso pelo rio Madeira; pouco depois, não apenas o bispo da Diocese²³⁴ lançava uma carta pastoral em favor da liberdade dos índios, mas ainda um deles percorria seu domínio religioso, descrevendo-o²³⁵ como fizeram seus sucessores até nossos dias.

Em 1768, temos a viagem tão conhecida do vigário geral Noronha²³⁶, seguida das viagens de Sampaio²³⁷, de Braun²³⁸ e de Lacerda e Almeida²³⁹. Foi Noronha que conservou a estranha fábula dos índios de cauda, como macacos, e seu relato extravagante merece ser citado:

“Um pouco mais de vinte léguas acima do Parauari, desemboca, na margem meridional do Amazonas, o rio Yuruá, comumente chamado Juruá pelos brancos, a 2º30’ de latitude austral, descendo do reino do Peru para o norte, na direção do sul... Os índios das tribos Cuana e Ugina ficam bem acima da catarata do rio e longe de sua barra. Dos da tribo Cauana,

232 José Gonçalves da Fonseca: “Navegação feita da cidade do Grão-Pará até à boca do rio da Madeira pela escolta que por este rio subiu às minas do Mato Grosso..., 1749, Lisboa, 1826, “Colec. Ultra.”, t. IV n° 1.

233 Antônio Nunes de Sousa: “Derrota desta cidade de Santa Maria de Belém do Grão-Pará para as minas de Mato Grosso... que pode servir para outra qualquer monção indo passar as cachoeiras...”, 1749, Manusc. do Inst. Hist., Geogr. e Etnogr. do Rio.

234 Dom Fr. Miguel de Bulhões: “Carta pastoral... dada em favor da liberdade dos índios da sua diocese”, 1750, Manusc. da Bibl. Nac. do Rio.

235 Dom Fr. João de São José: “Viagem e visita do sertão em o bispado do Grão-Pará em 1762 e 1763”, Rio, 1847, *Revista Trimensal do Instituto*, 2a. série, II.

236 José Monteiro de Noronha: “Roteiro da viagem da cidade do Pará até às últimas colônias do sertão da província”, 1768, Pará, 1862.

237 Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio: “Diário da viagem que em visita e correição das povoações da Capitania de São José do Rio Negro, fez o ouvidor e intendente-geral da mesma...”, no ano de 1774 e 1775, Lisboa, 1825.

238 João Vasco Manuel de Braun: “Roteiro corográfico [Inédito] da viagem...”, 1781, Pará, 1857, – “Roteiro corográfico da viagem que... determinou fazer ao Rio das Amazonas”, 1784, Rio, 1849, *Rev. Trim. do Inst.*, 2ª. série, V.

239 Francisco José de Lacerda e Almeida: *Diário da viagem... pelas capitânicas do Pará, Rio Negro..., nos anos de 1780 a 1790*, São Paulo, 1841.

os outros índios dizem aquilo que relatam a respeito dos groenlandeses e dos lapões, isto é, que são de pequeno porte, não ultrapassando 1,10 metro de altura. O que dizem dos índios da tribo Ugina ou Coatatapyiia é ainda mais notável: afirmam que, todos estes têm caudas e nascem de índias fecundadas por macacos chamados coitas. Qualquer que seja a razão sou levado a crer que seu relato sobre os índios de cauda é verídico, e isto por três motivos: o primeiro é que não existe nenhuma razão física que torne difícil o porte de cauda; o segundo, porque, tendo interrogado vários índios, originários do mesmo rio, e que tinham visto e abordado os uginas, sempre os achei constantes em seus relatos, com a única diferença que uns lhes atribuíam uma cauda de uns 30 centímetros e outros a representavam como tendo 45 centímetros e mesmo mais; o terceiro motivo, enfim, é que o reverendo padre José de S. Teresa Ribeiro, religioso carmelita e atual cura da paróquia de Castro de Avelães, afirmou-me ter visto um índio originário do rio Iupurá e que tinha uma cauda. Pedi-lhe que me contasse a história sob juramento; ele assim o fez; tenho em minha posse o documento; possui o seguinte teor:

“Eu, abaixo assinado, frei José de S. Teresa Ribeiro, da ordem de Nossa Senhora do Monte Carmelo, de antiga observância, etc., certifico e juro *in verbo sacerdotis* e sobre os Santos Evangelhos, que, sendo missionário na antiga aldeia de Parauari, que foi transferida depois para o lugar onde hoje está situado Nogueira, um homem, chamado Manuel da Silva, nativo de Pernambuco ou da Bahia, aí chegou no ano de 1751 ou 1752, vindo do rio Iaupurá, com alguns índios a seu serviço. Entre esses índios, havia um selvagem infiel [não batizado], de cerca de 30 anos, que o dito Manuel da Silva me afirmou ser provido de uma cauda; e, como eu não acreditasse nessa novidade extraordinária, mandou vir o índio, ordenou-lhe que tirasse a roupa sob o pretexto de tirar algumas tartarugas de um cercado onde eu as guardava, a fim de que, desse modo, eu pudesse constatar a verdade de suas palavras. Com efeito, vi, sem a menor dúvida, que o citado índio tinha uma cauda da grossura de um polegar e medindo cerca de 10 centímetros, coberta de pele lisa e sem pelos. Esse mesmo Manuel da Silva afirmou-me saber pelo próprio índio que este cortava a cauda todos os meses para que não ficasse muito comprida, porque ela crescia muito. Não examinei a tribo desse índio nem o local exato onde morava, nem me

certifiquei se os outros índios de sua tribo também tinham caudas. Mas, há cerca de quatro anos fui informado que no rio Juruá existe uma tribo de índios de cauda. E por ser verdade, redigi esta declaração, escrita e assinada por mim. Sítio de Castro de Avelães, 15 de outubro de 1768. – (Assinado) fr. José de Santa Teresa Ribeiro.²⁴⁰

O Juruá, onde a imaginação desse padre via os filhos dos coitas, é hoje sulcado por barcos a vapor, e os ativos seringueiros que exploram suas terras produtoras de borracha nunca encontraram os famosos homens de cauda do reverendo padre Ribeiro.

O “*Diário da Viagem*” de Sampaio é mais interessante, e discute com sagacidade vários dos relatos de De La Condamine.

Quase ao mesmo tempo, todas essas terras foram visitadas por Wilkens²⁴¹, Pontes²⁴², Maurício²⁴³, Bitancourt²⁴⁴ e principalmente pelo diligente naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira²⁴⁵. A *Viagem filosófica* deste último é notável sob todos os pontos de vista. O capitão-geral João Pereira Caldas o encarregou, em 1785, de estudar, não apenas o rio Negro, mas ainda o rio Branco e seus afluentes, o Araçá, o Paduari, o Cabori, o Uaupés, o Içana e o Ixiê. Rodrigues Ferreira empreendeu em seguida sua excursão, e, já a 17 de janeiro de 1786, enviava seu primeiro relatório. Outros se seguiram cheios de indicações das mais preciosas.

240 Obra citada, págs. 49-51.

241 Henrique João Wilkens: “Diário de viagem que fez... ao antecipado exame do rio Japurá...”, 1781, Manusc. da Bibl. Nac. do Rio.

242 Silva Pontes: “Diário da viagem que fez ao tirar a configuração do rio Guaporé”, 1783, Manusc. da Bibl. Nac. do Rio.

243 Raimundo Maurício: “Participação em forma de itinerário que apresentou... acerca da diligência que fizera para descobrir comunicação pelos rios Cabori e Piquié para o Japurá...”, 1787, Manusc. da Bibl. Nac. do Rio.

244 Teodósio Constantino de Chermont e Inácio de Moraes Bitancourt: “Diário da navegação do rio Urubu...”, 1787, Manusc. da Bibl. Nac. do Rio. – Bitancourt fez a viagem; o engenheiro Chermont fez a redação.

245 Alexandre Rodrigues Ferreira: “Diário da viagem filosófica pela Capitania de São José do Rio Negro...”, Rio, 1885, *Rev. Trim. do Inst. Hist. Geogr. e Etnogr. do Brasil*, t. XXVIII, 1^a. parte.

Em 1790, Almeida Serra²⁴⁶ percorreu quase o mesmo caminho que Gonçalves da Fonseca e Nunes de Sousa tinham seguido, quarenta anos antes, para se dirigir às minas de Mato Grosso pelo rio Madeira.

No século XIX, essa nobre emulação dos brasileiros não arrefeceu.

Em 1821 publicavam-se em francês as informações de Aires de Casal²⁴⁷ sobre o Amazonas. Em 1848, a *Revista do Instituto de Histórico e Geográfico do Brasil*, cujos serviços prestados à ciência não se pode louvar suficientemente, imprimia as observações geográficas de Fernandes de Sousa²⁴⁸ sobre “a Capitania do Rio Negro, posteriormente Estado do Amazonas”. Quatro anos mais tarde, Lourenço Amazonas²⁴⁹, publicava seu dicionário topográfico, histórico e descritivo da Comarca do alto Amazonas, e Ferreira Pena²⁵⁰ começava a publicar seus belos trabalhos, logo em seguida.

Durante esse tempo, Hilário Gurjão²⁵¹, oficial de engenharia que morreria gloriosamente no Paraguai, subia até Cucuí, e Gabriel Ribeiro²⁵² estudava um traçado para ligar Manaus ao rio Branco por estrada.

Em 1861, o primeiro dos escritores sul-americanos em matéria de Geografia histórica, Caetano da Silva²⁵³, em um livro que se constitui em autoridade, reivindica os direitos do Brasil sobre os territórios contes-

246 Ricardo Franco de Almeida Serra: “Novo diário da viagem dos rios da Madeira, Mamoré, e Guaporé até Vila Bela, capital do governo de Mato Grosso...”, 1790, Manusc. da Bibl. Nac. do Rio.

247 Manuel Aires de Casal: “Notice sur les capitaineries de Para e de Solimoens au Brésil”, Paris, 1821, *Nouv. Ann. des Voyag.*, IX.

248 André Fernandes de Sousa: “Notícias Geográficas da Capitania do Rio Negro”, Rio, 1848, *Rev. do Inst.*, 2a. série, III.

249 Lourenço da Silva Araújo e Amazonas: *Dicionário topográfico, histórico, descritivo da Comarca do alto Amazonas*, Recife, 1852.

250 Ferreira Pena enriqueceu os Arquivos do Museu do Rio, com numerosos estudos de alto valor.

251 Hilário Maximiano Antunes Gurjão: “Descrição da viagem feita desde a cidade da Barra do Rio Negro, pelo rio do mesmo nome, até a serra do Cucuí...”, Rio Negro, 1855.

252 Gabriel Antônio Ribeiro Guimarães: “Reconhecimento de uma estrada dos campos do rio Branco para a capital”, Manaus, 1855.

253 Joaquim Caetano da Silva: *L'Oyapoc et l'Amazone*, 2 vols., Paris, 1861.

tados da Guiana; e logo após, Tavares Bastos²⁵⁴ começava essa admirável campanha que devia resultar na abertura do Amazonas às nações amigas.

Só mencionaremos os dois pequenos livros de Bernardino de Sousa²⁵⁵, que foi o etnólogo da comissão do Madeira, e não repetiremos o que já dissemos antes a respeito da exploração dos rios da terra amazonense por parte dos brasileiros.

Quando o relatório de W. Chandless sobre o rio Abacaxis foi publicado em 1870, o de Rodrigues de Medeiros o havia precedido de dezessete anos. Quando os dois engenheiros de Wurtenburg, J. e F. Keller, deram a conhecer seus estudos sobre o Madeira, em 1869, possuíamos sobre esse rio uma biblioteca completa: desde mais de um século (1749), a descrição de Gonçalves da Fonseca e as observações do naturalista Rodrigues Ferreira (1786); desde oitenta anos, as informações de Lacerda e Almeida e de Silva Pontes; desde oito anos, os trabalhos de Quintino Quevedo e principalmente os de Silva Coutinho (1861). Sobre o Purus, cujo interesse vale foi dado a conhecer pelas anotações de Chandless em 1866, tínhamos, desde 1853, o relatório de Silva Salgado, e, desde 1862, o de Silva Coutinho, sem falar das publicações do coronel Labre, que fez mais do que vulgarizar essa região, já que a fez frutificar em proveito de todos. No rio Negro, von Spix, von Martius, Wallace e Bates puderam encontrar os traços de uma série de trabalhos que começaram desde o século XVII. Dissemos em outra parte que a bifurcação do Orenoco era muito bem conhecida pelos luso-brasileiros já na primeira metade do século XVII, embora a Europa atribuísse essa glória a Alexandre von Humboldt.

Se lembramos com certa benevolência todos esses trabalhos, não foi para exhibir uma vã erudição bibliográfica, mas para reivindicar aos nossos a parte a que têm direito.

Voltemos aos viajantes estrangeiros.

Um missionário francês, o abade Durand, depois de ter estudado o Solimões ou alto Amazonas, o rio Madeira e outros rios amazonianos,

254 A. C. Tavares Bastos: *O vale do Amazonas...*, Rio, 1866.

255 Francisco Bernardino de Sousa; "Lembranças e curiosidades do vale do Amazonas.", Pará, 1873. Comissão do Madeira: Pará e Amazonas, Rio de Janeiro, 1874.

enviou à Sociedade de Geografia de Paris uma comunicação preciosa que foi lida na sessão de 5 de agosto de 1874.

Ele assim dizia: “Os territórios que margeiam as águas profundas do Madeira são férteis e próprios a todas as culturas, ricos em jazidas de ouro, cujos fragmentos rolam nas águas de todos os seus afluentes (?). Que venha, pois o dia em que os povos se transportem para as margens desses rios, e a cultura, o comércio, a indústria, a exploração das minas de ouro reunidos lhes prometem uma prosperidade incalculável.”

E, falando do clima do Amazonas, de tal forma desacreditado e caluniado por pessoas que nele nunca viveram, o autor acrescentava:

“Atribuíram a essas regiões uma nota de insalubridade. O clima do Amazonas é mais sã que o de muitas regiões da Europa. As febres que desolam a cada ano certas populações são antes causadas pelo esquecimento das primeiras leis da higiene que pela insalubridade do clima. O clima do Amazonas não é, pois, contrário à colonização.”

Parece-nos supérfluo enumerar as outras viagens empreendidas nessas regiões. Essas citações resumidas e necessariamente adstritas à generalidade, nada mostrariam de preciso ao leitor.

Acreditamos ser mais útil pô-lo em guarda contra a ideia que se faz geralmente das viagens de exploração no alto Amazonas ou nos vales colaterais do rio.

Quando um europeu fica sabendo que um viajante se embrenhou nas solidões do Amazonas, logo acredita se tratar de uma aventura excepcional, e que o feliz mortal que volta palmilhou terras nunca dantes tocadas por pé de homem civilizado. Concordamos que os romances de aventuras agora publicados como se fossem relatos de viagem são próprios para propagar esses erros grosseiros. Apressemo-nos em acalmar essas imaginações por demais apaixonadas pelo pitoresco e pelo maravilhoso. A maior parte dos sábios aqui citados nada mais fizeram que percorrer terras habitadas por brasileiros ou por estrangeiros radicados no Brasil, e onde residem funcionários, comerciantes, soldados e seres humanos muito sociáveis, Quanto aos famosos índios, transformados em quimeras, ficam quase sempre invisíveis, quando não nos servem pelos conhecimentos particulares que possuem dos locais. Em todo caso, eles são, na maior parte

das vezes, menos perigosos que os bandidos calabreses ou os selvagens das grandes cidades europeias.

Se o leitor olhar nosso mapa do Amazonas, verá que por toda parte, praticamente, o serigueiro, mais ousado que o sábio, já penetrou e que o comércio e a navegação a vapor se aventuraram em lugares onde o geógrafo e o cientista ainda não levaram suas investigações.

Que não se confunda a Amazônia com a África Central.

.....

Capítulo III

SISTEMAS DE POVOAMENTO: – AS PRIMEIRAS TENTATIVAS. – CAUSAS DE SEU FRACASSO. – PRECONCEITOS CONTRA A POSSIBILIDADE DO POVOAMENTO POR BRANCOS. – APROVEITAMENTO DOS BRAÇOS INDÍGENAS. – O ÍNDIO COMO MEDIADOR PLÁSTICO. – PAPEL DO ÍNDIO NO PASSADO. – MARQUÊS DE POMBAL E OS ÍNDIOS. – O POVOAMENTO DA ZONA QUENTE.

O BRASIL DESPENDEU ATÉ AGORA somas consideráveis para atrair o trabalho europeu. De 1846 a 1882 apenas, tinha desembolsado para esse serviço público, a soma relativamente elevada de 46.000 contos, e, entretanto, de 1855 a 1882, só tinha recebido cerca de meio milhão de imigrantes, mais ou menos o número que os Estados Unidos da América do Norte recebia em um único ano. Foi somente desde 1888 que se estabeleceu uma série corrente de emigração europeia para o Brasil meridional: o Norte do país apenas recebeu um número insignificante.

Esses magros resultados se prendem a várias causas.

Somos daqueles que pensam que um país novo não pode gastar demais nesse serviço. Desejaríamos que a primeira preocupação dos homens que governam e administram o Brasil se prendesse a este ponto capi-

tal: a necessidade urgente de fazer frutificar o país pelo trabalho europeu. Aí está todo o futuro do Brasil. O resto virá por acréscimo.

A atual situação do Brasil já é melhor que a dos Estados Unidos em 1830. Naquele tempo, a república americana apenas recebia uma média anual de 15.182 imigrantes.

O Brasil recebe atualmente uma média de 80.000. Não devemos, pois, desesperar de vê-lo seguir o mesmo caminho que a grande república, apesar de alguns preconceitos que ainda pesam sobre sua colonização. Tudo dependerá dos esforços dos governos dos Estados brasileiros e de seus agentes no estrangeiro.

A maior parte das somas despendidas pelo Brasil em favor da imigração foi aplicada, quase exclusivamente, na colonização das províncias meridionais; o Norte, e especialmente a Amazônia, só recebeu algumas migalhas.

Entretanto, por volta de 1855, foi feita uma tentativa de colonização na Província do Amazonas, por intermédio da Companhia de navegação a vapor do Amazonas, que na época tinha à sua frente o visconde de Mauá. Essa companhia estava evidentemente interessada a fazer fracassar a tentativa. Ela recebia grandes subvenções das províncias do Pará e do Amazonas. Apressememo-nos em dizer que esses favores tinham então sua justificativa na necessidade de encorajar uma empresa em seu começo, e que, aliás, prestou na ocasião serviços muito reais.

Ela instalou, em virtude de seu contrato, dois centros coloniais na Província do Amazonas. Um desses centros, cognominado “Mauá”, foi estabelecido perto da capital da província, na embocadura do rio Negro; o outro, denominado “Serpa”, foi organizado em uma das margens do Amazonas, acima da cidadezinha que hoje tem o nome de Itacoatiara.

A primeira dessas colônias deveria ser um centro agrícola, e a segunda um centro industrial. Era talvez demais, e os interesses dos colonos não foram bastante consultados. Colonização não pode ser decretada.

Essas colônias foram organizadas com muito aparato²⁵⁶, mas sem nenhum sentido prático. Ambas periclitaram ao fim de alguns me-

256 Ver: *O Amazonas – seu comércio e navegação*. - Manaus, 1877.

ses, e foram dissolvidas após causar sérios prejuízos à Companhia. Esta, entretanto, consolou-se facilmente, já que recebia do governo central 720 contos de réis, algo como 1.800.000 francos por ano, ao câmbio da época, para fazer 526 léguas de percurso do Amazonas, 139 no rio Negro e 56 no Tocantins.

Essas tentativas deviam fatalmente fracassar por muitas razões.

Primeiramente, os colonos contratados para a colônia agrícola não eram os que deveriam ser chamados, e, quanto à colônia industrial, foi instalado, ao lado de uma máquina de fabricar tijolos e ladrilhos com uma capacidade de 120.000 por dia, um único forno que podia cozer 8 ou 10.000, de modo que o forno funcionava por todo o mês, enquanto que a máquina descansava.

Em segundo lugar, a Companhia tinha todo o interesse em desenvolver a extração primitiva dos produtos florestais, que carregavam seus vapores com segurança e de uma só vez, enquanto que a agricultura, pelo contrário, só produziria resultados ao fim de alguns anos e progressivamente.

O fracasso dessa colonização desencorajou toda a tentativa ulterior.

Aliás, um preconceito se enraizou no espírito de um grande número de habitantes do Brasil e de outras partes, segundo o qual o europeu não pode colonizar terras situadas sob os trópicos. Em vão lhe seria apresentado o exemplo de Sumatra e de Bornéu, nada querem ouvir.

É certo que o europeu não poderia ser empregado de saída como extrator nas florestas, se bem que certo número de italianos já se ocupe nessa prática. Sua educação, costumes e constituição física parecem opor-se a esse tipo de trabalho. Mas não é menos certo que pode ser excelente cultivador, excelente industrial nessa zona. O futuro da região não pode permanecer aprisionado nas florestas; a própria indústria florestal, com o tempo, modificar-se-á. Já os seringueiros são forçados a ir procurar a borraça em florestas cada vez mais longínquas. O dia virá e está mais próximo do que se imagina – em que os seringueiros esclarecidos plantarão as árvores produtoras de látex em vez de ir procurá-las tão longe.

Isto constituirá uma economia de tempo, de trabalho e um ganho verdadeiro para a civilização. Quem impedirá os imigrantes, por exemplo, de deixar, nas suas concessões, as seringueiras produtivas, caso

existam, e de plantar outras nos arredores? A cultura racional das diferentes espécies de árvores produtoras de látex tornar-se-á uma espécie de indústria agrícola, como a plantação do café no sul do Brasil, ainda mais que pode dar resultados mais seguros e mais remuneradores.

O engenheiro J. M. da Silva Coutinho afirma, na sua considerável autoridade²⁵⁷, que a seringueira começa a produzir ao fim de dez anos, e que fornece a látex durante oitenta anos, produzindo em média 4 quilos de borracha por ano. Ora, um homem pode extrair látex que produz até 32 quilos por dia, quando tem as árvores por perto.

Além disso, como as árvores devem ser plantadas a uma distância de 11 metros uma das outras, pode-se cultivar o cacau no intervalo entre duas seringueiras. A colheita do cacau se realiza precisamente na época em que os operários não trabalham na extração do látex, de modo que as duas culturas podem caminhar lado a lado.

Além do mais, seria indispensável, em uma grande propriedade, não se limitar à cultura especial, mas imitar o que se faz na Europa, e multiplicar na medida do possível as variedades de produção agrícola, segundo as possibilidades da terra. É uma experiência a ser feita, e não pode deixar de ter sucesso.

O preconceito contra a aptidão do europeu em colonizar essa área cai, pois por si só. Pelo contrário, estamos convencidos de que o imigrante europeu trará para o nosso país sua inteligência, seu trabalho obstinado, e que poderá nos fazer beneficiar de todos os progressos realizados no Velho Mundo.

Trará com ele a criação racional do gado, dos galinheiros, a jardinagem aperfeiçoada e talvez a cultura dos cereais e dos vinhedos, como na Argélia. Nada é impossível ao homem que deseje realizar.

A agricultura substituirá aos poucos a indústria florestal do momento, que nada mais faz que dispersar nossas forças vivas. É ela que transformará a Amazônia, quando o arado e os processos mecânicos de exploração tiverem penetrado, juntamente com os imigrantes e os capitais.

257 Ver: Anexos ao "Relatório sobre a exposição universal de 1867".

Esta mudança do trabalho e da produção, que desejamos ponderada e bem dirigida, poderá alarmar alguns espíritos retrógados, amigos da rotina e da produção aleatória da floresta inculta. Mas devemos desdenhar a opinião desta categoria de pessoas. Esses homens inertes, que se opõem a todo progresso não devem ser admitidos nas decisões de um país que quer ir para frente. Eles diriam, como aquele presidente do México, a quem se falava de estabelecer uma estrada de ferro entre Vera Cruz e Pérote: “Mas, que aconteceria às mulas e aos tropeiros?”

Enquanto esperamos ansiosos que o fluxo de imigrantes chegue ao destino; esperando que, por sua vez, eles contratem mesmo operários chineses para os trabalhos mais pesados, urge encorajar todos os projetos cuja finalidade é a utilização do trabalho indígena.

O índio não é certamente o único operário possível na região: mas é, no momento, o operário mais fácil de se obter. É preciso, pois, trazê-lo à civilização o mais rapidamente, defendê-lo contra os especuladores, protegê-lo com amor e inteligência, ganhar sua confiança interessando-o em nossos trabalhos, fazendo-o entrar em nossas combinações econômicas.

O povo do Amazonas escreveu uma bela página nos anais da Humanidade, quando, em 10 de julho de 1884, devolveu à liberdade o último dos escravos que a Europa tinha implantado em seu livre solo. Escreverá uma outra mais gloriosa no dia em que puser fim à miséria e à opressão que degradam o aborígine, explorado vergonhosamente pelo branco e pelos mestiços civilizados.

Quando lemos os relatórios oficiais dos presidentes que se sucederam na administração dessa província; quando se percorre os relatórios dos viajantes que viveram nos sertões do Amazonas, sentimo-nos penetrados de amor e de piedade para com o pobre índio desprezado, maltratado, explorado pelos pretensos civilizados que valem menos que o aborígine. O índio é bom. Uma criança grande, que é preciso saber cativar. Seus costumes nômades e seu gosto excessivo pela independência lhe são antes impostos pela necessidade de fugir à opressão que pela natureza.

Não cremos seja difícil de elevar nossos pobres índios ao estado de proprietários. Seria talvez suficiente distribuir-lhes terras convenientes, alguns instrumentos, alguns capitais e iniciá-los na agricultura.

O índio é o mediador plástico entre os habitantes de ontem e de hoje, nesse canto de nosso globo. Seu sangue forma a base mais importante da população em quase toda a América Latina, e esta, mais humana que sua irmã anglo-saxã, segundo a feliz expressão de M. R. Reclus, pareceu ter compreendido, em certa época, o dever de chamar os indígenas para tomar seu lugar no desenvolvimento progressivo de seus países.

Não se pode estudar o índio sem se impressionar pela grandeza de seu papel filológico e étnico, bem como pela importância de seu papel social e econômico na América ibérica.

Foi dito que o índio é um ser grosseiro, de cérebro estreito, mal saído da infância. – E o índio possui uma língua como a “abañeenga” ou o tupi-guarani, rica, sonora, expressiva, falada desde as altas nascentes do Maranhão até os confins do Prata²⁵⁸, uma língua que compreende em seu domínio mais de mil tribos extintas ou ainda representadas em nossos dias.

Pretende-se que, na maior parte dos casos, o índio é um nômade, sua existência cotidiana é efêmera e inconstante, não tem presente, tem ainda menos futuro, e seu passado apresenta apenas um interesse de curiosidade. Ora, após quatro séculos de perseguições impiedosas ou de vexames mesquinhos; após quatrocentos anos de opressão aberta ou de escravidão dissimulada; apesar da tirania dos conquistadores, vindos do outro lado do oceano – “pará amboipir iguã”, apesar da indiferença dos filantropos, ocupados em proteger os africanos, – o índio não desapareceu. Ele subsiste a despeito de tudo. Ora vive retirado em suas florestas, de onde lhe é possível defender o acesso. Ora, sai de seu refúgio, espontaneamente ou pela força, penetra no meio de seus “senhores”, renovando-lhe o sangue empobrecido.

Em muitos países, no Brasil, no Uruguai, no Paraguai, na Bolívia, no Peru, no Equador, na Venezuela, na Colômbia, na América Central, no México, e ainda em outros lugares, os mestiços desta raça tomam

258 “Nenhuma língua primitiva do mundo, nem mesmo o sânscrito, ocupou uma extensão geográfica tão vasta quanto o tupi e seus dialetos”. Couto de Magalhães: *O Selvagem*, Introdução, pág. 35. Rio de Janeiro, 1876.

seu lugar ao sol, e, nas letras, nas ciências, nas artes, na guerra, na vida política, rivalizam com os brancos puros.

Se centenas de tribos desapareceram incontestavelmente desde a época da descoberta, outras apenas se deslocaram, e suas migrações pouco conhecidas deixaram crer em sua extinção.

De qualquer modo, desde os primeiros dias da conquista, o índio provou que está apto aos grandes feitos, e que, na obra de civilização que a Europa empreendeu no Novo Mundo, com todos seus preconceitos, ele pode ser um elemento sempre útil e por vezes indispensável.

No Brasil, a partir do século XVI, isto é, desde o primeiro século da descoberta, encontramos uma tupinambá, Catarina Álvares Paraguaçu (1531-1583), contribuindo para consolidar o domínio da metrópole na Bahia, e aí deixando uma ilustre descendência.

Uma outra índia pura, a filha do grande chefe Tibiriçá, casava-se com João Ramalho, o fundador de tantos centros de população em terras de São Paulo (1532-1553).

Durante esse tempo, a “Serpente Selvagem”, o famoso Arariboia, chefe dos tupiminós, ajudava poderosamente os colonizadores portugueses a expulsar os franceses da baía do Rio de Janeiro (1565), e, sob o nome justamente célebre de Martim Afonso de Sousa, era coberto de honrarias pelo rei D. Sebastião, antes que este último fosse se perder no Marrocos, na batalha de Alcácer-Quibir (4 de agosto de 1578), de onde voltará num dia de neblina, segundo a crença popular.

No século XVII, dois nomes se destacam, rodeados por merecida auréola.

Trata-se, primeiramente, de Jerônimo de Albuquerque Maranhão. Era filho natural do português Jerônimo de Albuquerque, – ele próprio aparentado ao “terrível Albuquerque”, um dos heróis cantados no *Os Lusíadas*, – e de uma índia, filha de um famoso chefe chamado Arco Verde (1548-1618). Esse mestiço de branco e índia, após ter governado o Rio Grande do Norte, que tinha conquistado, tornou-se em junho de 1614, “capitão da conquista e da descoberta das terras do Maranhão”, de

onde conseguiu expulsar os franceses²⁵⁹. Foi após essa vitória, que acrescentou ao nome de seu pai, o nome da região que acabava de conquistar. Foi nomeado nobre da Casa Real, e morreu em Portugal, carregado de honrarias, deixando três filhos, enobrecidos, por sua vez, pelo soberano da metrópole²⁶⁰.

Em segundo lugar, Clara Camarão, originária de pobres tapuias do Ceará ou do Rio Grande do Norte, e casada com um índio, Poti. Esse nome significa camarão; daí seu nome, que, em português, tem o mesmo

259 Por volta de 1605, Charles des Vaux, originário da Touraine, que tinha vivido cerca de oito anos entre os índios do Brasil, persuadiu Henrique IV que os habitantes do país estavam prontos a se entregar aos franceses. Justamente, Daniel de la Touche, senhor de La Ravardière, chegava, em companhia de Jean Moquet, de uma expedição na Guiana, de onde tinha trazido o cacique Iapoco. O rei o encarregou de ir ao Maranhão, com des Vaux, para estudar o assunto. À sua volta, Henrique IV tinha falecido, e foi Maria de Médicis que confiou a expedição a um grupo de nobres, tendo à sua frente François de Razilli, senhor de Aumels, Claude de Razilli, senhor de Launeu, La Ravardière, de Chabannes, primo do último, Nicolas de Harley de Sancy, barão de La Motte e de Gros Bois, de Pezieux, primo de Marguerite de Montmorency, princesa de Conde, du Prat, de Saint Gilles, de Rochefort, d'Ambreville, de Saint Vincent, de Longeville, de La Roche du Puy, etc. Aos 19 de novembro de 1614, após mais de dois anos de estada no Brasil, os franceses sofreram uma derrota que os obrigou a assinar um armistício. A trégua foi denunciada por Jerônimo de Albuquerque no fim do ano seguinte. Reforços lhe haviam chegado, enquanto que os franceses se viam abandonados pela metrópole. La Ravardière teve que capitular. Dessa magnífica tentativa de estabelecer a “França equinocial” só resta a cidade de São Luís do Maranhão, capital do Estado do mesmo nome. Aí chegando, aos 6 de agosto de 1612, La Ravardière e seus companheiros, chamados “tenentes-generais do rei nas Índias Ocidentais e nas terras do Brasil”, tinham construído a cidade de São Luís, que é a única a perpetuar sua infeliz aventura.

260 Uma carta de La Ravardière a Jerônimo de Albuquerque Maranhão, datada de 23 de novembro de 1614 e citada pelo barão do Rio Branco (*Le Brésil en 1899*, Paris, 1889), dá uma ideia do espírito cavalheiresco de Albuquerque: “A clemência do grande capitão de Albuquerque, que foi vice-rei de Sua Majestade Dom Emanuel nas Índias Orientais, se mostra em vós pela cortesia que testemunhais a meus soldados franceses e pelo cuidado que tivestes em dar uma sepultura aos mortos, entre os quais se encontra um (sem dúvida seu primo, de Chabannes) que eu amava como a um irmão, porque era bravo e de boa estirpe.” Por sua vez, o jovem cirurgião parisiense, de Lastre, que cuidou dos feridos de ambos os lados, escrevia: “Nunca vi pessoas mais direitas.”

significado que a palavra tupi-guarani. Clara e Antônio Filipe Camarão formam um casal heroico. Ambos se distinguiram na guerra contra os holandeses (1637), e receberam títulos de nobreza de Filipe IV²⁶¹.

No século XVIII, encontramos ainda pelo menos três índios puros, que se colocam ao lado dos maiores senhores estrangeiros.

São d. José de Sousa e Castro e seu filho, d. Filipe, ambos cavaleiros de São Jaques, e do mestre de campo Jean Doy. Os dois primeiros eram tupis, da montanha de Ibiapaba, no Ceará; o segundo pertencia à tribo dos potiguaras.

Poderíamos estabelecer uma lista muito mais longa dos índios que despertaram a admiração da metrópole, e conquistaram por seu valor, seja patentes de nobreza, seja altas honrarias.

À medida que nos aproximamos dos tempos modernos, passada a época heroica, o papel do índio se modifica. Os conquistadores pretenderam, em primeiro lugar, afastá-lo. Não tiveram sucesso. Derrotado por um instante, o índio se recuperou e defendeu-se, ora sozinho, ora apoiado em aliados, unindo-se a uns ou a outros segundo o interesse do momento. Mas, fazendo guerra ou negociando alianças, mostrou constantemente duas qualidades principais: a bravura e a diplomacia.

Sua bravura, a citação de Michel de Montaigne (1533-1592), a define. No Havre de Grâce, o autor dos *Ensaio*s se encontra em presença de um chefe índio, trazido para a Europa, e pergunta-lhe quais os privilégios de que gozam os chefes em sua tribo. “Eles têm apenas um”, responde-lhe o selvagem: “o de avançar em primeiro lugar na guerra!”

Quanto à sua diplomacia, o relato de Hans Staden, nos dá um exemplo. Os marinheiros franceses nunca tinham cessado de comerciar com os índios da costa do Brasil, apesar do ciúme dos portugueses, que, por sua injúria, tinham se incompatibilizado com um bom número de tribos do litoral. Uma dessas tribos, a dos tamoios, nos arredores do Rio de Janeiro, era

261 Filipe IV de Espanha, Filipe III de Portugal. Sabe-se que Portugal permaneceu sob o domínio espanhol de 1580 até 1640. Os espanhóis tentaram ainda, depois de 1640, se manterem no país, e a primeira batalha da independência portuguesa (Montijo, 26 de maio de 1644) foi ganha sobre os espanhóis por Matias de Albuquerque, brasileiro, recompensado pela outorga do título de conde de Alegrete.

aliada dos franceses. Tinha como chefe Cunhambebe, “o grande e poderoso rei Quoniambec” de quem nos falou André Thevet²⁶², que nos deixou seu retrato em duas de suas obras. Hans Staden, originário de Hesse, cai prisioneiro dos tamoios, que se preparam para devorá-lo, segundo o costume. O coitado se desola, invoca o céu, recita salmos, canta hinos religiosos. De nada adianta: o fogo de sacrifício flambeja, e ele vai morrer. Em sua aflição, lembra-se que esses selvagens são fiéis aliados dos franceses: “Eu sou francês”, declara ao chefe tamoio. Mas o grande e poderoso chefe Cunhambebe está habituado, ao que parece, a semelhantes estratégias, e responde ao prisioneiro: “Faz algum tempo que não mais podemos comer um branco. Todos os que pegamos dizem que são franceses.” Hans Staden não perde a cabeça: – “Repare”, diz ele, “nos meus cabelos vermelhos, minha barba vermelha, minha pele branca, os portugueses são diferentes.” Cunhambebe hesita, mas não quer se enganar e comer um amigo. Solta o alemão, que nos contou ele mesmo a história.

Não podendo afastar o índio, passa-se a explorá-lo. Essa exploração é tão dura e desumana que a Santa Fé e os jesuítas intervêm em seu favor.

Em dois instrumentos pontificais, Paulo III (1534-1549) já tinha proclamado que os índios da América são homens livres e dotados de razão. Dois séculos mais tarde, aos 20 de dezembro de 1741, outro papa, Benedito XIV (1740-1758), em um breve dirigido ao episcopado do Brasil, protesta contra a escravização dos índios e contra as violências de que é vítima, ameaçando os opressores com as sanções da Igreja.

Mas os índios encontraram um eloquente e corajoso defensor, na pessoa de um homem verdadeiramente excepcional. Quero me referir ao padre Antônio Vieira (1608-1697). Grande orador, o primeiro em nossa língua portuguesa; grande escritor, suas obras constituem clássicos entre nós; diplomata, missionário, colonizador, esse jesuíta foi extraordinário em tudo.

Missionário no Maranhão e no Pará, assedia a Corte com queixas contra os governadores, cuja tirania denuncia. Eis uma dessas defesas²⁶⁴, dirigida ao rei d. João IV de Portugal (1640-1656): – “Senhor, nada compreendo das

262 “Histoire de Thevet, de deux voyages par lui faits aux Indes australes et occidentales” (Manusc. da Bibl. Nac. de Paris, acervo francês, 1545, citado pelo barão do Rio Branco em *Le Brasil en 1889*, de F. de Santa-Ana Nery).

264 *Cartas seletas do pe. Antônio Vieira*, Paris, 1862.

razões políticas, e hoje, compreendo-as menos que nunca. Mas, para obedecer-vos, direi ingenuamente o que penso. – Creio que mais vale um ladrão que dois, mas que é mais difícil encontrar dois homens de bem que um só.”

O rei acaba de dividir o Estado do Maranhão-Pará em duas capitanias, com dois governadores.

Continua Vieira: “Propuseram um dia a Catão, dois cidadãos romanos para ocupar dois postos vagos; ele respondeu que nem um nem outro lhe convinha; um, porque nada tinha; o outro, porque nada lhe bastava. O mesmo se passa com os dois capitães-gerais entre os quais repartiu-se o governo do Pará: Baltasar de Sousa nada tem; nada basta a Inácio do Rego. Ora, ignoro qual é a maior tentação, a da necessidade ou a da avidez. – Tudo o que existe na Capitania do Pará, se excetuarmos as terras, não vale dez mil cruzados, como todo mundo sabe. Entretanto, Inácio do Rego quer dela tirar mais de cem mil em três anos... Tudo isto deve sair do suor e do sangue dos tristes índios, que ele trata como seus escravos, sem que nenhum deles tenha a faculdade de se subtrair a seu serviço ou de servir a outrem, o que, além da injustiça cometida contra os próprios índios, faz com que os portugueses não tenham ninguém para servi-los, enquanto que os pobres índios perecem...”

Foi após todos esses protestos, apoiados, no Rio de Janeiro, pelo bispo Lourenço de Mendonça (1632), em São Paulo pelos jesuítas, que interviram, primeiramente o Alvará real do 1º de abril de 1680, em seguida o de 6 de junho de 1755, e, finalmente, as Instruções de 17 de outubro de 1758, a respeito do governo dos índios²⁶⁵.

Essas instruções, muito minuciosamente e muito pretensiosamente redigidas, são de estudo muito interessante. Com efeito, elas nos fornecem a nota justa: por um lado, sobre a situação dos índios do Brasil na segunda metade do século passado; pelo outro sobre o estado de espírito do marquês de Pombal (1699-1782) e de seus colaboradores. O “grande marquês” estava então em plena luta com os jesuítas. Esperando sua expulsão de Portugal (3 de setembro de 1759), ele lhes proibia o ministério do púlpito (maio de 1758).

265 Arquivo do Distrito Federal, sob a direção do Dr. Melo Morais Filho, Rio de Janeiro, 1896.

Essas instruções, muito minuciosamente e muito pretensiosamente redigidas, são de estudo muito interessante. Com efeito, elas nos fornecem a nota justa: por um lado, sobre a situação dos índios do Brasil na segunda metade do século passado; pelo outro sobre o estado de espírito do marquês de Pombal (1699-1782) e de seus colaboradores. O “grande marquês” estava então em plena luta com os jesuítas. Esperando sua expulsão de Portugal (3 de setembro de 1759), ele lhes proibia o ministério do púlpito (maio de 1758).

As Instruções se queixam, primeiramente, de que os jesuítas, em vez de ensinar os vencidos – os índios – a língua dos vencedores – os portugueses –, tinham, pelo contrário, generalizado os dois principais dialetos dos índios, uniformizando o tupi-guarani, a tal ponto que compuseram nessa língua, denominada por eles de língua geral, seus catecismos e “Mistérios” interpretados pelos neófitos. – Naturalmente, o ensino da língua portuguesa devia se realizar às custas dos índios que, sob nenhum pretexto, deviam se servir de seus dialetos.

Diremos, de passagem, que, em nossos dias, foi adotado, em grande detrimento dos estudos americanistas, o sistema do marquês de Pombal. Durante nossa infância, o seminário do Pará tinha uma cadeira de língua geral. Há cerca de vinte anos, ela foi, infelizmente, suprimida.

As Instruções ordenam que não se ofenda os índios de nenhum modo. Será proibido chamá-los de negros – “No número dos tristes princípios e dos abusos perniciosos que acarretaram o aviltamento dos índios, encontra-se o injusto e escandaloso hábito de chamá-los de negros. – Desejava-se sem dúvida, pela infâmia e baixeza dessa designação, persuadi-los de que a Natureza os havia destinado a ser escravos dos brancos, como se supõe com razão quando se trata dos negros da costa da África”.

Eles deverão, além disso, vestir-se de modo decente e ter sobrenomes e não apenas nomes, simplesmente, tomando como sobrenomes os mesmos em uso em Portugal.

A maior parte das outras indicações contidas nesse curioso documento oficial são das mais úteis, embora apresentados de forma sentimental e um pouco tola como então reinava.

Essas medidas, editadas com grande luxo de retórica, não produziram nenhum bem. Faltava, para executá-las, homens habituados ao

duro ofício de civilizadores. Pode-se mesmo dizer que a opressão dos índios se revestiu de um caráter mais cínico. Foi então que o diretor da real povoação de Arrouches²⁶⁶ retirou da escola e vendeu como escravos quarenta e um índios dos dois sexos. Foi então que os índios da povoação de Viena, no Ceará, foram explorados a tal ponto, que os casais foram separados e as moças violadas...”

Desde então, a “catequese” dos índios não fez maiores progressos. Sem dúvida, na maior parte das regiões onde ainda existiam tribos inteiramente selvagens ou domesticadas, foram estabelecidos “diretores de índios”, encarregados de zelar por seu bem-estar. Mas, essas tentativas, feitas sem plano e sem método, não tiveram sucesso.

Hoje em dia o problema é mais urgente, já que todo o mundo se preocupa com o problema de povoamento de América quente.

Alguns acreditam que se o indivíduo de raça branca pode se aclimatar aí sem grande dificuldade, sua raça não se reproduziria, ou que, pelo menos, perderia uma grande parte de suas qualidades.

Se acreditarmos nos partidários dessa opinião muito espalhada nos meios europeus, essas regiões – seguramente as mais extensas, mais ricas e mais fecundas da América Latina, – não poderão ser valorizadas, em larga escala, a não ser pelo excesso populacional das regiões temperadas, que para lá se encaminhará em um futuro mais ou menos remoto.

Os governantes das regiões em nota parecem partilhar praticamente dessa opinião, porque, ao mesmo tempo que sustentam teoricamente que mesmo a planície equatorial do Amazonas pode ser habitada e colonizada por brancos, – e é esta nossa opinião pessoal bem fundamentada, – eles tentam atrair os amarelos da Ásia, depois de tudo fazerem para atrair os brancos da Europa.

O povoamento da América quente é um grave problema. É complicado pela intervenção dos geógrafos, os economistas e dos políticos da Europa.

Os geógrafos e economistas que nunca se deram ao trabalho de ir estudar no local esta complexa questão, do mesmo modo que os

266 *Notas para a História do Ceará*, pelo Dr. Guilherme Studart, Lisboa, 1892, pág 183 e seguintes.

viajantes que atravessaram essas regiões apressadamente, sem conhecer sua língua, nem os costumes, nem as condições de trabalho, declaram peremptoriamente, fiéis à tradição, que o branco não pode se aclimatar nessa latitude.

Os políticos, em vez de dizer, o que seria compreensível: – “Vocês querem levar homens válidos, quando deles temos necessidade para nossos exércitos permanentes, ou para conservar, pela abundância de braços, uma mão de obra barata”, dizem hipocritamente: “As regiões quentes são doentias e inabitáveis; não permitimos que nossos compatriotas vão morrer lá.”

Ora, ao primeiro nós respondemos: “Milhões e milhões de brancos vivem, prosperam e se radicam nas regiões quentes da América. Todos os que aí moraram, todos os que estudaram no local essas regiões, desde Humboldt até Agassiz, desde Wallace e Bates até Wiener, creem na possibilidade de aclimatação da raça branca nessa zona. Vossas belas teorias de nada valem diante da clareza dos fatos.”

Aos outros, dizemos: “Teoricamente, a liberdade de emigrar faz parte da liberdade de locomoção: não tendes o direito de impedir quem quer que seja de se expatriar. Praticamente, sois incapazes de tornar efetivas vossas proibições: todos os anos, há na Europa um excesso de um milhão de homens que têm forçosamente de partir, e que partem, na realidade, apesar de todas as medidas restritivas.”

Foi assim que só o Brasil recebeu, nos últimos dez anos, mais de um milhão de emigrantes da Europa. Pensa que não basta para suas necessidades, e procura introduzir no país trabalhadores chineses e japoneses.

O Tesouro brasileiro faz enormes sacrifícios para a introdução dos imigrantes. Ordinariamente, é-lhes fornecida passagem gratuita, alojamento, alimentação e assistência médica durante os primeiros dias de sua chegada; são-lhes cedidas terras a crédito (ou, para melhor dizer, gratuitamente, se bem que sua aquisição a título oneroso seja estipulada, na maior parte das vezes não lhes é nunca reclamado o pagamento); em certos casos, são feitos mesmo empréstimos, sob a forma de sementes, de instrumentos agrícolas, etc.

Certamente, ninguém no Brasil se queixa desse concurso de trabalhadores estrangeiros; pelo contrário. Mas é certo que o povoamento

racional da região tudo teria a ganhar chamando os índios para contribuir a esse aumento de trabalho civilizado.

Segundo um documento oficial²⁶⁷, nove províncias do Brasil – hoje dizemos Estados – ainda possuem índios. São as seguintes: Amazonas, Pará, Maranhão, Espírito Santo, Paraná, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás.

Esses novos Estados têm, juntamente, 6.711.144 quilômetros quadrados de superfície, e formam mais de três quartos da superfície total do Brasil, que é de 8.337.218 quilômetros quadrados.

Uma parte dos Estados de Goiás e do Mato Grosso, uma pequena parte do Estado de Minas Gerais e a totalidade dos estados do Amazonas, do Pará e do Maranhão estão situados na zona tropical.

A parte oriental do Estado de Minas Gerais e o Estado do Espírito Santo inteiro estão situados na zona subtropical ou quente.

Finalmente, os dois Estados do Paraná e do Rio Grande do Sul estão situados na zona temperada, onde a média da temperatura se mantém sempre abaixo de 20°. Todos estão de acordo em considerar esses dois Estados, que possuem, no conjunto, uma superfície de 457.872 quilômetros quadrados, como se prestando admiravelmente à colonização europeia. As opiniões não diferem senão quando se trata das regiões do norte do Brasil, e, em particular, da planície equatorial do Amazonas.

É precisamente aí que o papel do índio pode se tornar precioso. O índio oferece o meio de apressar o povoamento útil dessas esplêndidas regiões, fundindo seu sangue com o sangue dos brancos, e criando, aos poucos, uma nova raça, que terá todas as qualidades da raça branca, acrescida da adaptação ao meio.

Em todo caso, seria estranho que no fim deste século XIX, que assistiu à emancipação política de dezesseis repúblicas sob o domínio da Europa latina no Novo Mundo, se contemplasse com indiferença ao lento desaparecimento de tantos povos.

Os filantropos, que tanto fizeram para a libertação dos “escravos negros”, têm o dever de defender a causa da libertação dos “escravos ver-

267 “Relatório do Ministro da Agricultura”, Rio, 1889.

melhos”. Os cientistas mal dispõem do tempo para aproveitar da existência das últimas tribos de índios para completar seus estudos, sob todos os pontos de vista. E os economistas podem muito se fazer perdoar persuadindo os governos da América latina – muito inclinados em despender o melhor de seus recursos orçamentários em proveito exclusivo dos “fatigados da Europa” – que eles tenham um trabalho mais premente e mais humanitário a realizar: o de consagrar uma parte de seus subsídios à “catequese” dos antigos senhores da terra, para deles fazer a base do povoamento racional de seus respectivos países.

.....

Capítulo IV

SISTEMAS DE POVOAMENTO (CONTINUAÇÃO):
– MEDIDAS EM FAVOR DOS IMIGRANTES. –
A IMIGRAÇÃO PROLETÁRIA. – O PEQUENO
PROPRIETÁRIO E O PEQUENO INDUSTRIAL.
– A EMIGRAÇÃO DOS CAPITAIS. – NEGOCIANTES
ESTRANGEIROS. – GARANTIAS CONCEDIDAS AOS
ESTRANGEIROS PELAS LEIS DO PAÍS.

U

M CERTO NÚMERO DE ANOS PASSARÁ ainda antes que se possa catequizar, de modo útil para a civilização, os índios disseminados nas florestas que margeiam alguns dos grandes rios da Amazônia. Além disso, desde 1884, a escravidão cessou, felizmente, de existir nessa área, e, desde 1888, em todo o Brasil. Torna-se, pois, mais urgente que nunca pensar na introdução de numerosos braços para explorar uma terra que só pede para produzir. O momento não poderia ser mais favorável, porque, enquanto o número de países de emigração aumenta, o dos países de imigração se retrai. Entre os primeiros, conta-se hoje mais especialmente o Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda, a Itália, o império da Alemanha, os países escandinavos, a Rússia, a Espanha e Portugal, fornecendo no conjunto, com o resto da Europa, mais de um milhão de emigrantes por ano. Ora, no número dos países de grande imigração, não se conta mais que os Estados

Unidos da América do Norte, a Austrália e o Brasil, a República Argentina e o Canadá.

Nos Estados Unidos da América do Norte, os melhores lugares estão tomados, e o país adota medidas visando impedir os imigrantes de fazer concorrência aos trabalhadores já estabelecidos.

A Austrália, apesar das aparências, começa a ficar saturada, e a prova é que o número de saídas é quase tão considerável quanto o número de chegadas.

A República Argentina, desde 1889, viu diminuir consideravelmente o número daqueles que a procuravam, devido à crise que atravessa; durante algum tempo, o número dos reemigrados ultrapassou o dos imigrantes.

O Canadá, se bem que procure sempre atrair imigrantes, começou a figurar entre os países de emigração.

Só resta o Brasil, e no Brasil, a Amazônia, como novo terreno para a imigração.

Esta ainda não está organizada de modo normal. Entretanto, o terreno tem sido preparado por numerosas leis gerais.

É assim, por exemplo, que a aquisição de terras é fácil e barata. Pode-se, por algumas centenas de francos, tornar-se possuidor de um domínio bem considerável, embora as operações de preparo da terra corram por conta do comprador.

Segundo o regulamento em vigor para a compra de terras devolutas pertencentes ao Estado, todos os terrenos livres foram divididos em três categorias: a primeira compreende as terras situadas nas margens de estradas e dos rios navegáveis; a segunda abrange as terras do interior e os que não se encontram ao longo das margens de rios exploráveis pela navegação. O regulamento estabelece ainda a primazia entre as terras destinadas às explorações agrícolas e à criação, e àquelas adquiridas para a exploração de indústrias extrativas. As categorias e os preços foram estabelecidos como segue:

I. – *Terras situadas ao longo de estradas e nas margens dos rios servidos pela navegação.*

1º – Terras destinadas à exploração agrícola. – De 1.500 a 2.000 metros de frente, por 2.000 a 3.000 metros de fundos: 0,08 real o metro.

– De 2.000 a 3.000 de frente por 3.000 a 4.000 metros de fundo: 0,12 real o metro.

2º – Terras destinadas à criação. De 2.000 a 4.000 metros de frente por 4.000 a 5.000 metros de fundo: 0,04 real o metro. De 4.000 a 5.000 metros de frente por 5.000 a 6.000 metros de fundo: 0,06 real o metro.

3º – Terras destinadas à indústria extrativa. – De 2.000 a 3.000 metros de frente por 3.000 a 4.000 metros de fundo: 0,1 real o metro. De 3.000 a 4.000 metros de frente por 4.000 a 5.000 metros de fundo: 0,2 real o metro.

II – *Outras terras.*

1º – Terras destinadas à exploração agrícola. – De 2.000 a 4.000 metros de frente por 3.000 a 4.000 metros de fundo: 0,05 real o metro. – De 4.000 a 5.000 metros de frente por 4.000 a 5.000 metros de fundo: 0,08 real o metro.

2º – Terras destinadas à criação. – De 4.000 a 5.000 metros de frente por 6.000 a 8.000 metros de fundo: 0,03 real o metro. – De 8.000 a 12.000 metros de frente por 10.000 a 12.000 metros de fundo, 0,05 real o metro.

3º – Terras destinadas à indústria extrativa. – De 6.000 a 8.000 metros de frente por 6.000 a 8.000 metros de fundo: 0,08 real o metro. – De 8.000 a 10.000 metros de frente por 8.000 a 10.000 metros de fundo: 0,15 o metro.

Não somente se pode comprar as terras do domínio do estado a preços excessivamente baixos, como também o governo se preocupa desde já com o alojamento dos futuros imigrantes. Um lugar foi escolhido para construir um albergue de imigrantes, onde serão acolhidos, alimentados e assistidos durante os primeiros dias de sua chegada, até sua colocação definitiva.

Outras medidas serão tomadas proximamente pelo Congresso, de acordo com o vice-governador em exercício, para determinar que os “cansados da Europa” tomem caminho do Amazonas.

“Quando me recordo”, escreve Agassiz²⁶⁸, “de quantas pessoas miseráveis vi na Suíça, curvados sobre a caixa de um relógio ou sobre um tear de renda, mal ousando levantar os olhos de sua tarefa, e isso do romper do sol até à noite, sem chegar, mesmo com esse esforço, a ganhar o suficiente para prover as suas necessidades; e quando penso como tudo cresce aqui com facilidade, em uma terra que se obtém por nada, pergunto-me por qual fatalidade estranha metade do mundo se apinha de tal modo de habitantes que não há pão para todos, enquanto que na outra a população é tão rara que não há bastante braços para a colheita! A emigração não deveria afluir em grandes vagas para esta região tão favorecida pela natureza e tão vazia de homens?”

Graças às medidas liberais que acabamos de mencionar, a emigração não tardará em se apossar da Amazônia e em fazer florescer todas as maravilhas da Europa.

Entretanto, o emigrante se enganaria se imaginasse que em tal região se pode conquistar a fortuna ou simplesmente o bem-estar sem trabalho.

O Amazonas precisa de braços; mas lá, menos que em outros lugares, não há lugar para o preguiçoso, nem para o vagabundo. Certos especuladores também devem ser afastados.

Só desejamos homens industriosos, laboriosos, que a sorte nunca favoreceu em sua mãe-pátria, homens possuidores da firme vontade de se dedicar a um trabalho sério, à indústria ou à agricultura, para seu proveito pessoal e para o benefício do país que os acolhe. Aqueles que atravessarem os mares com essa nobre finalidade estão certos de encontrar no Amazonas trabalho útil e largamente remunerador para seus braços, sua inteligência e seu dinheiro.

Pode-se classificar em três grandes categorias as pessoas que procuram emigrar: a primeira compreende os proletários; a segunda abrange os pequenos proprietários, fazendeiros ou industriais; na terceira, encontramos os capitalistas, os que desejam fazer frutificar suas posses de maneira rápida.

268 Ver: *Voyage au Brasil*, Sr. e Sra. Louis Agassiz, Paris, 1869.

O proletário só possui sua pessoa e seu potencial de trabalho – “omnia mea mecum porto”. Para regiões como o Amazonas, esse nada, uma força e origem de tudo, não é de se desdenhar. Supõe-se, entretanto, que o proletário seja corajoso, honesto e animado pelo desejo do bom desempenho.

Dizemos que essa aparência do nada não é de se desprezar. Ela supõe, efetivamente, um capital pessoal compreendido entre: a instrução do trabalhador, o ofício que aprendeu, a habilidade particular e o gênio inventivo que pode possuir. J. B. Say não hesitou em dizer que um homem que acabou seu crescimento é um capital acumulado, e MacCulloch sustentou que todo indivíduo chegado à maturidade pode ser considerado como uma máquina que custou vinte anos de atenção contínua e um capital considerável em despesas de construção. Edward Young, chefe do escritório de Estatística de Washington, pensa que a soma de 1.000 dólares, ou seja, 5.000 francos pode ser estimada como representante do valor médio de cada pessoa acrescentada de maneira permanente à população de outro país que o seu. E é por isso que, se o Estado do Amazonas introduzisse, por exemplo, 50.000 imigrantes da Europa em cinco anos, despendendo para cada um deles 250 francos como despesas de recrutamento, transporte, recepção, assistência e colocação, – já que teria gastado 125.000.000 francos, teria recebido um capital braços representando 250.000.000 de francos, ou seja, vinte vezes a soma aplicada.

O proletário possui força acumulada. Cabe-lhe torná-la produtiva, em vez de alimentá-la em detrimento da comunidade, vivendo na preguiça. Nesse caso, seria um flagelo. O capitalista ocioso tem pelo menos seus capitais, que produzem em seu lugar.

O proletário não é, pois, um imigrante precioso a não ser na medida em que saiba um ofício qualquer e que tenha a intenção de se servir dele. Preenchendo essas condições, encontrará facilmente uma ocupação em um país que empreendeu grandes trabalhos públicos, e que empreenderá outros.

Os trabalhadores que têm mais probabilidade de encontrar um trabalho imediato no Amazonas são: pedreiros, trabalhadores em olarias, trabalhadores em pedra, carpinteiros, caixeiros, carreteiros, operários braçais, diaristas, calafates, tintureiros, serradores, embaladores, caixeiros de

armazém, cordoeiros, mecânicos, carreteiros de boi, desenhadores, apanhadores de frutas, varredores, oficiais em cobre e zinco, torneadores, lenhadores, envernizadores, ajudantes de forja, pintores de parede, carregadores, fiadores, tecelões, cuteleiros, peleteiros, horticultores e comerciantes de peixes.

Ao mesmo tempo que o proletário, há os pequenos proprietários, fazendeiros ou industriais, que desejam melhorar sua sorte emigrando.

Esta classe será muito pouco numerosa na França, onde se vive presa ao seu pedaço de terra, satisfeita com pouco. Serão recrutados mais facilmente operários agrícolas ou antigos fazendeiros e industriais que fizeram maus negócios; em resumo os camponeses que se dirigem para Paris.

A situação desses últimos, providos de um pequeno capital, será melhor que a do simples proletário, com a condição de se conformarem primeiro em trabalhar como empregados sem empregar de saída seu dinheiro em um país onde tudo será novo para eles. Eles chegam, efetivamente, em um país estrangeiro, desconhecendo a língua, os costumes, as necessidades, os diversos gêneros de cultura e de indústria, geralmente. Precisam, pois, para acertar, de orientação e conselhos. Eles devem aprender a conhecer o país. É preciso que se submetam a essa situação provisória, se não quiserem aventurar o que possuem; é preciso que preparem sua aclimatação e que, enquanto aumentam seu capital pelo trabalho assalariado, aprendam a conhecer o país com suas necessidades agrícolas, comerciais e industriais.

E após esse noviciado, o colono poderá se estabelecer sem medo. Uma vez instalado, estará em condições de, por sua vez, fornecer trabalho a seus compatriotas recém-chegados, porque a fertilidade do solo é tal que os produtos plantados e semeados por quatro braços exigem oito, no ano seguinte, para a colheita. Só assim a pequena e a média propriedade serão criadas nessas paragens.

Resta-nos falar de terceira categoria de emigrantes, dos capitalistas. Estes também têm a oportunidade de suceder além das expectativas, em uma região em que os capitais faltam tanto quanto o trabalho, e onde o dinheiro encontra sempre um emprego constante e fácil, juros de primeira ordem, e não basta a todas as necessidades do progresso rápido do comércio.

Os grandes bancos, as companhias de seguros, as empresas comerciais e industriais em sociedade, ainda estão para serem fundadas. As grandes explorações agrícolas e florestais esperam os investimentos para produzir milhões. Felizes dos capitalistas que chegarem primeiro!

Uma consideração, aliás, deve encorajar ou pelo menos tranquilizar os europeus que desejem se fixar no Estado do Amazonas: é que eles já encontrarão um certo número de seus compatriotas aos quais a fortuna sorriu e que ocupam uma excelente posição comercial, seja na capital, seja no interior.

Em Manaus, conta-se um bom número de lojas e estabelecimentos de comércio que pertencem a estrangeiros; são mesmo, em geral, superiores em número e em importância às casas dos brasileiros.

Os estrangeiros são os portugueses. Eles ocupam um lugar à parte no Brasil. Efetivamente, têm em comum conosco a origem, a língua, a religião, os costumes, uma parte de sua história e interesses comprometidos desde longos anos. Sua situação excepcional se explica, pois, naturalmente. O português não é completamente estrangeiro nem completamente brasileiro. É uma espécie de ancestral histórico, como o inglês para o americano do norte.

Ao lado dos portugueses, outros estrangeiros figuram com honra. Em Manaus, podemos contar, apenas entre as casas de venda em grosso: americanos do norte, ingleses, franceses, alemães, italianos.

Todos os estrangeiros são acolhidos no Brasil com a maior cordialidade. Não existe uma única nação no mundo que preze mais o imigrante, e que se esforce tanto em prová-lo, em todas as ocasiões. Seus direitos são respeitados e suas relações civis são protegidas por leis muito liberais. Foi Agassiz, cidadão da grande república dos Estados Unidos, nascido na Suíça, em uma outra república, que escreveu estas linhas: “Não se poderia imaginar nada de mais liberal que a legislação brasileira.” Ela é mais adiantada, neste ponto, que a maior parte dos estados da Europa, tão orgulhosos de sua organização política.

Como os brasileiros, os estrangeiros podem receber gratuitamente, nas escolas primárias públicas, a instrução elementar; e, como eles, podem se inscrever nos liceus e em outros estabelecimentos. Viajam por toda parte com a liberdade que é concedida aos naturais do país, e, como

estes, podem invocar a garantia do *habeas corpus*. Com a condição de se submeterem às prescrições legais, não muito pouco exigentes, podem exercer todas as atividades comerciais, e industriais que não sejam contrárias aos bons costumes, à salubridade e à segurança públicas. Podem dispor de seus bens, e gozam integralmente dos direitos de propriedade concedidos aos cidadãos brasileiros. A mais completa liberdade de consciência lhes é permitida. Não existe religião de Estado.

Os direitos dos filhos dos estrangeiros nascidos no Brasil ocuparam mais especialmente a atenção do legislador. Foi decretado que o estatuto civil dos estrangeiros adultos, residentes no Brasil, e que não se encontram a serviço de seu país de origem, é igualmente aplicável ao estatuto civil de seus filhos, mas somente durante a minoridade desses últimos. Por ocasião da maioridade, eles entram no gozo dos direitos atribuídos aos próprios cidadãos brasileiros.

A brasileira que se casa com um estrangeiro acompanha a condição de seu marido; o mesmo acontece à estrangeira que se casa com um brasileiro: torna-se brasileira *ipso facto*. A lei reconhece apenas o casamento civil.

A sucessão dos estrangeiros mortos no Brasil é regulada, em geral, pelo mesmo processo e pelas mesmas autoridades que intervêm na sucessão dos nacionais, a não ser que existam convenções consulares especiais com o país do falecido: nesse caso, é a convenção consular que prevalece. Para certos países, após um simples acordo, concluído por uma troca de notas estabelecendo a reciprocidade, o Brasil reconhece a autoridade dos cônsules, segundo regras determinadas.

O Brasil firmou tratados para a extradição de criminosos com a maior parte dos países civilizados.

Os títulos de naturalização são concedidos com a maior facilidade e sem despesas. Os estrangeiros naturalizados gozam dos mesmos direitos e das mesmas prerrogativas dos brasileiros natos, com leves restrições políticas que não atingem, aliás, a não ser um número muito limitado de naturalizados, já que, felizmente para nosso espírito nacional, bem poucos entre eles têm aspirações políticas.

As leis da União Federal sobre a naturalização e os direitos de propriedade ao mesmo tempo que as leis e regulamento do Estado, favorecem pois, por todos os meios, o estrangeiro imigrante.

As fontes seguras de riqueza que a Natureza lhe apresenta, os salários relativamente elevados que lhe são oferecidos, concorrem igualmente para atraí-los a essa região bendita, onde as misérias da velha Europa ficarão desconhecidas ainda por muito tempo, onde a existência é assegurada a todo homem de boa vontade, e onde se pode, por fim, edificar empreendimentos duráveis.

O espaço é muito medido na antiga terra da Europa, e não será amanhã que a expropriação coletivista assegurará a todos os cidadãos a propriedade indivisa e impessoal do solo. Os fabricantes de utopias, para quem não há mais lugar no mundo no Antigo Continente, muito fariam se voltassem o olhar para o Amazonas e encorajassem os deserdados a virem se tornar proprietários numa terra que a eles se oferece.

.....

Capítulo V

SISTEMAS DE POVOAMENTO (CONTINUAÇÃO): – O ÍNDIO SERVINDO DE AJUDA À COLONIZAÇÃO EUROPEIA. – TENTATIVAS NESSE SENTIDO. – A CLASSIFICAÇÃO DOS ÍNDIOS SEGUNDO O DR. VON MARTIUS. – NOVA CLASSIFICAÇÃO DOS ÍNDIOS DO ESTADO DO AMAZONAS. – LISTA DE 373 TRIBOS.

O EUROPEU QUE DESCOBRIU a América do Sul nunca compreendeu corretamente, como já dissemos, seu papel civilizador para com as populações indígenas. Durante os primeiros tempos da conquista, civilizar, para ele, significava chamar os índios a receber o batismo cristão e proceder trocas lucrativas com os selvagens, os “gentios”. Mais tarde, quando o homem da metrópole percebeu as riquezas do solo e do subsolo dessas regiões novas, efetuou, com o nome de “resgates”, imensas caçadas para procurar, entre os índios, escravos aclimatados e resistentes ao trabalho. Foi a época das grandes hecatombes. Em seus anais, Berredo²⁶⁹ fala de uma dessas expedições que teve lugar aos 7 de janeiro de 1665, e “durante a qual 300 malocas ou aldeias do rio Urubu foram queimadas, 700 cadáveres de

269 Bernardo Pereira de Berredo: *Anais históricos do Estado do Maranhão...*, Lisboa, 1749.

índios juncaram o solo em que nasceram, e 400 prisioneiros foram levados aos acampamentos dos conquistadores”.

Os jesuítas elevaram a voz em favor da raça oprimida. O marquês de Pombal não demorou em suprimi-los. Somos bastante independentes para dizer sem rodeios que a supressão dos jesuítas no Brasil foi um passo para trás e deu um golpe mortal na obra de civilização dos índios.

Essa obra, tenta-se retomá-la em nossos dias, e o vice-governador atual do Estado do Amazonas, o coronel José Ramalho, honrou-se ao restabelecer ultimamente a direção geral dos índios, com diretores locais para cada região. À frente desse novo serviço encontra-se o barão de Manaus, filho da região, e o comando dos índios do rio Branco foi confiado ao senhor Tenreiro Aranha, filho do primeiro presidente da Província do Amazonas, depois que ela foi destacada da do Pará, em 1852.

Foi para ajudar nessa obra, de excelência ímpar, que procedemos à catalogação das antigas tribos e das contemporâneas de todo o Estado do Amazonas.

Em 1867, o dr. von Martius, o incansável sábio da Baviera, que consagrou mais de meio século de sua vida ao estudo das coisas brasileiras, procedeu à classificação das tribos índias no Novo Mundo em um livro conhecido²⁷⁰. Ele estudou não somente as tribos antigas e atuais do Brasil inteiro, mas ainda as da América do Sul, das Guianas, das Antilhas e algumas da América do Norte. Seu catálogo compreende cerca de quinhentas tribos.

Retomando o trabalho do ilustre etnógrafo, procedemos a uma obra mais modesta, que compreende apenas as tribos do Estado do Amazonas, desde os meados do século XVII até nossos dias. Deixamos de lado, intencionalmente, mesmo as tribos do grande rio que não se encontram no território do Estado. Apesar dessa delimitação, pudemos enumerar quase quatrocentas tribos diferentes no Estado do Amazonas e nossa lista contém indicações sobre cerca de 230 tribos, de que o dr. von Martius não faz menção.

As únicas fontes que consultamos foram as *Viagens* de Noronha e de Ribeiro de Sampaio, já citadas neste livro, a crônica impressa de Si-

270 Dr. Carl. Freidrich Phil. v. Martius: *Zur Ethnographie Amerika's zumal Brasiliens*, Leipzig, 1867

mão de Vasconcelos²⁷¹, a crônica inédita de Jean Philippe Bettendorff²⁷², o estudo de Bernardino de Sousa²⁷³ e os relatórios dos presidentes e dos governadores do Amazonas. São principalmente estes últimos, ignorados pelo dr. von Martius, que nos permitiram maior escopo que o seu.

Eis aqui a lista, interessante na sua aridez:

LISTA ALFABÉTICA
das

Tribos indígenas do Estado do Amazonas, desde 1768 até nossos dias

A

1. *Abacates*, antigos índios do Amazonas, citados por S. de Vasconcelos. Seu nome significa a fruta do abacateiro (*Persea gratissima*).
2. *Abacaxis*, índios do rio Negro e do Madeira; foram os primeiros a se agrupar, sob a vigilância dos missionários, na aldeia de Serpa, hoje Itacoatiara, então estabelecida às margens do rio Abacaxis. O abacaxi é um ananás brasileiro (*abi-acoigoé*).
3. *Abaetés*, antigos índios do rio Madeira, citados por C. de Acuña. Martius pretende que são os mesmos que foram posteriormente designados pelo nome de *Abacates*, o que não é verossímil. Seu nome provém de Abaeté, significando “homens habilidosos.”
4. *Açaiianis*, *açauianauis*, *uaçaiianis*, índios do rio Ixiê e do rio Içana.
5. *Acangas-pirangas* (cabeças vermelhas), índios atuais do Madeira.
6. *Acaraiuaras*, *acaraiuarás* (nação dos peixes acarás, *Lobotes*), índios que no fim do século XVIII habitavam ainda as margens do Abacaxis, do Canumá e do Maués.
7. *Acarapis*, *agaranis*, índios do rio Negro e do rio Branco, que se encontravam ainda no fim do século XVIII nas nascentes do rio Parima.
8. *Açauaras*, *açavaras*, índios do rio Negro, parecendo filiados aos *aruauques*.

271 Padre Simão de Vasconcelos; *Crônica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil*, Lisboa, 1663.

272 Padre João Filipe Betendoreff (sic): *Crônica da Missão da Companhia de Jesus em o Estado do Maranhão*, Manusc. da Bibl. Públ. de Lisboa, 1699.

273 Cônego Francisco Bernardino de Sousa: *Comissão do Madeira, parte*, Rio, 1874.

9. *Acauãs, acauás* (os lutadores), antigos índios do baixo Amazonas; tiravam seu nome do acauã (*Falco cachinans*), pássaro que desempenha grande papel nas superstições dos índios semicivilizados do Amazonas.
10. *Adaraias*, antigos índios do rio Negro.
11. *Adoriás*, antigos índios do Amazonas, desaparecidos desde o começo do século XIX.
12. *Aguaras, aguairas*, antigos índios dos tupis do Norte, citados por C. de Acuña; provavelmente os mesmos que os aguarás do rio Uaupés, assinalados por Alexandre R. Ferreira em 1785.
13. *Águas*, nome genérico designando as tribos da raça dos omáguas. Segundo von Martius, *água* é a palavra tupi ava, aba ou uva, que significa homem, senhor. Várias tribos têm esse nome, com um qualificativo: *En-águas*, os bons; *Sarimáguas* (em português, Sorimão, plural Sorimões), de onde o alto Amazonas tomou o nome de Solimões. Segundo o mesmo autor, eles nada teriam de comum com os umáguas, do alto Japurá.
14. *Aicás*, índios inteiramente selvagens do rio Uracá.
15. *Aitouariás*, índios dos rios Abacaxis, Canumá e Maués.
16. *Ajururis, Ajururés* (os papagaios), índios do Madeira; parecem ser os mesmos que os araras, assim denominados devido à sua habilidade em preparar ornamentos de penas de araras.
17. *Amaribas, amaribás, amaripas, amaripás*, índios do Tacutu; A. R. Ferreira e M. da Gama Lobo d'Almeida os assinalavam no Rio Branco, no fim de século XVIII; iam frequentemente até a aldeia de São Joaquim. Segundo Cromburgk, a tribo estaria extinta, como nação independente, e seus resíduos se teriam mesclado a outras tribos.
18. *Amazonas, amazones, icamiabas, icamiabás, cunhantese, cuimas, coughtainse-couimas, coniapuiaras, comapuiaras, aiqueambenamos*, índias que viviam sem homens, que F. de Orellana foi o primeiro a assinalar nas margens do Jamundá, rio que serve de limite entre os Estados do Pará e do Amazonas.
19. *Ambuás, ambuas*, antigos índios do Tefé, do Japurá e do rio Içá, que habitavam perto de Nogueira, no fim do século XVIII.
20. *Anamaris*, antigos índios do Amazonas, citados por S. de Vasconcelos.

21. *Ananá*s, *Anunas*, antigos índios do rio Uaupés, filiados à tribo dos Uaupés.
22. *Anas*, *aanas*, anás, uaiuanas, antigos índios do rio Negro e do Padauri, de onde já tinham emigrado no fim do século XVIII.
23. *Andurás*, antigos índios do Amazonas, citado por S. de Vasconcelos. Provavelmente os mesmos que os andirás, andiras, morcegos, murcialegos, também chamados jaurités ou jaguares, devido à sua ferocidade.
24. *Aneaquis*, índios de Silves.
25. *Anhuaques*, *anhuquises*, *anhuquicés*, índios reunidos com os de outras tribos, em 1839, em uma aldeia denominada Porto Alegre, no Distrito de São Joaquim, no rio Branco, com cerca de 2.000 elementos. Em 1852, a aldeia já estava em franca decadência, por falta de missionários.
26. *Anianas*, índios do Japurá; tinham um instrumento especial, o troceno, para alertar, a 2 ou 3 léguas de distância, as tribos vizinhas.
27. *Anibas*, *anibás*, *anouiúbas* (homens do outro lado), antigos índios do rio Aniba.
28. *Anicorés*, *arucuñas*, *aricunas aricorimbis*, antigos índios do rio Negro e do Madeira, quase inteiramente desaparecidos há cerca de sessenta anos. Seu nome parece vir do rio Anicoré ou Manicoré, significando água rápida.
29. *Apenaris* (homens que vêm de longe), antigos índios do Juruá, ainda numerosos no fim do século XVIII.
30. *Apiacás*, *apiacas*, índios pacíficos das terras entre o Amazonas e o Mato Grosso. O general Machado de Oliveira (*Rev. Trim. do Inst.*, Rio, 1856) diz que eram, há 45 anos, ainda muito numerosos, pelo menos 16.000.
31. *Apolinas*, *apolinás*, índios do Purus; provavelmente os mesmos que os apurinãs ou ipurinãs. (Ver a palavra.)
32. *Aponariás*, *apinarias* (homens selvagens), índios do Madeira.
33. *Aquinaus*, antigos índios do Amazonas, citados por S. de Vasconcelos.
34. *Aragoanainás*, antigos índios do Amazonas, citados por S. de Vasconcelos.
35. *Araicás*, *araicus*, *uaraicus*, índios do Jutá, do Juruá e do Javari, ainda numerosos no fim do século XVIII.

36. *Arapaçus, arapacus*, índios do rio Uaupés, assinalados por Alexandre R. Ferreira no fim do século XVIII.
37. *Arapaxis*, índios do rio Uaupés, encontrados ainda por Alexandre R. Ferreira no fim do século XVIII.
38. *Araquaxis, araquajus*, índios do Amazonas que existiam ainda no começo do século XIX.
39. *Araras* (significando o pássaro do mesmo nome, parecidos com o dia, com a luz) índios do Maués, do Madeira, do rio Negro e do Alto Purus, que estão entre os mais belos tipos de índios.
40. *Araruás, alaruás, aráruas, araós, aroas, araus*, índios do Japurá e do Juruá. Têm as orelhas furadas e adornadas com penas de tucano.
41. *Arauaris*, índios do Juruá, ainda numerosos do fim do século XVIII.
42. *Aricoronés, urucurinis*, índios do Madeira, perto das cataratas.
43. *Ariinis, airinis, arainis* (os grandes pais), índios do rio Negro, quase totalmente desaparecidos no fim do século XVIII. Falam a língua Baé ou Baré, que segundo A. von Humboldt, é usada por todos os índios do rio Negro.
44. *Arinos, arinas*, antigos índios do rio Branco, ainda numerosos no fim do século XVIII. Gama Lobo os representa como desertores das possessões espanholas.
45. *Ariquenenas, uariquenenas, uerequenenas, arecunas, aricunas*, índios do Madeira, Jatapu, Uatumá, Içana e Negro, tendo em comum com os manaus vários usos idênticos aos dos israelitas; teciam o algodão.
46. *Aroaques, aruaques, arauaques, arouages, uaruaques, parauanas*, poderosa nação que habitava entre o rio Negro e o Uatumá e o Jatapu, estendendo-se para o Matari e o Urubu; ainda hoje habitam o rio Uatumá. Os pariquis, os uaçaís e os jauaperis parecem constituir ramos dessa grande nação. Em 1669, o Pai Teodósio dizia que tinham seu principal centro no Jauaperi, onde Ferreira e Noronha os assinalaram no fim do século XVIII. Em 1787, Gama Lobo menciona três aldeias que tinham no rio Caumé, na região do rio Branco.
47. *Arunás, arinás*, índios do Juruá e do rio Negro.
48. *Aturais, aturaiós, atoraís, aturiaús, aturáiús, aturaiás, atiaís, ataianarus, uitarais*, (tecedores de cestos), índios do rio Branco e do Tacutu.

49. *Aturés*, índios desaparecidos nos meados do século XVIII. Alexandre von Humboldt relata ter encontrado em Naipure um velho papagaio que falava sua língua, e que os índios da redondeza, eles mesmos, não mais a compreendiam.
50. *Aturaris*, antigos índios citados por Cardim; talvez os mesmos que os aturariis, citados por S. de Vasconcelos.
51. *Auinamaris*, índios atuais do alto Purus.
52. *Aurabaris*, antigos índios do Amazonas, citados por S. de Vasconcelos.
53. *Axuaris*, antigos índios do Juruá e do Solimões, que, no fim do século XVIII ainda habitavam perto de Egas, no rio Tefé.

B

54. *Baeúnas*, antigos índios de Silves.
55. *Baianas*, *baianais*, *banhunás*, índios do rio Negro.
56. *Baibiris*, índios do Juruá.
57. *Banibas*, *banivas*, *banivas*, *manivas*, índios do rio Negro.
58. *Bapianas*, índios do rio Negro.
59. *Barabatanas*, *baratanas*, índios do Apaporis.
60. *Barés*, índios fortes e numerosos do rio Negro, espalhados até o Madeira e o Japurá.
61. *Bauaris*, índios do Juruá.
62. *Boanaris*, *boavatanas*, índios do Uaupés.
63. *Brauárás*, índios do Maués.
64. *Buges*, índios do Juruá.
65. *Buibaguás*, índios do Juruá.
66. *Burenaris*, índios do rio Negro.
67. *Bururus*, índios do rio Urubu, cujo nome é uma corrupção do Bururus.

C

68. *Cabouquenas*, índios do rio Urubu.
69. *Caburicenas*, índios do rio Negro.
70. *Cacatapuias*, índios do rio Içá; passavam por antropófagos. Tatuagem: uma larga lista negra, indo das orelhas ao nariz.
71. *Cachaparis*, índios do Purus.

72. *Cacheguenas*, antigos índios do Amazonas, citados por Bettendorff.
73. *Cagoás*, antigos índios do Amazonas, citados por S. Vasconcelos.
74. *Caixanas*, índios do Japurá.
75. *Cambebas*, *ampevas*, *omaguás*, *omacuás*, *umauás*, *umáuas* (cabeças chatas), índios do Paduari, do Juruá, do Solimões e do Javari. No fim do século XVIII tinham seu centro em São Paulo D'Oliveira, mas a tradição os representava como tendo emigrado do Peru. Segundo R. de Sampaio, eram eles os índios "mais civilizados e mais racionais"; sua pele era menos escura e seu aspecto mais atraente que os dos outros índios; vestiam-se de tecidos de algodão preparados pelas mulheres da tribo. Para lançar suas flechas, não utilizavam arcos. Foram eles que ensinaram aos outros índios o uso da borracha.
76. *Canamaris*, *canamarés*, índios pacíficos do alto Purus, do Juruá e do rio Ituxi, onde tinham duas malocas em 1861; são agricultores, plantam e tecem o algodão.
77. *Caniçoaris*, *canieiuaras*, índios do Amazonas, citados por S. Vasconcelos.
78. *Carajanas*, índios do Amazonas.
79. *Caraganás*, índios do Amazonas, citados por S. de Vasconcelos.
80. *Carajás*, *caraiás*, *cararais*, índios de Silves e do rio Negro, inimigos natos dos manaus.
81. *Carajats*, índios do rio Negro.
82. *Carapanaris*, índios do Amazonas, citados por S. de Vasconcelos.
83. *Carapanás*, índios do rio Içana, dos quais 892 tinham sido catequizados pelos capuchinhos em 1888.
84. *Carianas*, *carabanas*, *caribanas*, índios do rio Negro.
85. *Cariguaras*, *cariguanas*, *cariguanos*, índios do Amazonas, citados por Bettendorff.
86. *Caripunás*, *caripunás*, *cauaripunás*, *caribes*, índios caríbas do rio Negro, do Madeira e do Purus.
87. *Carucuras*, índios do Amazonas.
88. *Caraná*, índios do alto Purus.

89. *Catauixis*, índios do Solimões, do Juruá, do Tefé e do médio Purus; têm a tez relativamente clara; são laboriosos e fazem uma cerâmica grosseira. Os do Solimões têm o corpo coberto de manchas.
90. *Catianas*, índios atuais do alto Purus.
91. *Catiquinas*, *catoquinas*, *catuqueiras*, índios do Tefé, do Juruás, do Jutai e do baixo Purus.
92. *Cauanas*, *cauanás*, *coindás*, *coeuanas*, *cabeuanas*, índios do Juruá, do rio Negro e do Uaupés. Ribeiro de Sampaio os descrevia em 1775 como tendo apenas 1,10 m de altura.
93. *Cauaxis*, índios do Jurá.
94. *Cauiaris*, *cauiiaris*, índios do Japurá.
95. *Caxararis*, índios do médio Purus; trabalhadores e pacíficos.
96. *Caixanas*, *cauiianas*, *caixanas*, *cujubicenas*, índios do Tocantins.
97. *Caiuicenas*, *caiuoicinas*, *caiuvicenas*, índios do Japurá, do Içá e do Tocantins; têm inclinação para a agricultura.
98. *Cequenas*, índios do rio Negro.
99. *Cericumás*, *cericumas*, *cericunas*, *cericanás*, *criandás*, índios do rio Branco, do Negro e do Jauapiri.
100. *Chaperás*, *chaperus*, índios do rio Negro.
101. *Chaiaiutás*, *chaiaiutás*, índios de Javari e do Jataí.
102. *Chibaras*, *chibarás*, *chiivaros*, índios do Juruá.
103. *Chiimaanas*, índios do Javari. Talvez os mesmos que os Xomanas.
104. *Chiriibas*, índios do Juruá.
105. *Cigananeris*, índios do alto Purus.
106. *Cipós*, índios dos afluentes do Purus.
107. *Cirus*, índios de Egas.
108. *Clituás*, *chituás*, índios do rio Içá.
109. *Coatatapiiyas*, *coatatapui*, *V. uginas*, *cocas*, *V. uaruas*.
110. *Cocruanas*, *cocrunas*, índios do Tefé.
111. *Coerunas*, índios do Japurá e do Tefé.
112. *Coeuanas*, *cocrunas*, índios do Tefé.
113. *Colinos*, *calinas*, *curinas*, *corinás*, índios nômades do Juruá e de São Paulo d'Oliveira.

114. *Comanis, conamis*, índios de Silves e do Maués.
115. *Cotocerianás*, antigos índios do Amazonas, citados por S. de Vasconcelos.
116. *Coxiuaras, cuxiuaras, cuxiurás, cuciguarás, cuxiguaras*, índios do Coari.
117. *Cubenanas, cabeuanas*, índios do Rio Negro.
118. *Cucamas, cocamas*, índios do Caldeirão e de Manaquiri.
119. *Cudujaris, cudajaris*, índios do rio Negro.
120. *Cuenacás*, índios do rio Negro.
121. *Cujigeneris*, índios do Purus.
122. *Cumacumanas*, índios do Apaporis.
123. *Cumaruuuarus*, antigos índios do Amazonas, citados por S. de Vasconcelos.
124. *Cumaiaris*, antigos índios do Amazonas, citados por Bettendorff.
125. *Cumuramás*, índios de Fonte Boa.
126. *Cunamanas*, índios do Jutaí e de Fonte Boa, que entraram em contato com os portugueses desde os primeiros tempos da descoberta.
127. *Curanaus*, índios do rio Negro.
128. *Curatus, curetus*, índios do Tefé e do Japurá.
129. *Curenqueás, corinqueanas*, antigos índios do Amazonas, citados por S. de Vasconcelos, que os descreve como gigantes de 16 palmos de altura (3m 52), com pepitas de ouro nos lábios e no nariz.
130. *Cureras*, índios do rio Cadaiari, entre os quais 786 tinham sido catequizados pelos capuchinhos em 1888.
131. *Curicicuris, curucicuris*, índios ceramistas do Tefé e do Jurá, entre os quais Pedro Teixeira (1637-39) comprou barras de ouro, por ocasião de sua famosa viagem.
132. *Curicirarias*, índios do Juruá.
133. *Curitiás*, índios do Maués.
134. *Curiuaás*, índios do Juruá.
135. *Curuaxiás*, índios de Itacoatiara.
136. *Curucurus*, índios do Amazonas, citados por S. de Vasconcelos.
137. *Curunaris*, índios do Amazonas, citados pelo mesmo autor.
138. *Curutais, crupatis*, índios grandes e fortes dos afluentes do Purus.

139. *Cuxixiniaris*, índios do alto Purus.

D

140. *Dachiuarás*, índios do Juruá.

141. *Deçacas*, índios do Uaupés.

142. *Deçanas*, índios dos rios Içana e Uaupés.

143. *Demacaris*, *demacuris*, índios do rio Negro.

144. *Detuanás*, índios do Apaporis.

145. *Duanais*, índios do rio Içana.

G

146. *Ganaris*, índios do Amazonas, citados por S. de Vasconcelos.

147. *Gemiás*, índios do Juruá.

148. *Gepuás*, índios do Japurá.

149. *Goaurus*, *goarirás*, índios do Amazonas, citados por S. de Vasconcelos.

150. *Goateneis*, índios do Amazonas, citados pelo mesmo autor.

151. *Goiases*, índios do Amazonas, citados pelo mesmo.

153. *Guanareis*, índios do Amazonas.

154. *Guanavenas*, *guanevenas*, índios do rio Urubu.

155. *Guaquiaris*, índios do Amazonas, citados por S. de Vasconcelos.

156. *Guaribas*, *gauráibas* (macacos gritadores), índios do rio Negro.

157. *Guataicus*, índios do Amazonas.

158. *Guibanás*, índios do Juruá.

159. *Guinacuinás*, índios do Amazonas, citados por S. de Vasconcelos.

160. *Guinamás*, índios do Amazonas, citados pelo mesmo autor.

161. *Guirinas*, índios do rio Negro.

H

162. *Hiianas*, índios do rio Negro, falando a mesma língua que os manaus.

163. *Himaniris*, índios do alto Purus.

164. *Huiranás*, *jurunás*, índios do Juruá.

I

165. *Iabanas, iabaanas*, índios do Rio Negro.
166. *Iagoanais*, índios do Juruá.
167. *Iagoararus*, índios do Amazonas, citados por S. de Vasconcelos.
168. *Iamias*, índios do Amazonas, citados pelo mesmo autor.
169. *Iamoos, iameos, iamcos*, índios do Javari.
170. *Iareuaguaçus*, índios do Amazonas, citados por S. de Vasconcelos.
171. *Iaribarás*, índios do Amazonas, citados pelo mesmo autor.
172. *Iauanás*, índios de Tefé e de Egas.
173. *Iauretiuaras*, índios do Madeira.
174. *Içanas*, índios do rio Içana.
175. *Içás*, índios do rio Içá; tomam seu nome de um macaco de boca escura, com os quais sua tatuagem os faz parecer.
176. *Imainananas*, índios do Purus.
177. *Inheiguaras*, antigos índios do Amazonas, citados por Bettendorff.
178. *Ioxinauás*, índios do Juruá.
179. *Ipurinás, ipurinanas, hipurinás, apurinás, jupurinás*, índios guerreiros do Purus e do rio Ituxi, onde tinham 18 malocas em 1861.
180. *Itumiris* ou *piratapuias*, índios do rio Papuri, catequizados em número de 324 pelos capuchinhos, em 1888.
181. *Iucunas, iucunás, icunas*, índios do Japurá e do Içá; agricultores, não comem nem “coreac” nem farinha de mandioca, mas tapioca; monógamos.
182. *Iuenaas*, índios do Japurá.
183. *Iupicuás*, índios de Tefé.
184. *Iupiuás*, índios do Japurá e do Içá; tinham as orelhas furadas e ornadas com penas de tucanos.
185. *Iupurás, japurás*, índios do Japurá. R. de Sampaio pretende que o iupurá é uma fruta, com a qual esses índios fazem uma massa mole, negra e fétida, que é consumida.

J

186. *Jabanas, jabaanas, jaiaianas*, índios do rio Negro e do Apaporis.

187. *Jacatiguaras, jacatiguarais*, antigos índios do Amazonas, citados por Bettendorff.
188. *Jacunas, jauñas, jauanás, cuarunás*, índios do Apaporis e do Tefé.
189. *Jamamadis, jamamandis, iamamadis*, índios atuais do médio Purus; trabalhadores; em 1881, possuíam duas malocas.
190. *Jamamaris*, índios atuais do Purus.
191. *Janumás*, índios do Tefé.
192. *Japiúas*, índios do rio Negro.
193. *Japuás, japuás*, índios do Apaporis; talvez os mesmos que os precedentes.
194. *Jarunas, jurunas, juruúnas*, índios do rio Negro.
195. *Jauñas, jauanás, jauanás*, índios do Apaporis e do Tefé.
196. *Jerimãs*, índios do Juruá.
197. **Juamis**, índios do Japurá.
198. *Juaperis, jauaperis, jaumeris, mameris, uameris, uaimerus, uaimeris*, que se pretende sejam os mesmos que os crixanás; índios atuais do rio Jauaperi.
199. *Jubeis, iubeis*, índios do Purus e do rio Ituxi, onde estavam concentrados em duas malocas, em 1861.
200. *Jumas, iúmas*, índios do rio Negro, do Solimões, do Juruá, do Tefé e do Madeira.
201. *Junás*, índios do rio Negro.
202. *Japuares, jupuás*, índios do Apaporis.
203. *Juquis, iuquis*, índios do Madeira.
204. *Jurimáguas, jurimáguas*, índios do Juruá: “A nação mais numerosa e mais guerreira do Amazonas”, deles dizia R. de Sampaio de 1775. Em 1709, tinham ainda uma aldeia nas margens do Juruá; os jesuítas espanhóis conseguiram que emigrassem para o Peru.
205. *Juripixunas, jurupixunas*, índios do rio Negro.
206. *Juris, iuris*, índios do rio Negro, do rio Içá e do Tefé, cujos costumes foram descritos por R. de Sampaio.

L

207. *Laganaris*, antigos índios do Amazonas, citados por S. de Vasconcelos.

M

208. *Macipiás*, antigos índios do Amazonas, citados por S. de Vasconcelos.
209. *Macucoenas*, índios do Uaupés.
210. *Macugás*, antigos índios do Amazonas, citados por S. de Vasconcelos.
211. *Macunás*, macunés, índios do Apaporis e do Japurá.
212. *Macus*, *maacus*, índios atuais do Maués, do Japurá, do rio Negro e do Papuri, onde os capuchinhos tinham catequizado 669 e agrupado 162 em uma aldeia, em 1888.
213. *Macuxis*, índios atuais do rio Branco.
214. *Maduuacás*, *mandauacás*, índios do rio Negro.
215. *Maaens*, índios do rio Branco.
216. *Maiapenas*, *maiapinas*, *mapinis*, índios do rio Negro.
217. *Maiurunas*, *maerunas*, *maxorunas*, *maxurunas*, *majorunas*, *mangeronas*, índios atuais do Jutai, do Javati e de São Paulo d'Oliveira. Usavam cabelos longos e tinham uma tonsura no meio da cabeça; nariz e lábios furados; no lábio inferior e nas orelhas, usavam conchas; nos cantos da boca, penas de arara; passavam por antropófagos e eram acusados de comer, não somente os prisioneiros inimigos, mas também os velhos e doentes da tribo.
218. *Maliás*, índios do Juruá.
219. *Mamangas*, *mamangás*, *mamaíamas*, *mamaíamases*, índios do rio Negro e do Uaupés Mameris, V. Juaperis.
220. *Mamis*, índios do Madeira.
221. *Mamuris*, índios do alto Purus.
222. *Manauís*, índios do rio Negro, diferentes dos manaus.
223. *Manaus*, *manoaas*, antigos índios do rio Negro e do Tefé, que deram seu nome à capital do Estado do Amazonas, onde, entretanto, os viajantes do século XVIII só assinalavam a presença dos banibas, dos barés e dos passés, sendo que esses últimos tinham recentemente descido do Japurá. Seu *habitat* primitivo parece ter sido o Japurá. Entretanto, Ribeiro de Sampaio diz, em 1775, que Tomar parece ser sua capital, eram então “a nação mais famosa de todo rio Negro, pelo valor, pelo número, pela língua e pelos costumes”. Tinham destruído

os caraiáís e enfrentado os barés. Eram considerados como antropófagos. Acreditavam em dois princípios: do bem, Mauari, e do mal, Saraua. Foi um dos chefes dos manaus Camandre, que ajudou na fundação de Mariuá, depois Barcelos, antiga capital do Amazonas. Foi um outro chefe dos manaus, Ajuricaba, que lutou contra os portugueses e finalmente foi feito prisioneiro, juntamente com 2.000 homens de sua tribo.

224. *Manateneris, manateris*, índios atuais do Juruá, do alto Purus e do rio Ituxi, onde tinham três malocas em 1861; agricultores; plantavam e teciam o algodão.
225. *Manibas, manivas*, índios do rio Queirari, onde os capuchinhos catequizaram 900 entre eles, em 1888; parecem ser um ramo dos banibas.
226. *Mapianas*, índios do Juruá.
227. *Mapiarus*, índios do Amazonas, citados por S. de Vasconcelos.
228. *Maquiritaris*, índios do rio Negro.
229. *Marabitanas, marapitanas*, índios do rio Negro.
230. *Maracanás*, índios do rio Negro.
231. *Maraimumás*, índios do Amazonas, citados por S. de Vasconcelos.
232. *Maranáis*, índios do Juruá.
233. *Marauás, maruás, muruuás, mariruás*, índios do Juruá, do Javari, do Jutai, do Japurá e do rio Içá; passavam por antropófagos.
234. *Marianás, mariaranas*, índios do Japurá, do Tefé e de Egas; Bettendorff os chama de “homens ricos de ouro”.
235. *Marigudariás*, índios do Amazonas, citados por S. de Vasconcelos.
236. *Marunacus*, índios do Juruá.
237. *Marupãs*, índios do Madeira.
238. *Matanauís*, índios do Madeira.
239. *Matuanis*, índios do Amazonas, citados por S. de Vasconcelos.
240. *Maturuás*, índios do rio Maués.
241. *Matuiús*, índios do Amazonas, citados por S. de Vasconcelos.
242. *Maués, maguez*, índios do Maués, do Madeira e do rio Andirá; prepararam o guaraná (*Paullinis Sorbiis*).

243. *Mauiaíds*, índios do Japurá. Têm as orelhas furadas e ornadas com penas.
244. *Mauís*, índios do rio Negro.
245. *Maupis*, índios do rio Negro.
246. *Mendos*, mendós, índios do rio Ixié.
247. *Meporis*, mepuris, mepuriés, mapuris, índios do rio Negro e do Japurá; sua língua é um dialeto do Baré.
248. *Miranhas*, índios de Caiçara, do Japurá e do rio Içá; passavam por antropófagos.
249. *Miriximandis*, índios do alto Purus.
250. *Miuruás*, índios do Amazonas, citados por Bettendorff.
251. *Moacaranás*, índios do Amazonas, citados por S. de Vasconcelos.
252. *Mueinós*, índios do rio Negro.
253. *Muenes*, índios do Juruá.
254. *Mundurucus*, *mundrucus*, *motoricus*, índios do Abacaxis, do Murumaratuba, do Canumá e do Maués; numerosos e com inclinação para a agricultura.
255. *Mupiús*, índios do Amazonas, citados por S. de Vasconcelos.
256. *Muras*, índios ladrões e nômades que se encontram, desde os primeiros tempos da exploração, em Silves, em todo o percurso do Madeira, em Manacapuru, no Purus, onde aniquilaram várias tribos, nos lagos Anamá e Codajás, de onde partiam para fazer incursões no rio Negro, no Mamiá, no Tefé, no Japurá, no Javari, no Jaú e no Unini; mesmo nos fins do século XVIII infestavam ainda os arredores de Manaus. Suas incursões retardaram certamente o povoamento de uma parte do Amazonas.
257. *Musas*, índios do baixo Purus.

O

Omáguas. V. *cambebas*.

258. *Onamanaus*, *Orumanaus*, índios do rio Atauf.
259. *Ororupinás*, índios do Amazonas, citados por S. de Vasconcelos.
260. *Ozuanas*, índios do Amazonas, citados por Bettendorff.

P

261. *Pacajás, pacaiás, pacaiases*, índios do Amazonas, dos quais Bettendorff disse que falavam a “língua geral”.
262. *Pacuris*, índios de Silves.
263. *Paguanás, paianás*, índios do Juruá.
264. *Paiabas*, índios do Içá.
265. *Painas, poianas*, índios do Japurá e de Fonte Boa. Tatuagem: lábios inteiramente negros, tendo as orelhas furadas e enfeitadas de penas de tucano.
266. *Paicuenas*, índios do rio Negro.
267. *Paicicis*, índios do alto Purus.
268. *Paipundás, paipomas*, índios do Juruá.
269. *Pamas*, índios do Madeira e do Purus.
270. *Pamanas, pamanás*, índios atuais do médio Purus, do Ituxi e do Mucuí; trabalhadores, pacíficos, de boa constituição, tez relativamente clara.
271. *Pamaris, pamacuiris, pamaouris, purupurus*, índios atuais do baixo Purus, emigrados para o médio Purus; remadores hábeis; parecem sofrer de doenças de pele hereditárias.
272. *Pananuás, panenuás*, índios do rio Negro e do Uaupés.
273. *Panos*, índios do Javari.
274. *Papis*, índios do Tefé.
275. *Paraumás, parauamas*, índios do Japurá.
276. *Paraús*, índios do Juruá.
277. *Parianas, parauianas, paravianas, paravilhanas*, índios atuais do Japurá, de Içá, do Tocantins, do rio Branco; têm inclinação para a agricultura.
278. *Parintins*, índios do baixo Amazonas, que deram seu nome a uma pequena cidade.
279. *Parintinins, parentinins*, índios atuais do Amazonas e do Madeira; guerreiros e pilhadores.
280. *Pariquis, paraquis*, índios de belo aspecto do rio Uatumá, desceram a Itacoatiara no meio do século XVIII.

281. *Passés*, índios do rio Negro, do Içá e do Solimões, assinalados igualmente em Nogueira, Caiçara e no Japurá; agricultores; muito numerosos no fim do século XVIII. Acreditavam em um só deus, na imortalidade da alma e que a Terra se movia em torno de um sol fixo. Tatuagem: uma mancha negra quadrada cobrindo uma parte do rosto, do nariz e do queixo; duas linhas partindo do nariz, subindo entre os olhos e chegando até a raiz dos cabelos; das têmporas desciam outras linhas cruzadas até a grande mancha negra; nas orelhas, várias perfurações; o lábio inferior igualmente perfurado.
282. *Paxianas, paixanas*, índios do rio Branco e do rio Negro.
283. *Periatis*, índios do Japurá.
284. *Peridás*, índios do Içá e do Japurá.
285. *Periquitos*, índios do Matari.
286. *Piranhas, piranas*, índios do Içá.
287. *Pixunas, pexunas* (os negros), índios do rio Negro.
288. *Pocoanás*, índios do Amazonas, citados por S. de Vasconcelos.
289. *Poquis, poquisguaras*, índios do Amazonas, citados por Bettendorff.
290. *Porocotós, procotós, puricotós, ipurucotós, iperucotós*, índios atuais do Branco e do Uraricuera.
291. *Puetanas, puitanas, puetavas*, índios do Içana.
292. *Pumacaás*, índios do Juruá.
293. *Puplepás*, índios do Juruá.
294. *Pupnenicás*, índios do Rio Negro.
295. *Pupuiguaras*, índios do Amazonas, citados por Bettendorff.
296. *Purenumás*, índios do Içá; tatuagem: lábios completamente negros.
297. *Puréus*, índios do Japurá.
298. *Purus*, índios do Solimões; como os de grande número de tribos, praticam o jejum religioso, e o levam tão longe, que por vezes morrem em consequência.
- Purupurus, V. amaris.*

Q

299. *Quereruris, queraruris, quereruís*, índios do rio Negro.

S

300. *Saguarus*, índios do Amazonas, citados por S. de Vasconcelos.
301. *Saindaiuuís, saguindajuquis*, índios do Juruá.
302. *Samaruás*, índios do Amazonas, citados por S. de Vasconcelos.
303. *Saparás, saparas*, índios do rio Branco.
304. *Sapupés*, índios do Maués e do Matari.
305. *Sarás*, índios do Itacoatiara.
306. *Sedeuís*, índios do Uatumá.
307. *Seiguiás*, índios do Amazonas, citados por S. de Vasconcelos.
308. *Simanirís*, índios atuais do baixo Purus e de seus afluentes.
309. *Simarumanas*, índios pacíficos do médio Purus e do Mucuí.
310. *Solimões, sorimões, sorimaus, solimãs*, índios do alto Amazonas, que tomou seu nome (Solimões). Talvez a mesma tribo que a dos ierimãs, dos quais dizia Bettendorff, no século XVII que era “a mais afamada e mais agitada das nações de todo o rio Amazonas”.
311. *Sutaás, sotaáás, sotaús, soatãs*, índios do Juruá.

T

312. *Tacuas*, índios do rio Negro, dos quais nunca se tinha feito menção antes dos meados do século XVIII, época em que apareceram em Airão.
313. *Tamuanas*, índios do Japurá, do Içá e do Tefé. Tatuagem: lábios inteiramente enegrecidos.
314. *Taninbuma-tapuias*, índios do Apaporis.
315. *Tapaxanas, tapaganas*, índios do Jutai.
316. *Tapicarís, tapicurés*, índios do rio Negro e do rio Branco.
317. *Tarás*, índios de Crato.
318. *Tarianas*, índios atuais do rio Uaupés; em 1888, os capuchinhos tinham agrupado 2.272 deles em onze aldeias.
319. *Tarmas*, índios atuais do rio Negro.
320. *Terariás*, índios do Amazonas, citados por S. de Vasconcelos.
321. *Terecumás, terecuns, taracuns*, índios do Uatumá.
322. *Termaisaris*, índios do Içaná.

323. *Tiaris*, índios do Purus, quase inteiramente desaparecidos desde o fim do século XVIII.
324. *Ticunas*, *tipunas*, *tecunas*, *tucunas*, índios atuais do Javari, do Juraí, do Içá e de Fonte Boa. São representados como acreditando na metempsicose e adotando a circuncisão; adoravam o Hohó, figura horrenda feita de cabaças e recoberta com a estopa de uma árvore denominada aiama. Eram habilidosos no empalhamento de aves. Tatuagem: uma estreita listra negra, indo das orelhas ao nariz.
325. *Timanarus*, índios do Uaupés.
326. *Tocandiras* (formigas negras), índios do Apaporis.
327. *Toquedas*, índios do Juruá.
328. *Torás*, *turás*, *toras*, índios do Madeira e do Purus.
329. *Tucanos*, índios atuais do Tiquiê; em 1888 os capuchinhos agruparam 943 deles em três aldeias.
330. *Tacumás*, *Tacumas* (comedores de *Astrocarium tacuma*), índios do Madeira.
331. *Tuinamanás*, índios do Amazonas, citados por S. de Vasconcelos.
332. *Tumairis*, *Tuemeiaris*, índio do Içana.
333. *Tumbiras*, *timbiras*, índios do Japurá e do Içá. Tatuagem: todo o rosto enegrecido; ao lábio inferior, perfurado, era suspensa uma placa negra esférica, parecida com o batoque dos botocudos.
334. *Tupinambaranas* (os falsos tupinambás ou tupinambás bastardos), índios de Parintins, vindos, no século XVIII, do alto Madeira, onde se tinham refugiado no começo do século XVII, após sua dispersão, quando foram derrotados e perseguidos pelas expedições portuguesas.
335. *Tupinambás* (descendentes do primeiro pai), índios do baixo Amazonas, que a tradição considera como tendo vindo do sul do Brasil para escapar às perseguições dos brancos. Ancestrais dos precedentes. Nos meados do século XVIII tinham uma aldeia no lago Uaicurupá, na margem oriental do rio Tupinambarana.
336. *Tupivás*, antigos índios do Tefé.
337. *Turimairis*, antigos índios do Içana.
338. *Turumatis*, índios do alto Purus.

339. *Tururés, tururis, tauariris*, antigos índios de Itacoatiara.

U

340. *Uaçáis, açáis* (bebedores de açai, licor feito com as frutas da palmeira *Euterpe oleracea*), índios atuais do rio Carimanis.

341. *Uacarus*, uacaraús, uacarauás, índios do Juruá e do rio Negro.

342. *Uaiamás*, índios de Caiçara.

343. *Uaiupés, uaiupés*, índios do Solimões, Codajás, Coari e Tefé.

344. *Uaimarás, uaiumarás*, índios do Rio Branco.

345. *Uaiurus, uairus*, índios do rio Negro e do rio Branco.

Uerequenas, uariquenas, V. *ariquenas*.

346. *Uajanás*, índios do rio Negro.

347. *Uamarus*, antigos índios do Coari.

348. *Uananás*, índios do rio Negro e do Uaupés.

349. *Uapixanas, uabixanas, uapissianas*, índios atuais do rio Branco.

350. *Uaquis*, índios do rio Branco.

351. *Uaraicus, uraicus, araicus*, índios do Javari e do Jutai.

352. *Uaranacuacenas, uaronacoacenas*, índios do rio Negro e do rio Uananoá.

353. *Uarinas, uirinas, uariras*, índios do rio Negro.

354. *Uarupis*, índios do Solimões.

355. *Uarus* ou *cocas*, antigos índios do Caiçara e do Tefé. R. de Sampaio pretende que são chamados cocas porque repetem constantemente essa palavra, que, em sua língua, significa não.

356. *Uatanias*, índios trabalhadores e pacíficos do médio Purus. Provavelmente os mesmos que os manateris.

357. *Uaupés, guaipés*, índios do rio Uaupés. Orelhas e lábios inferiores perfurados. Levam ao pescoço, suspensa por um cordão, uma pedra branca, lisa, cilíndrica, que parece ser um sinal de casta; as dos chefes têm até 11 centímetros de comprimento; a dos notáveis são menores e as dos comuns entre os índios são muito menores.

358. *Uerimás*, índios do Apaporis.

359. *Uginos, uginas, ujanos, coatatapiias, caatatapiias*, (índios *coitas*), índios do rio Negro, espalhados no Juruá, Jutai e Içá, falando a língua

360 Barão de Santa-Anna Nery

dos manaus e passando por ter uma cauda como a dos macacos coitas (*Ateles Paniscus*). *umauas, umauás, umáguas, V cambebas.*

360. *Urairais*, índios do Amazonas, citados por S. de Vasconcelos.
361. *Urinanás*, índios do rio Negro e Uaupés.
362. *Uruburingás*, índios do Amazonas, citados por S. de Vasconcelos.
363. *Urubus*, índios do Juruá, diferentes dos burururus.
364. *Urupás*, orupás, uarupás, uarupus, urupuias, urupias, oropias, arapiuns, uaiapás, índios do Maués e do Madeira.
365. *Ururis*, índios de Itacoatiara.

X

366. *Xamas, xamás*, índios do Japurá, do Içá, do Tefé e de Fonte Boa. Tatuagem: manchas negras cobrindo os lábios; uma listra indo do canto da boca às orelhas; estas são perfuradas.
367. *Xaperus*, índios do rio Branco.
368. *Xapuenas*, índios do Ixié.
369. *Xiapuniris*, índios do Purus.
370. *Ximaniris*, índios do Purus.
371. *Xirianas*, índios do rio Negro.
372. *Xumanas, jumanás*, índios do Jutaí, do Içá e de Fonte Boa. Tatuagem: uma mancha negra cobrindo os lábios; uma listra partindo do canto dos lábios e não chegando às orelhas. Nessas, os homens usam anéis de tucumá (*Astrocaryum tucuma*), as mulheres, penas de pássaros. Queimam as ossadas dos mortos e bebem as cinzas para que a coragem dos mortos passe para eles. Eram muito estimados pelos portugueses devido à sua fidelidade à palavra dada.

Z

373. *Zurirus*, índios do Amazonas, citados por S. de Vasconcelos. Talvez os mesmos que os zurinas de C. de Acuña.

.....

Capítulo VI

A PROSPERIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS: – EM QUE CONSISTE. – QUADRO DE SUAS RECEITAS DE 1852 ATÉ 1898. – MOVIMENTO DO PORTO DE MANAUS. – O ESTADO DO AMAZONAS NÃO TEM DÍVIDAS DE QUALQUER ESPÉCIE. – SUA SITUAÇÃO FINANCEIRA COMPARADA À DOS ESTADOS LIMÍTROFES. – O MEIO AMAZÔNICO E A IMIGRAÇÃO BRANCA. – REFUTAÇÃO DE VELHOS PRECONCEITOS.

CHEGAMOS AO FIM DE NOSSA TAREFA. Talvez agradasse ao leitor que resumíssemos aqui, em uma exposição rápida, todos os fatos, testemunhas da prosperidade crescente desse Estado. Poderá assim apreciar o valor dos elementos de civilização de que dispõe e que pode ser colocado a serviço da imigração europeia. Terá assim o leitor a ideia exata das garantias de toda a natureza que essa região do Brasil, até agora deixada de lado, pode oferecer ao trabalho e aos capitais estrangeiros.

Percorrendo com um olhar os progressos rápidos que o Amazonas acaba de realizar, o leitor não mais duvidará dos admiráveis destinos que nos apraz lhe predizer e lhe assegurar; sentir-se-á animado por um grande ardor em concorrer ele próprio, com todas as suas forças, quando souber que essa generosa terra brasileira apagou, desde 1884, os últimos

vestígios da escravatura, transformou sua capital e criou em seu orçamento um fundo especial com a única finalidade de apressar seu povoamento, preparando um campo mais livre e mais sadio ao trabalho e aos capitais estrangeiros.

O desenvolvimento extraordinário dessa região é, sem contradição, um dos mais curiosos fenômenos econômicos de nosso tempo. Nenhuma região do globo apresentou talvez, em condições análogas, um exemplo mais radioso daquilo que pode realizar o trabalho, aplicado a um solo que encobre riquezas inesgotáveis. Ver uma região tão vasta quanto um terço de toda a Europa, embora menos povoada relativamente, que o Velho Mundo em que a densidade de habitantes é a menos considerável: ver essa região imensa e quase deserta centuplicar suas rendas e sua produção em alguns anos; assistir ao despertar de um povo dos trópicos, lançando-se, por assim dizer, por si só, sem nenhum socorro apreciável de imigrantes estrangeiros, para a via ativa da indústria e do comércio, multiplicando suas trocas com o mundo inteiro, sulcando seu imenso rio e os outros numerosos rios com um sem número de barcos a vapor, inundando aos principais mercados da Europa e da América com matérias-primas indispensáveis, lançando seus audaciosos pioneiros, seus seringueiros incansáveis, nas solidões de suas florestas, mostrando, em resumo, sua fé em uma vida intensa e ousada: eis aí, com certeza, um espetáculo que se tem muito raramente a ocasião de contemplar nessa bela América do Sul, que parecia procurar, outrora, o emprego de seu gênio latino. O Amazonas nos oferece esse espetáculo.

A Europa latina, muito frequentemente, indiferente aos destinos das jovens nações irmãs que crescem além do oceano, os olhos voltados para ela, com o hábito inveterado de reservar toda sua admiração para os milagres da ascensão anglo-saxã. É bom que saiba, também, de quando em quando, para criar confiança em si mesma, o que vale o sangue latino difundido nas veias de alguns povos longínquos, o que podem alguns descendentes daqueles portugueses, que, no século XVI, lançaram no meio de tribos bárbaras os germes de uma grande nação.

É bom que ela saiba que os povos germânicos e anglo-saxões, que se espalham em todas as regiões do mundo, não detêm o monopólio de assegurar o bem-estar de seus descendentes.

A prosperidade do Estado do Amazonas se mostra com todo seu vigor, em primeiro lugar, na constante elevação de sua receita local, no aumento de suas contribuições ao orçamento da União Federal, em suas exportações crescentes, no movimento de navegação de seu principal porto fluvial, o de Manaus; em seguida, nas numerosas reformas que empreendeu para se colocar ao nível de seus novos destinos.

Todos esses fatores, nós os examinaremos no decorrer deste trabalho. Trata-se aqui de reuni-los e de fazer ressaltar todo o seu alcance.

A receita local, efetivamente recolhida desde 46 anos, isto é, desde que a antiga e pobre Comarca do Rio Negro transformou-se, primeiramente em província, depois no Estado do Amazonas, seguiu uma marcha ascendente ininterrupta. Durante os 38 anos de regime monárquico, de 1852 a 1889, essa progressão já era considerável. Mas ela só tomou todo seu impulso a partir de 1890, quando o estado tornou-se autônomo e compos sui. Os quadros que se seguem vão demonstrá-lo:

I. – RECEITA ANUAL DO ESTADO DO AMAZONAS

Em contos ou milhões de réis.

Desde a instalação da província, em 1852, até o fim do império, em 1889.

Anos	Receita recolhida
1. 1852.	18 contos
2. 1853.	29 contos
3. 1854.	30 contos
4. 1855.	43 contos
5. 1856.	55 contos
6. 1857.	58 contos
7. 1858.	61 contos
8. 1859.	65 contos
9. 1860.	94 contos
10. 1861.	90 contos
11. 1862.	93 contos
12. 1863.	57 contos

13. 1864.	112 contos
14. 1865.	108 contos
15. 1866.	147 contos
16. 1867.	100 contos
17. 1868.	238 contos
18. 1869.	299 contos
19. 1870.	416 contos
20. 1871.	358 contos
21. 1872.	358 contos
22. 1873.	443 contos
23. 1874.	563 contos
24. 1875.	418 contos
25. 1876.	518 contos
26. 1877.	553 contos
27. 1878.	553 contos
28. 1879.	621 contos
29. 1880.	840 contos
30. 1881.	806 contos
31. 1882.	1.017 contos
32. 1883.	1 229 contos
33. 1884.	1.816 contos
34. 1885.	1 187 contos
35. 1886.	1 599 contos
36. 1887.	2.280 contos
37. 1888.	1 650 contos
38. 1889.	1.814 contos

Levando em conta as frações que deixamos de lado no quadro, a receita desses 38 anos formam uma soma de 21.315 contos ou milhões de réis.

Vejam os quais foram as receitas desde a proclamação da República, isto é, desde que o Estado do Amazonas tornou-se autônomo:

II. RECEITA ANUAL DO ESTADO DO AMAZONAS
em contos ou milhões de réis
desde o estabelecimento da República, em novembro de 1889.

Anos	Receita recolhida
1. 1890.	2.343 contos
2. 1891.	4.747 contos
3. 1892.	6.807 contos
4. 1893.	8.492 contos
5. 1894.	9.623 contos
6. 1895.	10.272 contos
7. 1896.	13.109 contos
8. 1897-98.	21.426 contos

Desse modo, a receita dos trinta e oito anos durante os quais a província dependia do governo central foram, no conjunto, de 21.315 contos, e a receita de um só ano de vida autônoma ultrapassou esse número, e se elevou a 21.426 contos.

O último presidente da Província do Amazonas, o senhor Oliveira Machado, no “Relatório” que apresentou aos 2 de junho de 1889 na Assembleia provincial²⁷⁴, dizia com tristeza:

“Encontrei, Senhores, a província sem lei orçamentária, sem lei de polícia, sem lei sobre as câmaras municipais, sem dinheiro, e, por que não dizer, sem crédito.”

O governador atual do Estado do Amazonas, coronel José Ramalho, na “Mensagem” que apresentou aos 10 de julho de 1898 no Congresso dos Representantes²⁷⁵, dizia com justificado orgulho:

“Segundo um quadro que me foi enviado à última hora, a receita do Estado, desde 1º de julho de 1897 até 30 de junho de 1898, com o saldo do exercício anterior sobe a 21.426 contos e 294.807 réis; nesta soma não estão compreendidas nem as receitas das receitas do interior, relativas aos últimos meses do exercício, nem uma parte da receita geral relativa ao mês de junho.”

274 “Relatório com que... instalou a sessão extraordinária da Assembleia Legislativa provincial”, Manaus, 1889, pág. 3.

275 “Mensagem... em 10 de julho de 1898”, Manaus, 1898, pág. 20.

Eis a diferença que existe entre a centralização e a federação, bem acentuada por números.

A receita do exercício 1897-98 foi fornecida pelas seguintes fontes de lucro:

Exportação.	18.474 contos
Interior.	759 contos
Lucro extraordinário.	515 contos
Lucro com aplicação especial.	215 contos

Esses números, com as frações desprezadas, acrescentados ao saldo do exercício precedente que se eleva a 1.449 contos, perfazem os 21.426 milhões de réis da receita total.

São principalmente, como se vê, as taxas sobre a exportação que alimentam o orçamento do Estado, e, entre essas taxas, têm relevância os direitos pagos pela borracha em sua saída do Estado.

As taxas do interior são cobradas sobre a transferência de propriedades, o papel selado aplicado nos documentos de competência única do governo local, o armazenamento de mercadorias, o consumo de água, emolumentos dos funcionários nomeados, a alienação de terras pertencentes ao Estado, etc.

O lucro extraordinário provém das multas, das transferências e prorrogações de contratos com o Estado, dos bens do Estado, etc.

O lucro com aplicação especial se compõe: de uma taxa de 30 réis por quilo de borracha exportada, cujo produto é destinado às despesas de serviço de imigração; de uma taxa de 20 réis por quilo de todos outros produtos exportados, destinada à construção de uma Bolsa de Comércio; de uma taxa suplementar de 3% sobre o valor de todos os produtos exportados, qualquer que seja seu destino.

Trata-se aí de uma receita recebida pelo e para o Estado.

Ao lado dessas receitas do Estado autônomo, que, segundo a Constituição Federal de 24 de fevereiro de 1891, não pode impor direitos sobre os produtos e mercadorias importadas do estrangeiro, existe a receita geral, cujo produto, recebido pelas alfândegas, é encaminhado, não mais ao Estado, mas à União Federal. O Estado do Amazonas tem a faculdade constitucional de perceber taxas sobre as importações provindas dos outros

Estados da União Federal. Até agora, ainda não exerceu esse direito, e é talvez o único dos vinte Estados do Brasil que deixa entrar livremente produtos e mercadorias provindos de outros Estados brasileiros.

Mas, antes de falar da renda das alfândegas que são recolhidas pela e para a União Federal, digamos uma palavra sobre as rendas municipais, já que também o Município é, em nosso sistema constitucional, um órgão autônomo. Um certo número de municípios, que vegetavam penosamente no tempo da centralização, tornaram-se muito prósperos, e têm altas rendas. O de Lábrea, no Purus, por exemplo, recolheu, durante o exercício 1896-97, perto de 508 contos de receita, muito mais que a Província do Amazonas inteira recolhia em 1875, enquanto que as rendas provinciais não ultrapassavam 418 contos. O de São Filipe recolheu, durante o mesmo exercício, perto de 280 contos; o de Humaitá, 177 contos; o de São Paulo d'Oliveira, 119 contos; o de Manicoré, 112 contos.

A receita federal, destinada ao Tesouro Nacional e resultante das percepções da alfândega, oferece-nos um quadro não menos lisonjeiro. A alfândega de Manaus apenas foi instalada a partir do exercício financeiro 1868-69. Os números que nos fornece demonstram que suas receitas aumentaram constantemente.

Durante os cinco primeiros anos, a alfândega de Manaus rendeu menos de 200 contos. Hoje, ela rende mais de 6.000 contos.

Como efeito e causa, ao mesmo tempo, do desenvolvimento das trocas do Estado do Amazonas, os meios de transporte multiplicaram-se consideravelmente.

Em 1872-73, o porto de Manaus via entrar em suas águas, 51 navios, sair 45, totalizando assim o movimento fluvial de 96 vapores. Em 1881-82, o movimento fluvial de grande cabotagem acusava na entrada 186 barcos a vapor, e na saída, 138; ao todo, 324 vapores. Via-se, pois, em dez anos, um aumento de mais do triplo, para o tráfego geral. Ora, em 1897, entraram em Manaus 911 navios, dos quais 91 estrangeiros, e saíram 892, dos quais 91 estrangeiros. O movimento do porto, tanto na entrada quanto na saída, elevou-se, pois, a um número de navios quase seis vezes mais alto que o de 1882, e, para demonstrar a atividade desse porto, basta lembrar que, durante esse mesmo ano de 1897, o número de viajantes que entraram e saíram, ultrapassou 61.000 (61.353, exatamente).

Essa prosperidade financeira contínua não foi improdutivo. O movimento local soube utilizá-lo por meio de reformas importantes, que, elas próprias, produzirão seus frutos.

O ensino se desenvolveu. Ao lado das escolas primárias, do Ginásio Amazonense, do Instituto de Artes e Ofícios, do magnífico Instituto Benjamin Constant, da Biblioteca, o Museu foi reorganizado, o ensino elementar foi dotado de um certo número de magníficos prédios escolares, foi criado um Centro de Estatística e o Arquivo Público.

O Museu compreende duas seções. A primeira é dedicada à Zoologia Geral e Aplicada, à Geologia e à Mineralogia. Da segunda, fazem parte: a Botânica Geral e Aplicada, a Paleontologia Vegetal, a Etnografia, a Arqueologia e a Antropologia. O diretor da seção de Zoologia tem a seu encargo o Jardim Botânico. Ele adquiriu as coleções e a biblioteca do botânico Paul Taubert, adjunto ao Museu de Berlim, e as coleções etnográficas de Richard Payer, além de livros e instrumentos especiais de grande valor.

Prédios escolares foram construídos, se bem que relativamente em pequeno número, e o Centro de Estatística começou a trabalhar ativamente. Prepara publicações que, para se tornarem úteis à propaganda amazonense, deverão ser escritos em francês e classificados metodicamente. No momento, seu primeiro trabalho, um grosso volume onde os assuntos estão misturados, presta serviço aos que sabem o português, e essas pessoas são em número bem pequeno nos países onde existe interesse pelas coisas do Brasil.

A higiene, principalmente, foi objeto da atenção do governo local, e assim deve continuar a ser, devido aos preconceitos reinantes na Europa.

Foram abertas avenidas, construídos boulevares, praças e praças, plantados jardins com fontes, alargadas velhas ruas, lançadas pontes sobre os igarapés, feito um novo reservatório de água, construído um cais de descarga, aberto um armazém de depósito para as mercadorias, alinhados cais que servem de começo a outros mais confortáveis, edificados palácios, teatros, edifícios públicos, foi retirada à cidade sua marca de grande aldeia enriquecida, para dela fazer uma cidade moderna, que já estende suas ramificações até a subúrbios povoados.

Essa obra de saneamento e de embelezamento é devida, principalmente, aos esforços do senhor Eduardo Gonçalves Ribeiro, que, duran-

te sua administração de quase seis anos, teve o raro mérito de compreender os futuros destinos de Manaus.

Sem dúvida, ainda resta muito por fazer; falta, antes de tudo, dotar a cidade de um perfeito sistema de esgotos. É a tarefa de seus sucessores, a começar pelo vice-governador atual, coronel José Ramalho, do qual muito se espera, já que nasceu na região e conhece todas as suas necessidades.

O Estado não tem nenhuma dívida, nem interior, nem exterior, nem consolidada, nem flutuante. Suas rendas aumentam a cada ano, e ele pode encontrar os meios de levar a cabo a aquisição progressiva de seu instrumental de povo civilizado. A rigor, se não desejasse sobrecarregar a geração presente, poderia contratar um empréstimo – autorizado por sua última lei orçamentária; poderia encontrar no estrangeiro recursos destinados unicamente a essas duas obras imediatamente produtivas: o povoamento de seu solo, e a melhoria de sua higiene pelo estabelecimento de esgotos.

Se compararmos a situação do Estado do Amazonas, do ponto de vista de seus compromissos financeiros, com a dos países independentes vizinhos, constatamos o quanto sua situação é privilegiada:

Nome dos países	Montante de exportação em francos (1892)	Montante da dívida Total
Venezuela	86.420.615 francos	134.788.050 francos
Colômbia	59.817.730 francos	146.687.147 francos
Equador	36.759.000 francos	85.661.650 francos
Bolívia	67.298.400 francos	25.734.347 francos
Est. do Amazonas	54.628.905 francos	nada
Peru	38.597.520 francos	Compromissos múltiplos

Observações:

1 – Exterior, em 1895: 72.125.415 francos

2 – Exterior, em 1889: 71.935.075 francos

3 – Exterior, em 1892: 64.127.305 francos

4 – Exterior, em 1891: 11.741.410 francos

5 – Amorteceram 800 milhões de francos de dívida exterior, transferindo aos credores a quase totalidade dos bens do Estado.

Se esta situação financeira invejável é de molde a atrair os capitais estrangeiros para o Amazonas, as condições climáticas da região devem, ao mesmo tempo, tranquilizar os imigrantes europeus.

Para combater o povoamento da zona quente pela raça branca, foram invocados até agora três argumentos principais. Foram ditos, sob formas diferentes: o europeu não pode trabalhar nos trópicos; mesmo quando o indivíduo de raça branca consegue viver aí, a raça não se aclimata e degenera ao fim de três ou quatro gerações; finalmente, a malária que grassa na região é um obstáculo constante à aclimação.

Nenhuma dessas objeções resiste diante dos fatos, e o Dr. L. W. Sambon o provou em uma conferência na Sociedade Real de Geografia de Londres²⁷⁶.

Em primeiro lugar, a crença de que o branco não pode trabalhar nos trópicos é devida originariamente às afirmações dos antigos partidários do trabalho dos homens de cor nessas regiões. A experiência condena suas asserções. O branco trabalha em nossos dias nas plantações de café na América Central e na América do Sul, nas Antilhas e nas Índias, sem consequências mais sérias que quando trabalha em regiões temperadas. Os sítios onde reina a malária nos trópicos não são mais perigosos que os sítios análogos em zona temperada. Na Inglaterra e na Alemanha, a malária desapareceu quase que inteiramente. Mas, na Itália, ela ainda é mortal e dizima todos os anos lavradores do campo em torno de Roma e dos arrozais da Lombardia. Mesmo na França, se bem que desde 1599 um édito de Henrique IV tenha concedido a um holandês, Humfroy Bradley, o empreendimento geral da secagem de todos os pântanos cujos proprietários não o fizessem por si, os pântanos cobrem ainda, segundo um levantamento efetuado pela administração das contribuições diretas, 185.000 hectares de terras, entre as quais cerca de 58.000 pertencem às comunas”. No Amazonas, o branco pode ser morto pelo beribéri ou pela febre biliosa; na Europa, pode ser levado pela pneumonia ou anquilosado pelo reumatismo.

É certo que revolver o solo virgem em certas localidades não é sempre um empreendimento livre de perigos, no Amazonas. Mas, foi notado muitas vezes, mesmo nas grandes cidades europeias, que movimentos

276 Comunicação feita a 27 de abril de 1898.

consideráveis de terras para abrir canais ou construir vias férreas podem ocasionar epidemias, ao perturbar a drenagem do solo.

Sustentou-se em seguida, que o branco não pode subsistir nos trópicos durante mais de três ou quatro gerações.

Ainda não se reuniu um número bastante grande de fatos para destruir radicalmente essa asserção, que é lançada ao debate sem provas. Por um lado, a maior parte dos países das zonas quentes negligenciaram esses dados demográficos; por outro lado, houve misturas de sangue indígena ou de sangue recém-chegado da Europa, e essas circunstâncias não permitem que se trace um quadro perfeito. Entretanto, *Sir Clements R. Markham*, o eminente presidente da Real Sociedade de Geografia de Londres, em um notável relatório apresentado ao sétimo Congresso Internacional de Higiene e de Demografia, recolheu todas as informações que pôde encontrar com a finalidade de demonstrar que famílias de sangue europeu ficaram estabelecidas nos trópicos durante várias gerações, e que, em cada caso, os representantes vivos dessas famílias eram iguais a seus ancestrais no que diz respeito ao desenvolvimento físico e moral.

Não faz ainda muito tempo, acreditava-se geralmente que cada espécie de animal ou de planta tinha sido criada, no começo do mundo, no mesmo lugar onde são hoje encontrados. Os princípios da evolução varreram essas antigas teorias. Hoje em dia admite-se que a superfície de nosso planeta sofre mudanças contínuas. A Terra foi encoberta pelo Oceano; outras terras se ergueram do fundo dos mares; montanhas se elevaram, modificaram-se, caíram; as condições físicas de cada lugar sofreram constantes alterações. A vida orgânica foi, pois, submetida a deslocamentos e modificações que se operaram na vegetação da Europa desde a da civilização; esses foram certamente consideráveis, mas não possuímos sua história completa. O mesmo não acontece com algumas regiões situadas sob os trópicos.

Tomemos a Nova Zelândia, por exemplo. Sua flora foi estudada antes de ter sido por demais perturbada pela imigração estrangeira. Ora, as modificações verificadas durante o curto período da posse europeia são quase inacreditáveis. Mais de 500 espécies de plantas exóticas foram aclimatadas, e muitas dentre elas se tornaram de tal forma abundantes em certos distritos, que substituíram plantas indígenas.

No Brasil, o cafeeiro só foi introduzido no Pará após 1727 e no Rio em 1773; e, menos de um século mais tarde, o Brasil produz mais café que todos os outros países reunidos.

Certas plantas, quando são introduzidas pela primeira vez em uma região, parecem incapazes de prosperar. Não se deve ter pressa em concluir que o clima não lhes convém. O trevo vermelho só cresceu na Nova Zelândia quando certa espécie de abelhas foi introduzida para polinizar suas flores. Agora ele substitui a gramínea indígena. No Amazonas, em dez anos, o arroz branco importado havia substituído o arroz vermelho indígena.

O que é verdadeiro para as plantas também é verdadeiro para os animais. Em 22 animais domésticos da Europa, apenas 5 são indígenas; 12 foram importados da Ásia, 3 da América e 2 da África. Em contrapartida, a Europa aclimatou sucessivamente na América e na Austrália animais que havia tomado da Ásia e da África. Não havia carneiros na América, nem na Austrália, hoje, seu número é incalculável. Os cavalos e os bois prosperam admiravelmente na América do Sul. Na Nova Gales do Sul, os cavalos voltaram a seu estado selvagem e se multiplicaram com uma rapidez alarmante. O coelho, introduzido na Austrália e na Nova Zelândia, e o pardal, introduzido na Nova Zelândia e nos Estados Unidos da América do Norte, tornaram-se pragas terríveis.

Mil exemplos desse gênero poderiam ser invocados; o último é talvez o da invasão do rato marrom do leste da Ásia Central, que praticamente acabou com o rato negro da Europa, do mesmo modo que este último havia terminado, na América do Sul, com os roedores mais frágeis.

Vemos, pois, que não apenas plantas e animais podem se naturalizar em outros climas, mas também que frequentemente prosperam em um novo meio muito melhor que seu *habitat* primitivo, desmentindo assim a antiga teoria segundo a qual cada espécie ocupa seu nicho distinto e aí encontra as condições mais adaptadas à sua vida.

Voltemos ao homem, e apliquemos a ele esses princípios.

Os antropólogos dividiram a espécie humana em várias raças, cujo número varia de acordo com os autores, e vai de três (Cuvier) até quinze (Bory de Saint Vicent).

Outrora considerava-se que essas raças formavam grupos étnicos inteiramente distintos, e acreditava-se que tinham sido criadas inde-

pendentemente umas das outras. Em nossos dias, a unidade da espécie humana tornou-se fato aceito por todos. Pensamos novamente, como fazia Hipócrates há cerca de dois mil anos, que as “raças são irmãs dos climas”.

Ora, do ponto de vista anatômico e fisiológico, o homem é um mamífero, submetido às mesmas leis que regem as outras formas de vida. Em consequência, deve ter tido uma área primitiva restrita. Supor que no começo ele apareceu ao mesmo tempo em toda parte onde o vemos hoje em dia, seria dele fazer, gratuitamente, a única exceção conhecida, e, na ausência de prova direta, não podemos admitir essa hipótese. Pelo contrário, se existe um fato histórico inegável – fato que as pesquisas dos etnógrafos confirmam constantemente – é que migrações e aclimações, essas últimas, consequência das primeiras, se produziram em todos os tempos. A história da humanidade se compõe de uma série de invasões e de deslocamentos, de movimentos incessantes de indivíduos e de massas de povos. Os enxames de colônias fundadas pela Fenícia e pela antiga Grécia, as ondas de eslavos e teutões que inundaram o Império Romano dos séculos V e VI de nossa era, e, em tempos mais recentes, os deslocamentos de numerosas hordas mongólicas, são exemplos conhecidos por todos. Essas migrações, tomando diferentes destinos, se espalharam ao longo dos vales dos rios e através dos desfiladeiros das montanhas menos elevadas; muito raramente, tomaram o caminho do norte, e só o fizeram sob a pressão irresistível de vizinhos mais fortes. O mais das vezes, encaminharam-se para o sul, à procura de regiões mais quentes e mais férteis. Habitualmente, os emigrados se estabeleceram em climas não muito diferentes daqueles a que estavam habituados. Houve, entretanto, exceções: foi assim que os vândalos foram viver na África do Norte.

Seguindo a evolução de alguns desses enxames de homens, que, há séculos, foram se estabelecer longe de seus antigos *habitats*, constatamos que se encontraram submetidos às mesmas leis que regem a dispersão de todos os seres orgânicos. Assim, segundo as circunstâncias, mais ou menos favoráveis, enquanto que uns desapareciam totalmente, outros continuavam a existir. Entre estes, uns se achavam consideravelmente transformados por sua nova condição de vida e pela mistura e cruzamento com os naturais da região; outros sofreram mudanças apenas perceptíveis e se adaptaram tão bem em seu novo meio, que se assimilaram inteiramente, substituindo

ou expulsando os ocupantes primitivos. – Nas Índias, se os Rohillas, os Pajputs e os Parsis de raça ariana permaneceram imutáveis há séculos, em compensação os portugueses de Bombaim e de Goa experimentaram modificações consideráveis, e, agora, têm a cor tão escura quanto os koles e os bhils. O mesmo aconteceu na América: enquanto que os anglo-saxões da América do Norte permaneceram semelhantes aos tipos de mãe-pátria, os espanhóis e os portugueses se prestaram a misturas de sangue evidentes em quase todas as suas antigas colônias.

Ora, se os arianos, outrora emigrados, puderam não apenas prosperar, mas ainda absorver os habitantes semitas das Índias e os peles bronzeadas da América quente, por que os arianos de nossos dias seriam incapazes de fazer o mesmo?

Os índios da América habitam do mesmo modo as planícies geladas da baía do Hudson quanto as mais quentes regiões da América do Sul. Na República do Equador, vivem em alturas que atingem 2.225 metros do mesmo modo que em terras baixas situadas ao pé dos Andes. Se esses selvagens podem se acomodar a essas temperaturas, por que o branco, que tem outras facilidades de conforto, não poderia fazê-lo?

Os judeus se aclimataram admiravelmente em climas inteiramente diferentes do de seu país de origem: vivem ora sob o gelo da Polônia, como sob o sol da África do Sul. Os portugueses e os espanhóis, e, recentemente, os italianos, se aclimataram facilmente em algumas das regiões mais quentes da América. A taxa de mortalidade dos espanhóis em Cuba sempre foi inferior à da Espanha. Os holandeses prosperaram na África do Sul e nas Molucas. No Cabo, onde se estabeleceram e permaneceram praticamente isolados durante cerca de 200 anos, eles mal mudaram; ficaram, como na Holanda, grandes e robustos, e a África do Sul não tem homens mais belos que os bôeres.

Repete-se frequentemente que os emigrantes que pertencem ao sul da Europa têm mais chance de se aclimatar nos países tropicais que os provindos dos países do norte.

Acabamos de ver, pelo exemplo dos holandeses na África, que a afirmação é verdadeira apenas em parte. Mas é certo que regiões quentes, como o Amazonas, que nunca fizeram a tentativa de povoamento metódico por meio de imigrantes europeus, devem dar a preferência a europeus

do sul, portugueses, espanhóis, italianos, com um certo número de saboianos, bascos, suíços do Tessim e tirolezes.

Em um “Memorial” que apresentamos no 1º Congresso de Geografia, que teve lugar em Gênova, e que a Sociedade de Geografia de Roma houve por bem mandar imprimir²⁷⁸, calculamos que, em 1.095.955 emigrantes europeus que perfazem a média anual da emigração total, cerca de 365.000 provém, todos os anos, da Itália, Espanha e Portugal. O Estado do Amazonas, mesmo recebendo apenas a décima parte desse número, teria uma ajuda maravilhosa para seu povoamento.

De qualquer modo, parece-nos ter conseguido provar, graças aos argumentos do dr. Sambon, que, por si mesmo, os agentes meteorológicos têm bem pouco valor no que diz respeito à aclimação.

Sem dúvida, no Amazonas como em outras regiões, o calor e a umidade têm sua influência prejudicial. Mas, para combater esses agentes do clima, existem duas armas infalíveis: uma consiste nesses misteriosos processos de adaptação orgânica que transforma em pelos a lã dos carneiros europeus importados para as Índias Ocidentais, e para a costa ocidental da África; a outra, é o progresso da civilização, que nos liberta, a cada dia, das sujeições da natureza ambiente.

Em época bastante recente, entre 1830 e 1850, os franceses mais otimistas tinham acabado por acreditar que nunca poderiam prosperar na Argélia, cujo clima consideravam como mortal para os europeus. Um general francês chegava a dizer: “Os cemitérios são as únicas colônias que sempre crescem na Argélia.” Hoje em dia, os médicos franceses mandam seus convalescentes para a Argélia, e várias cidades desse país são consideradas como excelentes sanatórios. O mesmo acontecerá com o Amazonas, em alguns anos.

Não são, pois, os agentes meteorológicos que formam obstáculo ao povoamento das regiões quentes, mas os micróbios, os infinitamente pequenos, e, a esse respeito, o Dr. Patrick Monson cita fatos decisivos.

278 F. de Santa Anna Nery: *L'Emigration e l'Immigration pendant les dernières années*, Gênova, 1894.

Outrora, expõe o médico, sob a influência de noções rudimentares geralmente admitidas, ele era francamente pessimista, e aceitava as opiniões correntes a respeito da impossibilidade do povoamento das zonas tropicais pela raça branca. Mais tarde, suas ideias sofreram uma completa revolução. Essa revolução começou quando a origem parasitária de um grande número de doenças foi provada. Acentuou-se quando ficou demonstrado que as doenças dos homens, bem como as dos animais e das plantas são devidas a organismos vivos. Essa revolução se completou quando suas próprias experiências lhe provaram que a imortal descoberta de Laveran sobre o germe da malária é um fato inegável. Hoje, ele crê firmemente na possibilidade do povoamento da zona quente pela raça branca.

Os adversários do povoamento da zona tropical pela raça branca faziam uma última réplica à colonização do Brasil pelos europeus, alegando a escravidão que reinava no país. O homem livre, por miserável que seja, não gosta de se encontrar em contato com o escravo. É repugnante a seus instintos misturar seu trabalho ao trabalho dessa coisa inominável. Seu trabalho livre parece manchado pela proximidade do trabalho forçado. Ele não pode se orgulhar de sustentar sua vida pelo suor de sua fronte. Seu ganha-pão se degrada. Teme ser confundido com a raça mantida na abjeção, e prefere exibir sua independência de assalariado, sua miséria proletária em países onde é cidadão integral, como seu chefe. Aí, pelo menos, se o capital o oprime, ele tem o direito de conquistá-lo, e de fazer dele uma força emancipadora.

Os trabalhadores estrangeiros podem vir para o Estado do Amazonas, já que, desde 1884, aí não mais existe um único escravo. Não se encontram mais homens cujo corpo é comprado, mas operários como eles, cujos serviços são retribuídos.

Que venham em massa, à conquista da independência e da fortuna por meio do trabalho honrado. Que se associem, que trabalhem individualmente, que se agrupem em volta de um rico colono, pouco importa. Podem ficar certos de que encontrarão, no meio de nossos cidadãos livres, amigos e irmãos.

.....

Capítulo VII

CONCLUSÃO: – POVOAMENTO RACIONAL DO AMAZONAS. – UM GRANDE ESTADO DO FUTURO. – UM NOVO MERCADO. – POR QUE A EUROPA DEVE SE VOLTAR PARA O AMAZONAS. – PROPAGANDA PARA PREPARAR O FUTURO DO AMAZONAS. – O PAÍS DAS AMAZONAS NA EUROPA. – UM MUSEU PERMANENTE NA EUROPA. – COMO DEVERIA SER ORGANIZADO.

O ESTADO DO AMAZONAS, segundo os dados oficiais do recenseamento de 31 de dezembro de 1890, apresenta uma densidade de 0,08 habitantes por quilômetro quadrado. É a mais fraca densidade de população constatada na América do Sul. Teremos uma ideia mais precisa, comparando-a com a densidade de alguns Estados da Europa.

A densidade da população na França é de 73 habitantes por quilômetro quadrado; na Alemanha, de 95, de 126 no Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda, e de 216 na Bélgica. No Estado do Amazonas, como acabamos de dizer, não atinge nem a um único habitante por quilômetro quadrado.

Essa desproporção entre o pequeno número de habitantes e o tamanho imenso do território não poderia ser atribuída à superioridade das mortes, correspondentes aos nascimentos, ou seja, à inclemência do meio, que formaria obstáculo à multiplicação da espécie. As estatísticas oficiais e o que dissemos do clima, bem como da região em geral, provam

amplamente o contrário, ainda mais que os próprios números do recenseamento constataam que a população aumentou de quase 156% em dezoito anos, ou seja, de 1872 a 1890, datas dos dois recenseamentos.

Simples causas administrativas e econômicas explicam o motivo pelo qual, desde a independência do Brasil, a população do Brasil não aumentou na proporção das terras disponíveis e dos recursos seguros do país.

Por um lado, até 1852, essa região era uma simples dependência do Pará, esquecida pelo poder central, que só abriu o rio Amazonas às bandeiras estrangeiras em 1867, e que só entrou em relações diretas com Manaus, por meio de barcos a vapor provenientes do Rio de Janeiro, em 1883.

Por outro lado, o próprio gênero da produção do Amazonas, a indústria florestal, necessita dessa dispersão dos povos: o homem do Amazonas está condenado a se espalhar por todos os rios à procura dos produtos florestais, e só vem acidentalmente às aldeias e às cidades.

Sem nos demorar nessas considerações, dizemos apenas que os centros atualmente habitados demonstram a possibilidade de criar outros igualmente prósperos na vizinhança, porque é preciso impedir que as forças colonizadoras se dispersem. Deve-se avançar à conquista da floresta virgem por grupos compactos e não em fileiras tênues e dispersas. É preciso que se proceda do conhecido ao desconhecido, que se evite a dispersão dos recém-chegados, e, antes de tudo, ligar as cidades e aldeias já existentes às que forem criadas, por concessão de terras intermediárias. Não é menos necessário que não se distribua ao acaso as parcelas de propriedades; tenhamos o cuidado, pelo contrário, de propagar a exploração da terra por etapas sucessivas, e de fortificar, por uma longa linha contínua ou por círculos concêntricos de colonos nacionais e estrangeiros, a importância da capital, tão admiravelmente situada. Que esse corpo expedicionário dos pioneiros do Amazonas tenha seu apoio em sua base de operações, que, por enquanto, é Manaus, e, seguindo essa marcha segura, chegar-se-á sem dúvida, em um tempo relativamente curto, a dar alguma harmonia e alguma densidade à população, ao mesmo tempo em que se prepara o desenvolvimento normal do Estado.

É provável que o sistema de cooperação se imponha aos novos colonos quando começarem a chegar em grande número, e que os hábitos sociais da região deverão se transformar bem rapidamente. Ninguém deve temer essas consequências prováveis de um povoamento por via racional,

em que o índio, arrancado do seu estado selvagem, o brasileiro dos outros Estados da União, e principalmente o brasileiro dos Estados do Norte, e o europeu do Sul encontrarão seu lugar e seu emprego.

O Amazonas é bastante vasto para acolher a todos, e a todos sustentar, por ser maior que qualquer das repúblicas que o rodeiam.²⁷⁹

Quando essa região for povoada na mesma proporção que a Bélgica, por exemplo – o que, aliás, não é de se desejar, – ela conterà, ao invés de 147.915 habitantes, segundo o recenseamento de 1890, mais de 409 milhões de almas, muito mais que toda a Europa. Se fosse povoada apenas como o país europeu de menor densidade populacional, a Noruega, cuja densidade por quilômetro quadrado, é de apenas 6 habitantes, contaria ainda com 11.382.120 habitantes.

Haverá, pois, lugar nessa aglomeração de homens para toda espécie de ordem de trabalho. Basta-nos entrever no presente a realização de nossas mais caras esperanças e pressentir o movimento que parece orientar os emigrantes da velha Europa para as afortunadas regiões do Amazonas: “Incerti quo fata ferant, ub sistere detur”.

Estamos convencidos que essa terra maravilhosa se tornará, em futuro que parece próximo, o objetivo do comércio e da emigração do Velho Mundo.

Os povos europeus atravessam uma crise, atribuída por uns à plethora de população e por outros à superprodução. Existem homens demais, nessa antiga parcela de terra que é a Europa. Sente-se aí a necessidade de se despertar um pouco, e de recomeçar a conquista pacífica do globo.

A Ásia foi esgotada por civilizações primitivas. A Europa foi pressionada por dois mil anos de exploração intensiva. A América do Nor-

279

Superfície do Estado do Amazonas.	1 897.020 km ²
Superfície da Colômbia.	1 203.100 km ²
Superfície da Bolívia.	1.189.800 km ²
Superfície do Peru.	1.137.000 km ²
Superfície da Venezuela.	1 043.900 km ²
Superfície do Equador.	299.600 km ²

te está em plena atividade, e já toma medidas para afastar os imigrantes.²⁸⁰ Só resta fazer produzir à África – uma morta que se quer ressuscitar – e a América do Sul. As nações estão despertas, e acreditando obedecer apenas a seus interesses materiais e satisfazer suas necessidades comerciais, elas se dispõem a perfazer a grande obra providencial, que é a misteriosa razão de ser da humanidade. Por toda parte elas se expandem e procuram viver mais facilmente. Por toda parte, elas se esforçam em colocar a superabundância de seus produtos manufaturados, inúteis entre suas próprias mãos. As perspectivas se abrem aos poucos, e, com os fardos de mercadorias, a civilização se propaga a todos os pontos da Terra.

Não estamos mais nos tempos em que a expansão era olhada como um flagelo que empobrecia os países de emigração. Isso era verdadeiro até certo ponto, quando os povos se dedicavam de preferência à agricultura, e que os braços não bastavam para a cultura das terras. Mas, hoje em dia, a transformação do instrumental agrícola e a predominância da indústria condenam os homens a se deslocarem e fazerem circular seus produtos fabricados. Levar a mãe-pátria o mais longe possível é, no presente, uma causa de prosperidade, e, para o futuro, pelo efeito do cruzamento das raças, uma preponderância assegurada ao gênio daquela que tiver semeado seus filhos, em maior número, no estrangeiro.

O Reino Unido da Grã-Bretanha envia seus filhos para longe – cerca de 348.000 por ano, – e nunca sua riqueza foi maior. A Alemanha – 104.000 por ano – vê os seus se afastarem por centenas de milhares, e seu poder se afirma a cada dia. A Itália é a única nação latina que propaga o sangue latino no universo e que impede a humanidade, de amanhã, ser uma resultante por demais exclusiva das outras raças rivais; se bem que sua população emigre em massa – 255.000 por ano, – ela apresenta um dos mais notáveis exemplos de soerguimento de nossa época. A Rússia

280 E uma das formas que o protecionismo toma nesse país. John Haws Nobb (*Political Science Quarterly*, t. XII, 1ª. parte., pág. 133-38, março-junho, 1892, Nova York) foi o primeiro a propor que se exigisse dos imigrantes italianos um mínimo de instrução. James Bryce, deputado inglês, aprovou publicamente os Estados Unidos de se mostrarem presentemente “mais retraídos diante das massas ignorantes e semicivilizadas que a Europa Central joga em suas praias”.

empurra seus súditos para a Ásia, e sua população – apesar de um êxodo de 120.000 almas, por ano, desde 1891 – não deixa de aumentar. A Espanha e Portugal já teriam desaparecido do mapa das nações se não tivessem fundado as jovens democracias da América Latina.

Esses fenômenos comportam uma explicação muito simples.

Sem falar das relações comerciais, estabelecidas quase sempre entre a metrópole e os emigrantes, com grande proveito para todos, é evidente que o excesso que parte, deixa mais lugar aos que ficam e lhes permite preencher os vazios com uma geração mais abundante. As nações que emigram não são forçosamente as mais pobres; mas poderiam vir a sê-lo, caso não emigrassem, porque, como disse muito bem Duval, como as águas estagnadas, as nações estagnadas se corrompem.

É certo que o regime da grande propriedade e do direito de primogenitura são, para a Alemanha e a Grã-Bretanha uma das principais causas de emigração, bem como os baixos salários o são para a Itália, Espanha e Portugal. Na França, onde a propriedade é melhor repartida, um maior número de cidadãos pode se fixar à terra e dela viver. A emigração deve ser, naturalmente, menos abundante. Entretanto, ela não fornece o que deveria normalmente fornecer – a média anual é de apenas 20.000 emigrantes – se a taxa de natalidade não fosse tão baixa. É por isso que ouvimos pessoas como Paul Leroy-Beaulieu reiterar que a colonização é para a França uma questão de vida ou morte, e que, sem ela, o país cairá ao nível da Romênia ou da Grécia.

Nós, amazonenses, estamos a duas semanas dos melhores portos da Europa. Oferecemos ao comércio e à indústria do mundo as matérias-primas mais úteis e mais preciosas, as gomas, as resinas, os bálsamos, as essências, os sucos, a começar pela borracha, os produtos aromáticos, as fibras têxteis, os materiais de tingimento e de curtimento, os óleos vegetais, as substâncias medicinais, as madeiras de construção e de marcenaria, peles, plumas, marfim vegetal, cacau... Durante longos anos ainda, podemos receber em troca trigo, conservas alimentares, vinho, cerveja, conhaque, licores, manteiga, queijos, sal, massas, fazendas, linhos, armas, instrumentos agrícolas, móveis, máquinas, objetos de luxo, todos artigos manufaturados da Europa que não encontram em outros lugares mercados suficientes.

O Amazonas merece, pois, que se pense nele deste lado do oceano, onde não se está habituado a ter clientes em um Estado que produz 370 francos de renda *per capita* e que não tem dívidas.

A viagem que se faz hoje em 20 dias, do Havre a Manaus, poderá se efetuar cerca de 10 dias, quando grandes vapores, fazendo escalas menos prolongadas, tiverem substituído os barcos que realizam atualmente a travessia.

Grandes progressos já foram realizados nesse sentido. O autor desta linha lembra-se que, em 1862, quando fez pela primeira vez a viagem do Amazonas para a Europa, não havia vapores, que o navio à vela no qual tomou passagem levou 47 dias no mar, sem escala, para efetuar a viagem do Pará a Saint-Nazaire. Há alguns meses, fez a mesma viagem em um excelente vapor da Red Cross Line em 17 dias, apesar das escalas na Madeira e em Lisboa. Cedo poder-se-á ir de Liverpool, da Antuérpia, de Hamburgo, do Havre, de Gênova, a Parintins, Itacoatiara e Manaus com a mesma facilidade e conforto e em tão pouco tempo quanto se vai a Filadélfia e a Nova York.

Nós nos aproximamos aos poucos da Europa; que esta faça o último passo.

As nações do Antigo Continente que sabem até que ponto os Estados Unidos da América do Norte, por força de direitos de proteção e por assim dizer proibitivos, transformaram-se em país industrial para lhes fazer uma temível concorrência, logo compreenderão que é para o Brasil, para o Amazonas, que devem fazer afluir a corrente de emigração que delas parte, e que todos os anos leva para longe delas mais de meio milhão de criaturas humanas. Seu interesse falará mais alto que seus velhos preconceitos.

A Europa constitui a Associação Internacional Africana, pela qual faz enormes sacrifícios em homens e dinheiro, e que a obriga a criar, do nada, Estados perdidos no fundo do continente negro, “Semper sole rubens et torrida semper ab igne”.

Belgas, franceses, portugueses, alemães, italianos, ingleses, se encarniçam nessas terras, porque esperam encontrar futuros clientes para suas manufaturas, e porque contam lhes retirar os produtos que faltam a seu solo.

Os franceses fazem despesas consideráveis de homens e de dinheiro para se implantar, por um lado, na Indochina, unindo à Cochinchina

na o Aname, Tonquim, Camboja e o Laos, e por outro lado, em Madagascar; aspiram reconstituir suas antigas possessões marítimas e estender sua influência sobre continentes longínquos ou em ilhas perdidas no oceano.

Os alemães se desentendem com a Grã-Bretanha por uma faixa de terra africana, e prosseguem na louvável ambição de anexar colônias na África e no oceano Pacífico a seu formidável império, que faz tremer a Europa.

A Itália, após tomar pé na costa oriental da África, na Abissínia, e na costa do oceano Índico, disputa à França a Tripolitânia.

A Espanha, mutilada como se encontra, e a França, cobiçam o Marrocos.

A Inglaterra industrial já se apoderou praticamente dos despojos dos faraós, e acaba de arvorar sua bandeira sobre toda a área do Sudão.

Toda a Europa atravessa uma crise de crescimento e faz esforços para se estender.

E, para o Estado do Amazonas que, sozinho, é mais vasto que o Reino Unido, a França, a Alemanha, a Itália, a Bélgica e Portugal juntos²⁸¹; para o Amazonas, que pede imigrantes cujas trocas aproveitarão imediatamente a seus países de origem; para o Amazonas, onde já se encontra o terreno preparado, uma civilização que se afirma, um mercado de posse de elementos de vida e de vantagens sem número, oferecidos aos recém-chegados; para o Amazonas, situado relativamente a pouca distância do Velho Continente, e que pode vir a ser o entreposto da maior parte do comércio

281

Superfície do Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda	314.952 km2
Superfície da França	528.401 km2
Superfície do Império da Alemanha	539.737 km2
Superfície da Itália	276.322 km2
Superfície da Bélgica	29.457 km2
Superfície do Reino de Portugal com as Ilhas	92.575 km2
Formando um total de	1.781.444 km2
Superfície do Estado do Amazonas	1.897.000 km2
Diferença a favor do Amazonas	115.576 km2

das cinco Repúblicas limítrofes e das Guianas; para o Amazonas, nada se tenta, não se faz nenhum grande projeto de exploração.

É verdade que não se deverá desferir nenhum tiro, que só se trata de expropriar florestas e que não se tem a temer nem mesmo a oposição das tribos de índios, entre os quais, pelo contrário, encontrar-se-á um elemento precioso de mão de obra.

A Europa, talvez, tenha uma desculpa para a sua indiferença: é que ignora em grande parte os recursos dessa região privilegiada. Os belos trabalhos que tiveram por objeto esse incomparável vale são devidos, na maior parte, a especialistas, e não puderam conseqüentemente, penetrar a massa do público, ordinariamente alheio à atração dos escritos científicos. Algumas dessas obras, talvez as melhores, como as de Alexandre von Humboldt, de Spix e de Martius, do conde de Castelnau e de L. Agassiz, apareceram em uma época em que a atenção ainda não estava voltada para os países longínquos.

O Amazonas ainda não foi vulgarizado. A imprensa cotidiana, a única que produz efeito sobre as massas, ainda não lhe fez uma publicidade à altura. Cômодas pessoas honestas, não se fala muito de seus méritos. Desde 1883, entretanto, o Amazonas faz esforços para se fazer conhecer e apreciar. Tomamos a nós essa tarefa, tão difícil quanto honrosa. Pusemo-nos a trabalhar, na medida de nossas forças sustentadas por um grande amor à pátria, nutrindo vastas esperanças. Em jornais, revistas periódicas, brochuras, publicações de todos os gêneros, pela pena e pela palavra, procuramos difundir, do melhor modo, noções exatas sobre essa região brasileira, cujos produtos exibimos, sem nenhuma ajuda oficial, nas Exposições de Antuérpia, de Beauvais, de Bourges, de Paris e do Museu Comercial de Paris.

Esta propaganda não tardou em produzir frutos, por modestos que fossem. Começa-se a falar do Amazonas, e a se perceber sua existência. Na Europa, é o começo da popularidade. Milhares de pedidos de informações já nos foram dirigidos, de todas as partes; alguns emigrantes partiram, depois de nos terem lido; outros se consultam e se esforçam em levar consigo companheiros, temendo, com razão, o isolamento dos primeiros tempos. Sente-se a agitação que precede a todas as partidas.

Esses sintomas nos encorajam a tentar novos esforços. Mas temos necessidade de ajuda em nossa missão. Uma única voz é bem fraca, e não estamos mais nos tempos onde uma única voz bastava para arrastar

povos para santas aventuras. O entusiasmo só continua a residir no peito dos poetas, que não sacrificam à musa naturalista, ou o coração dos apóstolos. A maioria dos homens só é sensível às solicitações de seus interesses imediatos. É nesse sentido que nossos esforços se dirigem.

As lições objetivas estão na moda. Elas induzem a convicção pelos olhos, sempre prontos a se deixar seduzir.

Por que não tentaríamos esse meio fácil, que responde às preocupações do dia? Por que não faríamos vir o Amazonas para a Europa? Por que não faríamos tocar com as mãos, a essa grande incrédula, tudo o que nossa terra carrega em seus flancos, dizendo-lhe: “Vide latus!”?

Uma simples exposição permanente de nossos produtos e de nossas indústrias bastariam para realizar esse milagre.

Um museu amazonense na Europa seria, para os apreciadores de novidades, uma atração sem precedentes; para os cientistas, um assunto de estudo interessante e fácil; para os letrados e os artistas, um festival de pitoresco; para os industriais e negociantes, uma emulação e um documento; para os economistas, um ponto de comparação e de apoio; para todos, um estímulo à emigração fecunda.

Esse Museu compreenderia duas seções principais. Na primeira, figurariam metodicamente classificados, com seu preço de custo e as cifras de produção, todas as matérias-primas já exploradas, e as suscetíveis de exploração vantajosa. Na segunda, seriam classificadas, com os preços pagos no Amazonas, amostras de todos os artigos de proveniência estrangeira, pedidos pelo consumidor do Amazonas.

Folhetos e quadros demonstrativos dariam a conhecer as terras disponíveis, seu preço, sua situação, o gênero de cultura que lhes convém, as vantagens concedidas aos imigrantes e informações práticas para a partida e a chegada. Seria fácil acrescentar uma lista dos pedidos e dos oferecimentos de empregos, os preços correntes das matérias-primas na origem, o movimento marítimo, etc.

Conferências e exposições frequentes, feitas pelos membros mais autorizados da colônia brasileira, por viajantes e comerciantes conhecedores da região, reuniões periódicas para as quais a imprensa e as sociedades científicas seriam convidadas, cursos gratuitos de português, completariam o conjunto dessa organização.

Essa mostra permanente não seria muito custosa. A liberalidade dos cidadãos ciosos da grandeza de seu país, custeariam-na, em parte, e, com a ajuda do governo local, permitiria o estabelecimento de uma dotação anual razoável. Esta exposição seria, aliás, organizada nos moldes do Museu de Artes Decorativas de Londres, e poderia ser facilmente transportada às exposições universais, sem provocar despesas muito consideráveis.

A obra é grandiosa e original. É digna do Estado que se encaminha tão resolutamente, nas vias do progresso. Ele faria em dois anos mais de dez anos de propaganda escrita e falada. Faria mais que todos os apelos dirigidos pela imprensa aos futuros colonos do Amazonas, mais que todas as leis e que todas as subvenções que têm como finalidade provocar a imigração estrangeira.

Os diversos povos da Europa – essa exposição não deve ser limitada a uma única capital – aprenderiam assim a conhecer *de visu* esse País das Amazonas, onde o elemento indígena pode se constituir em séria ajuda aos braços importados do estrangeiro, – esse El-Dourado legendário, onde o ouro vegetal enriquece mais seguramente que as minas da Austrália ou da África – essas esplêndidas terras da borracha, cujos produtos são cada vez mais empregados pela indústria contemporânea. Esses povos receberiam diretamente a grande revelação da natureza tropical, e aspirariam a entrar em contato mais íntimo com essas regiões.

Quanto a nós, ficaríamos felizes em preparar assim esse resplandecente futuro e despende o que nos resta de vida por essa grande obra patriótica. Somente então, veríamos o voto patriótico prestado por Garrett a Camões moribundo²⁸²;

“Soberbo Tejo, nem padrão ao menos
ficará de tua glória? Nem herdeiro
De teu renome? – Sim, recebe-o, guarda-o,
Generoso Amazonas, o legado
De honra, de fama e brio: não se acabe
A língua, o nome português na Terra.”

282 Almeida Garrett: *Camões*, X, 21.

.....
Índice onomástico

A

ABREU, Pedro Baião de – 60
ACUÑA, Cristóvão de – Ver ACUÑA,
Pedro Cristóvão de
ACUÑA, Pedro Cristóvão de (padre) –
53, 60, 69, 76, 305, 341, 342, 360
ADALBERTO DA PRÚSSIA (príncipe)
– 61, 67
AFONSO (D.) – 26
AGASSIZ, Louis – 13, 62, 91, 92, 94,
109, 116, 143, 171, 177, 185, 230,
265, 287, 299, 301, 327, 333, 336,
384
AGUIAR, José Lourenço da Costa (bis-
po) – 160
AGUIRRE – Ver LÓPEZ DE AGUIR-
RE
AIRES DE CASAL – Ver CASAL, Ma-
nuel Aires de
ALCÂNTARA, Pedro de (D.) – Ver PE-
DRO I
ALEXANDRE VI (papa) – 26, 48
ALMADA, Manuel da Gama Lobo de
(coronel e governador) – 162, 342,
344
ALMEIDA SERRA – Ver SERRA, Ricar-
do Franco de Almeida
ALMEIDA, Antônio Jacinto de – 280
ALMEIDA, Francisco José de Lacerda e
– 307, 311
AMARAL, Antônio Vilela do – 191
AMAZONAS, Lourenço da Silva Araújo
e – 310
AMORIM – Ver BRITO DE AMORIM

ANNE (princesa) – 52
ANTÍOPE – 48
ANTÔNIO CONSELHEIRO – 168
ARAGÃO, Fernando de – 24
ARAGÃO, João Fonte [Arzão] – 141
ARANHA, João Batista de Figueiredo
Tenreiro – 164, 165, 179, 185, 340
ARARIBOIA (chefe indígena) – 320
ARIOSTO – 251
ARISTÓTELES – 290
ARTUR OSCAR (general) – 168
AUBLET – Ver FUSÉE AUBLET
AVÉ-LALLEMANT, R. – 62
AYMARD, Gustave – 174

B

BALZAC – 47
BARBOSA RODRIGUES – 13, 83, 119,
131, 278, 279, 280, 281, 282
BARROS, Angélico de – 81
BARROS, José Martins de – 194
BATES, Henry Walter – 62, 117, 203,
287, 293, 311, 327
BATISTA CAETANO – 254
BENEDITO XIV (papa) – 323
BERGER, Augusto – 194
BERGERAT, Émile – 19
BERREDO, Bernardo Pereira de – 339
BERRIO, Antonio de – 47, 59
BERTEMOND – 125
BETTENDORFF, João Filipe [Jean
Philippe] (padre) – 306, 341, 346,
348, 350, 351, 353, 354, 355, 356,
357
BEUDANT – 145

BISMARCK (conde de) – 47, 61, 67
 BITANCOURT, Inácio de Moraes – 309
 BLUDAU, Alois – 73
 BOBADILLA, Francisco Fernando (sargento) – 82
 BOMPLAND, Aimé – 291
 BONAPARTE – Ver NAPOLEÃO I
 BÓRGIA, Rodrigo – 26
 BORY DE SAINT VINCENT – 372
 BOUSSENAR – 298
 BRADLEY, Humfroy – 370
 BRAUN, João Vasco Manuel de – 307
 BRITO DE AMORIM – 194, 237
 BRODING – 213
 BROWN, C. Barrington – 303
 BUCKINGHAM (duque de) – 52
 BYRON – 146

C

CABRAL, Pedro Álvares – 25, 58
 CAIMAY, B. – 125
 CALDAS, João Pereira (capitão-geral) – 309
 CAMARÃO, Antônio Filipe – 322
 CAMARÃO, Clara – 321, 322
 CAMINHA, Pero Vaz de – 25
 CAMÕES, Luís de – 24, 386
 CÂNDIDO MARIANO (tenente-coronel) – 168
 CARDIM – 345
 CARLOS (D.) – 34
 CARLOS V – 58
 CARLOS MAGNO – 49
 CARNEIRO DA SILVA – 128
 CARREY, Emile – 292
 CARVAJAL, Gaspard de – 51
 CARVALHO, Afonso de (coronel) – 168
 CARVALHO, Francisco Coelho de (capitão-geral) – 59

CASAL, Manuel Aires de – 310
 CASTELNAU (conde de) – Ver CASTELNAU, Francis de
 CASTELNAU, Francis de – 13, 62, 280, 287, 292, 384
 CASTILHA, Isabel de – 24
 CASTRO, José de Sousa e (D.) – 322
 CATÃO – 324
 CAVALCANTE, Antônia – 194
 CAVALCANTI, Domingos Olímpio Braga – 125
 CHAGAS, José das (padre) – 69
 CHANDLESS, W. – 62, 287, 294, 311
 CHARLES – Ver GALES (príncipe de)
 CHARLES (físico francês) – 212
 CHASTELLUX – 125
 CHATEAUBRIAND – 173
 CHINCHÓN (conde de) – 60
 CHURCH, Georges Earl (coronel) – 78, 92
 CIRO – 48
 CLARENDON (lord) – 295
 CLARETIE, Jules – 19
 CLERC, François du (capitão) – 30
 COBHAM (lord) – 52
 COELHO DE CARVALHO – Ver CARVALHO, Francisco Coelho de
 COELHO, Antônio de Albuquerque (general) – 81
 COKE, Edwards (promotor-geral) – 52
 COLOMBO, Cristóvão – 24, 49, 57, 58
 COPÉRNICO – 251
 COPPI, Giuseppe (padre) – 62, 298
 COPPINO, M. (ministro italiano) – 268
 CORDOVIL, José Pedro (capitão) – 69
 COSTA, José Joaquim Vitória da – 162
 COUDREAU, Henri – 62, 298
 COUSIN – 47, 57, 58
 COUTINHO, J. M. da Silva – 13, 91, 125, 257, 258, 311, 317

COUTO DE MAGALHÃES – 255
CREVAUX, Jules – 13, 62, 298
CRUZ, Laureano de la (padre) – 305
CUNHAMBEBE (chefe indígena) – 323
CUTRIM, Bento de Matos – 60
CUVIER – 372

D

D'ABBEVILLE, Claude (padre) – 288
DANTAS (senador) – 299
D'ARC, Joana [Joana Hachette] – 48
D'ARTIEDA, André – 60
DARWIN – 293
DE ANGELIS – 167
DE CHALLAAYE – 29
DE HARLAY-DE-SANCY – 29
DE RAZILLI (almirante) – 29
DENIS, Ferdinand – 288
DERBY, Orville – 88, 91, 143, 144
DESCELIERS, Pierre – 29, 57
DIAS, Antônio Gonçalves – 255
DIODORO DA SICÍLIA – 48, 53
D'ORBIGNY, Alcide – 88, 287, 292
DORVAULT – 134
DOY, Jean – 322
DROUT – 34
DU PRAT – 29
DUGUAY-TROUIN – 30
DURAND (abade) – 311
D'UTRE, Felipe – 79
DUVAL – 381

E

EDWARDS, WILLIAM H. – 62, 293
EICHLER, Aug. Guillaume – 291
ELISABETH (rainha) – 52
ERASMO – 251
ESPERANÇA, Manuel da (padre) – 207

F

FALCÃO, Francisco da Mota – 81
FARADAY – 211
FARIA, Francisco Raimundo Correia de
(coronel) – 255
FARIA, Manuel Severim de – 305
FAUSTO – 23
FAVELA, Pedro da Costa – 60, 81
FENIMORE COOPER – 173-174
FERNANDES DE SOUSA – Ver SOU-
SA, André Fernandes de
FERNANDO VII – 34
FERREIRA FRANÇA – Ver FRANÇA,
Ernesto Ferreira
FERREIRA PENA – 67, 310
FERREIRA, Alexandre Rodrigues – 141,
162, 190, 309, 311, 342, 344
FERRY, Jules – 267
FILIPE (D.) – 322
FILIPE II – 29
FILIPE IV [Filipe III de Portugal] – 322
FONSECA, Carlos Augusto da – 194
FONSECA, J. Severiano da – 61, 98,
144, 145
FONSECA, José Gonçalves da – 307,
310, 311
FONSECA, Manuel Deodoro da (mare-
chal) – 150
FRANÇA, Ernesto Ferreira – 255
FRANCISCO II – 34
FRANCK, François – 19, 278
FREITAS, Joaquim Damásio de – 194
FRITZ, Samuel (padre) – 59, 62
FUSÉE AUBLET – 119, 122

G

GALES (príncipe de) – 52
GAMA LOBO – Ver ALMADA, Manuel
da Gama Lobo de

390 Barão de Santa-Anna Nery

GAMA, Vasco da – 24
GANDAVO – 53
GARRETT – 386
GAVOTTI, Gustavo (deputado italiano) – 239
GÉRARD – 213
GIBBON – Ver LARDNER GIBBON
GIRARD – 298
GOMES FREIRE DE ANDRADA – 28
GONÇALVES DA FONSECA – Ver FONSECA, José Gonçalves da
GONÇALVES DIAS – Ver DIAS, Antônio Gonçalves
GOODYER, Charles – 213
GOUVEIA (Dr.) – 96
GOUVEIA FILHO, M. C. de – 167
GREY (lord) – 52
GROSSI, Vincenzo – 244, 298
GUERRA, João de Barros (capitão) – 78
GUIMARÃES, Gabriel Antônio Ribeiro – 310
GUIMARÃES, João Joaquim da Silva – 255
GUMILLA (jesuíta) – 82
GURJÃO, Hilário Maximiano Antunes – 310
GUTENBERG – 23

H

HANCOCK – 213
HARTT, Charles Fred. – 91, 256
HEMDON, William Lewis (tenente) – 164
HENRIQUE (D.) – 23
HENRIQUE II – 29
HENRIQUE IV – 370
HERNDON, W. Lewis (tenente) – 94, 145, 146, 166, 295
HERÓDOTO – 55

HIPÓCRATES – 373
HIPÓLITO – 48
HIRIARTE, Maurício de (padre) – 306
HOFFMANN – 47
HORTSMANN, Nicolas – 61, 84
HÜBNER (conde de) – 15
HUMBOLDT, Alexandre von (barão) – 13, 27, 62, 83, 91, 104, 287, 290, 291, 311, 327, 344, 345, 384
HUNDERPFUNDT, Roch (padre) – 61

I

ITURRIAGA, José de (D.) – 82

J

JACOLLIOT – 174
JACQUES I – 52, 61
JOÃO (Dr.) – 25
JOÃO IV (D.) – 323
JOÃO VI (D.) – 28, 32, 34, 35, 37, 38
JOÃO DANIEL (abade) – 191
JÚLIO II (papa) – 26
JUNOT – 32, 33, 34
JUSSIÉU – 201

K

KELLER, Franz – 291, 299, 311
KELLER, J. – 299, 311
KELLER-LEUZINGER – 62, 78
KELLERMANN – 33

L

LA CONDAMINE – 13, 55, 78, 91, 207, 264, 287, 289, 309
LA FONTAINE – 139
LA RAVARDIÈRE – 29
LABRE (coronel) – 80, 194, 311
LACERDA – 115

LACERDA E ALMEIDA – Ver ALMEI-
DA, Francisco José de Lacerda e
LADISLAU NETO – 278
LALLEMANT, Robert Avé – 291
LARDNER GIBBON – 164, 166, 295
LATHAMI – 255
LAVALLÉE – 94
LAVERAN – 376
LEAMONT, A. – 125
LEÃO X – 251
LECLERC, Gervais – 84
LEPE, Diego de – 47, 58
LEROY-BEAULIEU, Paul – 381
LÉRY, Jean de – 53, 252, 288
LEVASSEUR, Émile – 15, 16, 219
LIDSTON, William – 303
LINDLEY – 202
LÓPEZ DE AGUIRRE – 47, 58-59
LÓPEZ, Domingo Simón (subtenente)
– 82
LOWE, F. – 62, 287, 293
LUBBOCK, John (Sir) – 273
LUDERSDORFF – 213
LUÍS XIV – 30, 60
LUÍS XVIII – 34
LUÍS FILIPE – 96
LUTERO – 251

M

MACCULLOCH – 334
MACEDO BENTES – 210
MACEDO, Antônio de Sousa de – 26-27
MACHADO DE OLIVEIRA (general)
– 343
MACHADO, J. B. Borges – 151
MACHADO, Rafael – 168
MACHETTI, Gesualdo (padre) – 183
MACIEL, Antônio – Ver ANTÔNIO
CONSELHEIRO

MACKINTOSH – 212
MANAUS (barão de) – 340
MANUEL (D.) – 25
MAQUIAVEL – 251
MARANHÃO, Jerônimo de Albuquerque – 320
MARCOY, Paul – 62, 280, 292
MARIA I – 32, 34
MARIA LEOPOLDINA (arquiduquesa)
– 34
MARKHAM, Clements R. (Sir) – 371
MAROT – 251
MARTINS, Joaquim d'Oliveira – 194
MARTINS, Umbelina Fernandes – 194
MARTIUS, Carl Friedr. Phil. von – Ver
VON MARTIUS
MATHEWS, Edward D. – 294
MATOS, João Wilkens de – 198
MATOS, José Veríssimo de – 279
MAUÁ (visconde de) – 229
MAURÍCIO – Ver RAIMUNDO MAU-
RÍCIO
MAURY – 73, 94, 98, 294
MAW, Henry Lister (tenente) – 293
MAWE, L. – 62, 287
MENDONÇA, Lourenço de (bispo) –
324
MENESES, Aprígio de (Dr.) – 97
MIERS, John – 142
MIGUEL ÂNGELO – 251
MIRABEAU – 251
MONNIER, M. – 298
MONSON, Patrick – 375
MONTAIGNE, Michel de – 322
MONTEIRO BAENA – 119
MONTEIRO DE NORONHA – 141
MONTEIRO, Francisco Antônio – 167
MORAIS, Francisco Xavier de – 82
MORAIS, Prudente de – 234

MORRIZE-BARRAS – 62
MOUTINHO, Joaquim – 126
MÜLLER, Max – 275

N

NADLER – 212
NASCIMENTO, M. Gonçalves do –
198
NAPOLEÃO I – 32, 34
NAPOLEÃO III – 15
NÉRI, Silvério J. – 151
NORONHA, Jácome Raimundo de – 59
NORONHA, José Monteiro de (vigário
geral) – 162, 307, 340, 344
NORONHA, Raimundo de – 59
NUNES DE SOUSA – Ver SOUSA, An-
tônio Nunes de

O

OLIVEIRA MACHADO – 365
OLIVEIRA, Bento Rodrigues de – 60
ORDAZ, Diego de – 47, 58
ORDINAIRE, O. – 298
ORELLANA, Francisco de – 47, 50, 51,
55, 57, 69, 342
ORIOLA (conde) – 61, 67
ORTON, James – 62, 75, 293
OSCULATI, G. – 62, 287, 292

P

PAÇO, Manuel Joaquim (major) – 162
PAGAN (conde de) – 62
PAI TEODÓSIO – 344
PALACIOS, Juan de – 47, 59
PALHETA, Francisco de Melo (sargento-
-mor) – 78
PARAGUAÇU, Catarina Álvares – 320
PARANAGUÁ, José – 97, 169
PARISSIER, J. B. (padre) – 183

PARKES – 213
PAULO III (papa) – 31, 323
PAYER, Richard – 128, 167, 272, 368
PECKOLT – 128
PEDRO I (D.) – 34, 35, 36, 37, 39
PEDRO II (D.) – 150, 185
PEZIEUX, Louis de – 29
PINKAS – 78
PINZÓN, Vicente Yáñez – 24, 25, 47,
58
PIZARRO, Alonso – 50
PIZARRO, Gonzalo – 50, 51
PLATÃO (padre) – 49
POÇOS DULCES (conde de) – 128
POEPPIG, Edouard – 62, 119, 287, 291
POISSON, Eugène – 216
POMBAL (marquês de) – 31, 161, 190,
314, 324, 325
PONTES – Ver SILVA PONTES
POTI (índio) – 321
PÓVOAS, Joaquim de Melo das (gover-
nador) – 161

Q

QUESADA, Gonzalo Jiménez de – 47,
59
QUEVEDO, Quintino – 311

R

RABELAIS – 251
RABELO, João Antônio – 194
RAFAEL – 251
RAIMUNDO MAURÍCIO – 309
RALEIGH, Walter (Sir) – 52, 55, 60, 61,
306
RAMALHO, João – 320
RAMALHO, José – Ver RAMALHO
JÚNIOR, José Cardoso

- RAMALHO JÚNIOR, José Cardoso (coronel) – 182, 194, 227, 340, 365, 369
- RAOUL, E. – 127, 128
- REBOUÇAS (os) – 119
- RECLUS, Elisée – 59, 73, 74, 82, 319
- REGO, Inácio do – 324
- RESENDE (conde de) – 28
- REYES, Rafael – 62
- RIBEIRO DE SAMPAIO – Ver SAMPAIO, Francisco Xavier Ribeiro de
- RIBEIRO, Eduardo Gonçalves – 165, 166, 194, 368
- RIBEIRO, Gabriel – Ver GUIMARÃES, Gabriel Antônio Ribeiro
- RIBEIRO, José de Santa Teresa (padre) – 308, 309
- RICHET – 19
- RIFFAULT, Jacques – 29
- RODRIGUES DE MEDEIROS – 311
- RODRIGUES FERREIRA – Ver FERREIRA, Alexandre Rodrigues
- RODRÍGUEZ, Manuel (padre) – 62, 306
- ROMAN, Manuel (padre) – 82
- ROMERO, Sílvio – 106, 170
- RONCHAUD, M. de – 280
- ROY (monsenhor) – 183
- S**
- SAGOT, P. – 127, 128
- SAINT-HILAIRE, A. – 105, 107
- SAMBON, L. W. – 370
- SAMPAIO, Francisco Xavier Ribeiro de – 56, 72, 84, 162, 163, 264, 307, 309, 340, 347, 351, 352
- SANTOS, Joaquim Rocha dos – 240
- SAY, J. B. – 334
- SCHOMBURGK, Robert H. (Sir) – 61, 342
- SEBASTIÃO (D.) – 28, 320
- SEIXAS, Manuel Jutiniano de (abade) – 255
- SEREJO, Joaquim A. – 151
- SERPA, Pedro da Silva e – 60
- SERRA, Ricardo Franco de Almeida – 310
- SEVERIANO DA FONSECA – Ver FONSECA, J. Severiano da
- SILVA COUTINHO – Ver COUTINHO, J. M. da Silva
- SILVA PONTES – 309, 311
- SILVA SALGADO – 311
- SILVA, J. Alves da – 199
- SILVA, Manuel da – 308
- SIRVA GUIMARÃES – Ver GUIMARÃES, João Joaquim da Silva
- SMITH, H. – 287, 297
- SMYTH, W. – 62, 293
- SOARES BELO – 199
- SOARES, Carolino A. – 194
- SOULT (marechal) – 34
- SOUSA, André Fernandes de – 310
- SOUSA, Antônio Nunes de – 307, 310
- SOUSA, Baltasar de – 324
- SOUSA, Bernardino de – Ver SOUSA, Francisco Bernardino de
- SOUSA, Francisco Bernardino de – 311, 341
- SOUSA, Irineu Evangelista de – Ver MAUÁ (visconde de)
- SOUSA, Martim Afonso de – Ver ARARIBOIA
- SPIX – Ver VON SPIX
- STADEN, Hans – 322, 323
- STENHOUSE – 201
- STONE, Jasson W. – 72, 194
- STRADELLI, E. – 62, 298
- STRANGFORD (lord) – 32
- STRAUSS – 210

T

TALBERG – 167
 TALESTRIS – 48
 TAUBERT, Paul – 272, 368
 TAVARES BASTOS – 61, 311
 TAYLOR, John Edward – 61-62
 TEIXEIRA, Pedro (capitão) – 47, 53, 59, 60, 78, 81, 162, 305
 TENREIRO ARANHA – Ver ARANHA, João Batista de Figueiredo Tenreiro
 TEODÓSIO (padre) – 81
 TERESA DA BAVIERA (princesa) – 62, 298
 TESEU – 48
 THEVET, André – 323
 TIBIRIÇÁ (chefe indígena) – 320
 TOMIRIS – 48
 TOSCANELLI, Paolo – 57
 TOUCHE, Daniel de la – 29
 TRAIL – 119

U

ULLOA, Juan de (D.) – 62
 URBANO VIII (papa) – 31
 URSÚA, Pedro de – 59, 80

V

VACQUERIE, Auguste – 19
 VALENTE, Guilherme – 82
 VALENTE, Joaquim Tinoco – 162
 VARGAS, Hernando Sánchez de – 51
 VASCONCELOS, Simão de (padre) – 274, 340-341, 342, 343, 345, 346, 348, 349, 350, 351, 352, 353, 354, 356, 357, 358, 360

VAUX, Charles des – 29
 VERNE, Jules – 114, 187, 298
 VESPÚCIO, Américo – 66
 VIDAL, José Pereira – 194
 VIEIRA, Antônio (padre) – 306, 323
 VILLAFRANCA – 128
 VILLEGAINON, Nicolas Durand de – 29
 VINCI, Leonardo da – 251
 VISON, Emile – 133
 VOLTAIRE – 26, 173, 259
 VON MARTIUS – 62, 105, 119, 128, 131, 287, 291, 292, 311, 340, 341, 384
 VON SPIX – 62, 103, 113, 119, 287, 291, 292, 311, 384

W

WALLACE, Alfred R. – 62, 109, 131, 197, 287, 293, 311, 327
 WALLACE, M. – 95, 203
 WALLE, Gustave – 299
 WALLUT, C. – 298
 WELLESLEY (general) – 33, 34
 WELLINGTON (duque de) – 33
 WICKHAM, Henry Alexander – 294
 WIENER, Charles – 13, 244, 298, 327
 WILKENS, Henrique João – 309
 WILKES, Charles – 294

X

XIÉNER, Charles – 62

Y

YOUNG, Edward – 334

O país das amazonas, de Barão de Santa-Anna Nery, foi composto em Garamond, corpo 12\14, e impresso em papel polen soft 80 g/m², nas oficinas da Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal – SEGRAE, em Brasília. Acabou-se de imprimir em agosto de 2018, de acordo com o programa editorial e projeto gráfico do Conselho Editorial do Senado Federal.

O PAÍS DAS AMAZONAS

O que distingue este livro de outros assemelhados que estudaram a natureza exuberante da região amazônica é que o Barão de Santa-Anna Nery tinha às mãos todo o material que, com muito esforço físico e pesquisa em condições hostis, os viajantes e outros desbravadores descreveram a nossa vasta floresta tropical.

A partir desses dados, o autor pôde acrescentar outros de caráter pessoal, fruto de sua vivência como filho natural da terra. Este é um livro “para francês ver”: foi escrito com o propósito de chamar a atenção para a região amazônica e seu potencial comercial. Desde a sua primeira edição em 1848 na França, *Le pays de amazones - L'Eldorado, les terres a caoutchouc* (título original em francês) recebeu elogios de eminentes críticos franceses que apontaram a excelência do livro.

Reeditado em 1889, *O país das amazonas*, utilizando-se do chamariz do mito das selvagens guerreiras, apresenta a fauna e a flora, a etnografia, a orografia e dados econômicos do nosso maior patrimônio ecológico. Este volume serve para adensar a bibliografia sobre o mundo fantástico da região amazônica, e fornece elementos singulares para o cotejamento das informações nele contidas com outros de mesma temática do século XIX. Neste tipo de estudo, é curioso observar também o espírito da época que tanto revela algumas inquietações, como também oferece uma visão daquilo que se busca ocultar no Brasil do Segundo Império.

